



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>		
<b>EVENTO:</b> Seminário	<b>Nº:</b> 0712/12	<b>DATA:</b> 22/05/2012
<b>INÍCIO:</b> 10h00min	<b>TÉRMINO:</b> 13h35min	<b>DURAÇÃO:</b> 03h35min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 03h35min	<b>PÁGINAS:</b> 70	<b>QUARTOS:</b> 43

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**ROBSON BRAGA** – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

**JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVASINI** - Professor Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa – FIPE, da Universidade de São Paulo.

**FERNANDO PIMENTEL** - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO** - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

**MÁRCIO HOLLAND** - Secretário de Política Econômica do Ministro da Fazenda.

**HELOÍSA MENEZES** - Secretária de Produção do Ministério de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**SUMÁRIO:** Abertura do Seminário *Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional* e Painel 1: *Os Desafios, a Competitividade e o*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

***Futuro da Indústria Brasileira.***

### **OBSERVAÇÕES**

**Não foi elaborado roteiro da reunião.**

**Há expressão ininteligível.**

**Houve exibição de imagens.**



**A SRA. APRESENTADORA** - Senhoras e senhores, bom dia.

Neste momento inicia-se o Seminário *Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional*.

O objetivo deste seminário é debater problemas que a indústria brasileira enfrenta com a perda de competitividade internacional em relação a outros países do mundo.

A participação da indústria nacional no PIB — Produto Interno Bruto caiu de 27,6%, em 1985, para 14,6% em 2011. As consequências do quadro atual da indústria no Brasil repercutem na desaceleração da economia nacional e na limitação do seu crescimento interno.

Neste seminário ideias e soluções para o caso brasileiro devem ser levantadas. Ao final de dois dias de debates, o relatório sobre todas as discussões será encaminhado às autoridades competentes.

Este seminário é uma realização das seguintes Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Convidamos para compor a Mesa o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Deputado Sebastião Bala Rocha, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Deputados (*palmas*); o Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Deputado Newton Lima, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional da Câmara dos Deputados, também representando a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI (*palmas*); e o Sr. José Augusto Arantes Savasini, economista e professor pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — FIPE, de São Paulo. (*Palmas.*)

Registramos a presença dos Srs. Deputados Izalci, Carlos Magno e Antonio Balhmann. Agradecemos a S.Exas. a presença.

Convidamos para fazer uso da palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Bom dia a todos.

É com muita honra que iniciamos este seminário.

Após a constatação do quadro difícil da nossa economia, no setor industrial, cuja participação no PIB mostrou, em 2011, uma involução, chegando praticamente a níveis vividos pelo Brasil em 1950, a Comissão de Desenvolvimento Econômico tomou a iniciativa de propor este seminário, em que pudéssemos, junto com a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Trabalho e a



Frente Parlamentar contra a Desindustrialização e com o apoio natural das confederações de indústria e comércio e das federações estaduais, discutir abertamente neste plenário, em painéis que se instalarão a partir de hoje também nas Comissões, o que poderemos deixar de legado para a sociedade em termos de proposições de uma industrialização firme e consentânea com os desafios do momento.

Quando falamos "*Não, o plano da indústria está na taxa de juros elevada*"; "*o problema da indústria está no câmbio*"... E não é só o câmbio brasileiro, mas também o que chamam de assimetria cambial, em que o Brasil tem caminhado praticamente com uma defasagem de 30, 40% do seu câmbio, ou seja, nossa moeda está supervalorizada, talvez seja uma das moedas mais supervalorizadas do mundo, enquanto outros países, nossos parceiros comerciais, como a Índia, têm uma moeda subdesvalorizada em cerca de 60%. Isso quer dizer que nós estamos elevando o nosso custo, no processo comercial, em mais de 100%.

Esse é um quadro sobre o qual temos que refletir muito. E não para só aí. Há também a modernização das indústrias e dos equipamentos. Há a parte tecnológica, a parte dos recursos humanos, que, muitas vezes, parou no espaço. E isso nos leva, de fato, a posições como a que agora mesmo me perguntavam: "*A isenção de cobrança de IPI sobre os carros, que o Governo baixou ontem, vai resolver o problema?*" E o próprio jornalista me perguntava: "*Isso é um voo de galinha?*"

Acho que realmente nós precisamos debater bem, e para isso temos a honra de contar aqui com a presença do Dr. Savasini, que, além de experto em economia, é um homem com quem já trabalhamos no Ministério do Planejamento, entre as décadas de 80 e 90. Foi um dos comandantes do Ministério àquela época. Na hora em que vimos o seu nome, o coração bateu mais forte, porque sabemos do gabarito desse homem. Com o seu gabarito, aliado às informações da Confederação da Indústria e dos Presidentes das Comissões, temos certeza de que vamos iniciar um trabalho muito positivo.

Daqui a pouco vai chegar o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, junto com outras autoridades, que, de fato, vão elevar o nível das discussões que temos pela frente.

No mais, agradeço a presença a cada um que aqui está.

Passo palavra ao Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Deputado Sebastião Bala Rocha.

**O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA** - Meu cordial bom dia a todos e a todas.

É com prazer que cumprimento o Deputado Márcio Reinaldo, que preside a Mesa e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; o Deputado Antônio Andrade; o Deputado Newton Lima; o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; o Prof. Savasini, da USP. Cumprimento também os Deputados presentes — estou vendo aqui o Deputado Esperidião Amin, o Deputado Izalci, o Deputado Carlos Magno e outros.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tem um grande interesse nesse tema. Recentemente, fizemos uma audiência pública interna, na nossa



Comissão, em razão das preocupações com a geração de empregos, a criação de postos de trabalho. A estagnação da economia gera a estagnação também da oportunidade de empregos; a desindustrialização significa também perda de empregos.

Por isso, quando fomos convidados pelo Deputado Márcio Reinaldo para participarmos deste seminário e contribuirmos com sua organização, nos prontificamos para que, a partir deste seminário, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possam definir com os nossos convidados, especialistas no assunto, com a própria Confederação Nacional da Indústria e a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria — o Deputado Newton Lima está muito entusiasmado e, de fato, desenvolvendo um grande trabalho na Presidência dessa frente —, com todo esse esforço, ações que o Governo...

Infelizmente, estamos num jogo que não é fácil de ganhar. É um jogo com múltiplos atores, com muitas dificuldades e com várias estratégias. É preciso haver um consenso interno no País, e não se faz um consenso interno no País sem a presença do Governo, sem a participação firme do Governo, do Ministério da Fazenda e da Presidenta da República, Dilma Rousseff.

É um jogo difícil de ganhar porque, como já falou o Deputado Márcio Reinaldo e todos falaremos aqui certamente, há a questão do câmbio, a questão dos juros, a questão das importações e a questão das crises mundiais. Com a globalização, infelizmente, as crises mundiais repercutem de uma maneira muito mais rápida e mais intensa em todas as economias, mesmo que elas não estejam no centro da crise. Foi assim em 2008, com a crise americana; está sendo assim desde 2011, com a crise europeia, que passa a ser, então, uma crise mundial, porque se os principais compradores compram menos, quem produz não tem para quem vender ou tem menos compradores.

Por isso, de fato, precisamos ter também uma estratégia adequada para enfrentar esses múltiplos fatores, esses múltiplos adversários, esses múltiplos desafios.

O Governo vem fazendo a sua parte, estabelecendo novas regras, coisas que nós nunca imaginávamos. Todos nós, antes, tínhamos como bandeira de luta muito intensa dentro do Congresso a redução de juros. Não imaginávamos que um Presidente da República fosse enfrentar essa questão dos juros, e a Presidente Dilma Rousseff está enfrentando. Mas há também a questão da moeda. Nestes últimos anos, o real foi valorizado em torno de 30%, o que dificulta a exportação e favorece a importação. Com isso, a competitividade da indústria nacional sofre abalos significativos, prejudicando, portanto, o crescimento da indústria, a geração de novos empregos e a nossa economia.

Estava lendo, hoje pela manhã, uma matéria bem interessante sobre a correlação da moeda, por exemplo, a atual valorização do dólar com relação ao PIB e com relação à posição do Brasil no cenário mundial. Estávamos com a expectativa de ser a quinta economia até 2015, passando a França, e de repente poderemos voltar a ser a nona economia, haver um retrocesso neste balanço mundial, em razão exatamente do fortalecimento do dólar e da queda do juro.

Isso quer dizer que iniciativas que trazem benefícios para a indústria e para o desenvolvimento interno do País, em âmbito internacional, no balanço internacional podem trazer prejuízos sobretudo para nossa autoestima, porque para nós todos era um momento de exaltação, de repente, estarmos entre os cinco maiores PIBs do mundo. É claro que isso não significa distribuição de renda, isso não significa o real



desenvolvimento, porque temos que distribuir mais a renda no País, para que esse crescimento da economia seja mais equitativo e possa melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas no País.

Dito isso, a Comissão de Trabalho propugna no sentido de que possamos encontrar o caminho certo, que possamos encontrar as medidas adequadas para vencer esses desafios. Cada tema, cada setor, cada fator merece uma estratégia específica e muito bem trabalhada, para que nós possamos, então, reverter a situação e a indústria nacional possa tornar-se cada vez mais pujante, gerando mais emprego e mais oportunidades para as pessoas.

Muito obrigado e um bom seminário para todos nós. (*Palmas.*)

**A SRA. APRESENTADORA** - Registramos a presença do Deputado Osmar Terra; do Deputado Esperidião Amin; do Sr. Cláudio Gontijo, Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais; do Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia; do Sr. Glauco José Côrte, Presidente do Sistema FIESC; e do Sr. Antônio Ximenes Barros, Presidente do Conselho Regional de Economia do Pará. Agradecemos a todos a presença.

Com a palavra o Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE** - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero cumprimentar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira pela iniciativa de realização deste seminário, em que vamos discutir a queda do poder da indústria no nosso País. Acho que é oportuna essa discussão. Quero cumprimentar também o Deputado Sebastião Bala Rocha, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; o Deputado Newton Lima, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional; o Sr. Robson Braga, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e o Sr. José Augusto Arantes Savasini, economista e professor que vai fazer a palestra inaugural de hoje.

Sr. Presidente, Deputado Márcio Reinaldo, eu acho que o objetivo deste seminário é, sem sombra de dúvidas, discutir a desindustrialização em nosso País.

Ficamos pensando que as causas da queda do poder da indústria, do percentual de participação da indústria no PIB, são pontuais. Mas quando analisamos, de um modo geral, Deputado Bala Rocha, verificamos que são várias as causas da desindustrialização em nosso País. E é isto que nós queremos saber aqui hoje: como o poder público poderá participar no sentido de cooperar com a indústria brasileira e torná-la tão pujante quanto gostaríamos que fosse.

Evidentemente, o País hoje precisa exportar mais e importar menos. Mas, para exportar, às vezes algumas ações prejudicam a indústria, como é o caso do MERCOSUL, onde precisamos exportar e alguns produtos são importados, há uma troca nesse sentido.



Fugindo do nosso pensamento próprio, é preciso escutar aqueles que são especialistas na área, como nosso palestrante Savasini, o Presidente da Confederação, Robson Andrade, e aqueles que conhecem a indústria. E escutar o Ministro da Indústria e Comércio. Eles nos vão dar informações e indicar como o Governo pode participar.

Vejo que o Governo agora reduziu o IPI dos automóveis. Isso resolve a questão da indústria no País como um todo? Eu acho que não. Eu acho que não resolve. Existem causas mais importantes do que essa. A carga tributária, não tenho dúvida nenhuma, é das maiores; o juro brasileiro é um dos mais altos; o câmbio está defasado. Então, há vários fatores que temos que estudar num todo, para saber como podemos participar.

A mão de obra brasileira é uma das mais caras. Nossos encargos sociais são dos mais caros no mundo, o que tem levado várias indústrias brasileiras a montar filiais em outros países, principalmente na China, e de lá importar para cá. Algumas indústrias que eram genuinamente brasileiras hoje têm suas filiais na China e o Brasil participa com a embalagem. A participação brasileira aqui é apenas a embalagem. Importam-se os produtos, que aqui são embalados e vendidos para os nossos consumidores.

É isto o que nós queremos, é isto que discutimos muito: queremos saber as causas que nos levam a esta desindustrialização em nosso País. Hoje há uma crise mundial, e não tenho dúvida nenhuma de que nós passamos a ser o grande mercado mundial — hoje vários países querem exportar para o Brasil. Mas, na verdade, precisamos é de exportar, não precisamos importar. E os produtos importados chegam aqui às vezes com a metade do custo dos produtos feitos em nosso País. Culpa da indústria? Não, acho que não. De forma geral, a indústria é muito eficiente, está preparada, mas os custos e a infraestrutura levam essa indústria a ter produtos mais caros do que os produtos importados.

Então, neste seminário de hoje, vamos escutar as pessoas interessadas, as pessoas que conhecem melhor do que nós para nos dar essa contribuição e indicar como podemos participar — a Comissão de Trabalho, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, que chefia este seminário na pessoa do seu Presidente, Deputado Márcio Reinaldo, a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Ciência e Tecnologia, juntamente com a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. APRESENTADORA** - Com a palavra o Deputado Newton Lima, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Muito bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar, com muito carinho, o Deputado Márcio Reinaldo, parabenizando-o pela iniciativa de, na qualidade de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, organizar, junto com as três outras Comissões, um seminário da maior relevância e da maior oportunidade para o País. Cumprimento também os colegas Deputados Bala Rocha e Antônio Andrade, dizendo que também represento, nesta oportunidade, por delegação que muito me honra, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa, o Deputado Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão. Cumprimento, ainda, o Sr. Robson Braga, Presidente da CNI, e o Prof. Savasini.



Do ponto de vista do enfrentamento dessa questão, a grande pergunta do seminário — o Deputado Márcio Reinaldo nos proporciona essa reflexão — certamente tem várias dimensões.

A primeira delas foi apresentada pela Presidenta Dilma, com muita felicidade, nos seus discursos mais recentes. Existem três entraves decisivos e vitais a serem superados para o desenvolvimento econômico do País, fundamentalmente: câmbio, juros e tributos. E S.Exa. vem adotando atitudes corajosas, como já foi dito, fazendo o enfrentamento macroeconômico dessas três questões, o que todos estamos acompanhando.

Do ponto de vista específico da situação da indústria manufatureira, ninguém aqui desconhece que a situação se agravou demais, se acirrou demais, porque se somou a volúpia dos asiáticos à crise europeia. Portanto, existe hoje no mundo uma oferta sem precedentes de manufaturados em busca de mercados. Isso certamente compromete ou implica dificuldades para os países emergentes, em desenvolvimento ou em crescimento econômico como o nosso.

Temos observado algumas atitudes do Governo que já apontam para o enfrentamento conjuntural desse problema, como a edição das medidas do Plano Brasil Maior 2, as Medidas Provisórias nºs 563 e 564, relativas à desoneração do setor.

Tenho a honra de presidir a Comissão que analisa a MP 563, cujo Relator é o Senador Romero Jucá. A medida cria um ambiente que me parece extremamente favorável, ao lado das medidas de desoneração da folha de pagamento da Previdência, e que vai ajudar 15 setores importantes em termos de mão de obra intensiva no Brasil.

O que acho mais importante na MP 563 é exatamente a criação de 19 comitês de competitividade, porque torna possível para o Governo e os setores, como a realidade dos setores é diferenciada, o enfrentamento deste comércio exterior desequilibrado e, algumas vezes, desleal com que nos deparamos. É preciso que se ponha lente de aumento em cada um desses 19 setores para se verificar como ajudar pontualmente a encontrarmos soluções, para que Governo e empresários venham a dar sustentação a esta grande guerra internacional do comércio exterior que o mundo vive hoje.

Amanhã, designado pelo Deputado Márcio Reinaldo, terei a honra de coordenar a Mesa da manhã, que falará de competitividade *vis-à-vis* o tema da inovação. É o Painel 3: *Desafios para o empreendedorismo, a inovação tecnológica e o aprimoramento no setor industrial brasileiro*.

Fico feliz por poder coordenar essa Mesa porque, na minha opinião, os temas inovação, conhecimento e educação resumem a questão, fundamental para mim, do enfrentamento estratégico do problema da competitividade da nossa indústria manufatureira.

Amanhã, vou apresentar um gráfico — fazendo um *pré-release* da história — muito interessante que mostra a relação da renda *per capita* com os investimentos em inovação, num conjunto enorme de países. E ele nos permite verificar, Deputado Márcio Reinaldo, uma correlação direta no sentido de que os países que têm mais investimento em conhecimento, em educação e em inovação tecnológica são os que têm as maiores rendas *per capita*. Nesse sentido, temos uma oportunidade extraordinária, no âmbito desta discussão, de introduzir cada vez mais propostas que venham ao encontro de melhorar a competitividade da nossa indústria.





A CNI está preocupada com isso — o Robson sempre fala com orgulho do MEI, a Mobilização Empresarial pela Inovação. O Governo está preocupado com isso — o Plano Brasil Maior coloca particularmente no BNDES a responsabilidade de financiar esse projeto com créditos específicos. Em especial no setor automotivo, a implantação de empresas poderá ter desoneração *vis-à-vis* o incremento tecnológico das suas linhas de produção. Mas é preciso fazer com todos os setores manufaturados, caso contrário, vamos ter dificuldades de fazer este enfrentamento a médio e longo prazos.

Fico com a expectativa bastante otimista de que, cada vez mais, estamos colocando na agenda nacional o fortalecimento da indústria nacional por meio da sua competitividade. Isso impõe trabalharmos o tema da qualificação do trabalho e da qualificação da produção.

Tenho dito em todos os seminários de que participo — estive ontem com o setor calçadista em Jaú, no interior do Estado de São Paulo — que precisamos trabalhar fundamentalmente a máxima de que a competitividade é razão direta da qualificação do trabalho e da produção no Brasil.

Termino dizendo que é preciso financiar isso. No Brasil ainda existe um subfinanciamento na educação em relação aos países da OCDE e, embora tenhamos melhorado muito nos últimos 10 anos, também existe um subfinanciamento na área de ciência e tecnologia. Vamos poder discutir isso com mais cuidado amanhã.

Não obstante, é preciso saber quem financia. Nesta oportunidade, chamo atenção dos colegas para o relatório a ser apresentado pelo Deputado Carlos Zarattini sobre os *royalties* do petróleo.

Falo não só em meu nome, como Presidente da Comissão de Educação da Casa, mas também em nome do Deputado Eduardo Azeredo. Juntos, entregamos ao Ministro Raupp, com a SBPC, a Academia Brasileira de Ciência, estudantes, reitores e o setor da indústria, um documento em que pedimos, em relação aos *royalties* do petróleo que vão agora para todos os Estados e Municípios, que haja a vinculação desse grande bem natural, como vamos fazer também com os *royalties* do setor mineral, a investimentos futuros. Ou seja, que os recursos oriundos dos *royalties* sejam vinculados à educação e à inovação tecnológica, para que os Prefeitos tenham recursos para pagar bem os professores, para que possamos melhorar a qualidade de ensino, para que os alunos tenham escola integral; e que os empresários tenham por parte do Governo os recursos necessários — pois fazer inovação tecnológica é caro — para melhorar a inovação tecnológica nas suas linhas de produção.

É sobre isso que vamos tratar amanhã à tarde. Faço aqui um comercial, para que todos possam participar.

Agradeço ao Deputado Márcio Reinaldo a honra de fazer parte deste grande movimento em defesa da indústria manufatureira nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. APRESENTADORA** - Com a palavra o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.



**O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE** - Bom dia a todos.

Deputado Márcio Reinaldo, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Deputado Sebastião Bala Rocha, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Newton Lima, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional; Economista José Augusto Arantes Savasini; meu companheiro Glauco Côrte, Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina; Heloísa Menezes, Secretária de Produção do Ministério de Desenvolvimento; Sras. e Srs. Deputados, meus companheiros, para mim, é um prazer muito grande estar aqui. Agradeço o convite do Deputado Márcio Reinaldo.

Tenho de me policiar, porque esse tema é tão importante para nós que é possível que eu faça a palestra no lugar do palestrante. Mas acho também que ele ocorre num momento muito fundamental e muito importante que a indústria e a economia brasileira estão vivendo hoje, com esta crise internacional, com a dificuldade que principalmente a indústria brasileira tem para achar seu caminho, voltar ao crescimento e cumprir um papel importantíssimo na economia nacional.

Neste curto espaço de tempo que me concederam, gostaria de apresentar alguns temas importantes. Vou deixar quatro mensagens importantes.

A primeira é que a indústria é fonte de progresso técnico e de elevação da produtividade da economia. Ela provê os equipamentos, máquinas e materiais essenciais ao desenvolvimento dos demais setores. Ela expande as possibilidades do País ao desenvolver e criar atividades e funções mais complexas.

A indústria é fundamental para a economia brasileira. A indústria representa hoje 28% do PIB, incluindo nessa indústria os serviços industriais, a agroindústria, a mineração e a construção civil; e é a principal fonte de arrecadação dos tributos da economia brasileira. A indústria arrecada hoje 45% de todos os impostos brasileiros, emprega 25% da população com carteira assinada, paga 25% dos salários e é responsável por 50% das exportações.

A indústria gera empregos de qualidade com crescentes requisitos educacionais. Está passando por importantes transformações tecnológicas que redefinem seu perfil e a tornam mais próxima e articulada com centros de desenvolvimento do conhecimento.

O Brasil tem inúmeras oportunidades para ampliar sua base industrial, com um ambiente econômico favorável, marcos regulatórios adequados e foco na estratégia industrial. Certamente poderemos diversificar e ampliar a nossa estrutura industrial.

Alguns pontos que gostaria de ressaltar referem-se aos problemas que a indústria brasileira tem enfrentado. O Brasil é uma economia de alto custo, e esse alto custo é devido principalmente à elevada carga tributária e à legislação trabalhista complexa, que não dá flexibilidade e não permite a modernidade das relações trabalhistas — é uma legislação que vem de mais de 60 anos. Há uma burocracia excessiva no Brasil. Tudo é difícil, tudo é complicado; não existe nada fácil. Para abrir uma empresa, é uma dificuldade enorme; para fechar uma empresa, é impossível!



Às vezes, brinco dizendo que, no Brasil, se o empresário tem a infelicidade de fechar sua empresa por ter quebrado, ele é um pária da sociedade, não pode reabrir outro negócio de maneira alguma. E temos de considerar que qualquer negócio tem risco e que isso pode acontecer. Em outros países, como nos Estados Unidos, o empresário quebra e abre outro negócio; quebra de novo e abre outro negócio. Citamos a experiência, por exemplo, de Walt Disney, que quebrou três vezes antes de fundar a Disney, que hoje é a potência que conhecemos.

Existem problemas ambientais não porque a indústria não cumpre as questões ambientais. A indústria brasileira talvez seja a indústria mais responsável do mundo com as questões ambientais. Vamos ver isso agora na Rio+20, onde vamos fazer uma apresentação dos 16 principais setores da indústria brasileira; o comprometimento e a forma como tratam o meio ambiente, as soluções, a sustentabilidade desses setores industriais. Mas existe um problema de legislação, existe um problema de competência — se é do Município, se é do Estado, se é da União —, existe um problema com o Ministério Público. Quer dizer, há um arcabouço complexo, muito difícil, que muitas vezes impede que os investimentos sejam realizados.

Nós temos uma infraestrutura inadequada e agora começa a se resolver a questão do crédito e do câmbio, porque a Presidente Dilma tem-se mostrado muito firme na determinação de fazer com que o Brasil, hoje uma das principais economias do mundo, tenha também os juros e a disponibilidade de crédito para o produtor de acordo com os principais países do mundo.

Então, essa, pelo menos, já é uma luz que aparece para o empresário. Mas existem, por exemplo, outros pontos que são cruciais para nós, como a questão do custo da energia.

A energia no Brasil, hoje, é a segunda mais cara do mundo, sendo que nós temos condições de ter energia mais limpa, renovável, tanto com a energia hidráulica como com a eólica, a solar e, agora, com a possibilidade de gás. Quer dizer, nós temos ótimas posições.

Outro ponto que eu queria mostrar, entre as dificuldades que enfrentamos hoje, são as crises internacionais. Os mercados, lá fora, se acabaram. Com isso, os empresários dos outros países vêm para o Brasil querendo colocar os seus produtos no País a qualquer preço, a qualquer custo. E nós sofremos hoje uma competição com empresas de outros países, uma competição que não tem nenhuma isonomia competitiva. Esses países vêm para colocar aqui os produtos, competindo conosco sem tributo, pagando...

Eu estava dizendo ao Deputado Sebastião Bala Rocha que hoje até a Alemanha tem horário flexível, trabalho flexível, trabalho *part time*. As relações estão mudando no mundo inteiro. Nós não podemos querer engessar essas questões.

Por outro lado, mesmo que tenhamos um equilíbrio maior entre câmbio e crédito e redução dos impostos nas exportações, os nossos mercados lá fora se acabaram. Nós não temos mais mercado nos Estados Unidos — temos grandes problemas —, e não temos mercado na Europa, que está com problemas que todos nós conhecemos. Por outro lado, hoje os países são cada vez mais protecionistas.



Vamos observar o caso da Argentina: nós reduzimos recentemente as nossas exportações para aquele país em mais de 30% porque a Argentina fechou o mercado. Há dificuldades para exportar para os Estados Unidos e para a Europa. A França não compra carne, a Alemanha não compra máquina porque, inclusive, eles têm máquinas melhores do que as nossas, a Espanha está sem crédito. São dificuldades diversas. E cada país está tentando se proteger, fechando os seus mercados para dar proteção para as suas economias.

Nós enfrentamos dificuldades com as medidas de curto prazo. Estamos sempre tendo que discutir aqui nesta Casa e no Senado a questão das 40 horas, a terceirização, questões pontuais, aumento de custo e, às vezes, aumento de taxas estabelecidas pelos Estados e Prefeituras. Então, nós temos também uma agenda de curto prazo bastante densa e que, às vezes, dificulta o trabalho e a visão de longo prazo.

Eu acho, Presidente Márcio Reinaldo, que é extremamente importante este seminário que V.Exa. está conduzindo aqui hoje, porque nós podemos começar a discutir as questões que o País precisa enfrentar, o que precisamos mudar para que nesta situação a indústria brasileira possa — não só a indústria, mas a economia brasileira, de uma maneira geral — crescer e se desenvolver.

Nós, do nosso lado — o Deputado Newton conhece —, estamos investindo muito na questão de inovação, desenvolvimento de tecnologia e formação de mão de obra. Nós assumimos o compromisso de dobrar a qualificação de mão de obra nos próximos 2 anos. Nós tínhamos 2 milhões e 300 mil; no ano passado, 2 milhões e 500 mil trabalhadores foram educados pelo SENAI e assumimos o compromisso de chegar a 2014 com 4 milhões de trabalhadores.

Vamos investir agora, nos próximos 2 anos, 1 bilhão e 900 milhões de reais, sendo que, desses recursos, 1 bilhão e meio é referente a financiamento do BNDES na construção de centros de inovação e de centros de tecnologia, criando uma rede de inovação e de tecnologia no Brasil, com o apoio do Instituto Fraunhofer e do MIT, nos Estados Unidos.

Nós estamos estruturando esses centros em parceria com o Programa Ciência sem Fronteira, do Governo Federal, para que possamos ter doutores altamente qualificados cuidando do desenvolvimento, da tecnologia e da inovação nas nossas indústrias no Brasil inteiro, de maneira descentralizada, olhando para a vocação de cada região. Eu acho que esse vai ser um salto importante que vai dar uma contribuição muito grande para a competitividade das empresas brasileiras. Mas, além disso, precisamos dos outros fatores. Certamente o Congresso é o local certo para que possamos discutir as medidas necessárias para que o Brasil e a indústria brasileira possam continuar avançando.

Muito obrigado pelo convite e parabéns pela realização deste encontro. (*Palmas.*)

**A SRA. APRESENTADORA** - Registramos também a presença dos Srs. Deputados Policarpo, Sandro Mabel, José Humberto e Afonso Florence.

Agradecemos a participação das autoridades da Mesa de abertura e convidamos o economista José Augusto Arantes Savasini para proferir a palestra inaugural.



Savasini é especialista em estudos econômicos e, desde 1987, vem atuando como Consultor nessa área, atuando na reestruturação de empresas pela Rosenberg Associados, empresa da qual é Diretor. Foi Diretor Financeiro do Bancos Noroeste e Excel, Superintendente do Instituto de Planejamento do IPEA e Secretário de Planejamento da Presidência da República. Atualmente, Savasini é professor pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa — FIPE, da Universidade de São Paulo.

Com a palavra, o Sr. José Augusto Arantes Savasini.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVASINI** - Deputado Márcio Reinaldo, meu antigo colega do Ministério do Planejamento — não vou mencionar as outras autoridades porque eu poderia esquecer o nome de algumas outras que já conheci no passado e seria indelicado da minha parte.

O que estou colocando nesta palestra — vou disponibilizar cópia do que eu vou apresentar aqui — são os problemas que aconteceram nos últimos 15 anos. Mas, antes disso, eu gostaria de falar alguma coisa para os senhores.

Na minha tese de doutoramento, que fiz em 1975, analisei os subsídios às exportações. Naquela época, eu calculava, então, qual era o custo do recurso doméstico para gerar 1 dólar. Isto é, eu calculava os setores em que tínhamos vantagens comparativas e em que não tínhamos vantagens comparativas. Portanto, se aqueles subsídios iriam ser dados para setores que poderiam ter futura vantagem comparativa.

Mais tarde, eu e o Pastore fizemos o mesmo estudo na Fundação Comércio Exterior com uma outra metodologia, a da tarifa efetiva. E chegamos aos mesmos resultados.

Modernamente, uma professora, na Universidade Federal Fluminense, juntamente com uma pessoa que trabalhou comigo, o Prof. Honório Kume, que fez um trabalho sobre proteção efetiva, chega aos mesmos resultados. O que é isso?

A nossa indústria não tem vantagem comparativa no mercado internacional. Por quê? Ela não é eficiente por um motivo muito sério: ela precisa de investimentos. E quando eu conversei hoje com empresários, vejo-os muito reticentes em fazer investimentos.

Quero dizer uma coisa para os senhores: fazer proteção externa não é solução para a nossa indústria, nunca foi. Desde a substituição de importação, nós temos feito isso. E, até agora, continua a reclamação de que a indústria não é eficiente.

Em 1966, eu trabalhava na Federação das Indústrias como estagiário e fui fazer um trabalho no Sindicato da Indústria Têxtil. Eu vi problemas lá que eram idênticos aos problemas que me mostraram há 3 meses.

Eu vou falar aqui de algumas coisas. Máquinas, por exemplo: a indústria precisa de máquinas. Imposto sobre máquinas deveria ser zero, não adianta baixar de 7% para 5%. Nós precisamos de algumas coisas para apresentar à indústria, a fim de que algumas delas tenham vantagem comparativa.



Por que a agricultura está muito bem? Porque a agricultura teve a EMBRAPA, que desenvolveu tecnologia para a agricultura. E ela está muito bem.

A indústria tem um problema muito sério. Há 13 anos, quando o dólar não estava neste nível, fui comprar um carro para o meu filho nos Estados Unidos. Comprei um Civic. Custou 15 mil e 500 dólares. Aí falei para a balconista: "*No meu país, este carro produzido lá custa de 2 a 2,5 vezes o preço que vocês estão vendendo aqui*". Ela virou para mim e falou: "*Vocês são um país rico*". Eu olhei para a cara dela e não comentei nada. Ela perguntou: "*Quanto é o salário mínimo lá?*". Quando eu falei, ela quase caiu dura.

Então, nós temos alguns problemas. Os senhores podem falar: "Mas a indústria automobilística é uma indústria infante". Não, ela foi indústria infante em 1955, em 1970. Até hoje, nós estamos protegendo a indústria automobilística. E o consumidor está pagando duas vezes mais caro pelo mesmo carro que é produzido nos Estados Unidos e é produzido aqui. Há algum problema com a nossa indústria.

Eu coloquei isso para os senhores, mas vou pular algumas coisas.

Há muitos gráficos que apresentam uma queda do setor industrial em relação ao PIB. Esses gráficos pegam o valor do produto industrial dividido pelo PIB a preços correntes. O que eu estou tentando fazer? Como houve uma mudança de preços relativos da agricultura para a indústria, os preços agrícolas subiram muito mais que os preços industriais. Para fazer um negócio condizente, tenho que deflacionar o setor industrial pelos preços agrícolas.

Temos as *commodities* agrícolas, de 2003 até agora, que subiram; as *commodities* industriais, a mesma coisa; os termos de troca, a mesma coisa.

Vejo que a indústria, recentemente, de 1995 até hoje, caiu de 26,8% para 23,5%. Não é um negócio muito relevante, certo? Enquanto, se alguém pegar, em 2004, e fizer essa queda, vai observar uma queda muito grande. Mas, deflacionado pelo deflator do setor, não é uma queda muito grande.

O que acontece em serviços é a mesma coisa: subiu de 56,1% para 57,7%. A agropecuária passou de 4,2% para 4,7%. Agora, o que nós temos é: agricultura, indústria e serviço. Para formar o PIB, temos impostos indiretos menos subsídios — é o que isso significa. Pego os impostos indiretos, que são os resíduos disso e os retiro do PIB. Mostro que ele saiu de 12,9%, em 1995, para 14,8%. Por que isso? Porque nós deveríamos ter o superávit primário.

Esse gráfico mostra, em geral: o serviço; a indústria, de 28,6% para 23,5% em 1995; os impostos indiretos, menos subsídios, de 12,9% para 14,8%; e agricultura, de 4,2% para 4,7%. Não vejo nada de anormal nisso. Em todos os países do mundo, os serviços estão crescendo.

Pequenas quedas de 1% disso, para mim, não querem dizer muita coisa, não querem dizer desindustrialização, como estou cansado de ouvir por aí.

O que acontece na indústria hoje em dia? Esse é o custo unitário do trabalho, em dólares. Como o real se valorizou, o custo do trabalho em dólares saiu de 50 — aqui caiu



um pouquinho — e foi para 150 dólares, em média, no período de 2003 a 2012. Isso é um baita custo. Por que isso?

Se eu pegar os salários — no outro gráfico — e corrigi-los pela produtividade, como ela caiu, vejo que a relação câmbio/salário ajustada pela produtividade está nos níveis mais baixos. O que está acontecendo com a relação câmbio/salário? O câmbio caiu porque tenho uma taxa comparativa na agricultura e em minerais, então, o câmbio se valorizou. Como os serviços aumentaram barbaumentemente, eles aumentaram a demanda de mão de obra. Para a indústria segurar os empregados, teve que pagar o que estavam pagando no setor de serviços, e o salário aumentou.

Não creio que os senhores tenham ouvido falar de alguma greve no setor industrial. Podem ter ouvido falar em alguma greve no setor de serviços ou no próprio Governo, porque os industriais estavam pagando, não havia jeito, aumentava no serviço, aumentava lá. Então, os salários aumentaram, e o câmbio caiu.

O que aconteceu foi que a nossa produtividade caiu. Quando a produtividade cai... Quero dizer uma coisa aos senhores — o Reitor da Universidade de São Carlos está aí: um número que me assusta é que, na China, produzem-se 500 mil engenheiros por ano; no Brasil, nós produzimos 50 mil engenheiros por ano. Essa é uma relação que não vamos resolver do dia para a noite. Isso vem desde a minha época no setor de educação. Agora, daqui para frente, essa indústria, basicamente, vai economizar mão de obra, vai usar máquinas para produzir máquinas. Então, ou há trabalhador especializado, ou essa indústria vai cair — não tem jeito.

Com esse problema da relação câmbio/salário, o que temos é o seguinte: a balança comercial de alguns setores ficou altamente negativa.

Vejam, por exemplo, a relação câmbio/salário nessa lista preta e o saldo comercial de alguns bens, bens e bens de capital, por exemplo, que ficou negativo em 16 bilhões. A relação câmbio/salário caiu.

A mesma coisa ocorre com os bens duráveis. Quando a relação câmbio/salário cai, as importações sobem. É o preço aqui dentro *versus* o câmbio. Quando pego comunicações, é a mesma coisa.

O que quero dizer aos senhores é o seguinte: as importações não são um mal, porque há alguém que produz alguma coisa melhor que o outro. Se eu produzo melhor uma coisa, vou trocar com alguém que produz melhor a outra coisa, e os dois vão estar bem. Senão, não haveria comércio, tanto internacional, quanto interno.

Quanto às importações, os senhores observam a participação das importações no PIB. Vamos pegar a participação do Brasil, o último item. Ele passou de 10,1% para 8,5%. Vejam a participação de outros países nas importações, no PIB — é muito melhor. Importação serve para se importar equipamento barato para se produzir mais. Tenho que importar máquinas e insumos mais baratos para produzir mais. Se eu não fizer isso, vamos ficar aqui: "*Ministro Mantega, reduza o IPI, reduza o ICMS*" e não vamos resolver o problema. A importação é muito importante.

É claro que cada país tem uma estrutura diferente da do outro. Não quero que o Brasil vá para 29%. Está em 8,5%, e todo mundo está falando que estou criando



empresas na China. É a mesma coisa que me falaram, quando eu era economista: que eu estava criando emprego nos Estados Unidos. E colocavam uma baita proteção no setor industrial.

Um dos problemas que nós temos — vamos para os problemas nesse gráfico — é o preço do gás natural. Observemos o preço do gás natural — o Brasil em vermelho. Esses países, no final, não estão muito bem: Rússia, Canadá, Estados Unidos e Índia — muito baixo. São os países que competem conosco. Eles têm um custo de gás natural na empresa muito mais baixo que o nosso. É claro que têm um custo de produção menor. E agora vamos aumentar o gás natural em 22%.

As chapas de aço, no Brasil, custam de 30 a 40% mais que na Coréia e na China. E os senhores podem nos dizer: "*Espera um pouquinho. Nós produzimos ferro, mandamos para lá, e eles conseguem mandar uma chapa de aço para cá 30% a 40% mais barato que o Brasil produz?*". Há um problema aí, não se trata de reduzir IPI e ICMS.

A nossa energia elétrica — não tenho os dados aqui —, segundo estudos e palestras, é a segunda ou terceira mais cara do mundo. E os senhores sabem que, no setor industrial, usa-se muita energia elétrica, usa-se energia a gás.

Aqui eu trouxe uma tabela que traz a tarifa nominal média em 2000. A efetiva é aquela que, realmente, pega o valor adicionado. Porque, quando estou pegando a tarifa de proteção de um dado setor, tenho que pegar a tarifa do valor adicionado. Então, eu calculo o valor adicionado com imposto, menos o valor adicionado sem imposto, divido pelo valor adicionado sem imposto e vou ver qual é a proteção efetiva daquele setor.

Em 2005, esse trabalho foi feito pelo economista da Universidade Federal Fluminense. Já fiz isso quando estava na FUNCEX em 1978.

PIS e COFINS são impostos internos, que antigamente só incidiam sobre a produção nacional. Então, quando existia só para a produção nacional, não existia para o produto importado, o que acontecia? Eu tinha uma unidade de proteção efetiva média. Quando eu coloquei no importado — foi colocado isso, e eu acho que na época do Fernando Henrique Cardoso, no nosso programa de importado —, a proteção efetiva, que era de 27,5%, caiu para 15,3%.

O que estou falando para os senhores é que proteção efetiva não é afetada só por tarifa. Ela é afetada também pelos impostos domésticos. Esse aí é o exemplo mais claro que temos. Então, era só para isso. Também quero mostrar que hoje, depois das tarifas, ele aumentou para 25,8%. Mas isso aqui depois os senhores vão ver.

O único número que eu quero que os senhores se recordem aqui, e que eu vou falar, é daquela indústria automobilística que está ali. Aquele número lá é 180% — caminhões e ônibus representam 123%. Então, é uma indústria que tem uma alta proteção. Isso aí sem eu considerar que é necessário embutir agora uma parte nacional. Isto é, a proteção será maior ainda.

Então, a pergunta que aquela atendente de uma revendedora Honda me fez é muito pertinente.





Analisando aquele negócio do gás, vejo que os países que possuem o custo do gás mais baixo do que o nosso são os que estão competindo conosco. Não adianta eu falar mal dos chineses. Vamos fazer o que eles fazem, certo? Muito bem.

Quanto à exportação, não estamos exportando por diversas razões. Eu não vou falar o nome, mas outro dia veio uma empresa que exportava muito. E para exportar ela não tem o PIS/COFINS, então, ela tinha um crédito, crédito que não recebia do Governo. Sabem de quanto era essa crédito? De 600 milhões de reais. Essa empresa vai investir para exportar mais?

Então, tudo isso que está segurando as exportações... Não vamos nunca esquecer: eu estou produzindo bem porque estou sendo mais eficiente que um cara que produz lá fora. Estou indo para a eficiência. É o que eu preciso fazer. E, aí, eu faço dessa maneira: eu seguro com o incentivo que eu dou para ela.

Mais recentemente, isto é, nessas duas últimas semanas, fiquei tranquilo, porque isso aqui já está escrito há um mês. Um ponto foi o da energia elétrica, e a Presidente falou que vai rever alguns impostos sobre a energia elétrica. Sobre o preço da energia elétrica que vai para a indústria, ou mesmo para a agricultura, nós seremos ineficientes, e nós temos que ser eficientes.

Telecomunicações, por exemplo, é um setor taxado, como se telecomunicações representassem bem de consumo. Eu estava brincando até agora com o Deputado: *"Telecomunicações é um negócio que você vende, que você faz tudo. É meio de produção, não pode ser taxado como bem de consumo."*

Então, o próprio Ministro das Comunicações falou que é ridículo isso. É claro que é ridículo, pois é fator de produção, e quando é fator de produção, eu estou atingindo a indústria.

Os Governos Estaduais têm na taxação de telecomunicações, de energia, de distribuição de energia, grande parte da sua arrecadação. Agora, esses itens todos são fatores de produção. Os senhores, como Deputados, já ouviram falar várias vezes em reforma tributária aqui, em que eu tenho que taxar o consumo e a renda. Mas se eu taxar fator de produção vou fazer com que a indústria não cresça. Isto é, tudo aquilo que eu estudava entre 1960 e 1970 vale até hoje.

A minha conclusão é a seguinte: eu acho que o Brasil tem que se abrir para o comércio exterior. Nós temos 374 bilhões em divisas. Ter 374 bilhões em divisas nos parece uma coisa gloriosa. Maravilha. Acontece o seguinte: alguém emite, e nós ficamos com esse título rendendo muito pouco. Eu estou financiando o resto do mundo. Então, para que ter 374 bilhões em divisas? Vamos importar o quê? O que eu imagino: máquinas e insumos, que nós temos a um custo caro.

Agora, o que eu sinto nos empresários é que eles estão receosos de investir. O único lugar em que eu vejo investimento é na área de petróleo e imobiliária, que é a parte industrial também.

Então, para esses empresários investirem, o que eu tenho que fazer é dar mais prazo. Por exemplo: o camarada vai investir e precisa de capital, o BNDES pode dar; ele tem que pegar capital lá fora, pedir emprestado dinheiro lá fora. Mas, para pegar



dinheiro lá fora, por até 5 anos, paga 6% de IOF, porque tem câmbio. Se quer investir mais, precisa de mais recursos. Tem que pegar dinheiro lá fora. Estou pensando em investimento que gere eficiência na indústria, porque se fala de indústria infante desde a minha época de estudante, e nunca chegamos a nada.

Então, eu pegaria alguns setores que podem ter vantagens comparativas no futuro, alguns setores estratégicos — depois poderia até fazer em outros — como siderurgia, por exemplo, biotecnologia, biocombustível, bens de capital e infraestrutura. Para esses setores, eu falaria: *“Olha, para quem for investir nisso aí, eu vou dar crédito subsidiado do BNDES, vou tirar o IOF tanto para a importação de capital, como para empréstimo interno. Agora, vocês que invistam, porque se não investirem, eu vou diminuir a proteção efetiva.”*

Como é que eu produzo um carro mais barato se eu pago 30, 40% mais pela chapa? Como é que eu construo um navio se aquela chapa do navio me custa 30, 40% mais? Ou uma barcaça, por exemplo, para carregar petróleo? Aquilo lá é só aço. Não tem jeito.

Então, eu não vim aqui apresentar nenhuma solução. E duvido que deste seminário saia uma solução. Mas não vai ser através do câmbio a solução. Eu sou do Comitê de Economia da Câmara e da FIESP e já falei para eles que não adianta falar em câmbio, porque na hora em que o câmbio for a R\$2,50, eu vou plantar soja no meu quintal.

Temos vantagem comparativa na agricultura e na mineração. Para ter vantagem comparativa na indústria dinamicamente, nós precisamos fazer com que os empresários invistam. Invistam pesadamente e invistam em eficiência. Eu pegaria esses setores aqui e daria uma colher de chá. Máquinas, por exemplo. Eu retiro toda a tributação (*ininteligível*) de máquinas. Não vamos esquecer que hoje já há máquina para fazer máquina. A indústria está caminhando para isso, não é mais aquela indústria de 1966, 1967, que eu via quando era criança. Então, ou nós vamos para isso ou vamos ter que conviver com a vantagem comparativa do que Deus nos deu. Deus nos deu terra e clima. E o Governo fez a EMBRAPA — maravilha! Nós temos uma agricultura eficiente. Não é a melhor do mundo, mas é muito eficiente. Então, até agora, grande parte da vantagem comparativa quem deu foi Deus: terra e clima.

Eu perguntaria, por exemplo: quem dos senhores aqui imaginava, há 5, 7 ou 8 anos, que iríamos importar álcool, que não teríamos produção de álcool suficiente?

Isso nada mais é do que uma administração de preços administrados. Eu faço o gás lá em cima, eu baixo a gasolina para o consumidor, a PETROBRAS tem lucro — ridículo, mas tem —, e tudo bem. Eu tenho preços administrados.

A única coisa que está me dando um pouco de alento é que a Presidenta falou que vai tratar da energia elétrica e o Ministro das Comunicações quer reduzir as tarifas das telecomunicações.

Mas o que eu quero dizer aos senhores é que esse problema da indústria, essa queda da indústria é pequena, não é como todo mundo está mostrando. Eu vejo isso desde que me considero economista. E o pior disso tudo hoje é que os processos produtivos estão virando muito mais máquina-intensivo. Tem máquina para fazer máquina, gente! A profissão de torneiro mecânico, do Lula, vai desaparecer — desculpe



eu falar Lula, é o Presidente Lula, mas é que eu sou da academia. Ou nós vamos fazer isso ou vamos conviver com o mundo com a vantagem comparativa que Deus nos proporcionou: solo e clima, é a agricultura.

Era só isso que eu tinha a falar para os senhores. Mas a minha mensagem maior aqui é: o País precisa de investimentos, e o que eu estou sentindo no setor industrial é que não tem esse investimento. A pessoa olha e pensa: de energia elétrica eu pago tanto; de gás eu pago tanto. Eu vou dizer o que um industrial falou comigo: "Você não fala que eu sou industrial no meio desses caras aqui, eu sou distribuidor hoje". Eu falei: "Como? Você é industrial!". Ele produz copos, essas coisas. Quando o câmbio começou a baixar, ele que ia nas feiras e sabia quem era um concorrente dele, em vez de produzir, comprava dos concorrentes, vinha para a fábrica dele, colocava nas caixas e nos vendia. Aí eu avisei que ele iria cair do cavalo, porque, como distribuidor, ele não se comparava ao Walmart, a essas grandes cadeias de distribuição. Ele faria isso durante um certo tempo, depois iria se arrebentar. Outro dia, ele me falou: "Você me falou isso há uns 4 anos e estou vendo que você estava certo".

Então, muita das coisas que os senhores compram e pensam que é nacional não é. O que está dentro é importado, só a caixa é nacional.

Bom, era isso o que eu queria falar. Todo gráfico que faz a indústria cair não é bem assim, ela cai um pouquinho. Mas o mundo é assim. Estou preocupado hoje em dia com essa indústria que está patinando e vai continuar a patinar.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Agradecemos ao Prof. Savasini por essa palestra inicial realmente bastante rica. Tenho certeza de ela que muito vai orientar os nossos trabalhos.

Já estamos em fase da montagem do novo grupo, mas eu perguntaria a este auditório se alguém gostaria de falar alguma coisa. (*Pausa.*)

Deputado Balhmann, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN** - Inicialmente, cumprimento o nosso querido companheiro Deputado Marcio Reinaldo Moreira, Presidente da nossa Comissão; cumprimento também o Dr. Savasini.

Eu queria, de forma muito rápida, dizer que foi a palestra mais simples e mais lúcida que ouvi nos últimos anos sobre a realidade da indústria brasileira.

Esse tema hoje gera uma preocupação profunda porque há uma ameaça, sem dúvidas, no nosso cenário, à proporção da demanda por *commodities* no mundo, especialmente pela voracidade que a máquina chinesa proporcionou nos últimos anos. Há uma fragilidade profunda, e, na medida em que isso for mudando — a economia da China já pressupõe uma queda —, obviamente o Brasil estará despreparado para ser um competidor mundial com seus produtos manufaturados.



A forma como o Dr. Savasini falou é muito prática, muito vivencial. Ora, se o sistema produtivo brasileiro paga a energia mais cara do mundo, paga o gás mais caro do mundo, a nossa chapa de aço — eu sou um comprador de chapa de aço e posso dizer —, a chapa produzida no Brasil tem valor maior que 40% quando comparada com o fornecedor internacional.

Prof. Savasini, numa venda de um produtor nacional, tendo a chapa a mesma especificação, o mesmo tamanho, a mesma forma — portanto, não altera o sistema produtivo de forma alguma —, produzida pela indústria brasileira fora do Brasil é vendida a um preço internacional, enquanto a chapa produzida pela siderurgia brasileira para uma indústria brasileira é duas vezes mais cara. A mesma empresa, concorrente nossa, fora do Brasil compra da siderurgia brasileira mais barato.

Então, sobre essas distorções, sem falar em tantas outras, vamos ter a oportunidade de conversar logo mais, mas eu não queria deixar de fazer referência à lucidez e à simplicidade da exposição das questões mais essenciais.

Temos de construir um processo de solução necessariamente negociado com quem veicula o interesse da indústria nacional. Temos de fazer esse dever de casa, dada a gravidade desse problema que hoje aflige a economia brasileira. E não só a economia. Estamos vendo os jovens na periferia das grandes cidades brasileiras desqualificados, marginalizados, drogados. Com certeza, uma fração importante da causa desse problema é a incapacidade que a indústria brasileira tem de gerar empregos necessários para a transformação da nossa vida social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Pergunto se mais algum Deputado quer se manifestar. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Osmar Terra.

**O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA** - Bom, eu também cumprimento o Prof. Savasini pela clareza e simplicidade da exposição.

Quero fazer uma pergunta, Savasini sobre política cambial.

Desde 2006, pelo menos, estamos sofrendo uma “flutuação”, entre aspas, do câmbio, que nunca foi flutuação. Para mim, sempre foi um livre acesso sem nenhuma regra de recursos de dólar vindo de tudo quanto é fundo de pensão do mundo todo para cá, propositadamente derrubando o dólar em relação ao real, que foi criando toda uma dificuldade de exportação. Nossas indústrias estão há 6 anos, pelo menos, com dificuldade de competir, só pela questão cambial, sem falar nesses custos de que o senhor falou. Mesmo com esses custos todos, a nossa indústria ainda era competitiva em relação ao mercado internacional. Mas, de 6 anos para cá, foi praticamente se anulando e abrindo as portas para entrar o chinês, o coreano, os competidores.

Pergunto qual é a sua expectativa, professor: que seja estável essa flutuação do dólar, ficando ele a 2 reais ou não? Se isso for estável, vamos encontrar mercado lá fora com essa crise toda na Europa? Não está tarde demais essa história de o dólar se valorizar? Vai causar impacto na nossa indústria? Vai haver uma reação?

Essas são as questões que eu queria levantar.



**O SR. JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVASINI** - Bom, nada é tarde demais. Se fosse tarde demais, já teríamos morrido.

O que eu quero dizer sobre o dólar: é claro que ele afetou, mas quando coloco toda a culpa no dólar, estou deixando de ver algumas coisas que estão acontecendo no País. É por isso que eu quis dar essas informações aos senhores sobre os preços dos insumos.

Quanto ao dólar, quero dizer que no mês de abril o Banco Central interveio 16 vezes no mercado — comprou dólar. E nas 16 vezes em que comprou dólar, pagou um preço um pouco acima do preço que o mercado estava realizando.

Com isso, o que fez? Deu a entender à sociedade que a cotação estava muito baixa, precisava subir. Quando chegou o mês de maio, parou de comprar porque lá fora a situação azedou. Azedou como? Os caras começaram a tirar recursos dos bancos — não estou falando na Grécia, na Espanha também — e começaram a dizer: "*Deixa eu colocar um pouco mais de dinheiro lá*". Então, há dois tipos de entrada de dinheiro no Brasil: uma para financiar a importação e a exportação; a outra, do mercado financeiro.

Por operações de exportação e importação estão entrando dólares, mas a entrada pelo mercado financeiro caiu a partir de 1º de maio. Não é que tenha caído, ele vinha fazendo isso aqui. A cotação do dólar em maio está espelhando muito o que está ocorrendo lá fora. O Banco Central agiu em abril. O dólar estava baixo, subiu. Mas agora há um problema lá fora. E o que eu tenho muito receio, de vez em quando, é de dizer "*vai que o leão é manso*", porque o que acontece lá fora nunca se sabe.

Então, eu acho que há toda a condição de ser R\$ 2,00. E mais: na hora em que chegar a R\$ 2,10 — o Ministro está aqui, e eu não deveria dizer isso perto dele —, eu acho que o Governo vai eliminar os 6% de IOF e tudo o mais. O dólar não vai passar de R\$ 2,10. Quando chegar a R\$ 2,10 o Governo elimina o IOF, elimina uma porção de coisas. Mas eu acho que é o que vai acontecer.

Não adianta nada o câmbio ser R\$ 2,40, porque se for, eu vou plantar soja no meu sítio. O dólar é importante para a indústria, mas não é tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Anuncio a presença do Ministro Fernando Pimentel.

Passo a palavra ao Deputado Afonso Florence, por ele solicitada.

Peço ao Deputado Márcio Reinaldo que assuma a presidência.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Dr. Savasini, parabéns pela exposição. Vou ser muito rápido, pois acho que todos nós estamos mais interessados em ouvir o Ministro Fernando Pimentel. Quero parabenizá-lo por todo o trabalho e também o Márcio Holland, aqui presente.

Rapidamente, quero destacar, Dr. Savasini, que algumas soluções apresentadas por V.Sa., que nos parecem inteiramente pertinentes, não deixam também, em alguma



medida, de se apresentar como dilemas. Em particular a opção necessária pela facilitação de importação de máquinas para que possamos produzir mais.

É claro que precisamos de máquinas para produzir mais, mas nós também temos que produzir máquinas e exportar máquinas para não ficarmos no dilema que V.Sa. destaca de sermos um país exportador de *commodities*, o que, em alguma medida, é fato, pelas vantagens comparativas, digamos assim, que Deus nos deu. A agricultura pôde desfrutar dessas vantagens comparativas, inclusive pela iniciativa do Estado brasileiro de criação da EMBRAPA.

Então, é fato que nós temos que produzir máquinas e exportar produtos de valor agregado. Esse é um dilema, não é apenas uma solução. Temos que poder importar máquinas para produzir mais, mas temos também que produzir máquinas e exportar produtos de valor agregado. Isso é o que o V.Sa. nos coloca como alternativa. Eu gostaria, então, que V.Sa. nos falasse sobre esse dilema, se é que assim o entende.

O outro aspecto é o custo da energia e do trabalho. Nós somos um País que... Quando nos comparamos com a China e, ao mesmo tempo, reconhecemos que o nosso salário mínimo não é o mais vantajoso, o mais adequado para produzirmos um poderoso mercado interno, temos que reconhecer que há países com os quais nós nos comparamos cujo custo do trabalho não é tão expressivo em relação ao Brasil e a outros países. A comparação do Brasil com outros países cuja matriz energética não demanda investimentos públicos tão expressivos... No Brasil, a energia elétrica demanda investimentos e têm um passivo social e ambiental que o Estado brasileiro e o Governo da Presidenta Dilma, de forma resoluta, vêm enfrentando. Mas não é uma solução fácil baratear o custo da energia no Brasil. Se fosse fácil, já o teríamos feito.

Acho que nesse tema temos que detalhar o que faz com que o chamado Custo Brasil, que o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma tão resolutamente têm enfrentado, buscando soluções na logística, na produção de energia e no apoio à indústria, traga desafios para o Estado brasileiro, para a sociedade brasileira, para que a nossa indústria ganhe competitividade internacional.

São essas as perguntas. Mais uma vez, parabéns ao Dr. Savasini.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO SAVASINI** - Darei uma resposta ao senhor. Quando falo em importar máquinas, estou me referindo à necessidade de a indústria investir em competitividade. Para isso ela tem que ter máquinas. O IPI das máquinas, para mim, teria que ser de 0,5%, para não ser zero.

Agora, quanto à importação, é como eu digo: a importação brasileira é muito pequena. Por exemplo — o Ministro da Indústria e Comércio deve saber disso —, eu não consigo exportar café solúvel porque não consigo fazer *drawback* do café. E o café é um produto que a minha família produzia. O cara vai dizer: "*Você vai importar o produto que a sua família produzia?*" Não, eu tenho que fazer *drawback* de um produto que, para misturar o café aqui, eu possa exportar. E o Ministro não consegue fazer isso.

Não é que eu seja contra a importação. Eu acho que a importação é relevante na hora que tem que vir. Se o cara produz uma coisa com um preço mais barato e vai fazer um *blend* que eu posso exportar, faça *drawback*. Não vamos dizer aqui: "*Olha, os chineses estão ocupando o trabalhador brasileiro.*" Não é isso. Na minha época de



estudante, dizia-se que os americanos tinham emprego e os brasileiros, não. Agora são os chineses.

Não vamos nos esquecer da China, que não tem só mão de obra barata. A China tem uma educação do arco da velha, mas a infraestrutura da China... Para se levar qualquer coisa para qualquer lugar, é muito mais barato do que no Brasil. Então, não vamos dizer: "*O cara tem trabalho...*" É também trabalho mais barato, mas está aumentando o trabalho lá.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Queremos agradecer mais uma vez ao Dr. Savasini, que nos honrou sobremodo, não só a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, mas todas as Comissões que participam deste seminário e a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional. Aceite o nosso abraço amigo, fraterno. Muito obrigado por sua participação, tão positiva. Um forte abraço. (*Palmas.*)

Daremos início, neste momento, ao primeiro painel deste seminário, intitulado *Os desafios, a competitividade, o futuro da indústria brasileira*.

Convido para compor a Mesa o Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (*palmas*); o Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (*palmas*); o Deputado Antonio Balhmann, mediador deste painel (*palmas*); o Sr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (*palmas*); o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP. (*Palmas.*)

Cada expositor terá o tempo de 20 minutos para sua preleções. Ao término das exposições, será aberto o debate com a participação do público presente.

Solicito aos que desejarem participar do debate que, por favor, peçam o formulário de perguntas a um dos nossos assistentes.

Vou inverter a ordem. O Ministroalaria no fim, mas, em razão de compromissos assumidos previamente, inclusive fora de Brasília, vou passar a palavra ao Ministro Fernando Pimentel, a quem agradecemos de coração pela presença.

Este seminário está sendo realizado, Ministro, muito em função do bom relacionamento e da interação existente entre esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e o Ministério de V.Exa. Acho que esses debates, esses temas aqui apontados são uma consequência da atuação da Frente Parlamentar criada por iniciativa do Presidente da Comissão de Educação, o grande Deputado Newton Lima. Daqui poderemos deixar registrados para a sociedade ideias, pontos de vistas, posições sobre as quais, naturalmente, os Ministérios e a sociedade haverão de refletir a fim de que estruturas mais sólidas sejam construídas no futuro para o bem do Brasil no segmento da indústria e do comércio.

Com toda a honra, passo a palavra a S.Exa., o Ministro Fernando Pimentel.



**O SR. MINISTRO FERNANDO PIMENTEL** - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, caro amigo, conterrâneo, companheiro.

Quero agradecer pelo convite para estar aqui e saudar os Deputados presentes, meus companheiros Newton Lima e Afonso Florence, ex-Ministro, queridos amigos, Deputado Antônio Andrade, também meu conterrâneo — Márcio Reinaldo já mencionei — , Deputado Antonio Balhmann, Deputado Osmar Terra, Deputado Renato Molling, Deputado José Humberto, de Minas Gerais, todos Parlamentares com atuação muito relevante na área do Ministério que eu tenho a honra de dirigir neste momento.

Quero agradecer pelo convite e agradecer, Deputado Márcio Reinaldo, na sua pessoa, Presidente da Comissão, pela colaboração que nós temos tido da Comissão e do Parlamento em geral nas iniciativas necessárias para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento do País.

Saúdo nosso companheiro de Mesa, meu colega Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, aqui representando o Ministro Guido Mantega, que também está na Casa, no Senado, em outra Comissão.

Saúdo com carinho o nosso querido José Roriz, dirigente da FIESP, Vice-Presidente de um departamento importante da FIESP, industrial de atuação reconhecida, liderança importante na indústria brasileira.

Enfim, saúdo todos os presentes.

Vou ser breve. Teremos três falas. Eu tenho que sair no máximo ao meio-dia. Eu queria, depois de falar, tentar escutar um pouco a exposição dos meus colegas de Mesa, não só por uma questão de cortesia, mas, principalmente, porque de fato nos interessa muito o debate proposto pela Comissão, que considero extremamente oportuno.

Esta Mesa vai discutir, vai expor ideias e propostas sobre a competitividade e o futuro da indústria brasileira.

Quero começar, Deputado Márcio Reinaldo, mencionando a situação internacional. Todos acompanham, todos sabem que o mundo está atravessando uma crise econômica de grandes proporções, uma crise extensa, profunda, que atinge duramente a comunidade europeia e tem reflexos no mundo inteiro.

O Brasil — e ontem a Presidenta Dilma Rousseff, em Santa Catarina, fez questão de dizer isso mais uma vez, o Ministro Guido Mantega também tem dito isso de forma muito peremptória e nós todos reforçamos essa posição — está preparado para enfrentar a crise. Com certeza, muito melhor preparado do que a maioria dos países do mundo. Mas isso não quer dizer que estamos imunes aos efeitos da crise.

Nós sentimos os efeitos da crise, seja porque o comércio internacional caiu muito, seja pela exacerbação da agressividade de outros países em relação à competição industrial e de exportação conosco. Esse fenômeno notado, observado hoje na economia tem impactos relevantes sobre o nosso tecido econômico e sobre a nossa indústria em especial.





Então, a meu juízo, isso explica, em larga medida, porque é que os índices de produção industrial no Brasil não têm evoluído a contento, embora o nosso PIB tenha crescido muito, embora a renda média e o emprego estejam em níveis muito adequados, especialmente num contexto de crise.

O índice de produção industrial se mantém mais ou menos no mesmo patamar de 10 anos. Isso nos preocupa. Isso significa que estamos de fato enfrentando uma competição externa muito forte e temos desafios muito importantes a vencer para colocar a nossa indústria em condições adequadas de enfrentar essa competição. Todavia, somos — não é novidade, mas sempre o dizemos com orgulho, Deputado Antônio Balhmann — a sexta economia do mundo. Não é pouca coisa para um País que enfrentou 20 anos, pelo menos, de gravíssimas dificuldades econômicas. Soube superá-las com trabalho, com empenho, com dedicação, com austeridade, quando foi necessário, e com ousadia quando também foi pedida ousadia ao Governo e ao povo brasileiro para enfrentar a crise de 2008/2009. E chegamos a esse patamar.

Do ponto de vista do crescimento econômico — não me refiro especificamente ao índice de produção industrial, mas ao crescimento econômico —, o Brasil, neste ano de 2012, vai conseguir fazer crescer o seu PIB dentro da média internacional. O que está sendo previsto para a média internacional é algo em torno de 2,5%, 3%. Acho que vamos crescer acima disso. Não quero estabelecer números. A meta prevista nas contas ainda não foi revista. Estamos ainda com a meta de 4,5%. Evidentemente, vamos ter que rever essa meta. O Ministro Guido Mantega ontem mesmo mencionou isso, mas não o fizemos ainda. Mesmo que pensemos em algo um pouco para baixo dos 4,5%, continuo apostando, e nisso estou trabalhando, que o PIB brasileiro crescerá mais do que a média mundial, o que irá nos garantir uma melhoria na nossa posição no *ranking* dos países desenvolvidos. É importante registrar isso. Nós temos conseguido manter uma posição muito adequada em função da nossa capacidade de crescer. É outro dado que quero colocar aqui e que tem mantido também um nível de emprego bem adequado. Nós estamos com a menor taxa de desemprego dos últimos anos. A nossa capacidade de crescer, hoje, está fortemente baseada no fato de que temos um mercado interno muito poderoso, pujante e em expansão. Isso explica por que o Governo brasileiro, especialmente a área econômica do Governo, cuida desse mercado interno com tanto empenho, tem tanto cuidado com relação ao mercado interno. Seja para incentivar o crescimento do mercado, seja garantindo acesso a crédito barato, a taxas de juros mais baratas e a prazos mais amplos de financiamento, seja defendendo o nosso mercado de práticas comerciais abusivas em relação às importações. O conjunto de medidas anunciado ontem mostra claramente o empenho do Governo brasileiro em defender e, de certa forma, assegurar que a expansão do mercado interno brasileiro se mantenha.

A explicação é simples: se observarmos o cenário mundial, muito poucos países — dois ou três — têm mais ou menos a mesma condição do Brasil. E se nós não cuidarmos do nosso ativo principal, que é o mercado interno, alguém vai entrar aqui e vender neste mercado interno os produtos que não conseguiremos colocar aqui em função da nossa baixa competitividade.

Então, a tarefa é, ao mesmo tempo, expandir o mercado, defendê-lo de práticas comerciais fraudulentas, ilegais e abusivas — é o que o meu Ministério faz na área da defesa comercial — e assegurar à nossa indústria condições crescentes de competitividade.

O empenho que a Presidenta Dilma já manifestou de público — e já fez manifestações práticas — é para reduzir as taxas de juros e, portanto, garantir



financiamento de longo prazo para o investimento brasileiro, patamares adequados, de um lado, com a competição internacional; assegurar também uma revisão progressiva da estrutura de tributos no Brasil, como já está sendo feito. A desoneração recente da folha de pagamento, que já atingiu 14 ou 15 setores da economia brasileira, é um exemplo vivo disso. Portanto, também se está trabalhando pela reavaliação e pela revisão progressiva dos tributos para adequá-los à estrutura econômica de um país que é a sexta economia do mundo. Isso tem muito a ver com a competitividade da indústria.

O terceiro eixo, que certamente já foi mencionado aqui pelos que me antecederam, é assegurar à nossa taxa de câmbio um patamar adequado, ou seja, não permitir uma valorização excessiva do real, da moeda nacional que prejudique o desempenho da nossa indústria.

O dólar está em torno de 2 reais — hoje, especificamente, está um pouco acima de 2 reais. Eu quero crer que esse é um valor muito adequado para que a indústria possa desempenhar o que nós queremos, que é se tornar cada vez mais competitiva.

Temos, todavia, desafios que restam ainda ser enfrentados de forma a deixar esse cenário mais pacificado, mais sólido. Eu diria que o principal deles — e vou dividi-lo em duas partes — é, primeiro, assegurar que a taxa de investimentos sobre o PIB ultrapasse a barreira dos 19%, 20%, em que tem se mantido nos últimos anos, e chegue à meta do Plano Brasil Maior, de 24%, 25%, num horizonte de 4, 5 anos.

Então, nós temos que aumentar o percentual de investimentos da economia brasileira sobre o PIB. Estou falando dos investimentos em geral: investimentos públicos e privados. Esse é um grande desafio.

O outro desafio é a redução da taxa básica de juros de maneira geral. Que a facilitação do financiamento de longo prazo cumpra um papel fundamental para conseguirmos assegurar que esse patamar, hoje de 19%, 20%, alcance 23%, 24%, 25%. A meta, na verdade, do Plano Brasil Maior é chegar a 22,4% até 2014 e a 24% nos próximos 4 anos, até 2018.

Eu diria que alcançar esse patamar de investimento é condição *sine qua non* para assegurarmos competitividade à nossa indústria e, de outro lado, adequar a indústria não só com volumes de investimentos, mas com a qualidade desses investimentos. Vale dizer que precisamos, cada vez mais, reforçar o investimento em pesquisa, em desenvolvimento de produtos, em incorporação de novas tecnologias e em inovação. A palavra-chave hoje, no mundo, é inovação. Para enfrentar a competitividade das economias asiáticas, em especial, da China, que se vale de um baixíssimo custo do trabalho e de uma estrutura, de um arcabouço institucional que também diminui os custos do ponto de vista ambiental e da regulação e facilita a tomada de decisões de forma centralizada, o que não é fácil se obter numa sociedade democrática como a brasileira, para enfrentar essa competitividade nós só temos um remédio: expandir a taxa de investimento e investir pesadamente em inovação, qualidade da produção e modernização das nossas linhas de produção.

É isso que o Governo tem buscado com o Plano Brasil Maior. Eu sei que os oradores que me antecederam certamente expuseram — e também nesta Mesa serão expostas — as dificuldades da economia brasileira em alcançar essas metas. Mas eu quero crer, Deputado Márcio Reinaldo, que nós todos aqui estamos imbuídos do mesmo propósito. Não só aqui, o Brasil inteiro hoje encontrou um caminho. O projeto nacional



está muito claro na cabeça de todos os brasileiros. Nós queremos crescimento econômico com estabilidade monetária, sem inflação, e crescimento econômico sem inflação, porém com distribuição de renda e de riqueza. É o que o Brasil alcançou e tem alcançado nos últimos anos, a despeito das crises internacionais. Isso é que nos assegura uma posição hoje tão proeminente.

Deputados Balhmann, Márcio Reinaldo, Toninho Andrade e demais Deputados presentes, eu recebo, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, semanalmente — não vou exagerar —, dezenas de investidores estrangeiros, de empresas internacionais que buscam o Brasil para estabelecer suas bases de produção para tentar acessar o nosso mercado. Evidentemente, o Brasil é uma economia aberta, não impõe nenhuma restrição, mas nós sempre incentivamos esses investidores, primeiro, a virem para o Brasil trazendo inovação e tecnologia, não para produzir o que nós já sabemos fazer, mas para nos ajudar a produzir coisas novas; e, segundo, sempre se associarem com grupos nacionais, porque esse é nosso objetivo.

A economia brasileira, de certa maneira, conseguiu se preservar da crise porque grande parte dela continua sob controle nacional. É muito importante, numa economia globalizada como a que temos hoje no mundo, o controle nacional sobre as decisões de investimento.

Então, a nossa economia é aberta, não é fechada. Nós estamos ansiosos por receber investimentos estrangeiros. Na próxima semana devo fazer uma viagem para o Japão e para a Coreia com o objetivo, justamente, de prospectar empresas de ponta, de inovação, de tecnologia avançada que queiram vir para o Brasil. Mas sempre com essa preocupação: o controle nacional — não estou falando de Estado, pode ser do setor privado — das decisões de investimento, que é a chave para garantirmos um futuro pujante para a nossa economia.

Eu queria falar só isso, não vou me estender. Quero agradecer pela paciência e pela audiência de todos. Estou ansioso para ouvir o Márcio Holland e o José Roriz, que, tenho certeza, vão ajudar muito no debate.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Parabéns, Ministro Fernando Pimentel. Realmente são muito confortáveis e promissoras as perspectivas que V.Exa. nos relata.

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. José Ricardo Roriz Coelho.

**O SR. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO** - Quero saudar o Ministro Fernando Pimentel, os Deputados Newton Lima, Márcio Reinaldo, Antônio Andrade, Antonio Balhmann e os demais presentes, o Secretário Márcio Holland e a Secretária Heloísa, as senhoras e os senhores.

Eu vou fazer uma apresentação com um foco mais de médio e longo prazo. E também não vou falar muito em crise, até porque vai embora uma e vem outra. Então, num período mais longo, nós vamos ter várias crises pela frente. Agora, inclusive, nos últimos tempos, elas têm vindo em períodos até menores. É importante termos uma visão um pouco mais de longo prazo. E é exatamente o tema da nossa Mesa — Os



*desafios, a competitividade, o futuro da indústria brasileira.* Então, volto a dizer, vou colocar um pouco mais de foco no futuro.

O objetivo meu aqui é um pouco ousado. O tempo é curto, mas eu quero falar quais são os objetivos para o desenvolvimento do Brasil nos próximos 15 anos. Vou colocar uma meta, um estudo que nós fizemos e direi se essa meta é factível, que países conseguiram atingi-la; quais foram as estratégias utilizadas pelos países que atingiram esses objetivos; que oportunidades e ameaças o Brasil tem para atingir um nível de investimento fixo e a participação da indústria no PIB necessária para que tenhamos esse desenvolvimento; quais entraves devem ser removidos para que o Brasil atinja essa meta de crescimento; quais são as ações recentes do Governo; quais são os resultados que já foram alcançados e quais estão por vir; nos últimos 30 anos, qual tem sido a estratégia do desenvolvimento brasileiro; quais os cenários possíveis para o Brasil nos próximos anos; e quais as propostas de medidas prioritárias para atingir a visão do futuro.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como eu disse, a minha missão aqui não é fácil. Mas tenho certeza de que vou conseguir dela me desincumbir.

Passando para essa primeira questão — quais são os objetivos para o desenvolvimento? —, nós fizemos uma simulação. Nessa simulação, até o ano de 2025, qual seria a nossa meta, qual seria o nosso objetivo? É lógico, como foi dito aqui, seria uma meta em que tivéssemos crescimento econômico e crescimento dos indicadores sociais — o IDH, por exemplo, mede saúde, expectativa de vida, escolaridade, renda *per capita* — e que, de um lado, fizéssemos crescer a nossa economia e, de outro lado, puxássemos bastante o IDH.

A proposta colocada aqui é que, nesse intervalo de tempo até 2025, nós estivéssemos próximos a alguns países que estão nesse bloco intermediário nesse quadro que foi mostrado aqui — Portugal, Polônia, Hungria, Argentina e Rússia. É uma meta difícil, como se mostrará, mas esses países não têm nada de excepcional em relação ao Brasil hoje que não nos deixe aptos para chegar a esse desenvolvimento trazendo também o desenvolvimento social. E nós elevaríamos o PIB *per capita*, em paridade de poder de compra, de 10 para 20 mil dólares nesse período.

A pergunta é a seguinte: essa meta é factível? Que países conseguiram isso? Nós pegamos uma cesta de quase 40 países que vou mostrar mais adiante. Peguei três países. Países asiáticos tiveram crescimento muito forte. Tiramos a China. Todo o mundo só fala em China. Vamos estudar outros *cases* importantes. O que estou mostrando aqui é que alguns países conseguiram dobrar esse PIB *per capita* de 10 para 20 em menos de 15 anos. Por exemplo, a Coreia do Sul fez isso em 14 anos. De 1988 a 2002, dobrou de 9,5 para quase 21 o PIB *per capita*. A Malásia também fez isso em 15 anos. O Japão o fez em 14 anos.

Para nós, por que é factível? Porque para fazer isso agora nós partimos de uma condição muito melhor do que a deles: em primeiro lugar, nossa economia está arrumada, nós temos estabilidade econômica, temos disciplina fiscal, temos reservas adequadas, as nossas instituições têm credibilidade e são respeitadas. Temos todas as condições para fazer isso. Além do mais, como vou falar mais adiante, temos recursos



naturais, como, na parte de energia, o pré-sal e a agricultura. Há vários fatores que são muito melhores do que os desses países quando eles iniciaram esse processo.

Para crescermos nesse espaço de tempo de 15 anos, sem dúvida nenhuma, vamos ter que crescer mais do que a média do crescimento mundial. Por exemplo, a Coreia do Sul, no período em que dobrou o PIB *per capita*, cresceu 3,5% acima do crescimento mundial. O Japão cresceu 2%. A Malásia, 2,3% acima do crescimento mundial nesse período em que eles dobraram o PIB *per capita*.

Para atingirmos essa meta até 2005, chegarmos, com paridade de poder de compra, ao PIB de 20 mil dólares por habitante/ano, nós teríamos que crescer — aí há várias projeções de crescimento mundial nesse período, de várias instituições diferentes — uma média entre 2% a 2,5% acima do que cresce a média mundial. Teríamos que ter um crescimento muito próximo a 5,4%.

Nós vamos citar um pouco rapidamente que estratégias esses países usaram para atingir esse objetivo, o que eles fizeram para dobrar sua renda *per capita* e trazer junto os indicadores sociais. Sem dúvida nenhuma, investimento. É praticamente impossível ter um crescimento econômico, um crescimento da renda da população sem aumento de investimento. Nós teríamos que sair de uma faixa de investimento de 18, 19, 19,5, que nós temos tido nos últimos anos, para uma faixa de 23, 25, 27.

Nesse quadro, nós mostramos a taxa de investimento desses países com os quais competimos no mundo. Eles cresceram a taxas grandes. Dobraram sua renda *per capita*, mas a base de tudo foi o investimento.

Como é que esse investimento vem? Quais as condições para atrair esse investimento? Todo o mundo sabe que investimento é fundamental para se atingir essa meta. Quais são as condições? Temos que potencializar vantagens — o Brasil tem várias vantagens comparado a vários países com os quais competimos — e criar ambiente favorável. A soma de potencializar vantagem com criar ambiente favorável se traduz em investimento.

O investimento é a interação de um conjunto de várias coisas que agem simultaneamente: educação, investimento em P&D, infraestrutura, eliminar entraves e ineficiências, foco na participação da indústria, que vou mostrar um pouco mais adiante. O investimento traz tudo em seu bojo. Por exemplo, inovação.

Inovação vem com o investimento. Uma fábrica que não está investindo inova muito pouco. Normalmente, os grandes processos de inovação acontecem numa fábrica quando ela acaba de fazer um investimento, quando ela entra com um equipamento novo, quando ela muda algum processo, quando ela aumenta a capacidade e vai ter que sair atrás de mais clientes. A inovação vem junto com o investimento.

É o que tem ocorrido na China. A China investe mais de 40% do PIB. A inovação está ocorrendo porque as coisas estão acontecendo por lá. Eu tive oportunidade de várias vezes visitar a fábrica da Intel na China. Ela tem 6 mil engenheiros em Xangai e 5 mil engenheiros em Pequim.

Antigamente, um engenheiro ruim dos Estados Unidos, da Intel, sei lá, um cara que estava lá atrás eles mandavam para a China. Hoje os melhores vão para a China. As



coisas estão acontecendo lá porque está havendo investimento, lá se está produzindo. Lá os processos estão acontecendo. A interação dessas coisas todas é que faz vir o investimento.

Que tipo de investimento seria esse para alavancarmos o crescimento do Brasil? O primeiro é o investimento em infraestrutura. Temos uma classificação. Estou falando comparativamente com outros países. Não é que eu ache que a nossa infraestrutura é ruim. Comparada com a de outros países, temos uma infraestrutura inadequada e extremamente ineficiente para o que precisamos hoje para competir no mercado mundial. Precisamos de mais investimento em infraestrutura.

Educação. Educação também vem com investimento. Eu me lembro de que me formei em Engenharia e, na época em que me formei — já sou um pouco velho — eu arranjava facilmente emprego como engenheiro, até porque havia grandes obras no Brasil. Nas décadas de 80 e 90 virou história — não sei se vocês se lembram disso —, “o engenheiro que virou suco”. Não havia emprego para engenheiro. Agora, com o pré-sal, com novos investimentos, precisa-se de engenheiro. Engenheiro, educação, essas coisas vêm com investimento.

A Argentina, por exemplo, tem um estoque de educação muito melhor do que o nosso, mas não é por causa disso que o investimento vai se dar na Argentina. Essas coisas todas têm que andar em conjunto.

Falo também em inovação. A inovação se faz, como disse há pouco, investindo.

O próximo é uma cesta de vários países. Nós pegamos vários países — na realidade, 43 países — e vimos o tempo que esses países levaram para se desenvolver. De um lado temos a indústria de transformação, qual a participação da indústria nesses países e os anos necessários para que a renda *per capita* dobrasse de tamanho.

Não vou falar de desindustrialização, cujo conceito acho que todos conhecem. O grande problema da desindustrialização é a precoce... É lógico que com o tempo, com o aumento da renda, com 20, 25 mil dólares de paridade de poder de compra o cara tem mais renda e vai usar mais serviço. Isso vai crescer muito mais do que a indústria.

Mas aqui também é para mostrar a importância da indústria nesse período em que as pessoas começam a ter renda. Estamos passando por um período no Brasil em que a classe média já representa 52% da população, felizmente, e muita gente está comprando o primeiro carro, a primeira geladeira, a primeira televisão; comprando roupas mais elaboradas, calçados de melhor qualidade. E nós temos que ter capacidade para fazer produtos para esse pessoal que está aumentando sua renda, senão esses produtos terão que vir de fora.

Então, a indústria, nesse período em que se está dobrando a renda *per capita* até chegar ao patamar da renda *per capita* de países desenvolvidos, tem um papel fundamental, principalmente nos países que têm uma população grande e um mercado doméstico potencialmente comprador, sob pena de se estar aumentando a renda da população e essa população não ter condições de comprar o produto produzido no país, porque as suas empresas não são competitivas.



Então, os países em que houve uma participação maior da indústria cresceram de forma mais rápida e aumentaram a renda da população de maneira mais rápida também.

E por que a indústria é importante? Quando eu falo da indústria, não estou tirando a importância dos outros setores. Todos os setores da economia, é lógico, são importantes. Agora, neste momento da nossa economia, principalmente, ter uma indústria forte é fundamental, pelas razões que eu citei e por algumas que eu vou citar mais adiante.

A indústria é multiplicadora da demanda doméstica, como eu disse há pouco. Ela é exportadora. Exporta-se muito pouco serviço. Não se exporta a comida do restaurante, o trabalho da manicure. Exportam-se os produtos *tradables*.

Então, quem tem capacidade, quem é eficiente vai vender para um país menos eficiente. É daí que se vai aumentar a riqueza e a renda vai ser distribuída para a população, e criados empregos de melhor qualidade.

Ela é desenvolvedora de capital humano. Geralmente, dentro da indústria as pessoas ficam mais tempo. O *turnover* de pessoal é menor dentro da indústria. A indústria treina por mais tempo, prepara o pessoal durante um longo período, quando a equipe entra. Geralmente, quando a pessoa passa um tempo dentro da indústria, tem um nível de qualificação melhor do que em outros setores.

Aumenta a produtividade porque agrega mais valor para o trabalhador, sobretudo em economias emergentes. E ela é difusora de inovações tecnológicas. Inovação, geralmente, ocorre na indústria, as grandes inovações, os grandes produtos ou coisas novas que são inventadas. Esse tipo de coisa ocorre normalmente na indústria ou, às vezes, em um serviço de apoio à indústria, mas voltado à produção de um bem industrial.

E quais seriam as ameaças e oportunidades que o Brasil tem para atingir esse nível de investimento fixo e participação do PIB? Olhando para esse horizonte até 2025, olhando para todas as nossas possibilidades, temos muito mais oportunidades do que problemas.

Se focarmos essas oportunidades, o objetivo será facilmente alcançado. É lógico que com uma certa dificuldade, até porque, como eu disse, partimos de uma base muito melhor do que a dos nossos concorrentes.

Primeiro ponto: estou mostrando uma projeção do crescimento do mercado doméstico em economias em desenvolvimento e em economias avançadas. Haverá 14 trilhões de aumento de mercado interno nesses países e nessas regiões que eu estou mostrando. Desses 14 trilhões, 60% ficam nas economias emergentes, o que significa cerca de 8 trilhões.

E o terceiro país com maior capacidade de crescimento do mercado interno é o Brasil. E isso atrai investimento. Está todo o mundo de olho querendo montar uma empresa, fabricar produtos e oferecer serviços e outras coisas em um país que tem possibilidade de crescimento do mercado interno.



Hoje dificilmente o sujeito vai tomar a decisão de investir alguma coisa na Europa e em alguns países desenvolvidos. O Japão passa por um processo de baixo investimento ao longo dos últimos anos justamente porque a possibilidade de crescimento do mercado interno é muito pequena, e o Brasil tem essa possibilidade. O Brasil vai ser um dos países em que mais vai crescer a demanda interna nos próximos anos.

Em relação a essa expansão do mercado interno e aumento de renda dos brasileiros, vamos ter que ter condições e competitividade para fazer esses produtos aqui no Brasil, lembrando o seguinte: o cara, quando vai ao supermercado ou a uma loja, não vai para comprar nafta petroquímica, minério de ferro; ele vai para comprar roupa, sapato, óculos, bicicleta, moto, carro, televisão de tela plana, etc. E temos de ter a capacidade de fazer essas coisas. Do contrário, o cara vai importar ou pegar um avião e comprar lá fora. Se sua renda aumentou, ele tem direito de adquirir aqueles produtos de boa qualidade, produtos a que não tinha acesso até então.

Então, temos que ter capacidade para suportar esse aumento de renda. Felizmente, esse aumento de renda na última década aconteceu de maneira espetacular e tem condições de ir adiante, como eu falei, e até de dobrar até 2025.

Como ameaça, um dos grandes problemas que tivemos é que boa parcela desse nosso crescimento e do crescimento de renda até agora foi capturado pelas importações. No início da década, de cada dez produtos da indústria de transformação, dez produtos transformados, um era importado — e não estou falando aqui da indústria como um todo, em que entra a extrativa, a mineradora. Em 2011, quase de cada quatro um era importado. Então, dos produtos de fora que vieram para o Brasil atender a esse aumento da demanda da população, boa parcela, quase 25%, está sendo atendida por produtos importados. Aí está o nosso grande desafio.

Com isso, perdemos 4,5 milhões de empregos. Podem perguntar: "*Mas a nossa taxa de desemprego é uma das mais baixas do mundo, e perderemos 4,5 milhões?*" Mas aí está o aumento da produtividade. Os salários até poderiam ter crescido com o aumento da produtividade e não com o que aconteceu hoje. As empresas estão mais ociosas, já que perderam boa parcela do mercado para a importação; os salários aumentaram mais que a inflação, mas poderiam ter aumentado via aumento de produtividade se a nossa indústria estivesse trabalhando a plena carga e com menor ociosidade. Poderia até haver maior aumento de renda nesse período, caso boa parcela desses produtos importados tivesse sido produzida no Brasil.

A produção industrial, usando como base 2000, teve grande crescimento na Ásia, acima de 3,5%. O Brasil com 1,4 vezes o valor do ano-base de 2000, mas houve forte crescimento na produção na Ásia, até porque foram esses países, como eu mostrei, que tiveram crescimento maior no seu PIB e também crescimento maior de renda no período.

Que entraves teriam que ser removidos para que o Brasil atinja essas metas de cumprimento? Já se falou muito aqui de câmbio. Acho que o Brasil está enfrentando esse problema. É lógico que ainda vamos esperar um tempo para que esse câmbio surta algum efeito nas importações. Acho que as empresas que entraram no mercado brasileiro hoje não vão entregar fácil o que conquistaram. Como os mercados internacionais estão muito fracos, com essa variação de câmbio estão dando mais descontos. Só sei que elas não vão entregar essa parcela de um quarto da nossa indústria de transformação assim tão fácil. Mas acho a política correta na direção do câmbio, também da direção de juros, é algo ainda muito recente.





Durante muito tempo pagamos os juros mais altos do mundo, os *spreads* bancários mais altos. A nossa população está bastante endividada, chegando a um número alto de inadimplência. E nessa parcela que paga de prestações boa parte é de juros altos cobrados ao longo de todo o período. Até nos descontarmos disso vai levar algum tempo, mas são ações muito bem endereçadas que têm acontecido ultimamente.

A indústria da transformação é o setor que mais contribui com a arrecadação, 33,9% do total da carga em 2010, apesar de, neste ano, a participação no PIB ter diminuído para 14,6%. Entretanto, arrecadou quase 34% em impostos, representando 16% da indústria.

Às vezes, falam que o Governo está dando subsídio para a indústria. Ontem mesmo houve uma medida para a indústria automobilística. Subsídio, nada; o que a indústria paga de impostos é quase o dobro do que os outros setores pagam, levando em conta o que ela representa no PIB.

Outra coisa: a indústria é alavancadora de crescimento também. Para cada real de crescimento, a indústria alavanca 2,2 reais nos outros setores da indústria. Então, há um crescimento forte na economia. Como a indústria é uma grande pagadora de impostos, de uma certa forma, dá-se o chamado subsídio de um lado, mas, do outro lado, com o crescimento da economia, o Governo pode arrecadar mais impostos, até porque o Governo tem que fazer escolhas. O Governo tem que investir em educação, saúde e infraestrutura e tem que estar de olho nessa questão tributária e de arrecadação para fazer frente a esses compromissos que são necessários. Mas a carga da indústria de transformação é de 59,5% do seu PIB e representa 40,3% dos preços dos produtos industriais.

Outro problema é o custo da burocracia para pagar tributos existentes no País. Isso representa 19,7 bilhões. De um produto transformado 2,6% em média do preço daquele produto é para pagamento de impostos e para bancar toda essa parafernália que se tem que montar dentro de uma empresa industrial.

Eu já falei aqui de juros e empréstimos bancários.

Os encargos trabalhistas são muito elevados: representam 32,4% do total do custo da mão de obra, de acordo com o Departamento de Estatística de Trabalho dos Estados Unidos, em 34 países. São encargos relevantes e bem maiores do que os dos outros países.

Medidas para alguns setores estão sendo tomadas para desoneração da folha.

Sobre energia elétrica e gás natural eu não vou falar mais. Energia elétrica é o segundo ou terceiro maior preço do mundo. Gás natural tem um preço absurdamente alto. Vou dar um exemplo: os Estados Unidos descobriram o gás há 5 ou 6 anos. O preço do gás natural era 12; hoje, está entre 2 e 2,5. Então, descobriu-se o gás. Logo, a economia toda está tendo o benefício desse gás nos Estados Unidos. No Brasil, apesar do pré-sal e de o País usar mais gás, o nosso preço é um dos maiores — se não for o maior —, e a energia elétrica, embora geremos 67% de hidroeletricidade, também é o segundo ou terceiro maior preço do mundo.



O sistema logístico encarece quase 17,1 bilhões pelos custos do sistema logístico.

Aí na frente tem uma classificação. Não sou eu que estou dizendo isso. Existe uma classificação, sem levar em consideração essa parte de telefonia e de comunicações, porque já foi dito aqui que é extremamente cara. Hoje em dia, a qualidade da comunicação e da telefonia é fundamental para que as empresas possam operar bem em ferrovias, aeroportos, estradas, portos etc.

Quais são as ações recentes do Governo? Isso tem dado resultados desejados? Provavelmente, o Márcio vai falar sobre isso, mas há várias ações coibindo a valorização da taxa de câmbio: taxa de juros básicas, novas aplicações na poupança, medida muito acertada, oportuna e adequada. Veio no momento certo. Agora, os juros podem continuar caindo.

Sobre ações de política industrial eu acho que o Márcio vai falar.

Apesar disso, as projeções desses boletins todos são de crescimento muito baixo para os próximos anos. Para em 2025 termos crescimento do PIB alto com crescimento do IDH, as nossas projeções, embora essas medidas do Governo tenham sido tomadas, ainda estão muito baixas, e baixas inclusive comparativamente às de outros países. Em 2011, crescemos menos do que a maioria dos países aqui do continente e de outros países e menos do que a média mundial de crescimento.

Disseram-me aqui que meu tempo esgotou, mas vou encerrar, pedindo desculpas por ter ultrapassado o prazo.

Quanto à estratégia de desenvolvimento nos 30 anos, comparando o PIB *per capita* do Brasil com o da Coreia, verificamos que, em 1980, o PIB brasileiro era 36,5 maior do que o coreano. Em 2010, o PIB brasileiro era 63% menor do que o coreano.

Outro exemplo: em 1980, a indústria do Brasil era maior do que a soma da China, Coreia, Tailândia e Malásia. Em 2010, nós representávamos apenas 10% deles. Então, nós éramos maiores do que os quatro juntos em 1980, mas em 2010 representamos apenas 10% do tamanho dessas economias.

O cenário do Brasil para o próximo ano, passando rapidamente, mostra que temos tudo para ter crescimento, como eu falei, porque partimos de bases bastante melhores.

A participação da indústria de transformação tem caído. Precisamos fazê-la voltar para 24% ou 25%, principalmente nesse período em que estamos elevando a renda *per capita* de 10 mil a 20 mil. Como eu falei, a participação da indústria é fundamental para fabricar esses produtos responsáveis pelo aumento da demanda que teremos nesse período.

Há várias propostas aqui sobre as quais, pelo jeito, não terei tempo de falar. Muitas se referem às medidas que o Governo tem feito, a medidas para o adensamento de cadeias produtivas e medidas tributárias. Na parte de inovação tecnológica alguma coisa tem sido feita, mas precisamos acelerar um pouco mais. Na execução precisávamos ser um pouco mais rápidos. Precisamos ter metas de crescimento industrial. Esses planos têm metas, algumas de curto prazo.



Sobre essa última eu queria falar um pouco mais, antes de encerrar. Trata-se de uma coordenação entre os agentes produtivos, Governo e instituições, visando à formação de *cluster*, empresas com massa crítica para relevantes investimentos em P&D, internacionalização, consolidações, atração de empresas com tecnologia de fronteira para induzir investimentos privados, usando instrumentos adequados, por tempo limitado, vinculados a metas de *performance*, entre outros.

Sobre tarifas aduaneiras, onde há monopólio e oligopólio deve haver tarifas menores para gerar mais concorrência. Onde há centenas e milhares de empresas ofertando o mesmo produto, geralmente em setores que geram muito emprego, deve haver tarifas maiores para conservar o emprego de um produto que tem maior valor agregado, aproveitando que somos um País rico em matérias-primas.

Incentivo para desenvolvimento em P&D estou detalhando aí, mas não vou ter tempo de falar sobre ele. Nesse setor, há qualificação da mão de obra e crédito e financiamento com taxas diferenciadas.

Com a disseminação de confiança e previsibilidade, com instituições fortes e respeitadas, com regras claras e segurança jurídica, fazendo isso *step by step*, acho que estamos indo numa direção muito positiva.

Há capacidade de formulação, planejamento e execução dos agentes que definem a política pública com estruturas adequadas, pessoal qualificado e submetido à avaliação de *performance* para o atingimento dessas metas. Nesse aspecto, também acho que estamos caminhando favoravelmente.

Com isso, termino minha apresentação, pedindo desculpas por ter me alongado. Tratei do objetivo do Brasil para 2025, mas não atingi o meu, de curto prazo, de fazer esta apresentação em 20 minutos. Por isso, peço desculpas a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Agradecemos ao Dr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP.

Anunciamos que o nosso Ministro Fernando Pimentel terá que se ausentar neste momento por motivo de viagem. Agradecemos muito a presença de S.Exa., que para nós foi um ponto decisivo neste seminário.

Convidamos para tomar assento à Mesa a Secretária de Desenvolvimento da Produção, Heloísa Menezes, que representará o Ministro Fernando Pimentel.

Neste momento, passo a palavra, com muita satisfação, ao Dr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

**O SR. MÁRCIO HOLLAND DE BRITO** - Boa tarde a todos.

Em nome do Ministro Guido Mantega, eu gostaria de agradecer o convite para participar deste seminário, cujo tema é extremamente instigante. Espero fazer algumas



reflexões para ajudar um pouco nesta discussão. Agradeço à Mesa, aos Deputados aqui presentes, ao Roriz, que acabou de fazer sua exposição, e ao Ministro Pimentel, que me deixou numa situação complicada, porque falar depois de alguém que tem uma oratória exímia e extraordinária é sempre uma tarefa complicada. De qualquer forma, vou tentar fazer minha humilde apresentação. Eu trouxe alguns gráficos no Power Point apenas para ilustrar um pouco a avaliação que eu gostaria de compartilhar com os senhores.

Eu acho que o primeiro ponto importante, quando falamos do Brasil, da economia brasileira, é sempre bom recordar e lembrar o momento histórico em que o País está vivendo perante a história econômica — vamos chamar assim — mundial, e os tempos não são fáceis, definitivamente. Estamos falando de um movimento internacional de grandes dificuldades.

O mundo iniciou uma grande crise financeira internacional em 2008. A crise financeira internacional não se resolveu ainda. Para se ter uma ideia, se pegarmos a taxa de crescimento acumulada da zona do euro nos últimos 5, 6 anos, inclusive exagerando um pouco, projetando para mais 2,3 anos para frente, vai dar um crescimento acumulado zero, mais ou menos assim, os países andando de lado, não crescendo; os Estados Unidos, com severas dificuldades para recuperar a sua parte mais central, que é o consumo. E estamos falando de um PIB de 15 trilhões, 16 trilhões de dólares, sendo que 10 trilhões, 11 trilhões de dólares é consumo doméstico. Isso está extrema e fortemente atrelado ao dinamismo do mercado de trabalho, e o mercado de trabalho americano apresentando alguns sinais de vitalidade. Há alguma vida ali, mas ainda com alguma dificuldade. O mercado imobiliário americano é um termômetro muito importante da atividade americana, mostrando que existe um processo de leve recuperação, suave, gradual, muito lenta recuperação nas novas permissões, nas novas construções. Portanto, este é um momento específico.

Curiosamente, sem querer demonstrar um otimismo excessivo e irresponsável, eu diria, curiosamente, que, neste momento, é importante termos clareza sobre o papel do Brasil nas economias mundiais. De forma muito interessante, esta crise, por mais severa que seja, por mais profunda e prolongada que esteja sendo, pegou o Brasil muito bem preparado, porque o que vivíamos nos anos 80 era muito diferente nos anos 90. Qualquer pequena crise, em qualquer país emergente, em qualquer lugar no mundo, afetava substancialmente a economia brasileira em suas várias dimensões: na dimensão cambial, na dimensão da dívida, na dimensão produtiva.

Curiosamente, nós já estamos há 4 anos, digamos, nessa dificuldade internacional e, nestes 4 anos, de forma consistente, continuada, o mercado de trabalho no Brasil vem apresentando um dinamismo extraordinário, as taxas de desemprego vêm caindo de forma bastante significativa, e — o que é mais importante para uma nação se constituir — a desigualdade de renda vem caindo significativamente, independentemente das turbulências internacionais. Ou seja, todo o programa social de redução da desigualdade social, de redução do nível de pobreza no País e de melhoria do equilíbrio macroeconômico está passando, com tranquilidade e com solidez, por uma situação tão severa quanto esta.

Eu ousaria dizer que nós estamos com um equilíbrio macroeconômico hoje imensamente melhor do que o equilíbrio macroeconômico de 10 anos atrás. Quando falamos em equilíbrio macroeconômico, falamos de uma taxa de inflação controlada. Só para se ter uma ideia, nos últimos meses o processo de deflação no Brasil surpreendeu muitos analistas. Acumulávamos uma inflação de 7,31% em setembro, e hoje ela está rodando, segundo o último dado acumulado do IPCA, 5.1%. Em poucos meses, a inflação



desacelerou fortemente no Brasil, demonstrando a nossa capacidade de resposta nessa variável, que é importante inclusive para ajudar no processo de distribuição de renda.

Em relação à taxa de juros, o Banco Central vem fazendo um trabalho exímio desde agosto do ano passado, numa visão que chamamos para frente, observando claramente os movimentos das economias, antecipando o mercado e antecipando os analistas de mercado, e sendo confirmado pelos analistas de mercado depois que os movimentos feitos pelo Banco Central estão em linha com esse quadro econômico, financeiro, crédito internacional.

Então, estamos com uma taxa de juros bem mais baixa, convergindo para um nível de juros internacional altamente desejável para a economia brasileira; o câmbio está se reposicionando, por conta de intervenções do Governo, sem dúvida nenhuma, com uma leve ajuda dos europeus — eles também nos ajudam nessa hora, num processo de leve aversão ao risco das últimas semanas. Mas, de qualquer forma, o câmbio está bem mais equilibrado.

Hoje não se fala em problema de solvência fiscal, de probabilidade de calote — nada disso. Isso está afastado definitivamente da agenda brasileira. Traduzindo, o Brasil hoje está ainda mais preparado para um novo ciclo de crescimento econômico. Eu acho que, quando falamos da agenda de discussão — e esta Mesa é de extrema importância por isso —, nós não estamos discutindo hoje como controlar a inflação, como reduzir a desigualdade social, como reduzir a vulnerabilidade externa, como melhorar a dívida, como pagar a dívida. A nossa discussão hoje é como alavancar o investimento, como melhorar a logística, como reduzir o custo de logística do País e recuperar mais rapidamente a competitividade, como fazer inovação e como avançar na educação. Então, note-se que a nossa agenda mudou substancialmente. Eu acho isso algo ímpar e num intervalo de tempo muito curto. No início dos anos 2000, não imaginávamos estar discutindo o que estamos discutindo hoje.

*(Segue-se a exibição de imagens.)*

Permitam-me mostrar o primeiro gráfico.

A minha apresentação diz um pouco o seguinte. A primeira questão importante nesta nossa nova agenda, neste novo equilíbrio macroeconômico e neste novo equilíbrio social, sem dúvida nenhuma, passa — e aí o Roriz tem toda razão na sua exposição — por uma discussão sobre como expandir a taxa de investimento no Brasil. Entretanto, essa tarefa não deixou de ser feita.

Se os senhores observarem este quadro, saímos de uma taxa de investimento da ordem de 15% a 16% e fomos para 19% a 20%. Agora nós estamos falando como deslocar 20% para 22% e 22% para 24%. Essa agenda não está parada. Se eu tivesse mais tempo, poderia obviamente exercitar um pouco mais isso com algumas informações. De qualquer forma, hoje o Brasil se tornou um País de grandes oportunidades de investimento direto produtivo. Alguns gráficos vão mostrar isso.

Este outro eslaide mostra isto: a agenda de investimento entrou em definitivo na agenda de governo. É comum ouvir — e os jornais têm dito um pouco isso de forma equivocada — que o modelo brasileiro é baseado em consumo. O modelo brasileiro é hoje baseado no dinamismo da demanda agregada doméstica, que inclui consumo e investimento. Um não vive sem o outro. É desnecessário perguntar ao Roriz se é possível



começar a pensar em planos de investimento se o mercado doméstico não estiver aquecido. Então, o empresário tem esse espírito animal. É preciso que a economia esteja demonstrando sinais de vitalidade para que ele sinta confiança — permita-me usar o Keynes —, tenha um estado de confiança adequado, para ele olhar para o futuro, animar-se e investir, porque investimento é uma ação realmente estratégica do empresário.

Uma das variáveis importantes do Governo tem sido os desembolsos no PAC. Como se nota, os desembolsos no PAC crescem consistentemente. Eu fico projetando esse investimento em infraestrutura para os próximos anos e fico imaginando grandes gargalos de infraestrutura sendo resolvidos num intervalo de tempo muito curto no Brasil e o custo da logística caindo substancialmente.

Este gráfico diz exatamente isto: algo está acontecendo no Brasil. Eu fico imaginando se nós tivéssemos escolhido uma agenda. Existe um autor chamado Dani Rodrik, que escreveu um texto maravilhoso sobre crescimento, que usa uma metáfora. Ele pede que imaginemos um ET caindo na Terra e dizendo: "*O que aconteceu com este País?*" A taxa de pobreza no Brasil caiu quase 70% nos últimos anos. O Índice de Gini cai consistentemente, independente das condições domésticas internacionais, macroeconômicas ou de crise ou não crise. Essa é uma agenda importante para termos um mercado doméstico dinâmico.

Imagino esse ET caindo aqui e dizendo: "*Esperem aí, mas nos anos 80 e 90 nós falávamos para abrir a economia excessivamente, integrar com as economias centrais, exportar, exportar e exportar. Com um mercado doméstico dinâmico como este, com 200 milhões de habitantes — e, naquela época, há 10 ou 15 anos, com uma carência de demanda muito grande —, com ausência de investimentos, não sei se esse teria sido o melhor modelo.*" Imaginem hoje isso, se estivéssemos atrelados aos países da Europa e aos Estados Unidos. Como estaríamos hoje?

E temos um potencial de expansão do mercado doméstico imensamente maior ainda. Há muito produto a ser adquirido pelo consumidor brasileiro, há muito investimento a ser feito em várias áreas da atividade econômica.

O que é muito importante no Brasil hoje é que os planos de investimentos não são concentrados num único setor de atividade econômica, eles estão distribuídos regionalmente — geograficamente, portanto — e por setor de atividade. Nós não estamos à mercê de um único setor para fazer investimento. Estão acontecendo investimentos em energia, em portos, em aeroportos, em banda larga, no setor automotivo e em vários outros setores da atividade econômica.

Mas, definitivamente, não faz muito sentido falarmos em investimento sem falarmos em mão de obra qualificada. Esse dado é muito interessante, pois mostra que a população ocupada no Brasil está aumentando a sua escolaridade de forma consistente. O número está trocando. Esse gráfico diz algo assim, quanto à população ocupada: em 2003, 24% dela tinha de 4 a 7 anos de educação; hoje, predominantemente, 60% dela tem mais de 11 anos de escolaridade. Refiro-me à população ocupada.

Esse é um processo importante. Temos aqui Deputados envolvidos com a agenda da educação. É um processo extremamente importante, a agenda da educação se tornou uma agenda extremamente relevante. A nossa agenda hoje é inovação, educação, infraestrutura, investimento, competitividade. É a agenda que queríamos e de que



precisávamos. E essa agenda entrou definitivamente na agenda do Governo. Estamos atuando em vários *fronts* nesse sentido. Portanto, não é agenda meramente para estimular o consumo ou ter um modelo de crescimento baseado no consumo. É um equívoco essa afirmação.

Apresentamos essa imagem para que se tenha uma ideia de como o Brasil está sendo visto no mercado internacional. Essa é uma pesquisa da UNCTAD que mostra que o Brasil é o terceiro país mais percebido para se fazer investimento no mundo, entre 2010 e 2012 — tenho que tirar a China e a Índia, os dois primeiros. Sobre a China, eu adoraria vir aqui um dia falar um pouco sobre o papel da China no mundo, o significado disso. Não dá para comparar o modelo de crescimento brasileiro com o modelo de crescimento chinês. Não dá para replicá-lo, nem é conveniente. São modelos diferentes, que precisamos discutir. Nem é possível fazê-lo com relação à Índia. Dos primeiros países que estão aí, o Brasil é o país mais estável politicamente, o mais democrático. Ambiente de negócio requer isso também, e esse ambiente de negócio está sendo construído.

O investimento direto hoje beira entre 60 bilhões e 70 bilhões de dólares ao ano. Esse era um grande problema na economia brasileira, todo mundo sabe disso. Para se ter uma ideia, nos anos 80 a entrada de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, em média, não passava de 1 bilhão/ano. Passou, nos anos 90, para algo como 5 bilhões ou 7 bilhões/ano. Estamos falando de 70 bilhões de investimentos diretos estrangeiros entrando no Brasil, advindos de várias partes do mundo.

É claro que a conjuntura não é fácil. O Brasil tem feito um movimento que muitos chamam de movimento no caminho civilizatório, ou seja, crescer com agenda de inclusão social e produtiva, crescer com redução da pobreza, crescer com equilíbrio macroeconômico. Pergunto se isso é uma tarefa fácil. Definitivamente, não é. São inúmeras variáveis, ao mesmo tempo, a serem enfrentadas. Mas nós estamos obtendo esse resultado.

O nosso grande problema é que, quando olhamos para o País, temos a percepção do curtíssimo prazo. Esse ainda é um vício brasileiro. "Qual foi o último dado do PIB? Qual foi o último dado do PIL?" O conjunto da obra precisa ser visto com mais cuidado. A pintura é muito mais bonita do que um simples traço em torno dela.

Alguém pode perguntar: "É possível ter crescimento econômico sustentável, com equilíbrio macroeconômico externo, com equilíbrio interno, com inclusão social e produtiva, com equilíbrio fiscal e com estado de bem-estar sendo garantido, com formalização do mercado de trabalho de forma extraordinária?" Isso parece muito difícil, e nós estamos obtendo isso. Isso não pode ser negligenciado, à custa de variáveis meramente "curtoprazistas".

É claro que no meio do caminho tem uma pedra — eu sou mineiro, confio muito em Carlos Drummond de Andrade. No meio do caminho tem uma pedra, e definitivamente o mundo está passando por severas dificuldades. O Ministro Pimentel listou algumas delas. Nós estamos falando de um mundo em que, na Europa, a taxa de desemprego de jovens beira os 50%! Nós não estamos falando de um mundo normal. O mundo tem sobra de mercadoria e de trabalhadores. Há severas dificuldades mundo afora.



Obviamente, os países lutam e se defendem, e o Brasil tem enfrentado — todos são testemunhas, porque a variável para isso é o câmbio — essa guerra cambial, para a qual o Ministro Guido Mantega tem chamado a atenção há algum tempo, ele a tem antecipado de forma muito interessante. Na verdade, quando olhamos os ciclos de crises internacionais severas e profundas, notamos uma guerra cambial dissimulada logo depois e um ato de protecionismo generalizado no mundo.

Nós temos que enfrentar isso. Nós estamos enfrentando isso com medidas que chamamos de macroprudenciais, que têm efeito extremamente importante na qualidade dos fluxos de capitais e na qualidade do crédito que as empresas tomam lá fora; ou seja, têm vários efeitos. Ao mesmo tempo, têm efeito na taxa de câmbio, o que também importa para a indústria.

O outro gráfico mostra, como eu já disse, o enfraquecimento mundial. A produção industrial no mundo não tem sido lá essas coisas. Há severas dificuldades. Nós temos anunciado, com o Ministério da Indústria e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, um programa e uma política industrial baseados em incentivos adequados à indústria, ao investimento e à inovação tecnológica, com qualificação da mão de obra. Acho que esse é um trabalho que vimos fazendo. É desnecessário lembrar a obra que será dada pelo PRONATEC, pelo FIES/Empresa, além das medidas fiscais de incentivos que vimos tomando.

Interessa-me falar um pouco mais sobre uma dessas medidas. São várias medidas, mas vou pular vários gráficos, porque o meu tempo está escasso. Uma das medidas interessantes é a desoneração da folha de pagamentos. Tenho 5 minutos, portanto vou aproveitar para exercitar um pouco mais sobre a importância e o significado da desoneração da folha de pagamento.

Ali estão listados 16 setores atingidos pela desoneração da folha de pagamento, beneficiados por essa medida. A grande maioria desses setores tem a característica de ser intensivos em trabalho. Portanto, no faturamento, a folha tem um volume grande. Grande parte desses setores — o Roriz pode confirmá-lo — já foi muito exportador. Deixou de ser, não por condições meramente domésticas, mas por causa do efeito China, também nesse movimento, que tirou mercado não somente do Brasil, mas também dos Estados Unidos e da Europa no mundo todo. E tirou mercado não somente do Brasil no Brasil: tirou mercado do Brasil para fora do Brasil, ou seja, para onde exportávamos.

Eu não vou fazer nenhum juízo de valor da China. Trata-se de uma nação querendo prosperar e desenvolver-se com um modelo de crescimento voltado para fora. De qualquer forma, o que temos no Brasil é um modelo diferente: nós vamos valorizar — e temos que valorizar — o trabalho neste País. Este modelo tem que estar “endogenizado”. O custo do trabalho no Brasil era muito baixo; o salário no Brasil era muito baixo. Não vamos permitir um modelo baseado no salário e na má distribuição de renda.

Qual é a importância dessa medida? Ela tem várias importâncias. Uma das primeiras é que ela está na nossa agenda de reforma tributária, certamente. Nós estamos falando de desoneração da economia, da indústria, aquela que mais precisa inicialmente, dado o espaço fiscal, desse equilíbrio de que falei. É mais ou menos como num circo: nós temos que nos equilibrar, precisamos de vários equilíbrios, várias estabilidades e balanços ao mesmo tempo. Ela acontece em alguns setores como este, que é intensivo em trabalho.





A desoneração da folha implica atualmente o seguinte. Hoje, com a desoneração da folha de pagamento, com o câmbio em torno de dois, com o REINTEGRA, muitas empresas estão recalculando — o Roriz poderia falar um pouco sobre isso — a sua capacidade de voltar a exportar, porque, na hora em que exportam, elas têm 20% a menos da contribuição patronal. Portanto, a competitividade da empresa é muito grande.

O nosso grande objetivo e desejo é, obviamente, estender uma medida como esta para toda a atividade econômica, mas todos sabem que isso tem um preço, e nós precisamos cuidar de outras variáveis.

Aqui, estão setores — é importante destacar isto — que não são somente intensivos em trabalho. Temos o setor de serviços, de muita importância: o setor de TIs e TICs, o de *design house*, entre outros. Estamos olhando para a inovação, estamos olhando para serviços, e serviços intensivos em trabalho que proveem serviços para a indústria, o que é muito importante.

Como meu tempo está esgotado, vou apresentar apenas mais um gráfico. Ele mostra exatamente o esforço do Governo em procurar desonerar, de forma gradual e segura, a economia, a atividade produtiva em geral. Isso tem sido feito de forma muito sistemática. Não fechei as contas para 2012, mas muito provavelmente a desoneração para investimentos em 2012 deve ser ainda maior. Cada vez mais, a desoneração no Brasil é ainda maior, tanto para investimento, quanto para atividade produtiva. Ela é crescente e consistente no tempo.

Acho que isso é muito importante. Se há aumento da arrecadação, ele não acontece por conta do aumento de alíquota ou por conta de qualquer problema, por conta de o Governo tributar mais, digamos. Ele acontece porque a economia brasileira está se formalizando, está se civilizando. A base de tributação aumentou, a renda da população está aumentando. A população está migrando da classe D para a classe C, da classe C para a classe B, o que tem acontecido de forma muito rápida. Isso tem permitido ao Governo gerar um recurso adicional para fazer as desonerações focadas no investimento e na inovação. Os recursos do investimento e da inovação, todos sabem, têm sido crescentes.

Como o meu tempo acabou, finalizo com a seguinte observação. Eu fico imaginando, e gostaria de transmitir esta mensagem aos senhores, o próximo ciclo brasileiro, depois deste primeiro grande ciclo de crescimento, com inclusão social e redução da pobreza. Imagino, no próximo ciclo, na próxima década, onde estará o Brasil. No cenário internacional que eu desenhei, muito provavelmente nós estaremos ainda muito melhores.

Agradeço muito e conto com a colaboração desta Casa nos nossos trabalhos na Fazenda, o que tem acontecido de forma sistemática. Mais uma vez, em nome da Fazenda, muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - A Mesa agradece ao Dr. Márcio Holland. Realmente, a sua preleção foi muito positiva e, creio, muito didática e competente. Naturalmente, soma muito aos trabalhos que estamos tentando fazer evoluir.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Balhmann, mediador deste painel, para tecer considerações a respeito das exposições realizadas e fazer os primeiros



questionamentos aos palestrantes, ao tempo em que abro aos demais Parlamentares e presentes a oportunidade de se dirigirem aos palestrantes.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Dando sequência a este seminário, eu gostaria de tecer alguns rápidos comentários, com o intuito de colocar a todos que, em face das grandes dificuldades que a indústria brasileira passa na atualidade, há mudanças muito profundas e positivas no Brasil. Eu posso enumerar algumas delas. Há uma que eu desejo relevar e afirmar como uma das mais profundas mudanças no Brasil: a questão das infraestruturas essenciais da logística brasileira.

Hoje há uma revolução silenciosa na logística brasileira, em que grande parte do investimento nos modais de transporte se dá do centro do Brasil para a região equatorial brasileira. Refiro-me aos portos equatoriais do Brasil que têm favorecido muito o deslocamento e o investimento industrial estrangeiro e nacional no Nordeste brasileiro.

Essa mudança, que representa grandes investimentos em modais ferroviários, apesar de serem obras lentas são irreversíveis, praticamente sai do Centro-Oeste brasileiro, demandando novos portos na região equatorial, portos de profundidade, o que favorece muito a logística dos contêineres e diminui substancialmente o transitário das mercadorias brasileiras. Cito esse exemplo porque, creio, é muito importante até mesmo para a política de superação das desigualdades regionais.

Para termos ideia do poder dessa transformação, no que diz respeito a esses investimentos, associados a um novo fato para o cenário de 2014, que é a ampliação do Canal do Panamá, o tempo de transporte entre as mercadorias produzidas no Nordeste brasileiro e a Ásia praticamente diminui em mais de 10 dias. Hoje, em face da crise na Europa, parte do fluxo de investimentos desloca-se para o Nordeste, investimentos de grande vulto na siderurgia e em várias outras atividades industriais. Essa é uma referência que eu gostaria de fazer.

Mas, para não falarmos somente de fatos positivos, não podemos tirar o pé da nossa realidade, nós somos a sexta maior economia do mundo, mas, em compensação, temos um IDH que enxovalha qualquer nação que pretenda ser desenvolvida. Somos a sexta economia do mundo, mas, em compensação, a violência nas regiões metropolitanas, que hoje se estende para o meio rural, é questão a ser superada, o que, na nossa perspectiva, se supera com emprego, emprego moderno, com indústria competitiva, que aproveite o mercado interno criado por uma ação positiva no Governo Lula, que prossegue no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que é exatamente a condição conferida às famílias pobres do Brasil de se alimentarem, comprarem produtos básicos e atenderem às suas necessidades básicas.

Na oportunidade, passo a palavra ao nosso querido companheiro Deputado Osmar Terra.

**O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA** - Em primeiro lugar, cumprimento os painelistas. Foram muito esclarecedoras as manifestações do Ministro e dos que o sucederam, como também do Sr. Márcio Rolland, Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, e do representante da FIESP. Quero apenas colocar algumas preocupações.



Sou da área da Saúde. Portanto, quero deixar claro que, teoricamente, não teria que estar aqui debatendo, mas temos de lidar com tudo. Eu fui Prefeito de uma cidade do noroeste do Rio Grande do Sul, uma cidade industrial e polo de uma região que está empobrecendo muito. Nos últimos anos, mesmo com a prosperidade que ocorreu no País, é uma região que teve reduzida a população. O Censo 2010 mostra isso com muita força.

Preocupa-nos — eu acabei de solicitar uma audiência com o Ministro Pimentel; o Neuriy tem-me ouvido todos os dias, eu tenho atormentado o Neury — o fato de que existem setores da economia que estão claudicantes. Cito, como exemplo, o setor de frigoríficos. O setor de frigorífico, particularmente o de carne suína, com o embargo da Rússia e agora com o embargo argentino — o Ministro me deu a boa notícia de que parece que hoje estão abrindo para a carne suína, pelo fato de o Brasil ter retaliado a Argentina —, é um setor que está no limite, já está demitindo um número relevante de trabalhadores, está tentando segurar o que dá.

Eu estava conversando com o Secretário Márcio sobre a possibilidade de incluir alguns desses setores que estão no limite, para parar nesse grupo de desoneração da folha, o que é muito importante para esses grupos.

Mas eu quero fazer um comentário sobre a questão política. Faz um ano que a Argentina, o que atinge particularmente o Rio Grande do Sul, bloqueia principalmente os produtos gaúchos, como calçados. Há 3 milhões de pares de calçados parados na fronteira, milhares de máquinas agrícolas há 1 ano estão paradas nas *plazoletas* da aduana argentina.

Com o fim do Programa Mais Alimentos, um grande programa do Governo Federal, que agora se esgotou — já houve uma renovação das máquinas agrícolas em todo o País —, e com todas as dificuldades do mercado internacional, a Argentina é um grande mercado. Quando ela fecha as portas, causa um baque enorme. Eu posso dizer, sem medo de errar, que são milhares de metalúrgicos e operários da indústria de alimentos desempregados no noroeste do Rio Grande do Sul, na Capital, em Canoas, no Vale dos Sinos.

Está aqui o Deputado Renato Molling, Coordenador da nossa bancada, que lida diretamente com a questão da indústria calçadista. Só o embargo argentino já está produzindo um enorme desemprego. É uma coisa absurda. Há um sujeito, Guillermo Moreno, o Secretário de Importação — não sei que cargo ele ocupa na Argentina —, que simplesmente convenceu a Presidente Kirchner a bloquear, a parar. Eles estão resolvendo o problema da balança econômica do país bloqueando, parando, proibindo a entrada de produtos brasileiros na Argentina. Eles estão criando uma série de dificuldades e barreiras que se arrasta há 1 ano. O pior não é apenas o bloqueio, mas a cooptação, o constrangimento e a chantagem que estão fazendo com as indústrias brasileiras para se transferirem para lá. *"Se vocês querem vender pra cá, vocês têm que vir pra cá"*.

Nós temos a planta mais moderna da John Deere, fábrica de colheitadeiras, em Horizontina, no Rio Grande do Sul. Nós temos a planta mais moderna da Massey Ferguson, também de colheitadeiras, em Santa Rosa. Nós temos o maior produtor de tratores, tratores modernos, do Brasil em Canoas, da Massey Ferguson. Nós temos plantas de tratores da John Deere, enfim, há uma enorme produção, uma plataforma de produção industrial no Rio Grande do Sul que dá para exportar para a Argentina umas três vezes, que dá para cobrir o mercado argentino umas três vezes. Agora, eles não



podem exportar e ainda têm que criar uma outra planta lá. Eles não obedecem a nenhuma regra de mercado. Para as empresas, essa é uma situação terrível: elas estão sendo constrangidas. Se elas não forem, outras irão. E a consequência é que elas perdem o mercado. O que vai acontecer? Vai minguar, sugar as plantas brasileiras, gerando desemprego e perda da produção industrial no Brasil.

Trata-se de uma questão momentânea, porém grave, que eu acho que temos de tomar providências. Aproveito para cumprimentar os Ministros Pimentel e Mendes Ribeiro, já que a Presidente Dilma Rousseff tomou a medida, nesta segunda-feira, de bloquear 10 produtos da Argentina, dando um para-te-quieto na Argentina. Eles desembarcaram na FIESP com 600 empresários, há 15 dias, querendo mais coisas do Brasil. Ainda há quem diga: "*Coitadinhos dos argentinos, não pode deixá-los quebrar*". Eles não vão quebrar à custa dos nossos empregos, das nossas indústrias e da nossa economia, principalmente a do Rio Grande do Sul.

Portanto, eu queria fazer esse desabafo para manifestar a nossa preocupação. Trata-se de uma situação grave. Nós estamos transferindo empregos e produção para a Argentina rapidamente sem precisar, somente por uma decisão política. Nós precisamos tomar uma decisão política para pressionar a Argentina.

Eu quero propor ao Deputado Newton Lima, que é o Presidente da Frente Parlamentar, e ao nosso querido Presidente da Comissão, o Deputado Márcio, a criação de uma Comissão de Acompanhamento Parlamentar dessa questão. Há uma crise aguda dentro de uma crise geral que está acontecendo no mundo, já em dificuldades. A Rússia tem feito embargos à nossa carne já faz um ano. Várias dificuldades estão ocorrendo e, dentro disso, há uma situação agudíssima, a da Argentina.

Eu sugiro que essa Comissão da Câmara, da qual eu me disponho a participar — o Deputado Renato Molling, Coordenador da bancada gaúcha, certamente participará —, acompanhe e dê suporte político ao Ministro Pimentel, ao Ministro Mendes Ribeiro e à própria Presidente Dilma às medidas duras que eles terão que tomar para colocar a Argentina no seu lugar.

O Deputado Newton Lima falou do risco oriental, do perigo da crise da Europa. Eu acrescentaria a arrogância da Argentina, porque é devastador o que a Argentina está fazendo com o Brasil, principalmente na nossa economia. O discurso da Presidente Kirchner, no 1º de maio, foi comemorando a transferência das indústrias do Brasil para lá. Vejam o absurdo! Se essa é uma relação de cordialidade e de parceria, eu não entendo mais nada, nem de MERCOSUL nem de economia mundial. Ela fez um discurso comemorando a transferência e citando nominalmente as indústrias de colheitadeiras e de tratores. Está a Case New Holland, do Paraná, também sendo constrangida a se transferir para a Argentina. É um investimento de mais de 500 milhões de dólares que as empresas já estão fazendo lá, por causa do bloqueio que a Argentina está fazendo aqui.

Portanto, eu queria colocar essa preocupação e ouvi-los sobre este assunto.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Muito obrigado, Deputado Osmar Terra.



Com a palavra o Deputado Newton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Desde já, quero dizer ao Deputado Osmar Terra que estamos juntos nesta luta. Nós não temos preconceito nenhum em relação aos argentinos — nossa rivalidade é no futebol; nós até gostamos do vinho que eles produzem, embora o vinho gaúcho esteja cada vez melhor. É bom falar a verdade.

Eu quero fazer um comentário e pedir a atenção do Sr. Roriz, da FIESP, e do Sr. Márcio Holland, porque eu quero fazer uma pergunta combinada para os dois. Na verdade, não é uma pergunta, mas uma provocação para ambos. O que foi possível perceber nas duas palestras, a despeito de algumas divergências de análise, é uma comunhão quanto à necessidade de ampliarmos cada vez mais os investimentos. O Márcio Holland, com muita precisão, mostrou que isso vem acontecendo e que está na agenda do Governo. Ambos têm preocupação com relação à P&D e à educação.

Há uma convergência muito clara entre o que dizem o Governo e o setor empresarial. Nós vamos aprofundar no debate que eu coordeno amanhã de manhã o tema do financiamento do conhecimento. Nós vamos expor, como eu disse hoje na abertura dos trabalhos, um gráfico que mostra que a renda *per capita* dos países mais desenvolvidos é exatamente proporcional aos investimentos em inovação tecnológica. Nós sabemos disso, e o Brasil está fazendo a sua tarefa. O meu problema é como catalisar isso. Para catalisar isso, nós estamos num momento político adequado em que nós precisamos do Governo e dos empresários.

Eu tenho solicitado aos empresários que façam conosco uma pressão para que, no debate dos *royalties* do petróleo, nós façamos o que os países desenvolvidos fizeram: a vinculação desse extraordinário recurso natural, dessa riqueza, a investimento, sobretudo investimento em educação, ciência e tecnologia. Se não fizermos a vinculação, olhem o que vai acontecer. Os Municípios dos Estados fluminenses e capixabas que recebem *royalties* do petróleo até então da Plataforma Continental não fizeram o dever de casa, ou seja, não fizeram investimentos em educação.

Nós vemos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB baixíssimo em cidades costeiras fluminenses e capixabas, porque não houve vinculação do dinheiro dos *royalties* que recebiam. O gasto passa a ser corrente, e os Prefeitos gastam. Eu fui Prefeito por 8 anos e acompanho perfeitamente essa situação, eu conheço as dificuldades municipalistas, mas não é possível deixar esse negócio solto.

A discussão no Congresso Nacional é quanto se vai repartir. A minha discussão é se o quanto será repartido será justo para os 5.565 Municípios e 27 Estados e como esse dinheiro será usado. Essa é a questão que eu acho absolutamente central para sairmos do 1,2% do PIB destinado à ciência, tecnologia e inovação e chegarmos a 1,8%, que é o desejo da Presidenta Dilma, para que saíamos dos 5% do PIB para a educação e, o mais rapidamente possível, cheguemos aos 8% do orçamento global, como o Relator do PNE propõe à nossa consideração.

Se não houver vinculação, vamos desperdiçar dinheiro. Vai acontecer o que a Venezuela e a Arábia Saudita fizeram com o petróleo, e não se vai fazer o que a Noruega acaba de fazer com as águas profundas. Ela vincula no investimento.

Para a FIESP, eu peço, Roriz, que vocês se integrem a essa luta o mais rapidamente. O relatório do Deputado Carlos Zarattini está para ser apresentado. Ele



propõe 50%, o que os Prefeitos terão de pôr em educação para dobrar o salário básico, e, assim, mudarmos os gráficos que vocês mostraram aqui.

Não é possível! Ontem saiu no *Estadão* que um professor da educação básica no Brasil recebe o pior salário de mercado, com 11 anos de escolaridade, apesar do piso, que foi um avanço extraordinário. O Presidente Lula mandou, o Congresso Nacional aprovou, e cinco Governadores ainda foram questionar a constitucionalidade e perderam no Supremo.

Cá entre nós, desculpem a expressão, mas, como educador, isso me irrita: R\$1.451,00 para 40 horas ainda é uma bobagem de piso. Era preciso ver como era antes. O Márcio Holland tem razão quando diz que, há 10 anos, nem piso havia. Se formos avaliar, a evolução do Brasil em 10 anos é extraordinária, tendo em vista os indicadores de IDH. Estamos longe ainda, como foi mostrado, mas era muito pior. Já evoluímos. Precisamos dobrar em 10 anos o salário do professor do magistério, para atrair a juventude, melhorar a qualidade da educação e oferecer escola em tempo integral. É preciso que os Prefeitos e Governadores votem isso.

A proposta que está sendo construída pelo Deputado Carlos Zarattini que melhora a que vem do Senado é a seguinte: vamos distribuir, mas vamos colocar 50% para os Municípios, para os Prefeitos gastarem em educação, para poderem dobrar o salário e fazer cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, e os outros 50% em infraestrutura e em ciência e tecnologia, para os Governadores poderem colocar nas suas FAPs, e potencializarmos aquela curva de investimento que o Márcio Holland mencionou.

Portanto, fica para o Roriz a demanda de que a FIESP se associe à ideia de carimbar, vincular os *royalties* do petróleo fundamentalmente para as áreas de educação e inovação tecnológica. E fica para o Márcio Holland a vinculação — eu sei que economista em Fazenda não gosta de vinculação; é natural, faz parte da concepção. Mas nós estamos falando de uma vinculação que tem tudo a ver com o futuro do nosso País.

Muito obrigado pela oportunidade, Márcio, nosso grande Presidente da Comissão, que organizou este belíssimo evento.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Obrigado Deputado Newton Lima.

Com a palavra o Deputado Renato Molling. (*Pausa.*) Acho que S.Exa. já se retirou.

Com a palavra o Deputado José Humberto. (*Pausa.*)

Vamos passar aos debates.

A primeira pergunta dirige-se ao Dr. Márcio Holland ou ao Ministro Pimentel: "O Governo tem apresentado várias medidas para conter a crise na indústria. Já houve alguma pressão para tratar da questão da energia?"

Quem responde? Pode ser o Ministro Pimentel ou o Márcio Holland.



**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Este é um tema, sim, recorrente nas nossas conversas com o setor produtivo. O custo de energia tem sido objeto, inclusive, de falas recentes da Presidenta Dilma. Em alguns setores específicos, representa mais de 40% do custo da produção e, portanto, precisa ser observado com atenção, pois pode, em determinados casos, afetar a competitividade da indústria.

O tema está sendo tratado no âmbito do Governo, liderado pelo Ministério de Minas e Energia. Enfim, tem, sim, sido objeto de atenção, e a Presidenta, como boa entendedora do assunto, com seu passado no setor, entende muito bem de todos os fatores que compõem o custo de energia e certamente buscará um caminho mais adequado.

**O SR. MÁRCIO HOLLAND** - Deixem-me não me isentar da questão, até porque a discussão sobre custo de energia é um dos ingredientes na discussão da competitividade da indústria; não nos isentamos disso. Entretanto, há uma série de contratos em vigor. Somos um Estado de Direito maduro, não vamos romper contratos. À medida que os contratos vierem vencendo, vamos discutir cada um deles, e o Ministro Guido Mantega já se manifestou sobre a indexação desses contratos.

Há incidência de tributos bem variados sobre o custo da energia. Esses tributos estão muito mais associados a tributos fora da esfera federal — ICMS, PIS/COFINS, entre outros tributos municipais —, e o que temos que fazer é tentar estudar medidas de desonerações tributárias nesse setor. Está na nossa agenda; temos estudado isso.

Não é uma equação tão simples, vai tomar um tempo, mas tenho certeza de que, no ciclo natural dos negócios da área, o setor será menos onerado e a desindexação de contratos acontecerá naturalmente, conforme o ciclo da atividade econômica. E tenho certeza de que o custo da energia vai cair em algum tempo no Brasil. Essa vai ser uma agenda passada logo, logo.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Obrigado.

A segunda pergunta é de Cláudio Gontijo, Presidente do Conselho de Economia de Minas Gerais e Professor da UFMG, ao Ministro Fernando Pimentel: "*O Brasil tem assistido a um aumento exponencial do déficit em conta corrente. Gostaria de saber o que tem sido feito para enfrentar esse desequilíbrio, que é insustentável no longo prazo*".

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Cláudio Gontijo, realmente há um desequilíbrio nas nossas contas correntes, concentrado no que diz respeito à balança comercial em alguns setores específicos. Diria que há setores em que esse déficit é mais acentuado, como no eletroeletrônico, baseado nos componentes da indústria eletroeletrônica, por exemplo.

Há um conjunto de ações sendo feitas, tanto do ponto de vista da balança comercial como da balança de serviços. Destacaria, na balança comercial, o lançamento de um conjunto de medidas e políticas para estimular a exportação, do ponto de vista de processos, de estímulo à promoção comercial, consolidadas na estratégia nacional de exportação.

O foco na internacionalização de empresas também tem sido fundamental para buscar esse equilíbrio na balança comercial, e o Governo tem adotado, de uma maneira muito mais agressiva e ágil, os instrumentos de política comercial que estão à nossa



disposição, aplicando medidas antidumping, acelerando os processos de investigação que estão em nossas mãos — antidumping, salvaguardas. E, junto com a Receita Federal, está trabalhando muito na inteligência comercial, buscando reduzir, coibir fraudes na importação. Além disso, o Governo tem agilizado também o processo de análise com mudanças no processo, reduzindo o nosso tempo de avaliação dos pedidos de investigação antidumping e de salvaguardas.

Também houve uma mudança muito importante do ponto de vista técnico aplicado à defesa comercial, que é a mudança do papel do INMETRO. Ele passa a ser uma instituição de apoio à nossa ação de defesa comercial e à busca de isonomia técnica com relação aos produtos que têm sido importados.

Destaco também a ampliação de instrumentos e de condições de financiamento à exportação de bens e serviços.

Outro ponto importante é a ampliação do uso do poder de compra do Estado para reduzir ou para garantir melhores condições de isonomia competitiva e, portanto, usar essa ferramenta poderosa no momento em que o Estado investe e ajuda o setor privado a ter as condições de investimento.

Na área de balança de serviços, uma medida recente passa a ter um papel fundamental nos próximos meses. Foi lançada a Nomenclatura Brasileira de Serviços. Com essa ferramenta, teremos condições de acompanhar de perto as estatísticas de compras e vendas externas de serviços no Brasil. Hoje há uma estatística ainda fluida, pouco elaborada, e, com essa nomenclatura, passamos a conhecer melhor a nossa balança de serviços.

Estamos somando também medidas de estímulo à exportação de serviços, modernização da nossa política de propriedade industrial. O Ministro lançou, no INPI, na semana passada, duas medidas de agilização dos processos no INPI para reduzir o tempo de análise e concessão de patentes, com a redução, então, do *backlog*, além do anúncio de contratação de 150 novos funcionários para o INPI.

A propriedade intelectual é fundamental para melhorar a nossa economia de serviços, e esse é um conjunto de medidas, entre várias outras, que o Governo tem adotado recentemente para reduzir esse déficit em conta corrente.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Obrigado.

A pergunta do Sr. Telmo Lustosa, do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, é também para o MDIC: "*Como está o Plano Brasil 2022, idealizado e formulado no Governo Lula, que propõe um planejamento estratégico para o setor industrial e outros setores?*".

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Lustosa, o Plano Brasil 2022 foi formulado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. É uma pauta, portanto, do Ministro Moreira Franco, em que ele objetiva ter uma visão estratégica, ampla para o Brasil, não restrita à visão sobre a indústria. É um marco geral do planejamento com visão estratégica.





Não tenho detalhes claros; prefiro, oportunamente, remeter essa questão à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O Plano Brasil Maior, que é o plano da política industrial para o Brasil, revisitou esses planos estratégicos mais amplos, como o próprio Plano Brasil 2022.

Então, na sua formulação, ele fez uma releitura do planejamento já existente e redesenhou a visão estratégica para a indústria até 2014 e depois, em uma visão de médio prazo adiante. Ele busca atacar os fatores que afetam a competitividade, mas também tem uma visão clara sobre setores estratégicos para os quais estão sendo direcionados políticas e instrumentos efetivos e inovadores. Destaco a política industrial da saúde e a visão sobre novos materiais — petróleo e gás. São setores estratégicos organizados atualmente nos conselhos setoriais de competitividade.

O Plano Brasil Maior também considera a realidade, marcos de outras políticas maiores do Governo Federal, como o PAC, com sua estratégia de poder de compra, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e as demais ligadas à educação, por exemplo, já que o Plano Brasil Maior considera o eixo estratégico de inovação e os desafios tecnológicos como prioritários.

Então, ele se entrelaça com planos e políticas maiores, e, nesse sentido, com o Plano Brasil 2022, se entrelaça na formulação da concepção estratégica.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Muito bem.

Gostaria de dirigir aos palestrantes o que foi colocado na fala do companheiro Osmar Terra. Primeiro, a questão da vinculação dos recursos oriundos do pré-sal ao setor de educação e a alguns setores brasileiros que demandam também, principalmente a área de ciência e tecnologia, que também tem colocado isso em muitas oportunidades em várias regiões do País.

Depois, a questão da relação comercial Brasil-Argentina, que obviamente impacta, inicialmente, logo de primeiro movimento, o Estado do Rio Grande do Sul. Isso tem acontecido em vários setores industriais, no setor de calçados e agora, mais especialmente, na política industrial da Argentina, que, de alguma forma ou de todas as formas, tem pressionado os empresários instalados no Brasil, muito especialmente no Rio Grande do Sul, que têm interface com o agrobusiness argentino, a deslocar suas plantas industriais para a Argentina.

Então, há uma demanda do Deputado Osmar Terra, segundo entendi, sobre a criação de uma comissão, dentro da própria Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, que pudesse tratar e apoiar o Governo nas suas decisões e o próprio Parlamento, na medida em que pode, também, se movimentar no sentido de proteger o interesse do Estado do Rio Grande do Sul e de outros Estados brasileiros que, sob muitas formas, têm sido atingidos pela política industrial argentina.

**O SR. MÁRCIO HOLLAND** - Acho que sou eu. É isso?

O Deputado Newton Lima levanta uma questão extremamente relevante: como será a nossa agenda de educação, investimento, inovação, pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia? E estamos na discussão do Plano Nacional de Educação, que está



prevendo uma expansão do gasto do investimento em educação no Brasil de 5,1% para 7,5% do PIB no próximo decênio.

O Deputado Angelo Vanhoni tem feito um trabalho exímio nessa área. Ele demonstra, no relatório, que sair de 5,1% para 7,5% em investimento em educação é algo de dimensão a se considerar. A variável que está aí, no denominador, é o PIB brasileiro, que vai crescer nesse tempo. Estamos em um trabalho intenso de crescimento do PIB de forma substancial.

Eu sou um educador, antes de tudo. Não sou o Secretário; eu estou Secretário. Sou professor há quase 30 anos, há 27 anos, mais ou menos. Desde o meu primeiro cabelo branco, aos 20 e poucos anos, sou professor universitário. Conheço bem a realidade da educação brasileira, especialmente nas universidades públicas e privadas e no ensino médio. Sou um testemunho vivo de que a educação transforma. Eu sou de classe baixa. Eu estou aqui hoje, com muita honra, por conta da educação, e por conta da educação pública. Eu fui um estudante de educação pública. Então, não poderia eu fazer um depoimento contrário. A educação me transformou. Eu tenho que reconhecer isso. E sair de 5,1% para 7,5% da educação é uma coisa a se pensar.

O projeto vem junto com outro grande projeto, que é o PRONATEC. Executar o PRONATEC, ou seja, 8 milhões de novas vagas no ensino técnico no Brasil e 400 novas escolas técnicas nos próximos anos, não é qualquer coisa. Portanto, a agenda de educação está muito bem direcionada, está em ótimas mãos, do MEC, da Comissão de Educação desta Casa e da Mista.

Um ponto que eu gostaria de mencionar é que não existe pesquisa e desenvolvimento, não existe gasto em P&D sem educação. Essas coisas estão integradas. Não existe um negócio solto do outro. Eu não posso falar em gasto em P&D, em ciência e tecnologia, da pura a aplicada, se não houver mais PhDs no Brasil, mais cientistas, mais laboratórios, mais investimento em conhecimento das nossas próprias capacidades, exploração da biodiversidade, todo um programa de produtos biológicos, entre outros, em que temos um potencial enorme. Além disso, há as inovações conhecidas, tradicionais. Existe a inovação tradicional, que é aquela visão clássica que temos, schumpeteriana, que é a inovação a partir do desenvolvimento de novos processos produtivos, novas máquinas, mas existe um outro nível de educação e de inovação, que passa por laboratórios científicos, por decomposição de células, por melhoramento genético, por decodificação de genes, enzimas, e por aí vai. Além da nanotecnologia, uma agenda que se abre além de toda a outra agenda. E isso só é possível se houver profissionais altamente qualificados e motivados. Incentivo é fundamental.

Então, essa é uma agenda riquíssima, estou com ela, estou com o Deputado Angelo Vanhoni no sentido de propor a expansão. O Governo já concordou com isso. Vamos achar espaço fiscal, porque isso é importante. Na situação atual, é desnecessário falar da importância em colocar isso de forma substancial.

Sobre *royalties*, o que são *royalties* de petróleo? Na verdade, é um direito que alguém paga ao Estado para explorar um recurso natural, e um recurso natural esgotável. Um poço de petróleo tem um ciclo pronto, um campo de petróleo tem um ciclo pronto de exploração, tem ali 20, 30 anos. Toda uma sociedade se transforma ali. Toda uma sociedade se transforma em torno daquela exploração. É preciso pegar a renda desses recursos e fazer a transferência intergeracional disso. E, aí, obviamente, o fundo social que está sendo desenhado tem essa característica. Já estão previstos nesse fundo



social diversos gastos, inclusive em ciência e tecnologia, além do PNE. Os esforços são bem-vindos nesse sentido. Não vou debater vinculação ou não, eu não entraria nesse campo agora, mas eu tenho certeza de que...

Aliás, é muito comum dizer que os países com abundância em recursos naturais sofrem da chamada "maldição dos recursos naturais" ou da "doença holandesa". Isso só acontece em sociedades não organizadas, com instabilidade política e não democráticas. Isso nunca aconteceu em sociedades em que as organizações e instituições dessem incentivos adequados para a exploração.

Portanto, os recursos naturais no Brasil são muito mais bênção do que maldição. E nós estamos discutindo democraticamente o uso desses recursos naturais, e de forma muito positiva, para a educação, para investimento em infraestrutura, para ciência e tecnologia, para gerações futuras. A discussão está bem direcionada. Parabênzo a Casa por conduzir esta discussão muito bem.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Antonio Balhmann) - Obrigado.

Pergunta de Mariane Garcia, do SENAI. Essa pergunta é para mim: *"Na sua exposição, o Parlamentar comentou que o produto brasileiro não é competitivo diante do atual cenário do mercado mundial. De que forma a Câmara dos Deputados pode contribuir para reverter esse quadro?"*

Na verdade, a Câmara dos Deputados é a grande emuladora do processo de discussão dos temas brasileiros e de preparação, talvez o principal fator de mobilização dos arcos e do contexto regulatório, do marco regulatório dos principais temas da economia brasileira.

Nós temos dois exemplos recentes muito importantes e emblemáticos da participação da Câmara dos Deputados, valorizando o sistema produtivo brasileiro. Um deles é o Código Florestal. O Código Florestal é uma discussão que tem completa e total interface com todo o sistema produtivo brasileiro. Aquela Casa viveu momentos que expressaram a força e a importância que tem o Parlamento brasileiro, muito especialmente a Câmara dos Deputados. Agora mesmo, nós estamos discutindo, já com a Comissão Especial formada, da qual sou um dos Relatores, o Código Comercial, para tirar do Código Comercial a defasagem que tem, no Brasil, em relação aos instrumentos modernos de comercializar produtos, de montar sociedades comerciais e industriais, de disponibilizar de forma descomplicada, sempre com o objetivo de favorecer a quem empreende, a quem produz, para que o Brasil possa ter um instrumento moderno para facilitar o seu desenvolvimento.

Então, há todo um contexto muito complexo de participação da Câmara dos Deputados, e não é nem a forma como pode contribuir, mas a forma como já contribui. E, muito especialmente, nós pudemos explicitar isso na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, presidida pelo nosso querido companheiro, Deputado Márcio. E, cada vez mais, esta Comissão tem prestado um relevante serviço, nesse momento novo que o Brasil está construindo, nesse momento em que o Brasil precisa se modernizar, precisa ter a sua indústria competindo no mercado internacional e aproveitando a oportunidade da exuberância que o mercado interno começa a demonstrar, evitando, assim, que o emprego seja gerado fora do País.

Bom, meu querido Presidente, passo a palavra novamente a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Parabéns, Deputado Antonio Balhmann. V.Exa. é uma das referências da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nós lhe apresentamos os agradecimentos pelo belo trabalho. Agradecemos ao Ministério da Indústria e Comércio a presença, a honra; ao Ministério da Fazenda — o Márcio Holland também nos deu uma aula muito especial; à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na pessoa do José Roriz.

Nada mais havendo a tratar, convido todos para participarem do Painel 2, *A Competitividade da Indústria Manufatureira Nacional e o Comércio Internacional*, a realizar-se hoje, dia 22 de maio, às 14h30min, no Plenário V, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Está encerrado este painel. Muito obrigado. Os nossos agradecimentos ao Senado Federal por ter cedido este auditório que nos proporcionou este encontro muito oportuno.

Muito obrigado.



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>		
<b>EVENTO: Seminário</b>	<b>Nº: 0644/12</b>	<b>DATA: 22/05/2012</b>
<b>INÍCIO: 14h35min</b>	<b>TÉRMINO: 17h03min</b>	<b>DURAÇÃO: 02h28min</b>
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h28min</b>	<b>PÁGINAS: 52</b>	<b>QUARTOS: 30</b>

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO - Professor-Adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB.**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

MAURO BORGES LEMOS - Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI.

**MAURÍCIO CANÊDO PINHEIRO** - Pesquisador na Área de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas. — FGV.

**DENISE NEUMANN** - Editora do jornal *Valor Econômico*.

**SUMÁRIO:** Seminário *Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional*.

### OBSERVAÇÕES

**Houve exibição de imagens.**

**Há expressões ininteligíveis.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Boa tarde.

Agradecemos a todos a presença. Quero dizer da minha honra de coordenar este segundo momento do nosso seminário *Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional*.

Por designação do conjunto das Comissões da Casa — Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Finanças e Tributação, do Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio — responsáveis pela organização deste seminário foi feita uma articulação com a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional.

Na figura do nosso querido Deputado Márcio Reinaldo Moreira, quero saudar os Parlamentares que tiveram papel de destaque na organização deste seminário. A abertura ocorreu pela manhã, muito concorrida e importante. Agora à tarde damos seguimento aos trabalhos.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. José Luís da Costa Oreiro, Professor-Adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília — UnB, meu amigo há muito tempo. É um prazer tê-lo aqui conosco.

Saúdo e convido para compor a Mesa o Sr. Maurício Canêdo Pinheiro, Pesquisador na Área de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas. Muito obrigado pela presença.

Convido para compor a Mesa o Sr. Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI. Muito obrigado pela presença.

Está presente a Sra. Denise Neumann, editora de Brasil do jornal *Valor Econômico*, que será nossa mediadora. Mais do que mediadora, queremos que ela seja provocadora, no melhor sentido da palavra.

Falarão o Oreiro, o Mauro Borges, o Maurício e depois a Denise. Logo após passaremos ao debate.

Rapidamente, gostaria de dizer que considero este um momento estratégico e fundamental para que ocorra esta discussão. Vivemos um primeiro momento virtuoso de crescimento. Hoje, todos os jornais fazem com que aquilo que aparecia localizadamente como questionamento aqui e acolá se torne quase uma voz geral na esteira dos anúncios feitos ontem pelo Governo, particularmente concentrados no estímulo à indústria automobilística através de redução de IPI e de outros programas de desoneração.

No Parlamento, duas medidas provisórias muito importantes estão em tramitação. São elas a MP 563 e a MP 564. Hoje haverá reunião decisória. Integro a Comissão que está analisando essas duas medidas, uma relatada pelo Senador Romero Jucá, outra pelo Deputado Danilo Forte.

Transferimos a reunião da tarde para amanhã, até para não coincidir com este seminário, quando os relatórios serão apresentados. Um conjunto de medidas na área de



desoneração e de inovação apresentado pela Presidente Dilma, na esteira do Plano Brasil Maior, encontra-se desdobrado na medida provisória. Estamos discutindo isso.

Esses quatro momentos — hoje de manhã e à tarde, amanhã de manhã e à tarde — buscam, com diferentes olhares, fazer com que possamos pensar, além de imediato, de forma estratégica a questão da nossa indústria e sua competitividade.

Hoje, discutimos os desafios da competitividade. Amanhã, pela manhã, debateremos a questão do empreendedorismo e da inovação tecnológica e, à tarde, falaremos sobre a desindustrialização, o papel dos empresários e do Estado, inclusive com abordagem institucional.

O que hoje for aqui proposto, caro Márcio Reinaldo Moreira, será o olhar da nossa competitividade *vis-à-vis* com a questão do comércio internacional. Volta e meia, em debates como este, sobrevêm alguns conceitos. E eu queria, fazendo esta abordagem inicial, já preparando o cenário para a Denise, ouvir os senhores a respeito disso. De que forma a proteção pode ocorrer sem que signifique um protecionismo? De que forma podemos dar sinal de preservação de um instrumento importante de negociação, que é o nosso mercado interno, sem que seja entendido como uma volta ao processo, que tivemos anteriormente, de quase isolamento?

É notório que neste debate sempre vem com muita ênfase a discussão daquilo que foi o efeito da chamada reserva de mercado de informática. É um caso clássico em que se discute um dispositivo de proteção. Inclusive na relação internacional, que efeitos ele produziu? O Brasil se fechou? Nós pagamos um preço por conta disso? Nós conseguimos fomentar uma indústria localizada nessa questão?

Temos debatido essa questão sistematicamente na Casa, quando discutimos os desafios que temos, de forma particular, diante de um segmento muito dinâmico e importante hoje para a economia: o setor de petróleo e gás, no qual a questão do conteúdo nacional é sistematicamente um desafio que temos enfrentado.

Nós, aqui, discutimos o marco regulatório do pré-sal. Eu mesmo fui Presidente de uma das Comissões que analisou essa questão. Presidi especificamente a Comissão que tratou de todo o processo de capitalização da PETROBRAS. E nós tivemos isso o tempo todo. De que forma pode-se fomentar sem que isso signifique uma interrupção do fluxo internacional?

Infelizmente, aqui não estive pela manhã, mas sei que a intervenção do Savasini foi polêmica. Ele abordou isso de alguma forma, quando fez considerações de que o fluxo de importação e de comércio é pequeno diante do que é referência em outros países. Então, não é pela restrição. É por onde? De que forma se combinam essas políticas de proteção e de inserção?

Nós temos outra questão muito presente. Na última reunião da Comissão que analisa a MP 563 e a MP 564, também enveredamos por aí. Portanto, acho que nossos debatedores terão contribuições importantes a dar sobre essa questão.

Em um conjunto de questões de fomento, no qual se passa a questão da desoneração, dos incentivos fiscais e tributários, temos o papel relativo do BNDES. Até que ponto irá o papel do BNDES? O conjunto de medidas que estamos discutindo aqui —





e agora, na medida provisória, há mais um reforço do capital do BNDES — soma, acumulado, desde o momento da crise de 2009 até agora, o montante em torno de 260 a 300 bilhões. Esse é o volume que reforçamos de capital do BNDES.

Esse esforço, que é fiscal, teve um papel virtuoso. É um esforço de finanças públicas, um subsídio que se faz na medida em que se complementa a TJLP. A que ponto chegaremos? Há um momento em que essa questão passa a ser questionada porque, *vis-à-vis*, um processo de desoneração desse montante não seria uma injeção na veia de uma forma mais disseminada da economia, em vez daquilo que pode fazer para determinadas cadeias, localizadamente, a questão do BNDES.

Já falei mais do que devia. O Márcio já olhou para mim e disse: "*Vamos para os debates*". Mas essas questões não são individuais; são questões que estamos discutindo na Frente Parlamentar em Defesa da Indústria. Nós queremos defender, proteger e fortalecer o nosso segmento industrial de forma inteligente e eficaz, para que isso signifique uma contribuição sistêmica ao País e não incorremos em medidas que pareçam ter um impacto momentâneo, mas que não tenham, depois, uma sustentabilidade de médio prazo.

De imediato, convido o meu caro José Luís da Costa Oreiro, Professor-Adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, para fazer sua intervenção.

Antes, quero agradecer ao Oreiro e ao Maurício as contribuições — não sei se chegou a do Mauro — por escrito, que nos foram fornecidas. Vamos distribuí-las, para que todos possam acompanhar, da melhor forma, o debate.

Com a palavra o Sr. José Luís Oreiro.

**O SR. JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO** - Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, agradeço aos senhores o gentil convite para estar aqui hoje participando deste seminário.

Cumprimento o Deputado Arnaldo Jardim, os demais Deputados e os membros desta Mesa.

Eu preparei uma apresentação intitulada *Teses Equivocadas num Debate sobre Desindustrialização e a Perda de Competitividade da Indústria Brasileira*.

Antes de iniciá-la, quero fazer apenas um prelúdio, que acho importante para contextualizar bem a minha posição no que se refere à questão da competitividade da indústria brasileira.

Não defendo — ao contrário de outras pessoas — o retorno ao modelo de substituição de importações que prevaleceu no Brasil até a década de 70. Acho que é um anacronismo ficarmos discutindo questões de proteção tarifária ou não tarifária da indústria nacional.

Basicamente, como vou argumentar na sequência, o problema de perda de competitividade da indústria brasileira é fundamentalmente explicada pela



sobrevalorização cambial. O que temos de fazer é acertar a taxa de câmbio. Quando acertarmos a taxa de câmbio, 70% dos problemas da indústria estarão resolvidos. É óbvio que, além de acertarmos a taxa de câmbio, temos de investir pesado em infraestrutura para eliminar alguns gargalos estruturais. Mas, basicamente, o que tem de se fazer é consertar a taxa de câmbio, alinhá-la, acabar com a sobrevalorização cambial que ainda existe, apesar da valorização recente da taxa de câmbio, e dar melhores condições de infraestrutura para a indústria nacional.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Dividi a estrutura da minha apresentação em três partes. Primeiro, vou aborrecê-los com um interlúdio conceitual, vou falar um pouquinho sobre o conceito de desindustrialização, as causas e as consequências desse processo, para, então, na sequência, apresentar algumas das teses equivocadas sobre a desindustrialização e a perda de competitividade da indústria brasileira.

Na verdade, são dez teses equivocadas, não necessariamente defendidas pelas mesmas pessoas. Enfim, não esperem que haja uma coerência entre elas. São teses que ouvimos repetidamente pela imprensa ou por representantes do pensamento ortodoxo brasileiro. Eu vou argumentar para os senhores que as dez teses são equivocadas.

Por fim, vou fazer um sumário da minha apresentação, procurando responder à seguinte pergunta: o que sabemos sobre a situação da indústria brasileira de transformação? Acho que isso vai ser importante para orientarmos as discussões de política econômica que temos de fazer nos próximos meses.

Começando com o interlúdio conceitual, muitos conceitos de desindustrialização aparecem na imprensa. Na verdade, desindustrialização é aquela palavra que cada um define do jeito que quer. Mas eu, como economista acadêmico, costumo olhar a literatura especializada sobre o tema.

Basicamente, existem dois conceitos, um mais restrito e um mais amplo, de desindustrialização. O conceito mais amplo foi desenvolvido num artigo de Rowthorn e Ramaswamy, divulgado numa publicação do Fundo Monetário Internacional de 1999. Eles definem desindustrialização como sendo uma redução persistente da participação de um emprego industrial num emprego total de um país ou de uma região.

Recentemente uma economista da África do Sul, chamada Fiona Tregenna, publicou, no *Cambridge Journal of Economics*, artigo em que redefine o conceito de desindustrialização de maneira mais ampla como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria se reduzem com a proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Dado esse conceito da Tregenna, o conceito aceito na literatura econômica especializada sobre o tema, podemos fazer algumas observações sobre a desindustrialização.

A primeira observação importante é que a desindustrialização é uma mudança estrutural, não é um programa cíclico. Ou seja, quando a indústria está com problemas durante 1 ano ou 2 anos, isso não caracteriza uma desindustrialização. Pode caracterizar no máximo uma recessão, etc. Por outro lado, também não podemos olhar o oposto. Em



2007/2008, por exemplo, comentava-se que o Brasil não passava por um processo de desindustrialização porque a indústria estava crescendo muito. Os índices de faturamento e de produção física da indústria eram bastante expressivos.

Com base no conceito de desindustrialização que a literatura apresenta, eu não posso dizer que um país não está se desindustrializando porque a indústria está indo bem. A desindustrialização é uma mudança estrutural. O que acontece no processo de desindustrialização é que a indústria perde importância como geradora de PIB e geradora de emprego. Ela perde participação relativa, mas o fato de perder participação relativa não implica que a indústria não possa estar eventualmente até produzindo bastante e tendo faturamento razoavelmente bom.

Segunda observação. Desindustrialização não implica necessariamente reprimarização da pauta exportadora. Por exemplo, a Alemanha, como vamos ver na sequência, passou por um processo de desindustrialização. O que aconteceu na Alemanha foi muito simples. Os salários na Alemanha são muito elevados e as atividades industriais de menor valor adicionado foram transferidas para outros países. A Alemanha foi progredindo na cadeia industrial, produzindo bens com maior valor adicionado e maior conteúdo tecnológico.

Ora, se esse tipo de desindustrialização acontece, o que devemos observar — no caso da Alemanha se observa — é que aumenta a participação, na pauta exportadora, dos bens com maior intensidade tecnológica. Podemos dizer que esse tipo de desindustrialização é positivo e até natural, como vamos ver na sequência. Mas existe uma desindustrialização que está associada à reprimarização da pauta exportadora. Essa desindustrialização associada à reprimarização da pauta exportadora é negativa. Por quê? Porque geralmente esse tipo de desindustrialização é sinal de doença holandesa.

A “doença holandesa” foi um termo cunhado nos anos 70 para explicar o caso da Holanda. O Reino Unido, a Noruega e a Holanda descobriram grandes reservas de petróleo no Mar do Norte, no final da década de 60, início da década de 70. Isso produziu grande aumento de receita de exportação de produtos primários de países que antes não exportavam produtos primários. Isso levou a uma apreciação da taxa de câmbio, o que produziu uma queda da competitividade das exportações de manufaturados da Holanda. Aí veio o termo “doença holandesa”. A doença holandesa é uma apreciação da taxa de câmbio que resulta da abundância de recursos naturais.

Dessa forma, essa abundância de recursos naturais, ao levar a uma apreciação da taxa de câmbio, leva também a uma reprimarização da pauta de exportações. Esse tipo de desindustrialização é claramente negativo. Em vez de caminhar no que seria o eixo natural do desenvolvimento econômico... Afinal de contas, o que é desenvolvimento econômico? É o país ser capaz de produzir bens com cada vez maior valor adicionado. Isso é o desenvolvimento econômico. Mas a desindustrialização associada à doença holandesa é negativa, porque se faz justamente ao contrário: desce na cadeia, passa a produzir bens com cada vez menos valor adicionado.

Quais seriam as causas da desindustrialização? No texto clássico dos Rowthorn e Ramaswamy, de 1999, eles dizem que dois tipos de fatores podem explicar a desindustrialização: internos e externos.



Os fatores externos seriam basicamente dois: uma mudança na relação entre a cidade/renda da demanda por produtos manufaturados e serviços; e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que o setor de serviços.

Como isso funciona? Funciona da seguinte maneira: na medida em que o país vai se desenvolvendo, vai aumentando a renda *per capita* e, no início do processo de desenvolvimento, as pessoas tendem a comprar ou a concentrar uma grande parte dos seus gastos em produtos manufaturados.

O que aconteceu no início do século XX, período da grande indústria de consumo de massa? O que se teve? Automóvel, geladeira, fogão, máquina de lavar, televisores, etc. Então aquele aumento de renda que houve no início do século XX, até mais ou menos 1960/1970, foi fundamentalmente usado para a compra de produtos manufaturados. Mas, na medida em que a renda continua subindo, ou seja, na medida em que o processo de desenvolvimento econômico continua se desenrolando, as pessoas vão comprando cada vez mais serviços. Ou seja, em vez de fazer a comida em casa, vai a um restaurante; não só vai assistir a filmes, mas quer que o cinema seja cada vez mais sofisticado — agora há filme em 3D, etc.

Então o peso dos serviços no orçamento familiar começa a aumentar e, com isso, a demanda por serviços tende a aumentar relativamente à demanda por produtos industrializados.

Além disso, é um fato estilizado que em todos os países, pelo menos nos países industriais, que têm um mínimo de desenvolvimento, a produtividade na indústria cresce mais rapidamente do que nos outros setores. Como a produtividade na indústria cresce mais rapidamente do que nos outros setores, isso significa dizer que o preço dos produtos manufaturados tende a cair relativamente ao preço dos serviços. Os serviços são um setor de baixo dinamismo do ponto de vista de produtividade. Então quando se olha para a relação de preços dos manufaturados e preços dos serviços, o preço dos manufaturados tende a cair relativamente ao preço dos serviços. E aí, quando se olha na composição do PIB, o valor adicionado da indústria, que é o preço vezes a quantidade, tende a cair, porque uma parte significativa do PIB da economia agora é composta de serviços, e os preços dos serviços aumentam relativamente ao preço dos produtos manufaturados. Então esses são os fatores internos. Vejam bem: a desindustrialização causada por fatores internos tende a ser natural. É natural que ocorra isso ao longo do processo de desenvolvimento.

Há um segundo conjunto de fatores que conduzem à desindustrialização: os fatores externos, que estão relacionados com o grau de integração comercial e produtiva das economias. Ou seja, estão relacionados com o estágio alcançado pelo chamado processo de globalização.

Voltando à questão dos fatores internos, se a desindustrialização for produzida apenas por fatores internos, nós podemos dizer que a desindustrialização é o estágio superior do desenvolvimento. Por que ela é o estágio superior do desenvolvimento? Por ser causada por fatores internos. Ou seja, é causada pelo fato de que quando a renda *per capita* sobe, as pessoas tendem a demandar mais serviços. Além disso, o próprio dinamismo da indústria faz com que o preço dos bens industriais caia relativamente ao preço dos serviços. Então esse é um processo absolutamente natural. É de se esperar que, a partir de um determinado nível de renda *per capita*, a indústria perca importância tanto no PIB quanto na geração de emprego. Então, quando a desindustrialização é



causada por esse conjunto de fatores, ela é natural e, em alguns casos, embora eu tenha alguma dúvida sobre isso, ela pode até ser benéfica.

Mas é diferente quando a desindustrialização é causada por fatores externos. Nesse caso, ela pode se originar, por exemplo, da nova divisão internacional do trabalho. Os Estados Unidos, por exemplo, se desindustrializaram bastante, paradoxalmente, durante o Governo democrata do Sr. Bill Clinton, porque o próprio Governo americano incentivou as empresas americanas a transportar suas plantas industriais dos Estados Unidos para o sudeste asiático.

Esse é um tipo de desindustrialização que está sendo produzida não por fatores internos. Ela não é natural. Ela pode ser combatida e em alguns momentos, como no caso da desindustrialização americana da década de 90, ela foi o resultado deliberado de política econômica. Então, esse tipo de desindustrialização, em geral, é negativo.

Geralmente, a desindustrialização causada por fatores externos não só não é natural como também é precoce, utilizando um termo cunhado pelo Prof. Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge. O que é esse conceito de desindustrialização precoce? A desindustrialização precoce ocorre a um nível de renda *per capita* inferior ao registrado pelos países desenvolvidos quando eles iniciaram seu próprio processo de desindustrialização.

Se é verdade que a desindustrialização é um processo natural, ou seja, a partir de um certo nível de renda *per capita*, é natural que ocorra o processo de desindustrialização. Se também é verdade que os países desenvolvidos que se desindustrializaram começaram a se desindustrializar em torno, como vamos ver na sequência, de um nível de renda *per capita* entre 12 e 15 mil dólares, começa a se desindustrializar antes, certamente está tendo uma desindustrialização precoce.

Vou passar rapidamente nisso aqui, porque quero ir logo às teses que me interessam.

Só um último ponto conceitual: por que se defende a indústria? Eu não sei quanto às demais pessoas que defendem a indústria, mas faço isso por convicção. Nunca FIESP, FIEP ou qualquer outra federação me pagou qualquer coisa para defender a indústria. Sei que andam boatos por aí, o pessoal mais ortodoxo diz que quem defende a indústria o faz para atender a interesses pessoais.

Na verdade, a indústria é importante porque é o motor do crescimento de longo prazo de uma economia capitalista basicamente por quatro razões. Primeira, a indústria é a fonte dos retornos crescentes de escala. Ou seja, onde há rendimentos crescentes de escala é na indústria. O setor de serviços não tem isso, a agricultura muito menos. Segunda, é o setor com maiores encadeamentos para frente ou para trás da estrutura produtiva. Terceira, é a fonte ou a principal difusora do progresso tecnológico e, por fim, permite o relaxamento da restrição do balanço de pagamentos na medida em que os produtos industriais são aqueles com maior elasticidade/renda de exportações.

Finalmente, o último conceito importante é que a desindustrialização é uma mudança estrutural perversa. Como vamos ver na sequência, a produtividade do trabalho é maior na indústria de transformação do que no resto da economia. Isso implica que, quando ocorre uma redução da participação da indústria de transformação



no emprego ou no valor adicionado, o resultado disso é a diminuição da produtividade média da economia.

Dado esse interlúdio conceitual, quais são as teses equivocadas sobre a industrialização e a perda de competitividade da indústria brasileira? Tese nº 1: a desindustrialização é um fenômeno mundial. Tese nº 2: a economia brasileira não está se desindustrializando. Tese nº 3: a desindustrialização brasileira é decorrência natural do seu estágio de desenvolvimento. Tese nº 4: a indústria é um setor como outro qualquer. Tese nº 5: a Austrália mostra que a industrialização não é fundamental para um país se tornar membro do Primeiro Mundo. Tese nº 6: a desindustrialização brasileira não se deve à apreciação da taxa de câmbio. Tese nº 7: a apreciação cambial no Brasil é similar à dos demais países emergentes. Tese nº 8: a perda de competitividade da indústria brasileira deve-se ao baixo dinamismo da produtividade ou crescimento dos salários. Tese nº 9: a apreciação cambial é decorrente do estado de bem-estar social brasileiro. Tese nº 10: o câmbio apreciado veio para ficar.

Vamos desmontar as teses uma a uma. Primeira, a desindustrialização é um fenômeno mundial. Não, não é. Na verdade, ela afeta o G-7 e a América Latina, como podemos ver neste eslaide. Os países dinâmicos da Ásia — China, Índia, Malásia, Indonésia, etc. — mantêm, desde 1970, uma participação relativamente estável da indústria no PIB.

O Brasil não está se desindustrializando. Errado. Com base na série montada por Nelson Marconi, Nelson Roche e Marcos Rocha, num texto para discussão do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), essa é uma série construída a partir de dados do IBGE, mas não é uma consulta direta ao *site*, porque há um problema metodológico — depois podemos discuti-lo na sequência. Desde 1975, a indústria de transformação vem perdendo participação no PIB. Em 1975, ela tinha uma participação de 21% do PIB. Em 2011, isso tinha se reduzido para 15% do PIB.

Além disso, a nossa desindustrialização, desde o início de 2000, está associada à reprimarização da pauta exportadora. Quando olhamos a composição da pauta de exportações brasileira e dos produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados, observamos que a participação de produtos básicos desde 2000 tem subido e a participação de semimanufaturados tem diminuído.

Esse eslaide mostra a composição da pauta de exportações por intensidade tecnológica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Aproveite para tomar um fôlego, uma água.

Saúdo a presença conosco do Deputado Eduardo Sciarra, nosso querido companheiro do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura, e do Deputado Guilherme Campos, Líder do PSD.

Vamos conceder mais 5 minutos ao Oreiro, para que possa concluir. Depois, os outros terão a mesma prerrogativa.

Por favor, conclua.



**O SR. JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO** - Continuando, o próximo eslaide mostra a composição da pauta de exportações por intensidade tecnológica. O que se observa é que também por intensidade tecnológica há uma piora na pauta de exportações, no sentido de que os produtos não industriais estão aumentando a sua composição e os bens com alta ou média/alta densidade tecnológica estão reduzindo a sua participação.

Este eslaide mostra a participação da indústria de transformação no valor adicionado numa série de países em desenvolvimento e o seu nível de renda *per capita*. Não sei se dá para ver muito bem, mas o Brasil está no canto superior esquerdo. O Brasil inicia o seu processo de desindustrialização com o nível de renda *per capita* de 4 mil dólares, a Argentina de 8 mil dólares, o México na faixa de 6 mil dólares, a Coreia na faixa de 14 mil dólares, Malásia e Tailândia não se desindustrializam.

Este é o mesmo conjunto de dados para os países desenvolvidos. Observamos que a Alemanha Ocidental, a França, a Itália, a Suécia e o Reino Unido iniciam seu processo de desindustrialização com o nível de renda *per capita* superior a 10 mil dólares.

A indústria, um setor como outro qualquer. Este eslaide está mostrando a relação entre participação da indústria no PIB e taxa média de crescimento dos países do G-7, de 1970 a 2000. Observamos que há uma redução da participação da indústria de transformação no PIB dos países do G-7, junto com uma redução da taxa média de crescimento desses países.

Este eslaide mostra a situação da América Latina. Mais uma vez, vemos que a desindustrialização está associada a uma redução da taxa média de crescimento.

Este eslaide mostra a situação da indústria brasileira em termos de produtividade média do trabalho. Produtividade média, valor adicionado sobre emprego. A linha mais de cima mostra os manufaturados de média e alta tecnologia. A linha do meio mostra a indústria de transformação. A última linha, embaixo, mostra as *commodities* agrícolas e extrativas. Mais uma vez, mostra-se que a indústria não é um setor como outro qualquer, ou seja, é um setor com mais alta produtividade.

A Austrália é um país desenvolvido absolutamente diferente dos outros. Este gráfico está mostrando a participação da indústria total no PIB de países selecionados, de 1972 a 2009. Os países são Austrália, a OECD, que é um conjunto de países, União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido e Japão, todos vêm se desindustrializando de 1972 a 2008, e a Austrália tem mais ou menos a mesma participação na indústria no PIB dos demais países desenvolvidos. Portanto, ela não é um caso particular de desenvolvimento.

Vemos a seguir a relação entre desindustrialização e apreciação cambial. Este eslaide mostra que, de 2003 a 2010, a redução da indústria de transformação no PIB veio acompanhada por uma apreciação significativa da taxa real de câmbio, o que é corroborado pelo eslaide seguinte, no qual, ao invés de nível de câmbio, se tem índice de sobrevalorização cambial, que são essas barras verticais, e a participação da indústria no PIB. O que está em *log* é a curva. Observamos que a apreciação causada pelo Sr. Gustavo Franco, de 1994 a 1998, causou uma redução significativa da participação da indústria no PIB.



O que causou a perda de competitividade? Este eslaide mostra o custo unitário do trabalho na indústria de transformação, média móvel dos últimos 12 meses, de dezembro de 2001 a dezembro de 2011. Esta série está em reais. Observamos que no período não houve mudança significativa no custo unitário do trabalho medido em reais.

Mas quando se deflaciona pela taxa real efetiva de câmbio, observa-se que o custo unitário do trabalho da indústria de transformação brasileira, em 10 anos, aumentou 60%, quando se mede pelo câmbio.

Este eslaide mostra a situação do custo unitário do trabalho medido em dólares para os países da América do Sul, o ano 2000, base 100. Nós vamos ver que, tirando a Colômbia, o Brasil foi o país que teve o maior aumento do custo unitário do trabalho medido em dólares.

O próximo eslaide mostra a decomposição do aumento do custo unitário do trabalho, observando-se três fatores: salário real; apreciação da taxa real de câmbio e produtividade.

No caso brasileiro, que é mostrado por este eslaide — o caso brasileiro é demonstrado por aquele retângulo amarelo —, é a apreciação do câmbio. Mais de 60% do aumento do custo unitário do trabalho no Brasil deve-se à apreciação da taxa real de câmbio.

A ideia de que o câmbio no Brasil é apreciado porque implantamos um (*ininteligível*) *state* brasileiro, desde a Constituição de 1988, também não faz muito sentido. Este eslaide mostra a taxa real efetiva de câmbio e os termos de troca.

O que este eslaide está mostrando é que no período de 2004 a 2012 houve uma apreciação significativa da taxa real efetiva de câmbio, seguida por um aumento significativo dos termos de troca. A apreciação cambial brasileira deve-se fundamentalmente ao *boom* de *commodities* e não à implantação do estado do bem-estar social brasileiro.

O câmbio apreciado foi causado por termos de troca. Será que ele veio para ficar?

Este eslaide mostra o índice de preços de *commodities* metálicas de 1865 até 2009. No finalzinho da série é o *boom* recente das *commodities* metálicas. Mas observem: as *commodities* metálicas estão muito acima da média histórica. Portanto, o mais razoável, não sei por quanto tempo, é que as *commodities* metálicas voltem para o nível normal de preço.

Este eslaide mostra o índice de preços de produtos agrícolas tropicais e não tropicais, de 1865 a 2009. O que estamos vendo é uma tendência lenta. A queda dos preços dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais foi parcialmente revertida no finalzinho da série, mas também esperamos que, em algum momento, se resolva esse tipo de coisa.

Para finalizar, o que se sabe sobre a situação da indústria de transformação brasileira? Primeiro, a participação da indústria brasileira de transformação no PIB vem caindo continuamente, desde meados da década de 70, caracterizando assim o processo de desindustrialização. Segundo, nos últimos 10 anos, a desindustrialização tem sido





acompanhada de reprimarização da pauta exportadora. Terceiro, a desindustrialização brasileira é precoce quando comparada com processos similares ocorridos em países envolvidos. Quarto, existem evidências de que a desindustrialização brasileira está fortemente associada à sobrevalorização cambial. Quinto, a perda de competitividade da indústria de transformação no período 2001/2011 deve-se fundamentalmente à apreciação da taxa real de câmbio, embora após 2008 o crescimento dos salários reais na frente da produtividade tenha contribuído na margem para acelerar esse processo. Sexto, a produtividade do trabalho na indústria de transformação permaneceu estagnada no período 1995/2008, resultado dos baixos investimentos feitos na ampliação ou modernização da capacidade produtiva. Sétimo, a participação da indústria de transformação no emprego total permaneceu inalterada no período 1995/2008, porque a indústria de transformação atendeu ao aumento das vendas com maior utilização da capacidade, mas sem realizar investimentos novos.

Por fim, a indústria de transformação investiu pouco nesse período devido à combinação entre câmbio sobrevalorizado e juro real alto.

Era basicamente isso que tinha preparado para apresentar. Desculpem-me, mas eu não tinha ciência de que a apresentação era de apenas 20 minutos. Se soubesse, teria excluído alguns eslaides.

Em resumo, essa é a minha visão sobre o processo de desindustrialização brasileira e a perda de competitividade da indústria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Agradeço muito ao Prof. José Luís da Costa Oreiro.

Quem lê artigos do Oreiro — eu leio com frequência, e dialogo com ele sobre isso — sabe que ele é polêmico e remou contra a corrente no período recente em relação a alguns dos fundamentos do modelo que temos. Ele teve iniciativa de questionar tanto os juros como a questão da incidência cambial e a causa determinante e quase matriz fundamental de todo o processo da desindustrialização. Eu acho que vai dar uma boa conversa, não é, Denise?

O tempo de referência é de 20 minutos. Está ali o placar, que serve como alerta. Somos flexíveis no tempo. Todos compreenderam que foi compensador estender um pouco o prazo para o Prof. Oreiro terminar sua apresentação.

Com a palavra o Sr. Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI.

**O SR. MAURO BORGES LEMOS** - Cumprimento os Deputados Arnaldo Jardim, Márcio Reinaldo e os demais Parlamentares presentes.

Senhoras e senhores, duas perguntas importantes foram apresentadas pelo Deputado, no início: como preservar a indústria sem protecionismo e fechamento? No conjunto das medidas de fomento do Plano Brasil Maior, que papel caberia ou não ao BNDES, especificamente?



Vou falar aqui não só como Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, mas também como Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial do Plano Brasil Maior. Nesse sentido, é um discurso obviamente de defesa desse Plano, um discurso chapa branca. Mesmo como acadêmico, estou cumprindo minha função de Secretário-Executivo do Plano Brasil Maior.

Antes de fazer uma rápida exposição dos três eixos do Plano Brasil Maior e dizer por que eles são relevantes para o debate, farei algumas poucas considerações sobre a discussão da desindustrialização, ponto que o José Luís levantou inicialmente.

De fato, é a partir desse diagnóstico que se conseguem delinear as políticas industriais. O Plano Brasil Maior é uma política industrial que parte de um determinado diagnóstico. Então, ele é relevante para a nossa conversa aqui.

Na minha opinião, a forma como o José Luís fez a sua apresentação tem um viés muito contábil. Essa literatura da desindustrialização tem um viés fortemente contábil, e eu acho que o melhor jeito de trabalhar esse diagnóstico da desindustrialização ou não no Brasil é por meio de uma visão estritamente estruturalista, keynesiana. É óbvio que tenho fortes diálogos com o José Luís, mas eu acho que a questão estatística é subordinada a uma análise mais estrutural da situação da indústria brasileira.

Primeiro, a ideia da indústria como motor de crescimento da produtividade do trabalho na economia é um parâmetro crucial para a análise da desindustrialização. Quando se observa que, numa série histórica, a economia não cresce mais puxada pelo crescimento da produtividade da indústria, que tem o maior nível de produtividade de todos os setores da economia, constata-se um problema grave. O sinal amarelo acende.

E se olharmos as estatísticas da economia brasileira, particularmente a partir da crise de 2008, veremos que houve uma dificuldade enorme de crescimento da produtividade da indústria, porque ela começa a crescer muito abaixo do crescimento médio da nossa economia. Essa é uma questão bastante relevante.

Se olharmos uma série histórica desde o Plano Real, também observaremos que a produtividade do trabalho na indústria brasileira não teve desempenho espetacular. Em média, a produtividade do trabalho cresceu inicialmente um pouco acima do crescimento médio da economia. No período do *boom* das *commodities*, essa produtividade de alguma forma se mantém em torno da metade do crescimento do produto médio da economia, e, a partir de 2008, abaixo do produto médio. Então, obviamente, o sinal amarelo deve ser levantado. O sinal mais evidente da desindustrialização surge quando a indústria não é mais capaz de sustentar taxas relativamente elevadas de crescimento médio agregado da economia. Esta é a questão que eu acho central, e é nisso que nós devemos concentrar nossas atenções.

Então o sinal amarelo está aceso, o que é muito diferente de fazermos um diagnóstico definitivo da desindustrialização no Brasil, porque eu acho que esse seria um sinal efetivo de regressão industrial em que a produtividade do trabalho da indústria estaria estagnada ou crescendo relativamente muito abaixo dos outros setores. Essa situação não se verifica nem em momento crítico, como o que se apresenta agora na indústria brasileira.

Outro aspecto relevante desta conversa é que um processo de desindustrialização acontece quando não se consegue galgar uma mudança positiva da pauta exportadora



rumo a bens manufaturados de maior valor agregado, dificuldade efetiva que a economia brasileira vem enfrentando desde o Plano Real e que se acentuou com a mudança de termos de troca internacional com o *boom* das *commodities* a partir de 2002, principalmente 2003.

O terceiro aspecto que eu acho muito relevante nesta discussão é a inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho. E aí nós temos que fazer uma diferenciação muito importante entre a nossa economia e uma economia como a americana, que tem na literatura, principalmente na contábil, uma identificação de desindustrialização, o que, na verdade, significa um estágio mais avançado de desenvolvimento dessa economia, significa um momento em que a economia de serviços ganha muita força, os preços de serviços aumentam relativamente aos preços manufaturados, como o José Luis ressaltou, e essas economias começam a ter principalmente na parte dos serviços que nós chamamos de produtivos uma função direta de fornecedoras da indústria manufatureira. Nesse sentido, esses serviços são basicamente geradores de novas tecnologias. Não são serviços pessoais ou sociais para a saúde ou educação, mas serviços que estão diretamente integrados à economia industrial.

Consequentemente, essa seria uma posição, numa divisão internacional do trabalho, parecida com a da Califórnia e de algumas atividades produtivas do leste americano em relação aos países asiáticos, através da integração via Pacífico. Quer dizer, a função de engenharia básica e de *design* é feita em território americano, mas a manufatura é feita em algum país onde um dos fatores de produção, ou algum insumo, é mais barato. E essa é uma posição muito diferente daquela em que o Brasil se encontra hoje. Não se pode dizer que estamos mudando a nossa posição relativa na divisão internacional do trabalho e que estaríamos em posição privilegiada. Mais uma vez, o sinal amarelo deve ser aceso.

O Brasil teve, do ponto de vista estatístico, uma reprimarização da sua pauta exportadora na primeira década dos anos 2000, e isso obviamente decorreu da grande mudança de preços relativos, mas dá sinais trocados do ponto de vista de incentivos a investimento na atividade manufatureira no Brasil. E, obviamente, o plano Brasil Maior se desenvolve a partir desse diagnóstico. Não há nenhuma ingenuidade do Governo em pensar o plano Brasil Maior como um plano que desconsidera os riscos de uma industrialização precoce no Brasil. Acho que seria um grande equívoco estatístico e analítico considerar que estamos vivendo um processo de desindustrialização; mas, ao mesmo tempo, seria uma ingenuidade do Governo não se armar, com uma política industrial ativa, para enfrentar esse risco, que é iminente, na medida em que existe um continente, um conjunto de países asiáticos ameaçando a competitividade do conjunto da economia mundial, fora esses países que estão integrados à divisão regional do trabalho — os países europeus, a economia americana e canadense e as economias da América Latina, tendo o Brasil um peso muito importante. Não vamos desconsiderar isso.

Eles têm hoje fatores de produção mais baratos, tanto mão de obra quanto capital, e capital altamente subsidiado por parte do maior *player* asiático, que é a China. A China hoje usa a poupança das famílias para subsidiar o capital. Essa é a forma como se dá o sistema de previdência chinesa. Ele é, na verdade, um sistema de previdência pessoal, das famílias que depositam sua poupança nos bancos estatais chineses. E os juros em geral são negativos. Ou seja, as famílias subsidiam o investimento na indústria. Fora de um país autoritário, isso seria inviável, e, num país democrático como o nosso, com os nossos compromissos de bem-estar social, essa solução está inteiramente descartada. E, descartada essa trajetória — o Brasil já fez essa opção há mais tempo —,



a problemática da política industrial tem que ser vista no plano de um salto qualitativo de competitividade em direção a um maior adensamento tecnológico das cadeias produtivas brasileiras, o que é a essência das políticas do Brasil Maior.

O plano Brasil Maior tem, sim, políticas defensivas. Consiste num conjunto de medidas imediatas para mitigar a perda de competitividade perante os novos *players* asiáticos, mas tem medidas estruturais, fundamentais, ligadas ao adensamento das cadeias produtivas e que agregam maior conteúdo tecnológico para a nossa disputa de uma posição mais avantajada nas cadeias mundiais do que a que tínhamos anteriormente, baseada em baixo custo dos insumos e baixo custo dos fatores, particularmente da mão de obra e da energia, que eram insumos relativamente baixos no Brasil. Mesmo que caminhemos para uma forte desoneração da energia, da mão de obra e de outros insumos fundamentais, como gás e nafta, o Brasil, para ter melhor posição competitiva nas cadeias mundiais o Brasil tem que progredir em termos tecnológicos, nas cadeias de maior competência tecnológica. Todo o esforço, digamos, microeconômico estrutural do plano Brasil Maior é ligado a esse adensamento.

Um elemento do plano Brasil Maior que muitas vezes é passado despercebido são as medidas de enfrentamento do que chamaríamos de externalidades negativas da economia brasileira. Essa é uma herança de muitos anos da forma como se deu a industrialização brasileira, por substituição de importações. Um Governo de 4 anos não vai resolver isso com uma varinha mágica, com uma varinha de condão. Essa é uma ilusão tecnicamente não sustentável. O processo requer o esforço da Nação, e, obviamente, o Governo deve liderar esse processo de enfrentamento das externalidades negativas que impactam fortemente na competitividade da indústria manufatureira do Brasil.

E aí temos um problema fundamental, que é a baixa qualificação da nossa força de trabalho. No processo de industrialização do Brasil, a força de trabalho se qualificou 1 ano de escolaridade a cada 10 anos de crescimento da economia. Isso é um suicídio do ponto de vista da competitividade. Nosso processo de escolarização durante a industrialização foi muito lento, e nós é que temos de correr atrás das perdas. Apenas cobertura de ensino fundamental é insuficiente para resolver o problema. Temos, de fato, que fazer um enorme esforço, do ponto de vista de qualificação, para enfrentar o desafio de uma indústria manufatureira no séc. XXI. E essa não é uma questão trivial, considero mesmo o maior gargalo da competitividade da indústria brasileira. Sem resolver esse gargalo, não temos como ingressar numa indústria manufatureira cujo processo de trabalho se dará através da impressora 3D. Como é que vamos entrar num sistema onde o próprio processo de produção vai se dar através de uma impressora de bens em que escala e mão de obra não vão ser mais os fatores fundamentais, mas sim economias de escopo e de mão de obra qualificada? Esse é o grande desafio do séc. XXI para a indústria manufatureira brasileira.

Estamos enfrentando outras medidas no plano Brasil Maior, medidas ligadas ao investimento, particularmente ao preço dos insumos — essa é uma questão fundamental — e ao preço do fator trabalho-capital. Os dois fatores estão muito caros no Brasil. O plano Brasil Maior tem uma medida específica para a desoneração da folha de salários, e política macroeconômica está ajudando fortemente a política microeconômica do Governo, uma vez que temos hoje uma trajetória descendente da taxa real de juros da economia brasileira. Isso é fundamental para a redução do custo do capital no País.

Também temos medidas horizontais. Por exemplo, a economia verde tem várias ações direcionadas a esse processo — em outra oportunidade eu poderia detalhá-las.



Também na área de comércio exterior estamos tomando diversas medidas, que envolvem maior capacitação na área de defesa comercial. O Departamento de Defesa Comercial do MDIC era muito pequeno, apesar do núcleo de analistas de comércio exterior ser muito preparado tecnicamente. Ele era muito diminuto para o tamanho do nosso comércio. Um comércio com a dimensão do comércio brasileiro, de algo em torno de 400 bilhões de dólares, não pode ter um departamento com 100 pessoas. Os americanos, por exemplo, têm um exército de mais de 5 mil analistas de comércio exterior. Essa é uma situação absolutamente desigual, que tem que ser enfrentada. E essas medidas estão efetivamente sendo tomadas.

Finalmente, a questão cambial, questão de política macroeconômica. Já sabíamos, desde o início, que a equação do câmbio só poderia ser resolvida com um determinado regime de política monetária de taxa real de juros e um regime fiscal. Não há jeito de tratar a política cambial sem política monetária, sem política fiscal. O Governo está operando nas três linhas, e o resultado estamos começando a colher agora. O processo é lento, mas o desafio está colocado.

Estou à disposição de V.Exas. para discutir em mais detalhes o plano. Este não é um plano para 1 ou 2 anos, é um plano estruturante, coisa que muitas vezes as pessoas, principalmente a imprensa, não enxergam. Não estamos tomando medidas do tipo "puxadinho"; estamos tomando medidas de longo prazo, e algumas são demoradas. Se pensarmos em medidas como o REPETRO, que está sendo revisto por nós, ou como o novo regime automotivo, que é um regime sofisticado do ponto de vista técnico, isso não é coisa para o curto prazo. É claro que algumas medidas mitigantes de problemas de demanda agregada, como redução de IPI, não são a essência do regime automotivo. Nós sabemos disso.

Estou à disposição de V.Exas. para aprofundar as três dimensões fundamentais do plano, e ressalto que este é um plano de longo prazo, não é uma política macroeconômica em que se mexe numa variável monetária, como, por exemplo, a taxa de juros ou o compulsório do Banco Central, e consegue-se, num prazo de 6 a 9 meses, mudar as sinalizações da economia. As políticas microeconômicas são mais demoradas, e temos de pensá-las agora para colher frutos mais à frente. Mas temos de implementá-las agora, da melhor forma possível.

Nesse sentido, o papel do Congresso Nacional é extremamente relevante. O Congresso foi extremamente cooperativo na aprovação das MPs do plano Brasil Maior do ano passado, do primeiro conjunto de medidas, que saiu no dia 2 de agosto, e agora está sendo extremamente cooperativo em dar celeridade à tramitação das MPs 563 e 564.

Agradecemos muito o empenho dos Deputados e Senadores, o espírito de nacionalismo, a visão estratégica, de longo prazo, que V.Exas. estão tendo. Isso é fundamental para que essas políticas de fato tenham efeito duradouro.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Sr. Mauro Borges Lemos.

Quero fazer uma referência ao nosso público. O Deputado Márcio Reinaldo Moreira e o Deputado Ângelo Agnolin, que nos prestigiam e que participam de forma importante dos nossos trabalhos, sabem que num seminário como este as intervenções são longas,



porque os assuntos são muito profundos, e a tendência é que haja uma certa dispersão. Mas aqui as pessoas estão prestando atenção nas explanações e participando de forma muito concentrada. Quero agradecê-los e cumprimentar a todos por isso.

A intervenção do Dr. Mauro merece toda a atenção. Primeiro, pela referência feita de que a valorização das *commodities* teria sido a responsável por aquele deslocamento relativo do peso dos produtos de maior valor agregado em relação aos produtos primários. Isso é meio polêmico. É isso mesmo? Outros fatores determinam essa questão? Segundo, por outra intervenção que eu achei muito interessante — Mauro, permita-me assim mencionar —, a de que tínhamos dois fatores que historicamente faziam a diferença, por ser muito baratos, energia e mão de obra, que não serão mais baratos. O custo da mão de obra, por várias razões, entre elas o deslocamento da renda, se alterou, então vamos ter que passar a outro cenário. E o custo do insumo energia também está hoje em outro patamar. O próprio Governo está vendo uma alternativa. Estamos debatendo questões como essas aqui. Não será por aí.

Então nós já perdemos a corrida, pelo que eu entendi da análise que o senhor fez, dos fatores de produção diferenciados. Nós não vamos concorrer particularmente com a China, então vamos concorrer por onde? Vamos fazer que tipo de agregação? Como é esse adensamento tecnológico? Se é por aí, não será para a economia como um todo. Alguns setores — vou usar uma expressão bem informal — vão “dançar”, e em outros poderemos ter a diferenciação.

O senhor fez uma única referência do ponto de vista estrutural do setor, dizendo que a chamada economia verde pode ser o diferencial. Depois talvez o senhor pudesse falar de outros segmentos, mostrar por onde esse adensamento tem condições, e se podemos ter, na divisão internacional de trabalho, uma disputa relativa de posições mais específicas.

**O SR. MAURO BORGES LEMOS** - Perfeitamente. Nós temos um conjunto de setores já selecionados, por onde podemos começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - O senhor poderia depois analisar um pouco isso.

Vamos complementar as exposições, antes da participação da Denise, com o Prof. Maurício Canêdo Pinheiro, da FGV.

Por favor, Maurício.

**O SR. MAURÍCIO CANÊDO PINHEIRO** - Primeiro eu queria agradecer o convite desta Comissão.

A vantagem de falar por último é que se pode tomar como dado algumas intervenções e se pode fixar em certos assuntos, em temas do nosso interesse, porque as outras pessoas já falaram de algumas coisas que tínhamos planejado falar.

Vou tentar ser bem rápido. A ideia de minha apresentação, mais do que diagnosticar problemas, é levantar as questões que eu julgo relevantes e fomentar o debate.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

Bem, acho que é melhor ficar de pé.

O Oreiro já disse, e o Mauro também, que, a partir do início da década passada, no eixo das discussões a respeito da indústria e do setor externo, mudou um pouco a discussão da vulnerabilidade externa, mais para desindustrialização/primarização da pauta de exportação e aumento da concorrência dos importados em determinados setores — a questão da China e tudo o mais. E o debate recente a esse respeito aponta para duas grandes questões. A primeira, a valorização cambial e *(ininteligível)* externas, tema que eu não vou tratar porque, como conheço bem o Oreiro, já imaginava que ele falaria sobre o assunto, que eu não domino. Não vou falar muito sobre isso. Acho que a questão interessante a destacar é o aspecto mais microeconômico, a relação entre política industrial, política de comércio exterior e, em particular, competitividade da indústria.

Aí, o mesmo diagnóstico que o Oreiro já havia feito. A ideia é que, nos últimos anos, a participação do setor manufatureiro nas exportações tem caído, em detrimento dos produtos primários. E quando se pega a política industrial brasileira mais recente, o plano Brasil Maior, e a política mais antiga, a política industrial e tecnológica de comércio exterior, políticas de desenvolvimento do setor produtivo, percebe-se que existe uma preocupação com a ampliação das exportações. Tanto isso é verdade, que dois objetivos dessa política industrial fazem referência às exportações. O primeiro tem a ver com preservar a robustez de balanços de pagamentos pelo aumento da inserção brasileira no comércio internacional, e o outro é mais específico, aumentar a inserção de micro e pequenas empresas na exportação.

Não por acaso, o plano Brasil Maior também inclui metas associadas à exportação e medidas de apoio, que eu chamei aqui de setores mais tradicionais, que estão mais expostos a essa competição, principalmente à competição com os países asiáticos, em particular a China.

Então, antes de começarmos a discutir, a pergunta é: por que fazer política industrial? *(Pausa.)*

Juro que eu não encostei em nada. *(Pausa prolongada.)*

Voltando à nossa programação normal, caberia perguntarmos: afinal de contas, por que política industrial? Por que a indústria — o Oreiro falou um pouco sobre isso, o Mauro também — é um setor diferente, que precisa de uma política voltada para ele?

Acho que, independentemente da abordagem que se use, a abordagem mais neoclássica ou a abordagem menos ortodoxa, no final das contas, a política industrial é justificada principalmente por conta da inovação; ou porque a inovação gera externalidades e justificaria o uso de política industrial, ou porque os setores mais dinâmicos, que encadeiam mais, são justamente aqueles setores que são mais intensivos em inovação. Então, no final das contas, mais do que divergência, consigo enxergar convergência. O motivo pelo qual o Governo deveria fazer política industrial é basicamente o mesmo — a explicação é diferente, mas o motivo basicamente é o mesmo.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

E a ponte que eu quero fazer é a interação. Se formos resumir as ações mais recentes de política industrial, acho que eu poderia separar em cinco grandes grupos. Alguém sempre pode dizer que está faltando alguma coisa, mas, em grandes linhas, são cinco grandes linhas de ações: desoneração tributária e incentivos fiscais; aumento do desembolso do BNDES; algum tipo de estímulo à formação de campeões nacionais; mudança radical da política de estímulo a P&D e inovação — vou falar um pouco disso, mas não muito, porque é tema do painel de amanhã —; e o uso do poder de compra e conteúdo local.

A minha ideia é tratar da interação entre o penúltimo e o último item de política industrial, em que medida essas duas coisas interagem e em que medida uma coisa pode atrapalhar a outra.

Então, pegando um pouco o gancho do comentário do Deputado Arnaldo, a ideia é que a diferença entre o remédio e o veneno está na intensidade, isto é, até onde podemos ir na política de conteúdo local sem voltar à experiência brasileira da década de 70, 80, que sabemos que não deu certo, de economia autárquica e fechada para o comércio exterior. No fundo, a minha discussão é essa.

Vou passar bem rápido por isso. O foco da política industrial recente acho que mudou intensamente na direção de fomento e inovação em P&D. Existem uma série de iniciativas — não vou querer ser exaustivo aqui: criação de instrumentos para fomento de P&D e inovação no âmbito da empresa; entrada do BNDES no fomento e na inovação; capacitação e aumento do capital da FINEP; uma série de incentivos fiscais de fomento à inovação. E, quando se pega a literatura econômica sobre produto industrial, é o tipo industrial que gostaríamos de fazer, que faz sentido fazer. Inovação gera externalidades. Faz sentido o Governo fomentar e apoiar essa atividade de inovação.

E a notícia boa é que há evidência de que de fato não se tem o efeito de deslocamento. Quer dizer, quando o Governo fomenta a inovação, ele simplesmente não desloca. Pode-se dizer assim: *"o Governo fomenta a inovação, ele simplesmente desloca o gasto privado de P&D que ele faria de qualquer maneira. O Governo bota o dinheiro lá, e ele diminui o gasto de P&D no mesmo montante que o Governo coloca."* A boa notícia é: *"não, o Governo coloca fomento e inovação e não desloca o gasto privado de P&D"*. Então, a rigor, políticas de fomento a P&D e inovação podem ter algum efeito positivo no âmbito da política industrial.

Mas há uma variável que acho muito importante para explicar — desculpem-me pelo gráfico — a questão da inovação. É que as empresas não inovam por acaso; as empresas inovam por que elas precisam. E um instrumento poderosíssimo para fomentar a inovação é a pressão competitiva dos rivais. As empresas inovam, entre outras coisas, porque os seus rivais estão em seus calcanhares.

Então, isolar demasiadamente as empresas domésticas da concorrência internacional no final das contas é contraproducente, porque, por mais que se tenha mecanismos de política industrial que fomentem a inovação, as empresas não vão inovar simplesmente pelo fato de que elas não estão sendo pressionadas a fazê-lo.

Complementando esse fato, temos bastantes evidências empíricas que mostram que uma das ferramentas pelas quais as empresas conseguem inovar é a importação de





insumos de alta tecnologia. Então, quando se aumenta a importação de insumos tecnológicos, consegue-se inovar mais. E mais, temos inovações importantes, mas temos muito ainda como crescer não somente deslocando a fronteira de produção, mas adotando tecnologias existentes que não conseguimos usar hoje por diversos motivos.

Como essa intervenção muito rápida sobre inovação se relaciona com a questão do conteúdo local e uso de compras do Governo, que normalmente estão associadas?

Quando se pegam iniciativas recentes ou não tão recentes — várias delas remontam o final da década de 90 —, como se faz a relação entre a política de conteúdo local e a política de inovação, como elas se complementam, como uma eventualmente pode atrapalhar a outra?

De novo não quero ser exaustivo, mas, observando os últimos 15 anos, verificamos uma série de iniciativas de uso de conteúdo local e/ou compras do Governo para fomentar determinados setores. Temos edital das redes 4G; o próprio Plano Nacional de Banda Larga, que tem uma previsão de compras de equipamentos no Brasil; a Lei de Audiovisual, que, por motivos diferentes, é uma espécie de política conteúdo local; a própria política recente de conteúdo do setor automotivo que tem a ver um pouco com requisitos de conteúdo local; as várias versões desde 1980 da Lei de Informática, que de certa maneira é uma política de conteúdo local; a Lei nº 12.349, que estabelece a margem de preferência, que é uma política de conteúdo local, barra o uso de compras do Governo para fomentar determinados setores; uma série de iniciativas de conteúdo local, em particular o PROMEF; o conteúdo local em petróleo e gás.

Então o conteúdo local é ferramenta poderosa. A questão é como usar o conteúdo local para fomentar uma indústria que seja sustentável a longo prazo, uma indústria que daqui a 5 anos ou 10 anos seja capaz de sobreviver e seja competitiva em níveis internacionais, sem a necessidade da política de conteúdo local.

Há a ideia de que a política industrial, em particular políticas de conteúdo local, implicam um *trade-off* entre custos, a ideia de que a política de conteúdo local necessariamente vai fazer com que eu compre insumos aqui no Brasil mais caros do que compraria em outros países, senão a política de conteúdo local não faria sentido. A ideia é obrigar determinados setores a comprar insumos no Brasil, quando, se deixasse o livre mercado funcionar, comprariam em outros setores, porque o insumo é melhor ou porque o insumo é mais barato. Sempre se tem que fazer o balanço disso com os benefícios, o benefício de fomentar o desenvolvimento de determinados setores aqui dentro.

Obviamente esse balanço somente é positivo do ponto de vista do bem-estar da sociedade se esses custos são menores que os benefícios, ou mais ainda, se esses custos são temporários e os benefícios são permanentes. A ideia é que a política industrial ou a política de conteúdo local tem que ter data para terminar e tem que ser decrescente ao longo do tempo. A ideia é que se tem que dar condições — o Oreiro falou disso, o Mauro também — macroeconômicas, ambiente de negócios para esses setores serem capazes de competir no mercado internacional. E a política industrial, ao longo do tempo, tem que ser decrescente. A ideia é que daqui a 5 anos ou 10 anos não se precise mais de política de conteúdo local — idealmente não se precisaria — para que essa indústria seja competitiva a longo prazo. A ideia é a seguinte: dou os requisitos básicos para essa indústria competir, dou uma ajuda inicial, mas daqui a alguns anos essa ajuda vai ser retirada. Se ela for capaz de caminhar com as próprias pernas, ótimo; senão for capaz, vai partir para outra.



A ideia do copo meio cheio e meio vazio. Quando observo as iniciativas mais recentes de política industrial, em várias em dessas iniciativas — várias delas nem tão recentes, estou me referindo aos últimos 10 a 15 anos — não vejo indício de que a proteção seja temporária, ou seja, não vejo indícios de que a política industrial tenha data para acabar. Posso pegar vários exemplos: a Lei de Informática em diferentes versões não conseguiu fazer com que o Brasil seja competitivo no setor de eletrônicos — com exceção, talvez, de celulares. O Brasil não é capaz de competir no mercado internacional no setor de eletrônicos. E eu não vejo nenhuma iniciativa de revisar ou mesmo descontinuar esse tipo de política. O fato é que a política de conteúdo local no setor de eletrônicos, do jeito que está sendo feita, exigindo determinado percentual de conteúdo local, não está funcionando, na medida em que não consegue gerar uma indústria eletrônica competitiva em termos nacionais.

Eu posso dizer o mesmo sobre política industrial de conteúdo local no setor de petróleo: ela tem mais de 10 anos, obviamente a demanda da PETROBRAS e a das outras empresas de óleo e gás geram um encadeamento enorme na economia brasileira, mas poucas dessas empresas são capazes de exportar e competir no mercado internacional.

Há um estudo, nem tão recente, mas recente, da UNIP, segundo o qual essas empresas exportam menos de 10% da produção. As empresas que são encadeadas por conta da política de conteúdo local associada a petróleo e gás exportam 10% da produção. No meu diagnóstico, elas não conseguem exportar porque não são capazes de fornecer para outros fornecedores que não aqueles que estão instalados no Brasil por conta da política de conteúdo local.

A pergunta é: que indústria nós queremos daqui a 10 anos? Uma indústria que seja dependente da política de conteúdo local, ou uma indústria que seja capaz de competir com as suas próprias pernas?

Eu acho que a indústria é um setor estratégico. Eu, pelo menos, gostaria que daqui a 10 anos a indústria encadeada e a produção de petróleo e gás não precisassem mais da política de conteúdo local para sobreviver.

De novo a relação entre conteúdo local e P&D, quer dizer, a ideia de que, se a externalidade está na inovação, no P&D, faz mais sentido fomentar a atividade de P&D e inovação e não proteger o setor em que há intensiva inovação. De novo, as empresas inovam não porque elas acham bonito, elas inovam porque estão sendo pressionadas pelos seus concorrentes. Isolar demasiadamente as empresas domésticas da competição internacional, no longo prazo, é um tiro no pé se se está pretendendo fomentar a inovação no Brasil.

Como, no passado, a experiência do Brasil com isso é bastante ilustrativa a esse respeito, quando se protege, durante muito tempo e demasiadamente, determinada indústria, há uma grande chance de esses setores protegidos criarem empregos no Brasil, mas se estabelecerem com uma tecnologia pouco produtiva e serem incapazes de competir no mercado internacional.

Há uma série de exemplos do passado que corroboram essa afirmação. Chegamos, no começo da década de 80, a ter a segunda maior indústria naval do mundo. E quando a política industrial foi descontinuada porque o dinheiro acabou, essa indústria, em menos de 4 anos, passou da segunda maior para virtualmente zero. Não



queremos que isso aconteça de novo. Temos, por exemplo, o PROMEF. Queremos que daqui a 10 anos a indústria naval brasileira seja competitiva e sobreviva sem uma política de conteúdo local, seja capaz de competir com seus pares no mercado internacional sem ajuda do Governo.

Vou tentar resumir. Fora os descontos da prorrogação, eu tenho algum tempo. Mas a ideia é ser bem breve e levantar algumas questões para o debate, porque acho que vai ser até mais produtivo.

Não basta deslocar a nossa economia em direção à indústria. Se a produtividade da indústria doméstica não convergir para a norma internacional, apesar de a indústria ter produtividade maior que outros setores, o ganho que vamos conseguir de produtividade, deslocando mão de obra e PIB dos outros setores para a indústria, vai ser muito menor do que poderíamos alcançar. O sucesso da política industrial, o sucesso de deslocar a nossa economia em direção a determinados setores industriais vai ser tão maior quão mais rápido, ou quão mais efetivamente, conseguirmos fazer com que a nossa indústria seja capaz de atingir a produtividade dos seus pares internacionais.

Não consigo conceber política industrial, em particular política de conteúdo local, sem pensar na indústria local convergindo em 5 anos, 10 anos, para a norma internacional em termos de produtividade. Isso só é possível dando condições sistêmicas, ambiente macroeconômico, ambiente de negócios para que essas empresas sejam capazes de competir; e, eventualmente, dando um apoio que deve ser, um, transitório; dois, decrescente ao longo do tempo. O Governo vai dar apoio inicial, mas tem de ficar bem claro que esse apoio vai ser diminuído ao longo do tempo.

E a política de conteúdo local deveria, eu acho, refletir esse entendimento de que política industrial tem que ter data para acabar e tem que ser crível: daqui a 10 anos vai acabar, e não se vai prorrogar.

Podemos olhar para as nossas experiências, tanto as bem-sucedidas quanto as malsucedidas, e para a experiência internacional bem-sucedida do setor industrial e confirmar esse meu entendimento. Acho que um bom exemplo de política industrial bem-sucedida é o caso da EMBRAER.

Peço aos senhores que façam um exercício de imaginação: imaginem se a EMBRAER seria capaz de competir em termos internacionais se a ela fossem impostos objetivos de conteúdo local de 70%, 60%. É impossível imaginar que a EMBRAER fosse capaz de competir com a Bombardier no mercado internacional de jatos médios se a ela fosse imposto um fardo muito pesado de conteúdo local.

Também interessante sobre a EMBRAER é o exemplo de política industrial associada à inovação. Por que a EMBRAER deu certo? Porque foi criado o ITA, um instituto de pesquisa e desenvolvimento altamente capacitado, que deu base para o desenvolvimento da indústria aeroespacial no Brasil.

Eu acho que a experiência da EMBRAER está sendo e deveria ser replicada para vários outros setores. A PETROBRAS deveria ser a EMBRAER do petróleo. Se queremos fazer uma indústria naval brasileira, deveríamos ter uma EMBRAER da indústria naval, um ITA da indústria naval, um ITA do petróleo. Acho que o setor industrial no Brasil só tem chance de sobreviver com essa receita.



Podemos aprender com as experiências malsucedidas. Eu dei o exemplo aqui da indústria naval, acho que é um exemplo flagrante. Conseguimos desenvolver a indústria naval no Brasil, criar encadeamentos, quer dizer, a indústria naval era a segunda no mundo, comprava quase todos os insumos aqui dentro, criava muitos empregos, mas, de uma hora para outra, acabou.

Então, se é importante para o Brasil desenvolver uma indústria naval — e acho que é uma boa aposta —, não queremos que isso aconteça de novo. Não queremos que daqui a 10 anos, 15 anos, a indústria naval suma outra vez. Queremos que a indústria naval, daqui a 10 anos, 15 anos, seja capaz de caminhar com suas próprias pernas e que não necessite de um programa de conteúdo local do Governo. De novo, correndo o risco de ser repetitivo, isso só vai acontecer se ao longo do tempo ela for gradativamente sendo exposta à competição internacional.

A experiência bem-sucedida de outros países — o exemplo que eu mais conheço é o da Coreia do Sul — ilustra esse argumento, quer dizer, o sucesso da política da Coreia do Sul e de outros países asiáticos, na minha opinião, residiu exatamente nisto: foi dado o apoio inicial, que é necessário, e foram garantidas as bases para o desenvolvimento industrial, mas se definiu que esse apoio fosse temporário — e foi temporário e crível — e com metas muito claras de desempenho: *"Olha, ou você se insere no mercado internacional — que é uma boa medida para saber se aquele setor é competitivo —, ou eu vou remover essa produção que eu vou te dar. Independente de você não conseguir, essa política vai durar 5 anos, 10 anos, 15 anos. E se daqui a 5 anos, 10 anos, 15 anos você não for competitivo, paciência, a Coreia do Sul não terá conseguido desenvolver vantagem comparativa nisso, vamos partir para outros setores."*

Então, se eu pudesse resumir esta apresentação em uma frase, seria: política industrial tem que ter muito a ver com inovação e, mais ainda, tem que ser transitória, tem que ter data para acabar, tem que ser decrescente ao longo do tempo e tem que ser tal que a economia doméstica seja gradativamente exposta à concorrência nacional, obviamente garantindo — eu não mencionei explicitamente — as bases para o desenvolvimento industrial, com um ambiente macroeconômico sadio, uma carga tributária compatível com os rivais. Feito isso, deve-se garantir que essa política industrial, as intervenções mais microeconômicas, mais setoriais tenham data para acabar e sejam decrescentes ao longo do tempo.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Agradecemos muito ao Prof. Maurício Canêdo Pinheiro a contribuição.

É interessante, porque são colocações diferenciadas, temos divergências aqui. Mas, de alguma forma, houve uma carga inicial num diagnóstico, que o Oreiro tocou; depois o Mauro trabalhou mais em linhas de ação; e agora o Maurício introduz um outro critério, a linha de ação e capacidade de avaliação, para que não se perpetuem práticas e se tenha um certo desempenho associado à qualidade e à eficiência daquelas políticas geradas com o compromisso de serem tratadas, reavaliadas e de cumprir o seu objetivo.

Então, nós cumprimos este momento inicial. Foram muito interessantes as exposições.



Vamos passar à segunda etapa, não sem antes agradecer a presença do Deputado Renato Molling, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Moveleira, Têxtil e Calçadista, que faz um trabalho muito importante, e saudar a presença do Deputado e ex-Ministro Afonso Florence, também aqui conosco. São muito bem-vindos, é muito importante a participação.

Também tenho a satisfação de passar a palavra à Denise, Editora Brasil do jornal *Valor Econômico*, que hoje trouxe uma matéria saborosa sobre a 556. Daqui a pouco nós vamos ter que sair para votar no plenário. A matéria do *Valor* é muito instigante. O convite é feito à Denise para que teça comentários sobre as intervenções e de alguma forma possa direcionar alguns questionamentos.

Muito obrigado, Denise.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - Muito obrigada pelo convite. É a minha primeira participação desse tipo aqui no Congresso Nacional. Então muito obrigada. É uma honra.

Eu queria dizer que o meu papel é de provocação. Eu vou tentar colocar algumas coisas no debate e talvez pareça que eu penso de determinada forma. Mas não é exatamente assim, é mais no sentido de instigar algumas coisas mesmo.

Primeiro, eu vou mostrar para vocês, muito rapidamente, dois gráficos sobre a indústria que são do último ano ou dos últimos 2 anos, quando o debate cresceu. São gráficos que chamaram muito a minha atenção, e eu acho que eles são muito instigantes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

No primeiro deles observamos a curva da produção industrial brasileira e a curva das vendas em volume no comércio.

Então, olhamos esse dado na redação e falamos: "*A indústria estacionou, o consumo cresceu. A quem atendeu? O que explica essa boca de jacaré? A importação. Ela é a vilã e tal, pois está acabando com a indústria nacional.*"

Há um segundo gráfico. A primeira vez que eu vi esse gráfico, ele me foi apresentado pela CNI. Então eu posso dizer que não fui eu que criei a primeira hipótese a esse respeito. E é essa hipótese que eu queria trazer para este debate. O que nós temos? Enquanto a nossa produção estaciona e cai, o faturamento da indústria cresceu. Isso aqui é tudo real, em base 100, tanto que as curvas vão conversando, elas estão juntas.

E qual foi a hipótese que a própria CNI levantou? O faturamento da indústria está crescendo porque é a própria indústria um dos nossos maiores importadores. A importação virou uma defesa da indústria. Então eu queria trazer um questionamento para este debate e depois ouvir isto: qual tem sido o papel da indústria na desindustrialização?

Ainda que eu concorde com isso, eu acho que a desindustrialização é um tema sobre o qual temos que fazer uma discussão, observando o que é isso, considerando que



talvez ela não esteja realmente acontecendo tão fortemente. Pode ser um momento, ela pode não ser definitiva. Mas se nós chamarmos essa perda de participação da indústria na produção... Qual tem sido a responsabilidade da indústria nisso? Que estratégias ela montou que também contribuíram para isso? Esse é um elemento que eu gostaria de trazer.

Vou deixar três questões rápidas, uma para cada um dos debatedores. Mas eles podem falar sobre isso depois, quando tivermos mais participações.

Se eu simplificar o máximo o que o Oreiro disse, vou entender o seguinte: tudo o que importa para a indústria se resume a câmbio. Então, podemos pegar as medidas provisórias do Brasil Maior, encerrar a discussão que está sendo feita no Congresso, guardar dentro da mala, puxar o câmbio, e estará tudo resolvido? É disso que se trata? É uma provocação.

O Mauro disse que, para ele, qualificação da mão de obra talvez seja o maior gargalo que temos hoje. Então, por que ainda é tão devagar... Por que, de verdade, nós ainda não vimos nos últimos anos um programa efetivo de qualificação de mão de obra? O PRONATEC já foi aprovado, já passou por esta Casa, mas não saiu efetivamente do papel. Por quê? Por que é tão difícil? A mesma pergunta do "tão difícil" é para a inovação. Nós temos ouvido falar bastante dos programas do Governo, que começaram a crescer muito, seja via FINEP, seja via BNDES, para inovação. Mas toda hora em que vamos observar o que a inovação representa em termos de investimento das empresas, é traço, é pífilo ainda em participação do PIB.

Nós temos um investimento em inovação muito pequeno. Então, observamos o Plano Brasil Maior... Esta é a questão para o Maurício: será que o Governo, ao tentar colocar inovação e Brasil Maior, escolheu os setores errados? A maior parte dos setores que estão no Brasil Maior não são setores reconhecidos por serem inovadores. E também há as medidas desta semana. De novo o setor automotivo. Quanto essas montadoras gastam, aqui no Brasil, com pesquisa e desenvolvimento? A maior parte da inovação desses setores não está lá fora? Então, vale a pena apostar nesse setor?

É isso. Passo a palavra aos Deputados? Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Para os Deputados? Deixe que isso eu posso fazer.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - É isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Vamos aplaudir a Denise e agradecer-lhe. (*Palmas.*)

Ela trouxe uma questão muito interessante: o crescimento do faturamento da indústria *vis-à-vis* sua produção. Todos se assanharam aqui para fazer comentários. O Mauro, o Oreiro e o Maurício certamente vão falar sobre isso.

Ela trouxe intervenções também, perguntas. Mas cada um pode ficar muito à vontade para responder, gostaríamos disso. Mas, se quiserem trazer ou traçar outros comentários também poderão fazê-lo.



Há três Deputados inscritos. A minha sugestão é que nós pudéssemos acolher também a pergunta, a manifestação dos Deputados, e então nós voltamos para a mesa, pedindo que todos anotem. Quero convidar você, também, Denise, a tecer comentários ao final, novamente.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - Depois eu tenho mais quatro perguntas de pessoas que já passaram aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Há mais perguntas?

Então vamos ouvir os Deputados, em seguida você nos ajuda fazendo isso.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Molling.

**O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING** - Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Jardim, coordenador deste debate, os demais Deputados e debatedores; parabenizar o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio pela ideia deste seminário, que, com certeza, é de extrema importância, e que, nos últimos anos, especialmente no último, tem trazido muitas preocupações, tanto para o setor empresarial do Governo, quanto para os trabalhadores, especialmente a questão da desindustrialização.

Se nós observarmos hoje a indústria brasileira, especialmente a manufatureira, vamos ver que ela tem se deslocado de um lugar para outro, tem feito todo tipo de ginástica para sobreviver. E aí entra, claro, o fator câmbio — acho que é um dos fatores grandes —, mas entra toda a questão de carga tributária, entra a questão de incentivos, entra a questão também da crise internacional, e especialmente preço. Crédito também é importante, mas não adianta ter crédito se não se chega ao preço. Não adianta produzir com prejuízo.

As nossas indústrias, por vários anos, especialmente na exportação, produziram com prejuízo. Algumas se deslocaram para o Nordeste, onde havia um incentivo. E, com esse incentivo, que é financiado pelo País todo, que é o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, nós estávamos exportando com prejuízo. O custo aqui dentro era mais alto do que o valor que se recebia lá devido a esses incentivos. Se nós olharmos, isso é ruim para o País. Nós estamos exportando por um preço abaixo do custo de produção, por causa dos incentivos.

E a questão dos incentivos locais de um Estado para outro para atrair, tirar uma empresa daqui para outra região... É claro que negócios são negócios, agora, para a política industrial do nosso País, isso não é saudável. Não nos interessa tirar uma empresa de São Paulo para vir para o Nordeste, porque ela vai deixar de gerar emprego em São Paulo. É o brasileiro que vai deixar de ter esse emprego.

Então qualquer empresa, se puder produzir aqui e tiver lucro, vai produzir aqui. Agora, se ela não conseguir sobreviver aqui, ela vai para a Argentina. Se ela não conseguir na Argentina, ela vai para a Índia, vai para a China. E isso aconteceu muito nos últimos anos.

Por isso, muitas indústrias se tornaram também importadoras desse mesmo material que produziam aqui, porque lá fora era infinitamente menor o preço. Isso fez



com que a produção — pelo gráfico, deu para ver claramente aqui, a Denise Neumann o apresentou — caísse muito nos últimos anos, e isso tem causado toda essa preocupação no nosso País.

Qualquer país forte tem que gerar emprego dentro do país e não fora. Nós perdemos milhões e milhões de empregos nos últimos anos, e isso fez com que tivéssemos dificuldades.

Ao mesmo tempo, o Governo tem efetuado ações, às vezes, não tão duradouras, paliativas, mas procurando, de todas as maneiras, fazer com que especialmente os setores manufatureiros possam se manter, possam sobreviver. O Plano Brasil Maior é uma dessas políticas. Acoplado agora ao câmbio mais real, neste momento, tem criado um ambiente favorável, novamente, para as exportações e para a produção, ao mesmo tempo em que protege alguns setores. Acho que isso é importante, não eternamente, mas pelo menos enquanto houver essa dificuldade.

O País hoje está fazendo isso, como a Europa e outros países fazem. Se não tivesse feito isso e não continuasse fazendo, com toda a certeza, alguns setores acabariam, porque, com o câmbio supervalorizado mais o Custo Brasil, mais a carga tributária, especialmente competindo com a China, não haveria as mínimas condições.

Então, para o nosso industrial, para o nosso empresário, seria muito mais fácil importar tudo direto, porque ele ganharia dinheiro. Produzindo aqui, quebraria, com toda a certeza.

Nós precisamos fazer com que esses setores — qualidade há — possam ter um ambiente pelo menos parecido com o das nossas concorrências. E essa proteção... Eu posso falar do setor de calçados, que conhecemos bastante: o processo de *dumping* contra o calçado chinês salvou a indústria brasileira de calçados. Se não fosse isso, nós já estaríamos praticamente todos quebrados.

Só que isso não é definitivo. São mais 3 ou 4 anos. E aí nós vamos ter que competir com as nossas próprias pernas, de novo. Mas, com certeza, nesse meio tempo, encontraremos alternativas, porque o Governo já está tomando providências neste sentido. A desoneração é um desses caminhos. Especialmente quem emprega bastante era penalizado e, hoje, com essas medidas, está sendo beneficiado. E quem sai beneficiada é toda a economia, porque a geração de emprego é uma engrenagem: a pessoa trabalha, gasta o dinheiro; o comércio tem dinheiro; a economia gira; e, assim, o País cresce.

Nós temos que aproveitar o momento do crescimento de consumo no nosso País para aumentar a produção interna, fortalecendo o mercado interno, e, a partir daí, exportar o excedente, para trazermos divisas de fora para dentro através da produção.

Por que o câmbio hoje está mais alto? Porque hoje realmente nós estamos trazendo o dólar pela exportação. O especulativo financeiro parou por causa da crise internacional. Por isso ele está num patamar melhor. Agora, no momento em que começar a especulação de novo, eu tenho receio de que ele possa cair. E esta é a insegurança: num certo tempo, tu ganhas; depois, perde tudo de novo. Por isso, não crescemos como deveríamos crescer.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Deputado Renato Molling.

Deputado Afonso Florence.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente e demais integrantes da Mesa, parabéns pelo debate.

Inicialmente, quero me desculpar, mas tive de participar de três atividades simultâneas na Casa.

Eu quero parabenizar o Presidente da Comissão. Tentei contribuir diretamente para que tivéssemos êxito — e estamos tendo êxito. O debate de hoje de manhã, com o Ministro Fernando Pimentel, foi de alta envergadura. E, agora à tarde, com pesquisadores, como o Dr. Mauro, amigo querido que está gerindo a ABDI, e com Denise, notória especialista em sua área, a da imprensa, o debate traz uma contribuição importante.

Gostaria de emitir a minha singela opinião. Acho que o nosso País precisa ter uma política industrial sintonizada com o fato de sermos uma economia integrada ao mundo que, de acordo com a conjuntura, tem que ajustar o que é o seu projeto estratégico. E o nosso projeto estratégico é sermos um país que, além da capacidade de produzir *commodities* agrícolas, minerais, tem também capacidade de produzir industrialmente para o mercado interno e para o mercado externo.

A conjuntura tem que ser administrada sem que percamos o horizonte estratégico. Nós precisamos de uma indústria que transforme os nossos produtos agrícolas e minerais para o consumo interno e para o consumo externo, mas também precisamos de uma indústria de alto valor agregado e de alta tecnologia.

É claro que competir com o mundo na alta tecnologia, neste momento, é muito difícil. Mas não podemos perder esse horizonte. Recursos, instrumentos de proteção, quaisquer que sejam, é óbvio que precisam ter data de existência, mas não necessariamente na sua instituição.

Então, essa iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, as iniciativas de proteção da indústria nacional, de proteção do nosso mercado interno, são importantes.

Acredito que eu, o Presidente e a Dra. Denise compartilhamos a opinião de que o conceito de desindustrialização é, de fato, controverso. A nossa expectativa é de que o setor industrial não esteja sofrendo na sua capacidade de investimento e que o Estado brasileiro — não apenas o Governo brasileiro, mas também a sociedade brasileira —, com os instrumentos disponíveis, propicie a oportunidade de encaixarmos a política industrial, para produzir para o mercado interno e para o mercado externo. Acho que é isso o fundamental.

Nós sempre nos comparamos com muitos desiguais. O custo do trabalho na China e a proteção ambiental na China são diferentes no Brasil, sem querer julgar os da China e os do Brasil. A capacidade profissional, a formação, o investimento em educação, nos países europeus, são historicamente distintos no Brasil. É óbvio que nós temos que nos comparar com a ponta, mas temos que saber onde estamos.



Com certeza, este debate, inclusive com a participação dos hoje representantes de governo, contribui bastante. Por isso, quero parabenizar todos.

Quero destacar para o Deputado Renato Molling e para o Mauro que um país como o Brasil, que reconhece que precisa ter um mercado interno pujante, não pode se abster da responsabilidade de ter uma política de desenvolvimento regional também. Não podemos viver com muitos brasis e com uma pobreza extensa em algumas regiões do País.

O Brasil sempre canalizou, nos seus diferentes momentos históricos de desenvolvimento industrial, recursos do Estado para incentivo à indústria em diferentes regiões do País. Foi assim com a industrialização de São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, foi assim com a Zona Franca de Manaus. O que temos que fazer é, num ambiente democrático e nessa equação, digamos assim, de encaixe do Brasil nessa divisão social do trabalho internacional, ver o que convém, para que tenhamos um mercado interno pujante, minimamente equânime no sentido de capacidade de consumo daquilo que é nacionalmente produzido.

Parabéns, Deputado Arnaldo Jardim, pela condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Deputado Afonso Florence.

Ouviremos agora o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e o principal organizador deste seminário, o nosso querido Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Por favor, Deputado Márcio.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jardim. Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela condução firme, objetiva e competente que V.Exa. faz deste painel, cujo tema é *A Competitividade da Indústria Manufatureira Nacional e o Comércio Internacional*.

Gostaria de colocar um ponto, para mim altamente relevante, sobre o qual acho que temos de nos debruçar, aproveitando a experiência de Mauro Borges, da ABDI, de José Luis Oreiro, de Maurício e de Denise.

Tenho aqui um dado: em 2011, houve um *deficit* na balança comercial, em relação a esse setor de manufaturas, de 92,5 bilhões de dólares. E éramos, em 2006, superavitários em 5,1 bilhões. Então, houve uma queda profunda e uma crise efetiva. Pelo menos o pessoal da Cedro Cachoeira, vizinho nosso, reclama muito e traz aqui para o Congresso também esse problema, de forma muito alarmada.

E aí entramos numa análise, trazida também por esse segmento, que é muito cruel. Acho que Oreiro, com a sua econometria, poderia nos mostrar algumas partes.

Alguém aqui, parece-me que do IEDI, chama isso de "efeitos da dupla assimetria cambial sobre a indústria brasileira". É exatamente a supervalorização cambial da moeda brasileira.



Parece-me que hoje já estamos caminhando para um ponto melhor, mas há pouco tempo estávamos com 35%, 40% de valorização do real. Parecia até, por estudos — e um banco suíço afirmou isso —, que o real era a moeda mais valorizada no mundo. Ao passo que os nossos concorrentes principais, como Índia, China, Rússia e tantos outros, têm a moeda supersubvalorizada, chegando, na Índia, a 60%; em outros países, a 40%. Aparentemente, a nossa desvalorização cambial não é apenas de 40%, é de 40% mais esse outro item, do outro lado, subfaturado, que vai influir sobre toda essa cadeia.

Segundo alguns estudiosos, aí é que reside basicamente o nó górdio da questão, aí é que estamos levando o processo para o seu enterro, efetivamente, principalmente no setor das manufaturas. E o Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Indústria Nacional foi muito decisivo quando quis focar esse item da indústria manufatureira, que é a mais penalizada de todas.

Eu gostaria de deixar esses dados e essa preocupação aqui. Creio que por aí nós poderemos deixar alguma recomendação que venha a servir de protecionismo para a nossa economia ou não, mas alguma coisa que a academia, que os políticos possam deixar para a sociedade brasileira como uma contribuição a ser implementada devidamente e com competência no futuro.

Eu ficaria nessa colocação, que deixo à disposição da Mesa para as considerações efetivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo.

Finalizando a participação dos Parlamentares aqui presentes, saudamos a presença e convidamos para falar o Deputado Eduardo Azeredo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Obrigado, Presidente.

Bom, eu quero colocar só dois pontos. Um deles se relaciona com essa questão faturamento *versus* produção.

O que acontece? Vou citar o caso de uma pequena indústria de fogos de artifício do Estado de Minas Gerais. As indústrias reclamaram; elas têm a fiscalização do Exército; elas têm o SESI e o SENAI ajudando. Entretanto, os fogos de artifício fabricados na China chegam aqui mais baratos. Tudo bem. Eles vêm dentro de contêineres. Nós procuramos o Ministério, que foi atento e procurou ajudar e tudo. Mas, num determinado momento, o que acontece? Algumas das indústrias importam o contêiner, com um saco grande lá dentro. E fazem o quê? Só embalam, e colocam o nome da empresa daqui. Então, passamos a ter, em vez de cem empregos, apenas dez, porque é só para embalar. Esse é um exemplo claro.

Nós temos outros exemplos. Na indústria de eletrodomésticos é a mesma coisa: importam-se da Ásia alguns produtos; ao chegarem aqui, praticamente só se muda o nome. E nós mesmos compramos. Eu comprei uma adega pequena assim, porque as nossas eram mais caras. Encontrei bem mais barata. Veio da China com o carimbo de indústria brasileira. Esse é um ponto.



O outro ponto se relaciona com o MERCOSUL. Sem deixar de ser mineiro, o MERCOSUL está muito mal. Nós mineiros tomamos mais cuidado para dizer as coisas, para não radicalizar, mas o MERCOSUL realmente está muito difícil, a coisa não está funcionando. O Embaixador da Argentina está hoje, aqui, na Comissão de Relações Exteriores. E o que vemos é o Governo da Argentina indo por um caminho muito diferente do que imaginamos que seja um caminho de governos mais maduros, para ser mais cuidadoso.

Finalmente, a questão da inovação. Nós realmente temos pouca inovação. O nosso percentual de pesquisa e tecnologia é muito baixo. O próprio Orçamento federal, este ano, foi cortado em 40% para o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que serviria exatamente para apoiar. Mas é claro que esse é um ponto só.

E há outro ponto que eu acho mais ideológico, Sr. Presidente: muita gente não quer comprar as coisas porque ainda tem um certo antiamericanismo da década de 60. Então, se o produto tem tecnologia americana, dizem: *"Ah! Não. Vamos deixar de lado, vamos gastar mais tempo para ver se achamos uma tecnologia de outro lugar"*. Cito o exemplo do rádio digital. Não tenho nenhuma decisão, nenhuma opinião formada sobre o rádio digital, mas esse é um caso. Quer dizer, o rádio digital funciona no mundo todo e nos Estados Unidos. Na Europa está ainda em tentativa. *"Ah! Mas é dos Estados Unidos. Vamos deixar os americanos de lado."* Em alguns casos, acho que nós temos que continuar buscando a tecnologia que já está desenvolvida, e aqui, então, continuá-la, ampliá-la e modernizá-la.

Basicamente eram esses os pontos que eu queria colocar. Realmente acho que o Governo tem agido, sim, não há como negar, mas o Brasil Maior é um programa muito pontual. O Governo vai e tira o IPI; volta o IPI; tira o IPI; volta o IPI. Isso não dá uma segurança a longo prazo. Quer dizer, o que vai acontecer no Brasil no ano que vem? Ninguém sabe, se ele tira o IPI e põe o IPI, tira o IPI e põe o IPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Agradeço ao Deputado Eduardo Azeredo, que falou em nome das várias representações que exerce aqui. Falou como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, abordando a questão da inovação — e a Comissão é uma das corresponsáveis por este seminário, importante iniciativa —, e falou como mineiro ousado para cobrar a questão do MERCOSUL, mas certamente embalado pela reunião de Ouro Preto, reunião fundamental para a fundação histórica do MERCOSUL.

Peço à Denise que, por favor, ajude-nos com as perguntas que lhe foram encaminhadas. Depois, voltaremos a conceder a palavra aos demais integrantes da Mesa e à Denise, para as considerações finais.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - Há três perguntas que foram encaminhadas para Oreiro e que vão, mais ou menos, na mesma direção do que eu perguntei. Então, as perguntas de Mariana de Paula, de Marcos e de Elisamar Machado são sobre desindustrialização, Plano Brasil Maior, câmbio com diferenças: *"Como o senhor acha que o Brasil pode contornar a desindustrialização?" "As MPs 563 e 564, que instituem o Plano Brasil Maior, foram uma boa saída?" "O senhor afirmou, no início da palestra, que a alta valorização cambial responde por 70% da perda de competitividade industrial brasileira. Os problemas citados por outros especialistas, como escassez de mão de obra qualificada, alta carga tributária, logística precária, baixa produtividade, falta de inovação e arcabouço regulatório precário, corresponderiam a somente 30%?" "Considerando suas*



*conclusões, qual deveria ser — essa é boa — a taxa de câmbio ótima para a indústria de transformação aumentar sua competitividade e sua participação no PIB?"*

*Sobre o câmbio de novo: "Uma tentativa de desvalorizar o câmbio por meio da aquisição de moeda estrangeira, pelo Banco Central, sofre restrições severas, recorrentes do elevado custo fiscal da manutenção de reservas internacionais expressivas. Por sua vez, a apreciação cambial persistirá enquanto houver preços elevados de commodities e diferencial entre as taxas de juro doméstica e internacional, observando-se que a taxa básica de juros doméstica não é determinada para equalizá-la aos juros internacionais, mas para o cumprimento das metas de inflação. Face a essas restrições, como o senhor vê a questão cambial?"*

*Voltando para o Plano Brasil Maior, há outra pergunta, de Eduardo Magalhães Guedes Ferreira, para Oreiro e para Mauro: "O Plano Brasil Maior, do Governo Dilma, visa alavancar a indústria nacional, além de motivar a internacionalização de empresas líderes de cada setor. Criar políticas públicas para a internacionalização das empresas brasileiras poderia combater o processo de desindustrialização precoce brasileira? Os encargos tributários impedem a indústria de desenvolver produtos com alto valor agregado?"*

*A última pergunta que chegou, para Maurício, é de Renato Corona, da FIESP: "Quando acabou a política de compras governamentais americana? Nesse mesmo país, barreiras não tarifadas não são protecionismo?"*

*Há uma segunda pergunta: "A Coreia abriu mão de políticas industriais, por exemplo, em tecnologia. Os incentivos estão entre os mais avançados do mundo" — essa segunda parte é uma observação e não uma pergunta.*

Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado.

Muito interessante. Temos um volume formidável de perguntas. Acho que todos as anotaram.

Para dar uma referência a todos, informo que vamos tentar terminar o seminário às 17 horas, quando se inicia a nossa Ordem do Dia. Temos, então, 20 minutos, período de referência máxima para que cada um dos três, com a contribuição de Denise, tenha 5 minutos.

Vamos seguir a mesma ordem. Vamos ouvir José Luís Oreiro, inicialmente.

Por favor.

**O SR. JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO** - Bom, é uma série de perguntas. Vou começar com a pergunta da Denise: se, ao resolver o problema do câmbio, não se precisa fazer mais nada — joga fora o Plano Brasil Maior, a política industrial etc. etc.

Eu vou lhe responder com uma observação histórica, que vai nessa linha. Certa vez, um Presidente dos Estados Unidos — não me lembro se foi Lyndon Johnson ou Nixon — fez a seguinte pergunta à Primeira-Ministra de Israel, Golda Meir: "Por que vocês



*investem tanto em Forças Armadas em Israel? Vocês desconfiam da seriedade do compromisso dos Estados Unidos de defender Israel contra os inimigos estrangeiros?" A Primeira-Ministra Golda Meir respondeu: "Não, Sr. Presidente. Eu confio plenamente em que os Estados Unidos virão aqui nos defender. O problema é que eu quero me certificar de que nós estaremos ainda vivos quando vocês chegarem."*

É exatamente o problema do câmbio. Discutir problemas de inovação, política industrial, tudo isso é muito interessante, tudo isso é necessário. O problema é que você tem uma sobrevalorização cambial do tamanho do Himalaia que está matando a indústria. A primeira coisa a fazer é a seguinte: resolver este problema. Resolveu este problema? O câmbio está no lugar? Agora vamos discutir outras coisas.

Bom, para não me alongar muito, vou falar a respeito das outras perguntas. Não existem outros problemas para a falta de competitividade da indústria brasileira? É claro que existem. O problema de infraestrutura certamente é um dos mais graves.

E quero fazer aqui uma observação com respeito às medidas que o Governo emitiu ontem. Lamento que mais uma vez esteja tentando sair de uma trajetória de redução de crescimento estimulando o consumo. Acho que seria o momento, por exemplo, de o Governo ser um pouquinho mais ousado, reduzindo o *superavit* primário e aumentando o investimento público, principalmente em infraestrutura. Isso iria ajudar bastante a indústria brasileira, além do que investimento tende a ser intensivo em produtos industriais. Consumo pode ser usado tanto para comprar bens industriais quanto para serviços.

Então, acho que realmente você tem que combinar essa política de alinhamento cambial com investimento, um aumento significativo da capacidade do Estado brasileiro, nas suas três esferas — federal, estadual e municipal —, de investir em infraestrutura.

Com respeito à taxa de câmbio ótima, existem algumas estimativas — e elas variam muito. André Nassif, do BNDES, estimou em 2,90. As estimativas que andei fazendo com Eliane Araújo, Professora da Universidade Estadual de Maringá, indicam uma taxa de câmbio, alinhada, em torno de 2,20 e 2,40. Ou seja, estamos caminhando para essa taxa alinhada.

Bom, a questão cambial face às outras restrições — monetária, fiscal etc. Se o Banco Central quiser, ele põe a taxa de câmbio no nível que desejar. Basta, para isso, que ele faça operações de compra de reservas internacionais que sejam esterilizadas. É lógico que isso tem um custo fiscal significativo, que é a diferença entre a taxa de juros doméstica e a taxa de juros internacional. Isso significa que, para conduzir uma política cambial mais ativa, você realmente precisa ter uma folga fiscal maior.

Particularmente — e não quero me alongar aqui —, acho que nós temos um modelo de política fiscal muito ruim, que herdamos do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é o modelo de geração de *superavit* primário. Esse *superavit* primário é enganoso. Não é *superavit* porque, na verdade, o Governo tem *deficit*. E você mira o alvo errado. Na verdade, o Governo tinha que ter um regime de política fiscal pautado por meta de geração de poupança do setor público. Isso é o que, de fato, seria uma política fiscal keynesiana. Significa dizer o seguinte: jamais ter *deficit* na conta corrente do Governo; *deficits* apenas na conta capital. Você teria que separar as contas do Governo em conta corrente e conta capital, ter *superavit* na conta de



transações correntes — o que significa dizer o Governo ter novamente poupança — e *deficits*, quando for necessário, apenas na política fiscal.

Acho que a dinâmica da política fiscal, ou melhor, a institucionalidade da política fiscal brasileira está errada. Mais uma vez, continuamos herdeiros, continuamos presos ao passado. O modelo de metas de inflação, *superavit* primário e câmbio flutuante foi adotado para enfrentarmos a crise cambial de 1999, num contexto internacional completamente diferente do contexto que temos hoje. O nosso modelo de política macroeconômica está voltado para garantir a estabilidade inflacionária brasileira e não para gerar desenvolvimento. Acho que isso tem que ser mudado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, José Luís Oreiro.

Concedo a palavra a Mauro Borges.

**O SR. MAURO BORGES LEMOS** - A pergunta que Denise formulou é bastante difícil, porque eu considero que essa é a principal herança histórica da nossa iniquidade social. Evidentemente, esse não é um plano de um governo, é um plano do Estado brasileiro.

Como tomamos uma decisão, com a Constituição de 1988, de criar um Estado de bem-estar social, a consequência última é o acesso à educação de qualidade, Isso é fundamental do ponto de vista da qualificação da mão de obra. Estamos numa armadilha e temos que desarmar essa armadilha.

E como essa armadilha começa? Na verdade, ela tem duas pontas. Uma delas é o salário dos professores, principalmente de ensino fundamental. Esse é um problema grave. Hoje, se olharmos a remuneração desse profissional, veremos está em nível abaixo do salário do empregado doméstico. Então, esse é um problema crítico para o País. Do ponto de vista histórico, estrutural, tem resultado no abandono das licenciaturas. Se olharmos as vagas para licenciaturas em universidades federais, veremos que praticamente todas as licenciaturas, hoje, têm vaga sobrando, em excesso. Há mais oferta do que demanda de vagas.

Então, essas duas pontas são, na verdade, uma manifestação do nosso problema estrutural em educação. Esse desafio não é trivial. O PRONATEC é um caminho importante, do ponto de vista do ensino técnico para o nível de ensino médio, mas, obviamente, a raiz disso daí está na qualidade do ensino básico. E vai refletir na própria formação do ensino superior. Quer dizer, uma formação ruim de ensino básico e ensino médio, vamos ter... Sou professor a minha vida inteira, de universidade federal. Sou um privilegiado porque é um curso de elite: o Curso de Economia da Universidade Federal de Minas. É um curso com aulas só na parte da manhã. Quer dizer, eu pego o *crème de la crème* e, mesmo assim, já tenho problemas. Praticamente todo o mundo é oriundo de escola particular. Imaginem um curso de licenciatura noturno, ainda de uma escola federal, sem entrar numa escola privada. Quer dizer, é crítico. A fragilidade da formação desse aluno que chegou no ensino superior é muito grande. Então, esse é um grave problema da sociedade.

Eu acho que isso passa por um pacto federativo. O Governo Federal, sozinho, não dá conta de enfrentar esse problema. Como a gente sabe, a atribuição fundamental do ensino fundamental não está diretamente nas mãos da União, por melhor que seja o seu



programa para o ensino básico e o ensino médio. Quer dizer, isso só vai ser resolvido via pacto federativo, que envolve inclusive financiamento da remuneração e das condições de trabalho desse profissional muito superior ao que existe. Se olharmos os ensinamentos universais de sucesso... Obviamente, o nosso paradigma é sempre o melhor: é de um país maior. Não estou falando de país pequeno igual à Suíça, porque eu acho que é uma comparação indevida. Se pegarmos a maior economia da Europa, que é a Alemanha, veremos que essa foi sempre uma questão-chave para o Estado alemão.

Então, essa é uma questão de Estado e envolve, na verdade, um pacto federativo. Não vejo outro caminho a não ser este, para conversarmos seriamente sobre isso. Se olharmos a qualidade dos programas do Governo Federal, tanto do FUNDEB quanto do PRONATEC e do Ciência Sem Fronteiras, veremos que são programas muito bem desenhados, mas, obviamente, insuficientes se não envolverem, na minha opinião, Estados e Municípios. Envolve um pacto federativo. Estamos numa Federação e exercemos essa federação, do ponto de vista constitucional. Você sabe disso. Isso envolve orçamento, envolve poder, capacidade de definir currículos. Por exemplo: a dos Governos Estaduais e mesmo a dos Municípios é bastante grande. Eu acho que esse é, de fato, um fator extremamente grave.

E aí, quando falamos de inovação, estamos falando desse problema também. Eu mexi com inovação durante toda a minha vida profissional e sei que está numa situação de fragilidade. Por que as empresas brasileiras têm tanta dificuldade de inovar? Obviamente, se elas têm tanta dificuldade, é porque o *pay-off*, quer dizer, a recompensa delas é pequena. Por que é pequena? Porque a nossa produtividade de trabalho é muito baixa. E a raiz da produtividade baixa é a nossa formação profissional, que é extremamente deficiente, comparativamente à de outros países no nosso estágio de desenvolvimento. Não vou nem falar dos países desenvolvidos.

Então, a questão da inovação também passa pela educação. Eu acho que as coisas estão muito fortemente associadas. Quer dizer, há um lado aí: que o processo de inovação se dá, do ponto de vista da firma, por recompensa, com o aumento do seu sobre-lucro. E, na medida em que ela não observa esse sobre-lucro, ela tem problemas de continuidade.

Há também o problema de oferta de crédito para inovação, que Maurício colocou muito bem. O Governo está irrigando esse sistema. O orçamento da FINEP para crédito aumentou de forma assustadora. O Deputado tem toda a razão por ter mencionado o contingenciamento do FNDCT, que é o dinheiro para subvenção. Agora, do ponto de vista de crédito, o orçamento da FINEP aumentou enormemente. E seria importante para o FNDCT ter reconstruído todo o seu orçamento. É claro que é importante.

Agora, o elemento fundamental para a inovação é o crédito. Em qualquer país do mundo, ele é um crédito diferenciado. E isso está sendo feito. O BNDES unificou suas linhas do PSI Inovação em 4%. Então, em termos de juro real para inovação, do BNDES e da FINEP, o juro é negativo. E não temos problema com restrição de oferta de crédito para inovação, hoje. Quer dizer, a oferta está acima da demanda para o crédito. Maurício já ressaltou isso. Esse é um desafio que envolve a discussão do adensamento das cadeias produtivas, o adensamento tecnológico. Quer dizer, o fio da navalha de conteúdo local é o adensamento tecnológico. Se olharmos com cuidado, veremos que não podemos ter uma política de conteúdo local que ultrapasse a capacidade competitiva do País. Quer dizer, tem limites a política de conteúdo local. E, nesse sentido, temos que aprimorar, melhorar a nossa posição relativa nas cadeias produtivas mundiais.





Esse é o melhor jeito, eu acho, de enxergar conteúdo local. E é essa, em última instância, é visão do Plano Brasil Maior. O problema do plano é que ele tem que atender a coisas do pronto-socorro, do S.O.S., emergenciais, e as pessoas dizem: "Ah! O plano é isso". Como o Deputado bem falou, existe aquela coisa do IPI: retira, põe. São questões emergenciais. Mas, com certeza, 90% das medidas do Plano Brasil Maior são de médio e longo prazo. Ao contrário de obras, que é algo visual, ele é difícil de perceber.

Então, Deputado, eu acho que é um debate que nós temos que aprofundar aqui. Temos que trabalhar todas as linhas do Plano Brasil Maior e tentar ver essa questão que Maurício citou: que as políticas industriais são necessariamente datadas. A política do porrete e da cenoura é fundamental para as políticas industriais de inovação, evidentemente. Então, não pode haver políticas *ad eternum*. Devem haver contrapartidas por parte de quem está recebendo o benefício. Evidentemente, ela tem que ser datada.

Se olharmos, por exemplo, o regime automotivo que saiu na segunda rodada do Plano Brasil Maior, veremos que ele é datado em 2017, claramente datado. Todas as políticas, Maurício, de compras governamentais — e já está saindo agora o terceiro edital de compras governamentais, tanto na área têxtil quanto na área de máquinas rodoviárias e, agora, na área de medicamentos — têm prazo de validade. O prazo de validade da margem de preferência tem, em geral, 1 ano. E, em determinados setores, como o de máquinas rodoviárias — e o Ministro Afonso Florence, hoje Deputado, estava lá; foi ele que induziu —, o prazo é maior porque é compra de bens de capital.

Então, a ideia de conteúdo local é uma ideia datada. E, se olharmos com cuidado a forma como estamos desenhando os prazos, veremos que eles estão claramente estabelecidos. Então, temos que caminhar.

A revisão do REPETRO também está caminhando para isso — petróleo e gás —, para ter benefícios datados, objetivando o adensamento tecnológico na cadeia do REPETRO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Mauro Borges.

Com a palavra o Prof. Maurício Canêdo Pinheiro.

**O SR. MAURÍCIO CANÊDO PINHEIRO** - À pergunta que Denise fez, sobre política de inovação e por que não está havendo investimento, Mauro já deu a devida resposta.

Eu acho que o problema não é falta de dinheiro. Acho inclusive que não é necessário colocar mais dinheiro. É um pouco de sintonia fina sobre quais instrumentos funcionam mais e funcionem menos. Há até um problema de demanda. Não é um problema de oferta de crédito.

Com relação à pergunta da plateia, de novo, a questão é que, entre o branco e o preto, há vários tons de cinza. Todos os países do mundo, em algum momento da sua história, fizeram política industrial, algum tipo de protecionismo. Muitas vezes, com mais motivação política, determinados grupos conseguem se organizar e extrair dos governos determinadas políticas que beneficiam o setor, em detrimento do resto da sociedade.



Agora, no caso das compras públicas dos Estados Unidos, boa parte delas é motivada por questão de segurança nacional. Então, há compras pesadas do Governo americano em setores ligados à segurança nacional. Há uma parte que não é. Eu diria que boa parte dessa parte que não é ligada a segurança nacional tem muito a ver com pressão de grupos organizados. Obviamente, a proteção à indústria siderúrgica norte-americana é muito boa para os trabalhadores e para as empresas siderúrgicas, mas para as indústrias que usam o aço americano como insumo — automóveis e eletrodomésticos —, provavelmente, devem odiar esse tipo de política. Isso encarece o produto deles, e, no final das contas, quem paga a conta é o consumidor de automóvel e eletrodoméstico norte-americano.

Com relação à Coreia do Sul, claramente observamos ao longo do tempo que essas políticas industriais mais intervencionistas, de subsídio, foram diminuindo pesadamente. E o que restou, a partir do final da década de 80, foram políticas industriais que chamamos de mais leves, *soft*, e fortemente voltadas para a inovação. Você não observa na Coreia do Sul nada parecido com política de conteúdo local, do tipo: *"Você tem de comprar 'x' por cento dos seus insumos na Coreia"*. Na verdade, nem na década de 60 isso existia lá.

Vou terminar a minha colocação. O conteúdo local é uma ferramenta poderosa e pode ser muito útil para alavancar a indústria nacional. Agora, não dá para imaginar que você pode encadear a indústria inteira por decreto. Temos que fazer escolhas. Dou o exemplo, com relação a petróleo e gás, da política industrial da Noruega. A Noruega conseguiu um sucesso estrondoso com o encadeamento na indústria ligada a óleo e gás. Jamais teve uma política industrial do tipo: *"Você é obrigado a comprar 'x' por cento de insumos na Noruega"*. Escolheu determinados setores, determinados setores associados à inovação — PID; atraiu empresas estrangeiras que já dominavam a tecnologia; incentivou essas empresas estrangeiras a se associarem às empresas norueguesas; as empresas norueguesas aprenderam, alcançaram a fronteira tecnológica e depois foram capazes, por si sós, chegando à fronteira tecnológica, de alargar a fronteira. Hoje várias delas prestam serviços à PETROBRAS.

O que nós queremos é que os fornecedores da indústria de óleo e gás no Brasil, no futuro, sejam capazes de prestar serviços para a estatal lá na Noruega. Quer dizer, que não sejam reféns ou sustentados pela política de conteúdo local, que diz que você tem que comprar "x" ou "y" por cento de conteúdo local, sem escolher os setores que faz mais sentido proteger e outros não. Em relação a certos setores que são intensivos em mão de obra, não adianta. Não dá para competir com a China. Infelizmente, certos setores estão fadados a sumir no Brasil. É uma consequência óbvia do fato de que a mão de obra na China é muito mais barata do que a mão de obra no Brasil. Isso é irreversível.

Já são 17 horas. Eu ia fazer um comentário sobre mão de obra, mas vou deixar para a próxima oportunidade.

Obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Nós é que agradecemos muito, Prof. Maurício.

Convido Denise Neumann a fazer as suas considerações. Por favor.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - Dado o horário, eu vou comentar só um dado.



O importante é justamente esse debate, essa riqueza, essa troca de ideias. Várias opiniões, no caso aqui, nem tão diferentes sobre o mesmo assunto, mas em graus e percepções bastante diferentes.

Os dados nos ajudam muito a pensar. Eu gosto muito de trabalhar com eles. E vi um dado que me fez pensar muito, recentemente, sobre o câmbio e sobre o Brasil, que é o seguinte: nos últimos 2 anos, o real se desvalorizou 18% em relação ao iuane chinês. Ou seja, nos últimos 2 anos, os produtos chineses ficaram 18% mais caros para chegar ao Brasil e, ainda assim, chegaram cada vez mais.

Então, há muita coisa nesse caldo aí para discutirmos e vermos como fazer.

Era isso. Parabéns pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Você terminou com uma provocação que abriria todo o debate. Não é, Denise? (*riso*) Isso é que é provocação.

**A SRA. DENISE NEUMANN** - A imprensa nunca descansa. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - E nós obtivemos mais esse testemunho. Agradecemos muito por isso.

Quero agradecer muito a todos pela presença e reiterar o papel desempenhado pelos Deputados Eduardo Azeredo, Márcio Reinaldo Moreira e Afonso Florence.

Amanhã, serão retomadas as atividades do nosso seminário — mais um dia, certamente, de palestras interessantes —, a partir das 9 horas, aqui neste mesmo plenário.

E quero pedir a todos vocês que, com uma salva de palmas, ajudem-nos a agradecer aos nossos debatedores e à jornalista Denise Neumann. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CONJUNTA - DESENV. ECON. / FINANÇAS E TRIB. / CIÊNCIA E TECNO. / TRABALHO</b>		
<b>EVENTO: Seminário</b>	<b>Nº: 0671/12</b>	<b>DATA: 23/05/2012</b>
<b>INÍCIO: 09h21min</b>	<b>TÉRMINO: 12h15min</b>	<b>DURAÇÃO: 02h54min</b>
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h54min</b>	<b>PÁGINAS: 61</b>	<b>QUARTOS: 35</b>

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO - Assessor da Secretaria de Política e Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.**



**CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA - Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.**

**JÚLIO GOMES DE ALMEIDA – Economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI.**

**SUMÁRIO: Seminário *Desafios da Indústria Brasileira frente à Competitividade Internacional*, Painel 3: *Desafios para o Empreendedorismo, a Inovação Tecnológica e o Aprimoramento do Setor Industrial Brasileiro*.**

**OBSERVAÇÕES**

**Houve exibição de imagens.**

**Há orador não identificado.**

**Há intervenção fora do microfone. Ininteligível.**

**Há expressão ininteligível.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Newton Lima) - Muito bom dia a todas e todos.

É com muita satisfação que damos início ao Painel 3 deste seminário — e cumprimento o Deputado Marcio Reinaldo pela iniciativa, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico desta Casa —, que conta com a participação de três outras Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Finanças e Tributação, e com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, que eu tenho a honra de presidir, e da Fundação Milton Campos para Pesquisa e Estudos Políticos.

Este seminário conjunto tem por objetivo discutir os desafios da indústria brasileira frente à competitividade internacional.

Neste momento, daremos início ao Painel 3: *Desafios para o empreendedorismo, a inovação tecnológica e o aprimoramento do setor industrial brasileiro.*

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Júlio Gomes de Almeida, Economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial — IEDI. Por favor, Júlio, fique aqui do nosso lado. (*Palmas.*)

É com satisfação que solicito a presença do Sr. Carlos Eduardo Fernandez da Silveira, Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do IPEA. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. José Henrique de Lima Corrêa Dieguez Barreiro, Assessor da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Por favor, José Henrique, sente-se conosco. (*Palmas.*)

Para completar, na qualidade de mediador deste painel, convido o Sr. Fernando Moutinho Bittencourt. Por favor, tome assento à mesa para nos ajudar na condução dos trabalhos. (*Palmas.*)

Peço a compreensão de todos para uma inversão do protocolo, uma vez que meu papel como coordenador deste evento é falar ao final. Peço licença para falar um pouco neste começo, porque eu tenho que presidir uma reunião da Comissão de Educação e Cultura, Presidente que estou. Estamos recebendo lá o Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Reitor Antonio Carlos Caruso Ronca, aqui no Plenário 10. Então quero fazer algumas considerações preliminares, apenas para estimular o nosso debate, e depois vou passar, com muito prazer, a coordenação dos trabalhos ao Deputado Marcio Reinaldo.

Vou projetar um gráfico. Poderia dedicar-me a fazê-lo com mais profundidade, mas apresentarei apenas o que eu acho mais importante. Peço a atenção de todos para esse gráfico apresentado recentemente no trabalho do grande cientista brasileiro Miguel Nicolelis, professor da Universidade Duke e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde tem o principal laboratório de neurociências. Ele é um dos maiores pesquisadores brasileiros, candidatíssimo ao primeiro Prêmio Nobel do Brasil, que nós estamos ávidos para ganhar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



O Prof. Nicolelis, nesse estudo, mostra a relação dos investimentos em ciência e inovação numa sociedade e a renda *per capita* da população. Na ordenada está a renda *per capita*, e na abscissa estão os investimentos em inovação.

Os Estados Unidos estão na ponta direita desse gráfico, como todos estão vendo. E é absolutamente perceptível que há uma correlação direta, aí demonstrada, entre renda e inovação, entre o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação e a renda dos países.

Esse gráfico mostra também a posição do Brasil, ainda acanhada, com a renda *per capita* ali embaixo, da ordem entre 5 mil e 7 mil dólares, e um índice de capacidade de inovação mediano.

Sem entrar nas definições, nos conceitos e na formulação, esse trabalho demonstra aquilo que nós já sabemos: sem apostarmos na educação e na ciência e tecnologia, ou, falando de outra maneira, se nós não qualificarmos o trabalho e a produção, nós não teremos competitividade na nossa indústria manufatureira. Todas as demais questões são de conjuntura macroeconômica interna e externa e que nós conhecemos.

Ontem, no seminário coordenado pelo Deputado Marcio Reinaldo, ouvimos diagnósticos extremamente exaustivos e positivos sobre a situação, que passam pelas questões fundamentais de câmbio, de tributos. E certamente, para nós, o que a Presidente Dilma chamou de os três grandes entraves que este País tem: tributos, câmbio e juros estão sendo devida e corajosamente enfrentados pela Presidente. Há um conjunto de ações de desoneração para aumentar a competitividade, com o Plano Brasil Maior 2, que tenho o prazer de relatar. Aliás, Deputados Marcio Reinaldo e João Maia, amanhã nós vamos começar a votar a MP 563, que desonera a produção de 15 setores industriais. O Senador Romero Jucá é o Relator, e eu tenho a honra de presidir a Comissão Mista.

E a Presidente instalou e vem instalando 19 comitês de competitividade. Isso vai ser muito importante. Nós temos os comitês de competitividade, os Conselhos de Competitividade, e nós vamos poder olhar com mais cuidado cada um dos segmentos mais fragilizados pelo processo, cada vez mais acirrado, de comércio exterior, agravado pela recessão europeia. E a soma da gula asiática com a recessão europeia inunda o mundo de manufaturados, e nós temos que ter proteção, temos que diminuir custo de produção.

Ontem falamos sobre energia, sobre os gargalos da infraestrutura. Tivemos um dia muito rico de discussão sobre esses assuntos. Mas hoje o tema é tecnologia, e eu não poderia deixar de mostrar esse gráfico para a reflexão de todos.

Antes de deixá-los com a Presidência do Deputado João Maia, quero apenas fazer referência a um artigo que saiu na grande imprensa ontem, refletindo um estudo realizado pela Fundação Dom Cabral.

Está presente conosco alguém da Fundação Dom Cabral? Estavam convidados, mas não puderam chegar. Então eu faço as vezes da Dom Cabral, porque o estudo é muito importante e significativo.



Todos nós sabemos que parte importante da inovação das empresas instaladas no Brasil, as grandes empresas multinacionais e transnacionais, é realizada em suas sedes, embora exista um projeto do Governo brasileiro de trazer, cada vez mais, nas contrapartidas — certamente o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação poderá falar sobre isso — empresas para desenvolverem aqui seus laboratórios de P&D, o que é absolutamente sensacional para nós. É bom. O momento é bom, porque já traz junto um monte de cérebros que estão desempregados na Europa.

Estive recentemente na Espanha, em um congresso de telefonia móvel, e vi que de cada dois jovens espanhóis um está desempregado — jovens com titulação de mestrado e doutorado. Isso não é pouco. Vejam a gravidade do que nós estamos tratando. Com o Ciência sem Fronteiras e outros programas que estamos fazendo, como o PRONATEC, podemos certamente nos valer desses cérebros. Houve uma época em que exportávamos cérebros, agora vamos importar cérebros para nos ajudar a superar as dificuldades.

Tem em mãos matéria sobre esse trabalho com o seguinte título: *"Quase 50% das médias empresas brasileiras investem nada ou quase nada em inovação"*. Por quê? O estudo vai mostrar. Diz a matéria:

*"Um recente estudo da Fundação Dom Cabral (FDC) revela que 46% das empresas brasileiras de médio porte investem 'nada' ou 'muito pouco' em inovação. A maior dificuldade dos empresários para desenvolver práticas inovadoras é justificada" — observem bem — "pela falta de informações sobre o tema. De acordo com a pesquisa, conduzida pelo Núcleo Bradesco de Inovação da FDC com 150 empresas com faturamento entre R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões, 48,9% das organizações de médio porte desconhecem programas de incentivo nesta área e, em consequência disso, cerca de 79,8%" — ou seja, 80% — "das empresas não usam incentivos fiscais para inovar. (...)"*

Então a gente se mata para fazer aprovar a Lei do Bem e a da FINEP, se mata para fazer o BNDES Linhas, e nós temos um conjunto de 50% de empresas que não sabem que podem ter acesso a custo praticamente zero de juro a vários programas para financiar sua inovação.

E continua a matéria:

*"A falta de aptidão das empresas nacionais de médio porte para lidar com o desafio é legitimada por outro dado da pesquisa: 29% delas afirmam que a inovação não está nem na ideologia da empresa" — nem na cultura da empresa.*

*"De acordo com a FDC, a pesquisa aponta ainda que o potencial inovador das médias empresas brasileiras é afetado por barreiras como cultura conservadora, em que não há espaço para inovar; aversão da empresa ao risco; falta de incentivo para ideias inovadoras; e cultura rígida, hierarquizada e burocratizada."*





Nós não vamos, evidentemente, nos apegar a isso para dizer: "*Então, nós estamos com dinheiro em caixa...*"

Saúdo o Deputado Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Ph.D. nessa matéria.

Nós não vamos, por conta disso, dizer: "*Estamos com dinheiro suficiente na FINEP, no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, e não está sendo captado pelas empresas*". É evidente que não. Nós temos que fazer dois trabalhos concomitantemente: mudar a cultura empresarial da média e grande indústria nacional para captar os recursos, mas também aumentar a oferta de recursos para subsidiar a inovação, porque é risco, porque custa caro. Outros países do mundo fizeram a lição de casa. E nós precisamos reverter gradualmente a proporção da responsabilidade do Estado, em relação à iniciativa privada, que hoje é de 60% para 40%, dentro do 1,21% do PIB para ciência, tecnologia e inovação.

Eu, por conta desses elementos de reflexão, não posso deixar de dizer que, quando fui conselheiro da FINEP, a relação de demanda para oferta, Deputado João Maia, era de cinco para um. Era contratada uma de cada cinco propostas. Na verdade, eram sete, mas duas eram porcaria, eram jogadas fora, e sobravam cinco boas propostas. Portanto, havia um estrangulamento. É importante que a FINEP tenha mais recursos, apesar desse dado absolutamente fundamental que a Dom Cabral nos traz à reflexão.

E eu vou continuar com a minha luta implacável, que conta com o apoio de vários Parlamentares desta Casa. Reside aí, para mim, a chave do sucesso. Nós só vamos financiar o conhecimento, o trabalho, a qualidade da mão de obra, se melhorarmos a qualidade da educação básica no Brasil. Para que Prefeitos e Governadores paguem salários que têm que ser o dobro do de hoje, porque o menor salário profissional para quem tem 11 anos de escolaridade é o do magistério da rede pública, é preciso ajudá-los. Falo agora como ex-Prefeito: não dá para dobrar o salário para 2.700 ou 2.800 reais, que seria a média do mercado para quem tem 11 anos de escolaridade. Tanto que ontem mesmo realizamos uma reunião com representantes de secretários estaduais e municipais para tratar do tema do piso salarial. Já há dificuldade de se pagar um piso de 1.421 reais, apesar de ser um avanço importante. Então, é preciso dotar os Governadores e Prefeitos desse dinheiro.

E é preciso ajudar as empresas a romper com a cultura da não inovação e a colocar recursos de risco na mão de cada vez mais empresas brasileiras. Nós só vamos chegar a investimentos na educação da ordem de 7%, 8%, 9% ou 10% do PIB, que é o que precisamos, e chegar a 1,8% ou 2% do PIB em investimentos em ciência, tecnologia e inovação, se houver uma fonte adicional de recursos. Essa fonte adicional de recursos chama-se *royalty* do petróleo. O momento é este.

Chamo a atenção para o fato de que o Relator Carlos Zarattini está muito empenhado nessa determinação. Nós temos apoio da sociedade, temos apoio da CNI, temos apoio de toda a sociedade científica, dos estudantes, dos professores, dos reitores. E este é um assunto suprapartidário, porque está em jogo a soberania e o desenvolvimento do País.

Quero agradecer a oportunidade de fazer essas considerações, pedir desculpas aos palestrantes por ter falado antes deles, mas talvez isso possa estimulá-los a uma reflexão, até de divergência, como aqui foi mencionado por este coordenador.



Eu vou lá coordenar uma reunião sobre educação com o Presidente do Conselho Nacional de Educação e peço ao Deputado João Maia que assuma, por favor, a coordenação dos trabalhos, ele que é membro da direção da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional.

Deputado João Maia, por favor. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Bom dia a todos. Ontem à noite o Deputado Newton Lima me pediu para vir coordenar os trabalhos. Eu sou o 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar, que tem feito um movimento muito importante em defesa da indústria nacional, procurando ir a fundo nessa discussão. Temos o nosso Presidente, que costuma sentar nesta cadeira, mas eu quero dar continuidade ao nosso seminário.

Cada expositor — essa é a regra — terá o tempo de 20 minutos para a sua preleção. Ao término das exposições, será aberto o debate com o público presente. Solicito aos que desejarem participar dos debates que, por favor, peçam o formulário de perguntas a um dos nossos assistentes.

Concedo a palavra ao Sr. José Henrique de Lima Corrêa Dieguez Barreiro.

Quero informar que nós contamos com a presença aqui dos Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO** - Agradeço.

Bom dia a todos. Bom dia, Deputados e senhores.

Peço a gentileza de colocarem a apresentação. *(Pausa.)* Não é essa, não. É uma outra, que está em um *pen drive*.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, não querendo ser deselegante com o Fernando, se o Fernando pudesse deixar livre o quadro para que pudéssemos acompanhar a palestra, nós ficaríamos agradecidos.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORRÊA DIEGUEZ BARREIRO** - Obrigado a todos. É um prazer estar aqui. Eu peço desculpas em nome do Dr. Elias, Secretário Executivo do MCTI, que era a pessoa que estava encarregada de estar aqui. Por problemas de última hora, ele não pôde estar presente. Delegaram-me, então, essa responsabilidade de falar um pouco a respeito do tema empreendedorismo, de expor como o MCTI encara esse tema dentro do contexto da ciência, tecnologia e inovação do País.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu começo falando um pouco sobre o que é empreendedorismo. É uma coisa muito antiga. O homem é empreendedor desde que nasceu. Na verdade, ele precisa empreender. Empreender não deixa de ser um negócio voltado a transformar a terra em riqueza e sobrevivência para ele. Então, o que acontece? Existe uma relação muito forte



entre empreendedorismo e negócio. Embora existam outros tipos de empreendedorismo que podemos ressaltar, como ONGs e outros, o que é mais forte, o que mais transparece para a nossa sociedade é o de negócios, porque gera renda, gera riquezas e transparece muito bem para uma sociedade.

O empreendedorismo tradicional é o que mais comumente vemos na sociedade, e temos uma série de instituições que cuidam no País desse tema, como o SEBRAE. No caso do MCTI, a nossa maior preocupação é o empreendedorismo relacionado com a tecnologia. Por que isso? Podemos dizer que existem grandes grupos de empresas: as que já estão consolidadas no mercado e as que estão nascendo. Normalmente, as que estão nascendo ainda se subdividem em dois grupos: as de base tradicional e as de base tecnológica.

Por que as de base tecnológica são o foco do MCTI? Porque, na verdade, estamos enxergando a economia do futuro. Gostamos de dizer que os produtos que vão sustentar a nossa economia não estão prontos hoje. Eles serão desenvolvidos ao longo das próximas décadas e vão nos dar sustento em torno de 10 a 15 anos futuros. Ou seja, o MCTI, em rápidas palavras, está preocupado com a economia do futuro. O conhecimento não se faz da noite para o dia. Ele é transformado, ele é cumulativo ao longo de várias décadas, é transmitido de geração a geração e, no final, ele se transforma em riquezas, de acordo com o ambiente, das quais o País provê as pessoas ou as instituições.

Então, apenas para lembrar, o empreendedorismo nos leva a negócios, e negócios associados à tecnologia nos levam ao futuro, à economia do futuro. Os próximos empregos, as próximas empresas, as próximas riquezas de uma Nação estarão nisso.

O que nos preocupa no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação? Existe uma ênfase muito forte nas empresas já estabelecidas. E, dentro desse grupo de empresas estabelecidas, nós temos de tudo, inclusive as empresas multinacionais, cujas sedes, como o próprio Deputado Newton Lima comentou, são as principais responsáveis por segurar o conhecimento. Na verdade, o conhecimento é a base do futuro da economia dessa empresa, da sustentação econômica e competitiva dessa empresa no futuro. Então, eles fecham mesmo, a sete chaves, esse conhecimento e tratam-no a *petit comité*.

É muito fácil para uma empresa multinacional chegar aqui, desenvolver ou descobrir talentos e levá-los para fora. Qualquer 20 mil dólares de salário mensal nos Estados Unidos é muito farto para uma pessoa que mora aqui e está acostumada a ganhar 10 mil reais como engenheiro no País. Lá fora, ela ganha 20 mil dólares, fica feliz, e para a empresa não é nada. Mas eles conseguem fazer *brain drain*, como a gente gosta de dizer, e transformar esse conhecimento para uso da empresa, o que normalmente tem uma aplicação global. Ela desenvolve seu produto com meia dúzia de engenheiros e consegue vendê-lo em plataformas ou produzir isso em cadeia nos países, na ponta, colocando produtos inovadores a preços competitivos, movimentando a roda da economia global.

O que acontece em termos de Brasil? Qual é a nossa preocupação em termos de Brasil, no MCTI, dentro da nossa política, da nossa estratégia de ciência, tecnologia e inovação e vários outros projetos dentro do Ministério? A nossa preocupação está no nascimento de novas empresas de base tecnológica. Eu vou pedir a gentileza de passar para a próxima transparência.



Nós estamos falando aqui, por exemplo, de incubadoras de empresas que são um tipo de instrumento de apoio a esse tipo de negócio, a esse tipo de evolução.

O que são incubadoras de empresas? São locais físicos onde se podem receber ideias, desenvolvê-las e prepará-las para o mercado. Em resumo, incubadoras de empresas podem dar o apoio necessário àquelas ideias iniciais de qualquer pessoa, em qualquer lugar, a serem desenvolvidas num local apropriado. Lá o empresário vai poder contar com uma série de apoios, desde a modelagem do negócio, preparação para captação de financiamento, desenvolvimento de protótipos, desenvolvimento de conhecimentos mais avançados de que necessite, caso necessite, para lhe dar esse auxílio.

Esse é apenas um dos instrumentos. Temos que imaginar que um ecossistema favorável ao empreendedorismo passa por uma série de outros fatores. A economia, com seus fatores macroeconômicos, tem que ser favorável — taxas de juros, taxas de câmbio, etc. Você precisa de uma base de conhecimento sólida, base que eu digo é educação fundamental, de maneira que a ciência de fato perpassa a sociedade como um todo. A sociedade percebe que a ciência pode ser uma vantagem competitiva, na medida em que as pessoas entendem o que é força, o que é química, elemento químico, como se aplica, como funciona. Na medida em que as pessoas começam a compreender isso, elas começam a transformar essas coisas, ou os produtos, ou a sociedade na qual ela está inserida; elas começam a aplicar o conhecimento. Estamos falando de ciência aplicada ou de tecnologia já.

O que acontece? O empreendedorismo só consegue evoluir de fato quando existe um ecossistema favorável. No Brasil estamos caminhando para isso, ainda muito devagar. A questão da educação é um problema sério. Dentro do MCTI existe um programa de incentivo às pessoas para que se interessem pela ciência.

Só para dar um dado bem recente, eu, em especial, estou participando da elaboração da política de *software* em serviços de TI para o País. Nós temos uma política que está sendo desenvolvida agora. E o que a gente consegue identificar num diagnóstico rápido? Que 80% dos egressos da Ciência da Computação e carreiras similares, dentro da universidade, vão embora; eles não concluem o curso. Isso é péssimo para uma economia como a nossa, que pretende ser uma economia mais industrial, ou de serviço, ou então uma economia de futuro calcada em muita tecnologia. Isso é um número ruim e se contrapõe às nossas propostas de industrialização, etc.

Então, como fazer para reverter esse quadro? Como incentivar as pessoas, os jovens a entrar para essa carreira? Isso faz parte, por exemplo, dentro da nossa política, de uma ampla articulação com o MEC e outras instituições que vão poder nos ajudar a suportar esse tipo de ação.

Avançando um pouco mais sobre a questão do empreendedorismo, qual é o principal objetivo das incubadoras no País? Temos uma série deles: capacitar os empresários; criar uma cultura de empreendedorismo dentro das universidades. Basicamente, as incubadoras de empresas hoje estão associadas a universidades, porque esse é um movimento que repetimos, depois de ter sido visto lá fora, nos Estados Unidos, em outros países. Então, é preciso uma cultura de incentivo aos jovens que estão nas carreiras, principalmente as tecnológicas, para que, com suas ideias, possam encontrar um lugar propício a desenvolvê-las.



Gera-se emprego, existe o apoio ao desenvolvimento dos produtos, dos processos ou dos serviços, a depender de cada caso, e há agregação de conhecimento. Muitas vezes um conhecimento está colocado num laboratório de química ou outro qualquer e pode ser eventualmente utilizado num produto, adaptando-o a um produto. Estamos falando em desenvolvimento tecnológico, ou seja, já estamos olhando o produto.

A proposta das incubadoras é que se tenha um ambiente de auxílio e tutela aos jovens ou aos empreendedores que estão entrando ali, com modelos de negócio, que aliás é uma outra falha muito grande no País, em termos de capacidade de gestão, e gestão competitiva. Nós estamos falando de empresas que adotam técnicas de gestão de pessoal, gestão financeira, que tenham capacidade de imaginar que a empresa não é só mais deles, que vão precisar de sócios num curto espaço de tempo, sócios capitalistas que querem respostas, querem resultados, querem metas. Isso é uma mudança cultural. Então, a incubadora tem esse propósito de reduzir um pouco essa taxa de mortalidade, tutelando esses projetos, essas pessoas que participam dos projetos.

Com isso, a gente consegue consolidar pequenas empresas. Elas são mais fortes e mais sólidas, em teoria. E promovemos ainda a interação, que gostaríamos de ver, de instituições científicas e tecnológicas. Elas passam a ofertar, digamos assim, tecnologias, ideais e conhecimento para essas empresas que estão colocadas localmente.

O que nós temos hoje? Num panorama muito rápido, nós temos 384 incubadoras no País, em 25 unidades da Federação brasileira. São vários os tipos de incubadoras. Há incubadoras de cunho puramente tecnológico e outras que são mais abertas, de cunho tradicional, culturais, etc. O princípio é mais ou menos o mesmo, tendo sido transportado das tecnológicas para as outras.

São em torno de 5.100 empresas incubadas. Falamos de 45.500 empregos. A diferença é que podemos dizer que os empregos são normalmente muito qualificados. O faturamento aproximado, segundo levantamento da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), é de 1 bilhão e meio de reais.

Falamos ainda de parques tecnológicos. É um outro movimento interessante, que seria uma espécie de evolução da incubadora; não necessariamente o é, mas é uma evolução. Os parques tecnológicos são 79 iniciativas, 26 já em operação, 19 em implantação e 54 ainda em projeto. É um programa um pouco doloroso para quem participa do projeto de estruturação de um parque tecnológico, porque confunde-se parque tecnológico com infraestrutura e parque industrial. Não é isso. A coisa é muito mais complexa do que isso.

É importante destacar aqui a questão do parque tecnológico. Como o Deputado Newton Lima colocou, nós temos uma preocupação e temos uma estratégia, dentro da nossa estratégia de ciência e tecnologia, de trazer centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas de outros países para o Brasil. O caso emblemático foi da General Electric, que está se instalando no Parque Tecnológico da COPPE, na Ilha do Fundão. A proposta é trazer, sim, conhecimento, trazer equipamento, trazer pessoas, criar empregos para técnicos brasileiros nesses centros, a fim de, a partir dali, a empresa ser de fato competitiva.

Temos apenas que atentar para alguns cuidados do tipo: se a empresa desenvolver tecnologia, queremos que essa patente seja registrada aqui e que não fiquemos dependentes dessa mesma patente, se eventualmente for registrada lá fora e



tivermos de pagar *royalties* para a própria empresa. São pequenos cuidados para os quais alertamos e que podem vir a ocorrer. Temos que estar preparados para responder a isso. Então, precisamos obrigar de fato que a empresa faça a patente. Isso é uma coisa muito difícil, porque pegar um técnico, colocá-lo dentro de um avião, com a pasta dele, o *notebook* dele, ir lá para fora, para os Estados Unidos, e fazer registro de patente é muito fácil, e a matriz da empresa, a partir daí, começa a solicitar o pagamento de *royalties* como uma forma de remessa de lucros. Então, são pequenos cuidados que temos que ter ao fazer isso.

A estratégia é muito boa. Esse tipo de estratégia é feita desde a década de 80 pela Índia, pela China. Desde essa época se levam centros de P&D para lá. Aqui no Brasil estamos fazendo isso mais recentemente. O que acontece? Esses centros são importantes, mas mais importante do que os centros é criarmos um ambiente propício. O parque tecnológico é um ambiente — pelo menos esperamos que seja — propício para fazermos o *spin-off*, a saída. Engenheiros que estão trabalhando nesses centros e que gostariam de montar suas próprias empresas, têm alto nível de capacitação, passaram pela cultura de uma empresa multinacional competitiva e internacional têm, então, capacidade de montar negócios próprios, ou associados à empresa matriz onde foram empregados ou associados a outras empresas. Isso é uma ótima oportunidade. É uma janela de oportunidades que se abre para o País. Nós temos que estar, como gestores públicos, preparados para criar esse ecossistema.

Incubadoras de empresas, por exemplo, normalmente estão vinculadas aos parques tecnológicos, e é por aí que ocorre, por exemplo, esse *spin-off*: a saída de um pesquisador de um centro de pesquisa para uma incubadora, para montar um negócio. E aí temos toda uma rede de financiamento da tecnologia, de bolsistas, via CNPq, para o desenvolvimento do produto, de financiamentos após isso, para entrada no mercado, e de financiamento para a alavancagem da empresa, como o *venture capital* — nós falamos do *seed money*, no início, depois o *venture capital* — até chegarmos a fundos de *private equity*. Estamos falando de fundos de investidores, porque na economia... Nós pudemos ver agora, com o crescimento do Facebook, o lançamento de um IPO dele. É assim mesmo que funciona em empresas de tecnologia. Não há como fugirmos muito disso. É a forma mais rápida. Por quê? Porque tecnologia morre. Se você não for rápido, você perde a janela de mercado.

O que nós temos em andamento no Ministério? Temos uma série de chamadas públicas para parques tecnológicos. Muitas são feitas com recursos graças ao apoio da Câmara dos Deputados, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que remete recursos para nós, para que possamos fazer o lançamento de editais, nos quais apoiamos a criação do parque, normalmente ligado a uma questão de infraestrutura. Há os recursos do CNPq para apoio na continuidade desses processos, principalmente com relação a pessoal, apoio e estrutura mais amiúde para o funcionamento dos parques tecnológicos. E já estamos trabalhando numa terceira linha, que é o apoio às empresas que estão lá, porque hoje o apoio é muito disperso, não é concentrado. Estamos pensando em modelos pelos quais possamos apoiar essas empresas.

Já estou me encaminhando para a conclusão. Estou dentro do horário?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Eu confesso que não o controlei.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORRÊA DIEGUEZ BARREIRO** - Ah, perfeito. É bom porque abre o espaço para a discussão. Eu prefiro responder a fazer pergunta. Pelo menos é a minha prática como professor: eu recebo uma pergunta e respondo com outra. É uma forma de chamar a atenção do aluno e fazê-lo pensar, em vez de dar a resposta pronta.

O que nós estamos pensando para ações futuras? O PNI, que é o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos e que está hoje coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico do MCTI, é uma ação de articulação, basicamente, na qual nós colocamos o recurso para cobrir partes que não são cobertas por outros órgãos, por outras instituições.

O que nós temos? No PNI, nós temos a ação em que se está avançando na ideia de que queremos apoiar agora os projetos, apoiar o desenvolvimento tecnológico. Esse desenvolvimento tecnológico tem a ver com o desenvolvimento do protótipo ou sustentação da empresa no seu início. Estamos falando normalmente de bolsas ou um dinheiro que no mercado americano é chamado de *seed money* — ou no mundo inteiro. É um “dinheiro semente”, usado no início do processo, que ocorre em muitos negócios. Normalmente é um dinheiro do pai, do tio, do conhecido ou de uma poupança que a pessoa fez ao longo da vida e com a qual ela inicia o seu negócio.

A continuidade do PNI é de extrema importância. Nós estamos falando aqui da economia do futuro. E eu alerto aos senhores: as empresas do futuro vão sair normalmente desse tipo de instituição — não necessariamente, mas em grande parte será. Os Googles e Facebooks da vida nascem de iniciativas parecidas com essas, embora no modelo americano elas sejam extremamente privadas, muito agressivas. Aqui nós entramos nisso.

Também durante o nosso diagnóstico o que nós vemos é a enorme dificuldade que essas empresas têm de acesso ao mercado. O acesso ao mercado não é nem tanto o problema da tecnologia e o desenvolvimento do protótipo. Já passamos a outro problema, que é o financiamento da produção e o acesso ao mercado. Fazer *marketing* não basta. Relações de mercado são muito mais complexas do que podemos imaginar: são relações de gerente de um Wal-Mart da vida, que conhece o fulano da outra empresa, o fornecedor tal, e fecha um contrato ali. Não é uma licitação, não é uma coisa aberta; são relações pessoais muitas vezes. E essas relações de abertura de mercado são extremamente complexas. E pessoas que fazem esse tipo de coisas são caras, não existem sobrando no mercado. As empresas pagam ouro para ter gente desse naipe para poder abrir mercado.

Então imaginamos que precisamos montar uma rede de mentores. No caso, nós estamos criando na SEPIN, dentro da estratégia nacional de *software* e serviços de TI, um programa chamado Startup Brasil, no qual a prioridade é chamar empresas brasileiras ou outras multinacionais que tenham capacidade de investimento, fundos como o Bradesco — estamos falando de PETROBRAS, eventualmente — e empresas privadas como a Microsoft, que gostariam de investir em pessoas e, mais do que isso, em projetos que sejam de interesse deles e que estejam dentro da cadeia de produção deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - José Henrique, mais 1 minuto.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORRÊA DIEGUEZ BARREIRO** - Obrigado.



Então, qual é a ideia? Que possamos pegar essas empresas que têm recursos para aportar e que dependem muito pouco do Estado para fazer isso. Estamos apenas criando um canal e um ambiente que seja propício a se fazer isso. E, com essa proposta, queremos que a empresa não só participe com o capital, mas participe com o que chamamos de *mentoring*, ou seja, um mentoreado, uma preparação dessa empresa para entrar nessa grande rede de negócios. Imaginamos que essas empresas vão ter essa capacidade. E o que queremos, o que procuramos? Pegar nossas empresas tradicionais, nossas indústrias tradicionais, que são fundamentalmente indústrias de base ou de recursos... Vejam por exemplo a PETROBRAS. A exceção é a EMBRAER. Nós não produzimos praticamente nada ou muito pouco de bem de consumo; vem tudo da China. Então, temos de fazer com que empresas como a Vale, ou empresas de serviços, como os bancos, entrem no programa, apoiem e diversifiquem seu portfólio de negócios através de empresas do Startup. Então, a ideia é essa.

O meu tempo está esgotado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Nós que agradecemos.

Para dar celeridade ao nosso debate, eu quero passar a palavra ao Dr. Carlos Eduardo, representante do IPEA.

**O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA** - Bom dia aos senhores, ao Deputado João Maia e aos colegas da Mesa.

Ao saber que eu viria aqui, eu imaginei: de empreendedorismo a Fundação Dom Cabral cuidará; o Ministério da Ciência e Tecnologia cuidará da inovação, que era o título; e da indústria, o Júlio de Almeida. Então, eu fiz uma consideração mais geral, chegando aos problemas de hoje da indústria no Brasil e da inovação, que é parte inerente das questões que estão postas hoje para o desenvolvimento brasileiro.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A primeira transparência é uma simples. Deixando de lado a questão da distribuição de renda, as questões regionais, esse é o problema do Brasil. São períodos longos. De 1947 a 1980, crescemos muito. E depois nós crescemos muito pouco, tendo uma recuperação num período de anos mais recentes. Esse é o problema. Inclusive o IPEA agora está se dedicando bem a um projeto grande, chamando Perspectivas de Desenvolvimento, sobre como escapar dessa trajetória enquanto outros países não desenvolvidos — China, Índia — estão com trajetória de crescimento muito grande.

Só para situar, esse é um cenário internacional. São três curvas: a azul, a de cima, é o crescimento dos países em desenvolvimento, de 2003 para cá; a verde é a dos países desenvolvidos. Então, a trajetória dos países em desenvolvimento tem sido muito superior, em termos de crescimento do produto. É um fato conhecido. E o Brasil não acompanhou, ao longo desta década, essa trajetória de crescimento profundo.

Isso gerou — tem consequências depois — o fato de que as reservas internacionais... só para dar uma ideia de para onde foi o recurso do crescimento e do crescimento das exportações, que é um gráfico que eu não coloquei aí, dos países não





desenvolvidos, basicamente, países asiáticos, ele foi para reservas, que é fato também conhecido, e isso gerou uma espécie de pletora de capitais em busca de investimentos. Isso teve consequência para o Brasil, no que também não vou entrar aqui, mas também é um pouco conhecido.

Esse é um gráfico um pouco mais detalhado. São três cores. Cada cor significa um período de 5 anos — 1995 a 2000; 2000 a 2005; 2005 a 2010 — e mostra também uma verdade conhecida. É uma outra forma de representar aquele gráfico anterior e dizer que a China e os países em desenvolvimento cresceram mais que o Brasil e a América Latina, porque esse é um... Eu não tenho nenhum dado aqui, mas o Brasil vai um pouco junto com a América Latina nos períodos. Então, alguma coisa que é interna e alguma coisa é externa, por esse movimento conjunto com diferenças, com nuances. Isso é só para chamar a atenção.

Por alguma razão não saiu o primeiro período do Brasil ali, mas vê-se que está bem abaixo até do mundo. Então, é esse o problema sobre o qual temos que nos debruçar.

Esse é um gráfico, talvez, meio complicado, cheio de linhas. Não sei se vai dar para perceber a linha azul — aqui na impressão e no micro fica bastante nítida, mas aqui não fica muito. Aqui é um gradiente de setores industriais. Nesse gradiente de setores industriais, no que se concentra a produção no mundo desenvolvido é o azul — eu vou levantar um pouco aqui. Quer dizer, do setor mais à esquerda para o setor mais à direita, o mundo desenvolvido tem uma participação maior aqui e menor lá. Se for possível ler, esses setores que estão aqui são setores superiores na cadeia tecnológica, e os setores que estão lá embaixo são as cadeias de vestuário, têxtil, couro e calçados, fumo, setores mais intensivos em trabalho e tecnologicamente menos avançados.

Então, isso aqui mostra o seguinte: que, por mais que os países em desenvolvimento do mundo tenham crescido num plano muito superior e se industrializado, ainda os setores nobres da cadeia industrial permanecem concentrados nos países desenvolvidos. Esse é um retrato de 2010.

Isso aqui também é conhecido. É só para dizer que o Brasil, de 2001 a 2011, teve saldos comerciais bastante expressivos. E é uma verdade conhecida também que isso se deveu muito à exportação. Já a América Latina tem aproximadamente o mesmo perfil de balança comercial, mas baseada em exportação de produtos primários — recursos naturais, em grande parte.

Isso, entretanto, não tem gerado uma balança de transações correntes tão favorável em termos... O superávit só ocorreu num período. Ali houve um problema no gráfico. Aqui está com 1905 (*ininteligível*), mas aquele período intermediário ali é mais ou menos de 2003, 2004 até 2006. Aí houve a queda na balança de transações correntes. Isso significa que estamos pagando muito em conta de serviços — juros, lucros, viagens —, e é um problema para frente. Isso tem sido coberto com investimentos estrangeiros diretos ou de portfólio, que podem voltar a qualquer momento, mas isso tem sido coberto assim.

Essa aqui é uma trajetória mais positiva do Brasil nesse período. A taxa de crescimento do investimento tem se dado, com exceção do ano de crise ali — e, mais uma vez, é 2008 ali, 2009. Só na crise foi que caiu. Depois se recuperou em 2010. Ali é 2009 e 2010. Em 2011, não tinha o dado.



Aqui é um gráfico para mostrar um pouco... Também é um problema conhecido, mas é um gráfico muito expressivo de como as exportações têm penetrado rapidamente no mercado de consumo, na demanda brasileira. É o índice de penetração das exportações ou algo que pode ser chamado assim. São as importações para consumo aparente de produtos industriais. Há um crescimento muito forte, só detido no ano de 2009. O dois ali significa segundo trimestre do ano de 2009. Há um crescimento espantoso nos últimos anos. Esse é um problema.

Aqui é o desdobramento desse aumento das importações em termos setoriais. Foram agrupados — não sei se dá para ver bem — em três áreas, que são os setores menos intensivos em tecnologia, menos capitalizados (têxtil ou vestuário, etc.); no meio, os produtos baseados em recursos naturais (petróleo, metalurgia básica, incluindo ali química, meio de contrabando); e, em seguida, os tecnologicamente mais avançados, resumindo um pouco, forçosamente, as máquinas e equipamentos de informática. E o que se vê é que as importações desses produtos ainda são muito mais expressivas do que a dos tecnologicamente menos avançados, o que é, em parte, o problema que o Deputado Newton Lima havia dito, uma expressão regional do problema que ele havia falado. É regional, é setorial o que ele havia dito.

Esta é uma tabela complexa para evidenciar, mas deixa algumas coisas muito evidentes.

De 2005 a 2011 aumentaram as importações sobre o consumo doméstico. Esta outra coluna mostra o aumento do insumo importado pela indústria. Portanto, aqui é o bem de consumo final; aqui, o bem intermediário, aumento de 17% para 22%, enquanto o coeficiente das exportações, ao contrário, cai. Esse padrão se reproduz aproximadamente em todos os setores, em uns mais, em outros menos. Portanto, é um fenômeno generalizado, que pega indústrias de diferentes composições de capital, de tecnologias, etc. É um fenômeno geral do Brasil.

Este gráfico mostra de 1991 a 2011 os setores que mais cresceram — estes extremos aqui. Estamos falando repetidamente dos extremos, dos que caíram a produção: calçados, fumo, têxtil, vestuário e madeira; e que cresceram: equipamentos de transportes, outros equipamentos. Aqui, a EMBRAER que, como não há a proporção dos setores sobre o total, aparentemente pesa, mas não é tão expressiva em termos de produto. Temos a EMBRAER, veículos automotores, indústria extrativa e máquinas e equipamentos.

O próximo já é recente, de 2008 para cá. Agravou-se o problema — está na mesma posição — dos poucos intensivos em capital e muito intensivos em trabalho. Aqui permanece ainda o setor de veículos automotores, graças, em grande parte, à políticas de governo, e outros equipamentos de transporte — e também a nossa EMBRAER, que é a exceção quase a confirmar a regra. A indústria extrativa continua como positiva aqui. Esta é uma outra forma de mostrar o mesmo desdobramento setorial.

Aqui é uma outra que pertence em parte à indústria. Essa é uma experiência dramática, porque em todos os produtos que o Brasil exporta mais e que compõem em grande parte a cesta de exportações de produtos primários do Brasil estamos perdendo em elaboração, em criação de valor internamente no País.

Em mina de ferro houve aumento de 60% do ferro exportado. O produto mais bruto e menos elaborado aumentou de 60% da composição para 76%, com crescimento



de 25%. O mais elaborado, que é o aglomerado, teve queda de 39%. E assim ocorre com todos os produtos primários que nós exportamos. Nós não estamos agregando valor aos produtos. Nós estamos perdendo agregação de valor até nos produtos primários que exportamos.

Este é um gráfico conhecido, que explica em parte o que está acontecendo, a questão do câmbio, que, felizmente, agora está tendo um outro ritmo de comportamento. Mas é um conhecido problema da indústria e é expressivo: quanto mais o dólar cai, mais valorizado é o nosso real. Portanto, mais dificuldades para exportar e mais facilidades para importar.

Aqui também é uma expressão setorial, mas do mundo, sobre como está o crescimento do setor industrial. Temos aqui dois períodos e países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento ainda crescem mais em materiais elétricos e em vários outros setores. Desculpem, é o contrário, países em desenvolvimento estão crescendo em relação aos países desenvolvidos. É só um gráfico para mostrar a tendência: os países em desenvolvimento perdendo terreno brutalmente em todos os setores. Mas retomamos aquele gráfico anterior e eles ainda permanecem, nos setores tecnologicamente mais avançados, concentrando a maior parte. Há um processo de transferência, porém que ainda não se completou.

Nós estamos aqui com a balança comercial negativa. Ela só está positiva quanto ao produto de baixo componente tecnológico, que agrega o problema que o Deputado Newton Lima citou aqui logo no início.

Aqui estão três gráficos, e em seguida virá um outro, sobre a questão da desindustrialização. Há uma polêmica muito grande sobre isso, porque nem todo mundo concorda que há desindustrialização no País. Este gráfico permite visualizar um pouco. Qual é o problema? Nos Estados Unidos há, de um lado, crescimento do produto interno bruto, a renda *per capita* crescendo, e, do outro, queda na participação da indústria. Alguns dizem que essa é a trajetória normal de todos os países. Há várias explicações, mas não vale a pena entrar em detalhes. É só para mostrar. Claro que compomos o gráfico, para que dê esse x, para expressar a ideia de que enquanto um cresce o outro decresce.

Quanto à China, o que se vê é o contrário. Temos aqui o PIB crescendo e a participação da indústria é mantida. É só para dar o exemplo de que aquele padrão não é necessariamente o que será seguido.

Há um outro gráfico mais adiante, anexo, sobre a Coreia, em que isso fica mais expressivo ainda.

Este é o quadro do Brasil. Temos uma renda que começa a crescer aqui, mas uma profunda queda da indústria e, depois, em relação ao PIB. Nós reproduzimos, de certa forma, o padrão americano. Porém, nós temos uma estrutura diversa da do padrão americano. Como vimos antes, o gráfico mostrando que a concentração nos setores mais nobres em grande parte está nos Estados Unidos. Este é o nosso padrão, ou é o da China, ou da Coreia ou de outros países asiáticos.

Este é um quadro que eu não sei se vai ficar claro, mas acho muito interessante, que foi feito pelo Vasconcelos, do IPEA. Não sei se o Julinho viu, lá em Campinas. Este quadro é interessante porque mostra os limites da possibilidade do desenvolvimento



baseado em recursos naturais para estes países. Quanto mais para cá se vai, maiores recursos naturais existem no país. Estão aqui: Brasil, Estados Unidos, Rússia e China. Quanto mais para cá se vem — é *per capita* — significa que estes países têm baixo estoque de recursos naturais *per capita*. Então, como é que se vai sustentar o desenvolvimento de um país complexo como o Brasil? Aqui está a Austrália, um país homogêneo, com grande estabilidade, inclusive de igualdade de renda.

Este gráfico de certa forma expressa a impossibilidade de perseguirmos um desenvolvimento baseado em recursos naturais. É assim que o interpreto.

Talvez eu esteja indo adiante. Isso ficará para o debate. Acho que vou encerrar por aqui. O que fazer diante de uma circunstância, que vimos aqui, complicado para o Brasil hoje. Nós temos que recuperar a indústria, temos que recuperar a capacidade inovativa, temos que cuidar da distribuição de renda, temos que investir em infraestrutura. Esse é um aspecto que eu ia falar aqui, mas fica para depois, pois o tempo é curto. A indústria tem que investir, o Estado tem que dar suporte a esse investimento de infraestrutura na parte pública, não privada, num clima de turbulência mundial.

Quer dizer, a Europa está, não preciso explicar, com tremendas dificuldades, os Estados Unidos estão andando de lado e a China, ao que tudo indica, está indo para um pouso entre o suave e o mais forte. Entre o pouso forçado e o pouso suave, ela está caindo também. Significa que teremos mais dificuldade em exportar os produtos que vínhamos exportando, e que a China induziu a que nós regredíssemos na cadeia de produção de valor, que foi aquela tabela sobre a soja, o petróleo, etc. E, ao mesmo tempo, ela vai querer espaço, mercado, e vai procurar mercado na América Latina e aqui no Brasil.

Então, este é o desafio que temos pela frente. Reservo-me, depois, o direito de comentar mais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Obrigado professor.

Passo a palavra ao Prof. Júlio Gomes de Almeida. Quero registrar que ele foi meu professor e o patrono da minha turma de Economia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Prof. Júlio.

**O SR. JÚLIO GOMES DE ALMEIDA** - Em primeiro lugar, agradeço o convite da Comissão. O Deputado João Maia foi meu colega na UFRJ, de grande memória, todo mundo querendo conhecer economia, estudar economia, uma turma fabulosa. E a memória é muito boa.

Eu tinha preparado alguns dados para os senhores, mas vou renunciar aos dados, porque tudo foi dito pelo Carlos Eduardo. Os senhores têm também a apresentação. De maneira que, para não ter *overdose* de dados, gostaria de discutir um pouco a questão da indústria e também a inovação. Como estamos vendo a questão da inovação dentro da crise industrial.



Em primeiro lugar, a indústria brasileira atravessa uma crise. Vamos anotar, não vamos esquecer isso. Não são as medidas de anteontem que vão evitar essa crise industrial. São boas medidas, inovadoras. Pela primeira vez, a indústria beneficiada assume compromisso também de rebaixar preço, além do compromisso com a questão do emprego; pela primeira vez, também, vi articulado um instrumento monetário, no caso do depósito compulsório articulado, com redução de impostos. Achei que foi um passo importante num setor muito relevante.

Isso vai beneficiar o crescimento industrial, vai permitir que até o final do ano a gente tenha um crescimento um pouco maior da indústria e do PIB. A indústria no primeiro trimestre do ano caiu 3%; 80% disso foi em automóveis, juntando ônibus, caminhões. Então, a indústria está mal, vai continuar com problemas, pouco menos com as medidas que foram adotadas. As medidas foram extremamente boas.

Vamos pensar a indústria, os seus problemas mais estruturais, seus impasses, falar um pouco também de como a indústria é relevante para o crescimento de uma economia. Em primeiro lugar o nosso produto industrial manufatureiro, que já representou alguma coisa como 2,5% do valor agregado total da indústria mundial, hoje representa 1,7%.

Aqui temos duas interpretações. É mal porque está caindo. Por exemplo, para os senhores terem uma ideia, no caso da China sai praticamente de zero para 18%. Quer dizer, a China hoje absorve 18% de tudo que se produz de manufaturados no mundo. Os Estados Unidos estão caindo, o Japão está caindo, a Alemanha está caindo. Isso foi mostrado aqui. E quem absorve esse processo é a China. Existem outros casos intermediários, razoáveis também, não tão fulgurantes como o caso chinês, como, por exemplo, o caso da Coreia, hoje com 2,5% PIB. Nós tínhamos uma dianteira com a Coreia enorme. Isso é muito mal, isso mostra que o nosso percurso no âmbito da indústria mundial é de declínio.

O lado não tão mau é que se trata de um declínio relativamente controlado. Quer dizer, ter 1,7% do PIB industrial mundial não é para qualquer um. Ou seja, nós temos presença no mundo. Então, tem como o Brasil sair desse sufoco; nossa expressão industrial no mundo permite que a gente tenha uma reação. Alguns países não têm uma reação possível, e sabemos quem é etc. Temos reação possível para fazer isso, mas temos que caminhar nesse processo. Essa é apenas a primeira informação.

Aliás, é essa pujança chinesa que está por trás de um dos fatores, no caso externo, da nossa crise industrial. A China tem uma sede de mercados que o mundo pós-crise acentuou. O que é o mundo pós-crise? É um mundo em que as capacidades produtivas foram preservadas. Teve alguma queima de capacidade produtiva durante a crise? Não. Não foi uma crise empresarial. Foi uma crise de endividamento das famílias, do sistema bancário, e depois uma crise de endividamento dos setores públicos. Não é uma crise empresarial. Então, a capacidade produtiva está intacta.

Por outro lado, os mercados se contraíram terrivelmente. Os Estados Unidos é um grande mercado, mas não tão grande e dinâmico. A Europa, nem se fala, o Japão, nem se fala.

Na escassez de mercados, a busca de mercados alternativos mirou o Brasil de uma forma acentuadamente maior. Houve uma mudança na cobiça, digamos assim,



mundial, por mercados ainda em crescimento. O Brasil é um mercado em crescimento e está recebendo uma concorrência extremadamente forte.

Tenho um segundo ponto que queria observar aqui. Nossa indústria não cresce há 4 anos, pelo contrário, decresce. Se pegarmos o nível da produção da indústria brasileira no dia anterior à crise internacional, setembro de 2008, veremos que o PIB da indústria brasileira hoje é 5% menor.

Sabe quanto cresceu o nosso mercado interno ao consumidor medido pelo crescimento do varejo que o IBGE publica? Trinta e cinco por cento nesse período. O que significa dizer que mesmo com o mercado interno ao consumidor crescendo 35%, a indústria fez a proeza de reduzir sua produção, o seu valor agregado, em termos de PIB industrial, em 5%. Querem dar o nome disso de desindustrialização, é uma outra discussão. Significa dizer que a nossa indústria está com declínio no âmbito de sua expressão internacional, e aqui dentro um declínio absoluto da sua produção nos últimos tempos.

Ainda não se deu o declínio no emprego por questões muito particulares. Eu nem queria discutir, a menos que os senhores queiram fazer esse debate. Por enquanto ainda não se deu esse declínio.

Balança comercial da indústria. É um desastre. Vou poupá-los dos gráficos, dos números, como observei, mas estão nas estatísticas que eu adiantei aqui. Se não fosse o agronegócio, nós estaríamos, para usar a expressão da nossa época, fritos. Ou seja, quem segura hoje em dia o setor externo brasileiro é o agronegócio, e o déficit industrial brasileiro vem ocorrendo nos últimos 5, 6 anos! Quer dizer, é um processo avassalador, a perda de competitividade da nossa indústria. Esse é o nome: perda de competitividade da indústria num período relativamente recente.

E, por outro lado, último dado que eu gostaria de assinalar para os senhores — está também na apresentação, é um dado também colocado com muita competência pelo Silveira — é o da penetração da importação. Deixe eu mudar um pouco o eixo e ver a penetração da importação dentro da produção industrial. Isso é muito mais estrutural, é muito mais orgânico e muito mais difícil de mudar, que é a compra que a nossa indústria está fazendo de insumos importados. Isso é mau? Não. Isso é muito bom, sem que seja exagerado. Se é exagerado e com a qualidade que vou observar para os senhores, é uma coisa para ficarmos atentos. Qual é a qualidade, qual é o exagero?

O exagero é que hoje, para cada quatro de produção industrial, um nós usamos para a produção industrial de importados. Ou seja, significa dizer que temos uma dependência do importado muito grande para produzir. Isso é bom e é mau, como tudo em economia em geral é assim. É bom porque significa que nós estamos utilizando insumos internacionais, aumentando nossa produtividade, ganhando um pouquinho de competitividade que temos perdido, etc. É mau porque há uma dependência muito grande do produto importado.

E em que setores essa dependência é maior? Os setores mais intensivos em tecnologia. Ou seja, estamos ampliando para níveis perigosamente elevados para produzir. Por exemplo, na área de informática, 70% vem de componentes de fora. É muito alto, e 25% é a média da indústria. Mas no que diz respeito a certos setores tecnologicamente mais avançados, esse percentual é muito maior.



Como é que se muda esse quadro? Não é um simples fator. Em geral grandes problemas são de variadas causas. Primeira causa que eu gostaria de assinalar para os senhores: o Brasil está muito caro. Eu aprendi, nós aprendemos que um país vai ficando rico e vai ficando caro. O Brasil ainda não é rico, está melhorando, mas ainda não é rico, e está ficando extremamente caro. Vamos olhar isso. A Presidente está preocupada com isso. Os tributários estão na frente desse processo, mas o custo de energia está nesse processo. Ninguém é culpado e somos todos culpados nesse processo como um todo.

O menos culpado disso é o custo do trabalho, que é bom que aumente, porque isso é mercado consumidor da indústria. E aí entro em outro fator. Para a indústria ir contra ou contra-arrestar o aumento do custo de trabalho, o que ela tem que ter é produtividade.

Vamos entrar neste tema: produtividade na indústria. Produzimos carroça hoje? Não. A indústria é competitiva? Relativamente sim. Gente, temos uma EMBRAER, que tem uma concorrência internacional terrível. No País dos cosméticos, temos uma grande empresa líder e símbolo, que é a Natura, por exemplo. Só quero dizer o seguinte: ser competitivo é possível. Há que ter produtividade.

O Brasil produz carroça? Não, mas deixa a desejar em crescimento da produtividade. Crescer em produtividade é fácil falar, é muito difícil fazer. Envolve a educação, foi dito aqui, envolve treinamento da mão de obra, envolve infraestrutura e envolve também uma parte empresarial que não temos que esquecer. E aqui entro em um outro tema: modernização de equipamentos. A própria indústria tem que ser mais inovadora.

Eu entro em outro tema que é a empresa brasileira. A empresa brasileira precisa ser reinventada. Não é só o setor público, não é só a política pública. Aliás, estamos dando uma aula de como é que se faz, do meu ponto de vista, política industrial e tecnológica no Brasil, já há algum tempo. Industrial não, é recente. Mas tecnológica, João, temos feito há tanto tempo o processo que sai Governo, entra Governo, continuamos fazendo. Há continuidade nesse processo na área de tecnologia.

Empresa não, precisamos reinventar sobretudo a empresa industrial, acho que a empresa de serviços também. Acho que do ponto de vista financeiro, esse é um processo que precisa ser feito. O BNDES é muito importante. Sem o BNDES nada disso que estamos falando aqui de bom teria sido possível. Mas é limitado para o financiamento da nossa empresa. Precisamos reinventar, precisamos ter mercado de capitais, precisamos ter grandes empresas associadas a instituições financeiras, com poder financeiro. Precisamos ter empresas capazes de financiar, independentemente das armadilhas do financiamento de longo prazo, do financiamento externo e, ao mesmo tempo, sem ter a dependência do BNDES, que é bom, mas não é o paraíso.

Temos, portanto, só para não perdermos de vista o processo como um todo, um problema de custo, um problema de produtividade, um problema de estrutura empresarial, que exigem soluções extremamente complexas. Não é uma questão simples. Acho que estamos andando. O problema é que a concorrência e a falta de competitividade estão batendo na porta. A China está batendo na porta, muito especialmente. E esses outros processos todos que estamos fazendo, com competência, do meu ponto de vista, levam tempo. Então, temos que acelerar o passo pelo menos em uma coisa. Não podemos descuidar do câmbio.



Vocês têm que entender o câmbio como uma passagem entre o presente e o futuro. Ou seja, um presente complicado, em termos de competitividade da indústria, um futuro que pode ser melhor, feito tudo isso, política industrial, política tecnológica, reestruturação da nossa empresa, reestruturação do financiamento brasileiro, aumento de produtividade. Mas enquanto esse processo todo não dá resultado, é preciso segurar o câmbio.

Eu gosto de 2, gostaria de 2,20. Um e oitenta não é de todo mau, 1,70 é impossível. Ou seja, não tem produtividade, não tem esforço empresarial, não tem desoneração que o Governo faça que com 1,70 segure o setor industrial. O que o Governo tem é uma difícil tarefa de sentar em cima, se não for 2, é 1,90, vamos discutir o número, mas vai ter que ter um câmbio por algum tempo suficiente até que as medidas venham e deem resultado.

Deixem-me falar um pouquinho de inovação. Nosso tempo é sempre muito curto. Inovação é muito associado com tecnologia, é verdade, inovação tecnológica. Esse é um instrumento que se tem na concorrência. Aliás, o Brasil precisa ter mais concorrência, gente. A nossa economia precisa de maior concorrência.

Muita gente acha que basta abrir a importação para ter mais concorrência. Isso, do meu ponto de vista, não é tão correto. Eu gosto mais daquela concorrência que vai para fora. Não a concorrência defensiva, mas a concorrência ofensiva, é diferente. É diferente uma empresa que tem que agredir o mercado externo, e precisa inovar para fazer isso, daquela empresa que precisa proteger o seu mercado interno da concorrência externa.

Tem que inovar também, mas talvez não seja a mesma inovação e a mesma intensidade de inovação. Nós somos uma economia pouco propensa a exportar. Aliás, o câmbio é um fator que faz isso. Vamos ver os exemplos de economias muito inovadoras: são sempre exportadoras. Vejam o exemplo das coreanas, que estão aí presentes atualmente. Daqui a pouco serão as chinesas. Foram muito as americanas, foram muito as japonesas.

O que dá expressão, o que dá pujança inovadora, sobretudo para a grande empresa, porque para pequenas e médias empresas sabemos que o contexto é diferente, mas para grandes empresas a inovação e exportação estão de mãos dadas, do meu ponto de vista. Então, ter expressão externa, ter empresa internacionalizada, ter empresa exportadora, ter maior incentivo à exportação é um caminho fundamental para o Brasil trilhar a inovação.

Agora, vamos pensar também em inovação. São conceitos de um economista chamado Schumpeter. Aqui na Mesa todo mundo conhece. Os economistas apreciam muito as ideias de Schumpeter, que pegou a ideia clássica, que permeou todos os economistas clássicos. O Marx só falava disso. Por exemplo, sai da concorrência ou da inovação puramente tecnológica, e sem dúvida nenhuma a tecnologia está no centro da inovação e no centro da concorrência, e vai para a inovação no sentido mais amplo.

Falei há pouco da Natura. Ela é inovadora em vários campos, mas ela inovou, em primeiro lugar, não na tecnologia. Inovou na forma de vender o seu produto, com um milhão de coordenadoras, que praticamente vão na casa ou no trabalho do cidadão. É uma inovação de vendas, é uma inovação do canal de financiamento. O nosso crédito consignado foi uma inovação financeira, tem um sucesso extraordinário.





Então, temos que cultivar também a ideia da inovação não tecnológica. Empresa inovadora parece-me que é um conceito mais amplo do que inovação tecnológica.

Há um programa no BNDES que ninguém falou, foi anunciado no Brasil Maior de agosto, e gostei muito, e é exatamente isso. O BNDES passa a ter uma linha, não sei como é que está esse processo. Num contexto de crise industrial, não vai pedir ao empresário industrial para investir muito em inovação. Ele está cavando a sua própria sepultura se não investir em inovação, mas do lado micro, ele fica assustado e acaba não investindo.

Mas o programa do BNDES consiste no seguinte: não apoiar exatamente um projeto de inovação. Fazemos muito isso, e devemos fazer, a FINEP faz muito isso, o BNDES faz muito isso. "*O senhor tem um projeto de inovação, traga aqui, avaliamos, damos ou não o recurso*". Passa-se disso para financiar a empresa inovadora, ou seja, um programa de 3 anos, de 5 anos, não sei os detalhes, da empresa no seu percurso inovador.

Eu incluiria, e parece-me que esse programa permitirá isso, pelo menos, temas de inovação schumpeterianos. Por exemplo, internacionalização. Então, é um programa de inovação. Agredir um outro mercado é um programa de inovação. Conquistar outros lugares, outros mercados é um programa de inovação. Fazer uma reforma administrativa pode ser. Em suma, vamos ampliar o conceito de inovação que poderemos ser muito felizes. Mas não vamos ter dúvida. A indústria está em crise, vai ficar em crise, vai melhorar um pouquinho agora. É um programa de 2 anos ou 3 anos e vamos precisar ter muita dedicação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Produto altamente moderno, professor.

Passo a palavra ao Prof. Fernando Moutinho Bittencourt, mediador deste painel, para tecer considerações a respeito das exposições realizadas e fazer os primeiros questionamentos aos palestrantes.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Muito obrigado, Deputado João Maia, obrigado pelo convite da Comissão. Uma manifestação sobre as palestras seria até um pouco redundante. Conseguimos ver um painel da visão macro e da visão micro, tanto do segmento estatal, formulador de política, quanto de alguém que está em contato com a posição do conjunto da indústria. Não há muito a acrescentar.

Quero suscitar, iniciando esse painel de debate, que é o mais importante, uma questão que emerge da situação de todos. Ficou claro que há vários níveis, várias camadas ou várias facetas da indústria. É uma indústria que vem sendo, como o Prof. Carlos Eduardo apontou, pressionada dos dois lados: do lado do baixo conteúdo tecnológico, por condições fundamentalmente macroeconômicas da China; e do lado do alto conteúdo tecnológico, exatamente pela deficiência da competitividade em função da inovação e da tecnologia.

Então, para o formulador de política e também para a indústria, a política de inovação se exerce em abstrato ou em qualquer setor. Ou seja, existe ou deve existir um



direcionamento setorial específico, quer seja na indústria siderúrgica de capital intensiva, extremamente de capital intensiva, com grande dificuldade de um *spin-off* tecnológico, seja na informática em que há possibilidade que uma incubadora, um parque tecnológico gere isso. É necessário e possível focalização e seletividade nisso ou as políticas industriais de inovação se exercem generalizadamente ou em abstrato?

Essa seria a primeira contribuição que eu daria. Acho que se aplica aos três elementos.

Em seguida, passaremos à abertura da discussão com os assistentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Se possível, gostaria de sugerir que o nosso coordenador passasse a palavra para quem quiser falar.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Perfeito. Então, foi levantada a primeira pergunta. Vamos recolher outras perguntas. Existem dois Parlamentares que já se puseram à frente do debate, mas acredito que, nesse ponto, seria uma interlocução posterior para questionar, ou o senhor deseja que aponte agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Maia) - Só para uma questão de eficácia, porque como haverá o debate, quanto mais opiniões, mais fácil comentar sobre elas.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Jorge Boeira.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Bom dia ao coordenador dos trabalhos, ao coordenador da Mesa, nosso querido colega João Maia, e a todos os palestrantes que, de certa forma, me impressionaram nas falas.

Eu preciso dizer que sou engenheiro mecânico, também empresário do ramo metal/mecânico e estou Deputado. Estou na vida empresarial há mais de 30 anos e chão de fábrica. Tenho participado de muitos eventos onde se discute com empresários e é sempre a mesma reclamação: a carga tributária alta. Os juros são altos. O câmbio não favorece as exportações e a competitividade do País. É verdade. A carga tributária do Brasil é alta assim como em vários países a carga tributária é alta. É alta porque existe muita sonegação. Se todos pagassem, não tenho dúvida de que a carga tributária poderia ser menor.

O Estado brasileiro tem um tamanho. É necessário que esses empresários façam as denúncias daqueles que não pagam, que evidentemente têm um condição competitiva completamente diferente daquela dos outros que pagam, e pagam por aqueles que não pagam.

Com relação ao câmbio, ele é flutuante. Não tem jeito. A taxa de juros é muito atrativa, principalmente para esse momento da economia mundial. O Governo vem baixando taxas de juros numa ação inovadora principalmente do Banco Central, que fez enfrentamento inclusive com grande parte dos economistas brasileiros. E o que temos de trabalhar, e ganhamos ou perdemos competitividade com relação aos outros países, é a inflação. É o caso do que está acontecendo com a Argentina. Houve um aumento do



custo de mão de obra de 20%. É claro que o poder de competitividade da Argentina em relação ao Brasil vai caindo; a inflação é maior, os produtos são mais caros. O que temos de garantir no País é que, ao longo do tempo, a taxa de inflação seja pelo menos igual a dos países mais desenvolvidos, para que não percamos em competitividade. O câmbio vai se ajustar, como está se ajustando neste momento.

Mas me deixa muito feliz, Dr. Júlio, eu já conhecia o senhor das suas entrevistas na televisão. Desculpem-me os outros palestrantes, que proferiram palestras maravilhosas. O senhor disse uma coisa que sempre trago em mente. Sun Tzu diz que o campo de batalha é você que escolhe e, na indústria, o campo de batalha é dentro da empresa, é redução de custo, ganho de qualidade; é claro que, lá fora, na hora de vender, a dificuldade não será tanto.

Agora, tenho uma preocupação, já para finalizar, com o FINEP. Ele é sempre idolatrado. O FINEP são recursos a fundo perdido para desenvolvimento de tecnologias. Eu nunca achei dinheiro no FINEP a fundo perdido. Talvez mais caro, inclusive, que os recursos do BNDES para investimento em máquinas e equipamentos que chegaram a ser de 4,5%, portanto, inédito na história do País. Desses 30 anos que estou na vida empresarial, nunca vi recursos para investimento de 4,5% ao ano com 10 anos para pagar. Isso é juro zero, ou seja, hoje juro negativo. Nunca antes, na história do Brasil, financiou-se assim. Em outros momentos se financiavam, mas para 5 anos. Em 5 anos, a indústria não tem condição de absorver esse investimento.

Talvez fosse o caso de levantar um pouco mais essas taxas de juros do FINEP. Tem uma outra coisa, quando se fala em desenvolvimento tecnológico. Acho extremamente importante o desenvolvimento tecnológico, mas as empresas hoje têm que trabalhar com ganho de produtividade. Esse é o grande tema do País. Nós não vamos conseguir fazer enfrentamento com nenhum país do mundo se não ganharmos em competitividade. E competitividade é dentro da fábrica.

Agora, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos ainda não fabrica equipamentos que possam fazer enfrentamento com a competitividade daqueles produtos lá fora, nem em quantidade, nem qualidade.

Não quero fazer nenhuma crítica à indústria nacional, sob hipótese alguma, mas se você for comparar um equipamento do ramo metal mecânico com as máquinas alemãs, não tem comparação o nível de qualidade, de precisão, de tecnologia. E isso lhe dá oportunidades completamente diferentes.

Agora, Dr. José Henrique, muitas coisas são desenvolvimento tecnológico, que é o pensamento do futuro, como isso vai acontecer no futuro. Porém, muitos produtos têm a tecnologia conhecida mundialmente, cujas patentes já são de domínio público, mas que ainda não são fabricados no País, mas importados. Qual o incentivo que o Ministério da Ciência e Tecnologia está dando para esse tipo de produto que nós estamos importando como produto de ponta, de alta tecnologia todos os dias? Qual o incentivo que o BNDES está dando para isso sem muito desenvolvimento tecnológico, só desenvolvimento de engenharia, que é muito mais tranquilo? Ou seja, é engenharia reversa.

Portanto, deixo isso como sugestão.

Parabenizo esse evento. Foi um dos poucos eventos em que não vi choradeira de empresário, e, sim, uma visão muito clara de que temos tarefas para fazer. O Governo



tem, é verdade. Agora, a indústria, os empresários têm a tarefa muito grande que é trabalhar dentro da sua fábrica e ganhar em termos de produtividade e qualidade.

Um abraço.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Agradecemos ao Deputado Jorge Boeira.

Com a palavra agora o Deputado João Maia, que também se inscreveu para participar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA** - Queria primeiro parabenizar a Mesa pelas exposições e ao Deputado Jorge Boeira pela coragem. É a primeira vez que vejo um empresário dizer que tem problemas de competitividade da porta para dentro da fábrica. Eu sempre escuto o contrário.

Parabenizo também os meus colegas Covatti, Zeca Dirceu, Agnolin e todos os presentes.

Vejo que temos problemas de médio e longo prazos e temos problemas que são de curto prazo, que precisamos resolver.

Vou tentar ser rápido.

O Deputado Newton Lima estava aqui quando foi tratado esse assunto. Nós precisamos resolver a questão da educação pública básica no Brasil, porque essa não é só uma questão social.

Costumo dizer, Prof. Júlio, que no Brasil vivemos uma espécie de segregação social que começa na escola. Não é entre negros e brancos, nem é entre evangélicos e católicos, nem entre homossexuais e heterossexuais. Dentre os filhos da classe trabalhadora, os mais humildes vão para uma escola pública e os filhos da classe média e de quem pode vão para uma escola particular.

Quanto à questão do professor, que foi citada aqui pelo Deputado Newton Lima, o problema é que perde, porque o professor da escola pública é mal remunerado. Lá no meu Estado o piso é de R\$1.451 reais por mês, e tem prefeitura que não pode pagar. E por aí existe todo um movimento reivindicatório. Brasília passou 59 dias de greve na escola pública, e é muito difícil você imaginar que um aluno desses tenha condições de competir com aluno que não teve greve, e com ensino que, em geral, é melhor.

Então, nós estamos segregando parte importante dos nossos meninos e meninas. O tema é competitividade, mas daqui a pouco não teremos a base de que precisamos na Universidade, onde é preciso haver cientistas. Esse problema é seriíssimo, e que só se resolve com gestão e com dinheiro. Vou usar a palavra assim.

Eu penso que tem um movimento que nós devíamos ter encaminhado dentro do Congresso, com todo o cuidado. Quer dizer o seguinte: vamos pegar os recursos do Fundo Social do Pré-sal e fazer com que isso seja a redenção da questão da educação no Brasil, da educação pública no Brasil, porque nós não vamos conseguir transferir todos os



nossos estudantes para a rede privada de ensino básico. E aí, sim, é preciso ter cuidado de que tenha bônus em cima do salário dos professores, que sejam transferidos diretamente do Governo Federal, para que não vá contar lá na conta da Lei de Responsabilidade Fiscal como gasto com pessoal e coisa do gênero.

Deputado Jorge Boeira, isso é fundamental. Quer dizer, se nós não resolvemos o problema do ensino público, nós não resolvemos o alicerce. É difícil construir uma casa boa em cima de um alicerce ruim — todo mundo sabe disso.

O segundo problema é a fábrica para fora, é a questão da logística do País. Isso é outra questão que o Governo tem pensado, tem centrado. Mas o que vimos nas estradas, nas ferrovias, nos postos, na locomoção dentro das próprias cidades é uma questão que nem é de Governo nem de Oposição; é uma questão que diz respeito ao futuro do País, porque sem uma boa logística é muito difícil, professores aqui presentes, a gente agredir o mercado externo com eficiência; é muito difícil, difícil mesmo, porque você sai produtivo de dentro da fábrica e, quando você chega no porto, já perdeu uma parcela significativa da sua produtividade. Então, isso requer pensar global; temos de ver quais são as estratégias. Existe muito avanço, muitos estudos que podem dar uma matriz de logística ao Brasil e que nós precisamos implementar.

Outra questão. Realmente, considero a questão da inovação, porque a inovação — e o professor Júlio disse isso com certa competência — não é só no *hardware*. Você não inova só porque tem uma máquina mais competente; você pode inovar na administração, você pode inovar em vários outros aspectos, o que dá um efeito na produtividade fantástico! Às vezes, a eficiência na administração supera o fato de você ter uma máquina menos eficiente.

E essa questão da inovação, do empreendedorismo, ela tem que ser um mantra na sociedade brasileira, na indústria brasileira.

Eu quero associar dois pontos. Nós temos uma cultura de que você vai para a Universidade para se formar e daí arrumar emprego. Você vai se qualificar para arrumar um emprego. Essa cultura, não é de que eu posso me especializar na Universidade para a COPI, para o ITA, e sair de lá com um Facebook. Não. Nós vamos lá e metemos o currículo à procura de um trabalho. E nós precisamos incentivar isso.

Eu acho que temos essa deficiência. Mas esta Casa e o Governo avançaram quando criaram a empresa individual de responsabilidade limitada. É porque nós temos um sistema de crédito, que começa por você ter patrimônio. Esta é a natureza básica do nosso sistema de crédito: 150% de garantia, 120% de garantia... Então, se você não tem patrimônio, você não tem crédito. Muitos países do mundo avançaram, dizendo o seguinte: crédito é credibilidade, é com base no seu projeto que é bom, e que você vai pagar porque você é um homem de caráter e porque você gosta de pagar. Mas o nosso sistema, por várias razões, é um sistema baseado no fato de que o crédito é sinônimo de você ter patrimônio. O que não resolveu grandes coisas — ouviu, professor? —, porque se financiou muitos empreendimentos que não deram em nada.

Outra questão, também, que está mudando. Tem hora em que o empresário não está precisando de ampliar sua capacidade, não está precisando de uma máquina mais nova, mas está precisando do capital de giro para fazer pequenas inovações, para não morrer com taxas de juros absolutamente elevadas. E a gente passou anos, décadas assim, e ainda é assim, como se o BNDES só pudesse financiar fábrica nova ou a



ampliação das fábricas existentes. Isso é um erro. A gente pode e deve cuidar de melhorar o que temos — não sou contra ampliar fábrica, criar fábrica nova —, mas é fato que essa cultura foi permanente durante muito tempo.

Sobre as questões de curto prazo, eu acho o seguinte: tem a relação câmbio e juro; câmbio é uma *commodity*, que a lei da oferta e da procura resolve. Quer dizer, se eu estou em crise nos Estados Unidos — e acho que a Presidente Dilma Rousseff percebeu isso com clareza —, estou em crise na Europa, estou em crise no Japão. Eu faço o que, professor? Uma política monetária absolutamente folgada, para ver se eu retomo a minha economia.

Aí a política monetária folgada, diante daquela confusão, daquela crise, diz o seguinte: tem muito dinheiro por aqui, mas não tem oportunidade de negócios; vamos ver se a gente valoriza esse dinheiro lá pelo Brasil, que lá está bom.

Então, você tem uma enxurrada de dinheiro chegando aqui. O câmbio se valoriza sobremaneira. E quero ver quem é que tem capacidade para aumentar sua produtividade na velocidade da valorização do câmbio. Então, a relação câmbio/juro aqui é fundamental.

Agora as duas últimas coisas para encerrar. Nós precisamos criar um ambiente. Eu já disse isso para o Ministro Fernando Pimentel. Tem medidas simples para a gente criar um ambiente de negócios mais fácil no Brasil. Fazer negócio no Brasil é uma pedreira, tem fiscalização de todo tipo. Não sou contra, mas tem regras de todo tipo, tem instâncias que se sobrepõem. Quer dizer, o ambiente de negócio no Brasil, com uma burocracia terrível, não é favorável. E tudo que o inovador, o empreendedor precisa é de um ambiente de negócio favorável. Porque, por essência, a burocracia não pode ser inovadora; ela é uma regra atrás da outra, é a negação da inovação. Essa é a burocracia. Então isso temos que resolver.

A questão tributária, como eu digo, ela é de consenso. Não sei se a carga tributária é alta, é baixa, é média; só sei que ela é de uma complicação infernal! Não é possível que a gente não tenha a inteligência para simplificar, para fazer fácil se pagar imposto.

Deputado Zeca Dirceu, é difícil pagar imposto corretamente no Brasil, e como é difícil! Quer dizer, a concorrência de quem dá um jeito de não pagar é realmente uma concorrência extremamente desleal.

Por último, eu queria dizer o seguinte: esta Casa vai ter que enfrentar a questão da Lei Kandir. Está aqui a exposição do professor. Ora, eu exporto minério de ferro sem pagar imposto. Se eu vender, para você processar no Brasil, eu pago imposto. Eu exporto soja sem pagar imposto. Mas, se eu quiser um processado de soja, se vender aqui, eu pago imposto.

A Lei Kandir teve seu tempo, o tempo em que a gente precisava desesperadamente de dólar. Então, tinha que se incentivar de todas as maneiras possíveis a geração de dólar, porque a gente não crescia pelo chamado constrangimento cambial.



No momento em que a gente está tomando medidas para se proteger dessa enxurrada de dólares, faz sentido, a não ser para algumas empresas que se beneficiam diretamente disso. Ressalte-se que são grandes empresas, empresas importantes. Cito aqui a PETROBRAS, que está exportando petróleo bruto sem pagar imposto; a Vale do Rio Doce, e outras. Eu não estou reclamando aqui, não. Eles estão fazendo o que a lei diz para fazer, e eles estão trabalhando dentro da responsabilidade deles. Mas para o País isso não faz o menor sentido. Por quê? Porque você está incentivando não se agregar valor aos nossos produtos primários, porque, do ponto de vista do empresário, é melhor exportar a matéria-prima bruta do que processada no Brasil.

Eram essas as minhas palavras. E me volto aqui para o nosso coordenador.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Obrigado, Deputado João Maia.

Com a palavra o Deputado Ângelo Agnolin.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Quero cumprimentar os painelistas e enaltecer a importância, a transparência das apresentações, a clareza com que foram apresentados, para não se ficar redundando num tema já exaustivamente colocado e debatido. Acho que está tudo muito claro em relação às razões e motivações dessa situação, que merece que efetivamente nos debruçemos sobre ela. E encontrar caminhos é objetivar soluções.

Eu observava aqui a exposição. Na quinta-feira próxima passada, à frente da Comissão de Educação Profissional e Ensino a Distância, reunimos os principais atores, gestores do PRONATEC, os que utilizam do resultado da qualificação do PRONATEC, as entidades operacionais que estão implementando o programa. E, para uma surpresa bem preocupante, exatamente na exposição da principal organização ou entidade que qualifica o setor de indústria, que qualifica a mão de obra da indústria e que efetivamente poderia contribuir de uma forma relevante na questão produtividade, vemos que a meta proposta está muito aquém do atendimento. Quer dizer, faltam alunos, faltam pessoas interessadas em se preparar. Então, olhem bem que situação conflitante. Nós estamos com carência de mão de obra — todo mundo percebe isso claramente —, e não temos interessados em se preparar para ocupar esse mercado.

Essa discussão também tem que ser muito aprofundada, porque ela é delicada. Os indicadores mostram que nós devíamos ter hoje uma demanda, porque a proposta é muito maior do que está sendo atendido, e por falta de interessados. Acho que esse é um fator a que nós também precisamos nos ater. E, de repente, isso vai lá na colocação do Deputado João Maia, que falava do paradigma, um paradigma real. Hoje, o aluno vai para a universidade pensando em se tornar um concursado do serviço público, pensando em ser um trabalhador. Mas pouco se faz, desde o ensino fundamental, através do ensino médio e do ensino superior, quanto a desenvolver o empreendedorismo, o espírito empreendedor, a potencializar essas qualidades que as pessoas têm e que, muitas vezes, ficam inertes, sem ter hora nenhuma; quer dizer, não se faz a inspiração para que isso se evidencie no talento humano.

Então, acho que ali é um ponto que não é de curto prazo. Nós podemos iniciar pela escola fundamental. Hoje, pelo menos em alguns Estados, temos um crescimento considerável e qualitativo na educação pública. Por exemplo, hoje na capital de Tocantins, Palmas, os alunos estão migrando da escola privada para a pública, da



particular para a pública, dado o nível que hoje estamos conseguindo, principalmente no ensino fundamental e na pré-escola. Houve um crescimento muito grande. Mas é preciso que esse tema empreendedorismo seja efetivamente inserido nas questões transversais da educação, que ele faça parte dos temas transversais, para que possamos efetivamente, a cada semana ou a cada 15 dias, ou todos os dias, ter pelo menos alguns minutos para estimular o empreendedorismo, a fim de que a pessoa não fique na universidade ou na escola média, pensando apenas em fazer um bom concurso para ser servidor público. Isso realmente tem inibido, porque, como não desenvolve o potencial, também depois não dá a iniciativa suficiente para se somar a esse esforço dessa grande inovação de que o Brasil precisa.

Essas são as considerações, apenas para acrescentar à discussão.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Obrigado, Deputado Ângelo.

Vamos permitir aos palestrantes que respondam aos questionamentos e às observações feitas até agora, e, em seguida, vamos dar sequência às várias perguntas e questões que foram trazidas pelo público, que pode continuar formulando as suas questões e as suas observações aqui que a gente repassa em seguida.

Passo a palavra para qualquer um dos palestrantes que desejar responder aos questionamentos que foram feitos até agora.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO** - Bom, então, início eu aqui.

Eu começo pela questão da inovação, de como deve ser tratada, pelo menos sob o ponto de vista do Governo e da política pública.

Primeiro, nós temos que ter em mente que inovação perpassa, é um conceito muito mais amplo, que ela não é somente a tecnológica. Até pouco tempo atrás, ela basicamente era só a tecnológica. Mas ela extrapola a questão do conhecimento puro e simples, científico ou tecnológico, e vai para outras áreas. Estamos falando de inovações de comercialização, inovações de gestão.

Cabe aqui, dentro do Governo, uma articulação ou uma divisão de tarefas. O que o MCTI tem ultimamente tratado? Ele está se preocupando com a questão tecnológica. Inovação é um fenômeno econômico. Ele não é puramente tecnológico; ele é também econômico porque tem a ver com a transformação do conhecimento e colocação no mercado. Ou seja, tem a ver com venda e dinamização da economia.

Então, o MCTI *a priori* tem preocupação com a tecnologia. O nosso recurso para a área de ciência e tecnologia de inovação é pequeno; basta olhar pelo percentual do PIB. Então, não adianta a gente imaginar que o MCTI vai poder dar apoio a todo e qualquer tipo de inovação. Acho que isso seria um grande erro. Como a gente pode chegar e articular, então, com outros Ministérios? Por exemplo, com o MDIC, com o qual nós temos uma ampla relação. Podemos fazer com que, por exemplo, outros setores de comércio e de serviço eventualmente ou mesmo industriais de base clássica e tradicional possam melhorar as inovações que não sejam as disruptivas. No caso do MCTI, a nossa





preocupação é criar a economia do futuro, como eu estava dizendo, embora exista a necessidade do presente.

Então, nós imaginamos que outros segmentos da sociedade, como o SEBRAE e outros Ministérios, possam alavancar recursos para dar apoio às empresas já estabelecidas e também apoio a outros setores, como setores de serviço e comércio. Eles poderiam estar sendo cobertos por lá.

Com relação à política específica, ela é primordial. A gente não faz política, até porque, quando a gente pega uma lupa e começa a olhar os nossos setores, a gente começa a ver que há uma ou duas empresas que são alavancadoras do processo, ao lado de um restante de pequenas e médias. Então, seria, em teoria, mais fácil de lidar com isso. Mas a gente tem que olhar a necessidade da cadeia, porque a dinâmica da inovação, em especial a tecnológica, é muito distinta para cada ramo industrial. Umas são mais rápidas, como as de tecnologia da informação, enquanto outras são muito mais lentas, como, por exemplo, as do ramo siderúrgico ou mesmo do petróleo. Essas são mais devagar, são mais lentas de ocorrer. Então, para cada uma delas, nós temos que ter políticas diferentes.

Aí entra, por exemplo, no caso, a estratégia nacional de *software* e serviços de TIC. Esse setor precisa, e nós identificamos por diagnóstico, de uma cara diferente, de uma ação do Estado que seja distinta. Por exemplo, o modelo clássico de incubação de empresas de TIC, apesar de as incubadoras hoje, o número de empresas que estejam alocadas, a grande maioria, 40 a 50%, estejam relacionadas às áreas de TICs, o modelo clássico não funciona ou ele é muito lento. O que acontece? As empresas têm uma tecnologia, o *time to marketing*, de que não gostam de dizer, que se perde ao longo do tempo por conta do desenvolvimento, já que as incubadoras, de uma maneira geral, são mais lentas. Elas estão acostumadas a trabalhar com a tecnologia mais clássica.

Então, existe uma necessidade de se refazer esse modelo. Daí a ideia do *start up*, que, na verdade, não é uma ideia nossa, ela não é nova. Ela existe nos Estados Unidos e a estão implantando no Chile. A ideia é aproximar os investidores das empresas e tutelar os negócios. A velocidade desse negócio é rápida: em 6 meses tem que haver um produto, em 1 ano tem que se comercializar. Não é um modelo clássico em que se fica 2 ou 3 anos incubado, para vender depois, ou se vai licenciar tecnologia ou outra coisa.

Um outro ponto importante dentro da política é analisar o modelo. Qual é o melhor modelo para se fazer inovação tecnológica? Em alguns momentos, é preciso se concentrar na indústria para que se tenha poder de fogo para fazer investimentos pesados. Aí se justificam ações de fusão e aquisições. E o BNDES é o braço operacional; não é o MCTI via FINEP, mas é o BNDES. E que a partir daí se desenvolva um modelo de aplicação em tecnologias para se ganhar mercado. Como o Prof. Júlio comentou, uma empresa competitiva deve ser por natureza uma empresa global. Ou seja, se ela vende para o exterior, ela vende bem aqui dentro e ela segura a importação. Isso é o natural. Então o foco da empresa tem que ser o seguinte: consigo produzir um produto que é comercialmente vendável lá fora? será que consigo de fato, nem que seja um pouquinho, colocá-lo lá fora?. Ora, se a empresa conseguir, de fato, ela é global, ela é competitiva. Esse é o nosso resultado. Porque não adianta pensar num programa de *start up*, se a empresa vai vender para o mundo. Nesse caso, não tem sentido pensar no mercado local. Temos que imaginar que o mercado é mundial. É claro que existem as exceções; há mercados locais que vão ser atendidos.



Então, essa agressividade, lamentavelmente, não ocorre no nosso modelo. Nós estamos acostumados a um modelo de industrialização que é tardio, e há uma série de explicações históricas para isso. E também temos uma exceção no mundo: os Estados Unidos são o país mais empreendedor do mundo, porque lá, se se abre uma empresa, e se em 6 meses ela não funciona, ela fecha, no dia seguinte, sem maiores problemas. Reclamações de investidores estrangeiros aqui no País são essas: como é que eu vou investir numa *start up* brasileira, se para ela virar uma S/A, que é um fator necessário para se conseguir aportar mais recursos e ela ganhar velocidade, a legislação local não permite? Ela precisa ter um faturamento mínimo de não sei quanto, e para se conseguir isso é uma coisa quase que impossível. Ou seja, a empresa morre antes de nascer. O que acontece com os nossos jovens que querem montar negócio? Eles vão lá para os Estados Unidos. Lá o mercado é amplo. Arruma-se um sócio, a empresa incubada já coloca ele lá, a *start up* já coloca ele no mercado, e rapidamente há a relação com o mercado e você já está lá. É mais fácil fazer um IPO na bolsa lá do que aqui, porque os mecanismos lá são mais ágeis. Agora, isso é uma exceção no mundo. Os Estados Unidos têm isso. A Europa não consegue, outros países no mundo também não conseguem, à exceção um pouco da China, onde a relação governo/empresa é muito estranha, digamos assim, para não falar de maneira diferente.

Então, o que acontece? Esse nosso modelo nós precisamos mudá-lo um pouco. Precisamos permitir a entrada de sociedades. O empreendedor que imagina que vai ser dono do negócio a vida inteira... Isso acabou, morreu. Hoje em dia ele precisa de sócios, e sócios que atuem não somente na área da tecnologia, mas sócios que abram mercado, que ajudem na capitalização da empresa, que ajudem numa gestão profissional dentro da empresa, que saibam gerir capital de giro para evitar os riscos do endividamento de longo prazo. Porque capital de risco, eu gosto sempre de brincar, capital de curto prazo, capital de giro para a empresa, num prazo muito rápido, só gira o problema. O problema continua, porque a gestão de capital de giro é muito ruim. Ele não consegue gerir. Imagina-se que dinheiro de capital de giro é para investimento, enquanto não é. No investimento, o capital é de longo prazo, tem um retorno, tem uma análise própria.

Para concluir, eu gosto de dar sempre um exemplo a respeito do empreendedor. Sobre a diferença do empreendedor brasileiro, por exemplo, diante do empreendedor americano. Eu estava numa discussão num fórum de micro e pequena empresa, no MDIC, e aí veio um exemplo de um pipoqueiro que inovou lá em Curitiba, se não me engano. Ele era um pipoqueiro simples, numa praça, e ele inovou, primeiro, mostrando asseio pessoal, com uma roupa, uma vestimenta bem adequada; ele dava o pacote de pipoca com o palitinho e o guardanapo. Isso inovou o modelo dele de comercialização, foi uma inovação de comercialização. E ele estava lá, e todo mundo dizendo que ele precisava de apoio. Agora, eu gosto de dar o exemplo americano: e se essa história fosse nos Estados Unidos? Essa pessoa, esse empreendedor teria um negócio, e ele já automaticamente procuraria um agente financiador, que já partiria para montar uma franquia. Porque aí ele já tinha se espalhado pelos Estados Unidos inteiros, já tinha ganhado mercado igual ao do McDonald's.

Essa é a diferença deles: eles são muito rápidos e agressivos. O nosso modelo é mais europeu, que é mais devagar, é mais pensado. O americano arrisca, arrisca mesmo. O Ray Kroc do McDonald's só foi ter sucesso aos 50 anos de idade ou mais. Ele tentou por várias vezes vários negócios, até que, enfim, ele conseguiu. Esse ambiente social facilita esse processo de inovação. Já o nosso ambiente aqui é mais difícil, é mais burocrático, por uma série de questões históricas e culturais.

Obrigado.



**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Prof. Júlio, o senhor gostaria de responder aos questionamentos feitos até agora?

**O SR. JÚLIO GOMES DE ALMEIDA** - Foi abordado um tema que eu acho que vai me permitir colocar uma questão que considero decisiva, além do que já foi colocado.

A nossa indústria tem baixa... "Baixa" entre aspas, porque não é tão baixa assim; só não cresce na medida em que precisamos. Mas vamos usar o termo "baixo". Tem baixo dinamismo a produtividade na indústria porque nós não temos setores representativos da dinâmica atual que sejam, digamos assim, mais próximos à produtividade. A nossa estrutura industrial é velha, esta é que é a verdade. Nós precisamos renovar a nossa estrutura industrial. Fácil falar, mas muito difícil fazer, porque basicamente são os setores tecnológicos os setores que demandam inovação e tudo isso.

Nós sabemos que o Brasil perdeu o bonde da eletrônica. Talvez reconquistemos condições. É um setor muito inovador. É um setor de alta produtividade. Não tendo isso na nossa estrutura industrial, a nossa estrutura industrial fica, na média, com menor produtividade, sendo menos inovadora.

Sobre os setores que foram colocados agora, os setores relacionados à tecnologia de informação e telecomunicações. O Governo, na verdade, fez um programa para tentar desenvolver essa indústria, porque ela está se desindustrializando no Brasil. É a mesma coisa. Não temos essa indústria altamente competitiva, altamente inovadora, com alta produtividade. Então, essa é um pouco da nossa política industrial. E o Governo está fazendo isso, esta é que é a verdade. E a agregação ao Plano Brasil Maior de agosto, feita em abril, fez isto, está tentando trazer setores novos para a nossa indústria.

Só me permitam dar outro exemplo: farmacêutica. É uma indústria altamente inovadora. Coisas novas estão surgindo na indústria farmacêutica, e o Governo está apoiando.

Enfim, temos aí — eu agradeço a lembrança — a questão setorial da nossa indústria. A nossa indústria tem debilidades porque é carente em setores de alta tecnologia e de inovação e produtividade.

Como eu gosto, às vezes, de falar, quem tem Natura, quem tem EMBRAER, quem disputa corpo a corpo com grandes conglomerados internacionais... Eu colocaria mais umas 40 empresas que são do IED, e que acho que são espetaculares. Enfim, quem tem isso pode ter uma boa farmacêutica ou várias boas, como na área de eletrônica, etc.

Falta encontrarmos o caminho para trazer isso. Como encontramos o caminho, por exemplo, para fazermos o nosso agronegócio, que há 25 anos não era essa beleza. Era um setor velho, um setor que vivia nas tetas do Governo, um setor que não pagava. Hoje ele é esse primor de competitividade e de produtividade, porque encontramos o caminho.

Esse caminho é importante, é possível, mas passa por um ponto que você colocou: deve-se também olhar a questão do ponto de vista setorial.



O Deputado Jorge Boeira colocou diversos temas que considero muito pertinentes. Acho que temos que controlar muito a nossa inflação, porque, do contrário, causa perda de competitividade e de mercado consumidor, que hoje faz toda a falta na veia. Esse é um ponto que, não tenho dúvida, nenhum governo brasileiro vai deixar de dar muita colocação. Acho que a batalha é no chão de fábrica mesmo. Tem que se sair um pouco dessa questão de encontrar outros culpados, embora esses culpados existam! (*Risos.*)

Quanto à sonegação, nós estamos fazendo coisas tremendamente importantes. A nota fiscal eletrônica é um tirambaço à sonegação, de morte. É muito importante. O Deputado conhece melhor do que eu, e não tenho dúvidas. Mas eu diria que todo o processo que estamos fazendo de formalização do trabalho é importante também para reduzir a sonegação.

Eu lido muito com o pessoal de varejo, cuja bandeira maior é a anti-informalidade, a briga contra a sonegação. Eles estão mais satisfeitos hoje do que estavam alguns anos atrás. É sinal de que nesse processo evoluímos alguma coisa.

O Brasil precisa ganhar produtividade, como foi colocado, sem dúvida nenhuma. Acho também que vamos conquistar algumas coisas importantes no câmbio, como estamos fazendo. Estamos tentando baixar a taxa de juros.

O Deputado João Maia se saiu muito melhor do que a encomenda, como ficou óbvio. Está afiadíssimo nos seus comentários. E gostaria que ele estivesse presente.

Educação básica é fundamental. O pré-sal é uma grande oportunidade de resgarmos algumas dívidas que ainda temos na área de educação e na área de inovação. Ele falou em educação, mas, antes, falava em inovação. Essa dobradinha com o dinheiro do pré-sal pode permitir ao Brasil dar um salto espetacular. Pequeno detalhe: não é para gastar o dinheiro do pré-sal; é para gastar nessas áreas o rendimento das aplicações dos impostos gerados pelo pré-sal. Foi assim que a Noruega fez, foi assim que ela evitou, o máximo possível, a doença holandesa, e foi assim que ela resgatou a condição de pagar sua dívida lá na frente, num sistema de aposentadoria generoso, como é o padrão europeu, sem ter problemas. Vamos seguir a cartilha que deu certo.

O padrão é como está na lei que passou, não para os Governos Estaduais e Municipais, mas para o Governo Federal. O dinheiro que entra do pré-sal vai para um fundo, e esse dinheiro não é gasto. O que é gasto é o rendimento desse fundo. Isso vai permitir que a geração de hoje faça esse investimento, mas que a próxima geração o faça também, e que nós não tenhamos que ser os únicos beneficiários da questão do pré-sal.

O Deputado João Maia colocou muito bem a questão da logística, a questão de inovação e a questão do empreendedorismo. É verdade: falta cultura no que diz respeito a empreendedorismo. Mas acho que, se continuarmos no percurso de um bom crescimento econômico em algum tempo, com as coisas que temos feito, encubadoras, com a parte tecnológica, isso tudo desabrocha.

O sistema educacional, como o senhor colocou, pode ajudar e pode envolver ainda mais ou incutir ainda mais a ideia do empreendedorismo.



Na instabilidade que este Brasil viveu nos últimos 25 anos, com exceção talvez dos últimos anos, quando houve uma crise externa violenta, quem não queria ter um empreguinho público ou privado? Quem é que quer se agourar de ser empresário? (*Risos.*) Hoje em dia há um certo risco nesse processo.

É muito importante, mas acho que o empreendedorismo... O que podemos fazer nós fizemos. Talvez possamos, na educação, inculir mais.

Temos uma boa lei — acho eu, pelo menos — para a micro, pequena e média empresa. Aperfeiçoou-se bastante a questão da tributação. Os nossos sistemas de apoio às iniciativas através de incubadoras e da parte tecnológica estão evoluindo. O número de quase 400 incubadoras não é de se jogar fora. Nós temos ações nessas áreas. Arranjos produtivos locais nós temos bastante. Nós temos coisas feitas na infraestrutura para o empreendedorismo que daqui a pouco desabrocham, se a economia continuar crescendo um pouco mais.

O João Maia acertou também muito na questão do câmbio. O problema do câmbio é que, se ele valoriza muito, como foi, não há produtividade que dê jeito. Então, não há saída. A gente tem que □ é difícil, é complicado □ tentar controlar um pouco a questão do câmbio.

Ele falou do ambiente do negócio. Muita gente torce o nariz: isso é ruim no Brasil; isso está na epiderme, vamos pensar mais fundo.

Eu sou um dos que acham que se tem que pensar mais fundo. Mas é verdade: o ambiente de negócios no Brasil é de chorar. Para você criar uma empresa, aproximar alguém de um negócio, fechar, progredir é uma coisa complicada pela burocracia, que cria muito isso. Facilitaria muito se não tivéssemos uma questão como essa.

A questão que ele levanta, da Lei Kandir, é muito importante. Porque é o seguinte tema. Eu acho que talvez a solução não esteja em taxar o primário — mas, de novo, é fácil falar e é difícil fazer. Tem que se pensar na reforma tributária, que, aliás, todos os senhores conhecem muito bem. É uma dificuldade fazer uma reforma tributária que impeça o que está acontecendo agora e que a Lei Kandir explicitou, que é o seguinte: é melhor vender o produto primário e não processar, porque, se se processar, vêm uma carga tributária e tantas outras coisas, e nós perdemos competitividade.

Eu mesmo participei de um estudo na área de vestuário, comparando-a com a da China. A comparação é a seguinte: quando não havia transformação, nós chegávamos perto em termos de competitividade. Na primeira transformação, a nossa competitividade ia para aquele lugar; na segunda transformação, mais ainda; e, na terceira, mais ainda. Isso não tem nada a ver com mão de obra; tem a ver, sim, com tributação, com custo de energia, com isso, com aquilo. Para a produtividade há uma série de fatores.

Então, na verdade, a nossa estrutura tributária pune agregação de valor, e isto é um equívoco. E a cobrança de energia elétrica, de telecomunicações, de água e saneamento aprofunda esse processo. Como mudar isso? É uma dificuldade enorme. Porque nós temos um problema tributário enorme.



Como nós deixamos de taxar o primário através da Lei Kandir? Aliás, quando o João Maia fala da Lei Kandir não é no sentido em que estamos acostumados a ouvir. Quando falamos em Lei Kandir, falamos daquele dinheiro que vai ou não vai para os Estados. Não é isso? Ele estava falando da Lei Kandir que desonerou os produtos primários de impostos. Quando a verdadeira Lei Kandir veio e desonerou os produtos primários, ela explicitou o nosso sistema tributário ruim. A solução, penso eu, está mais em tentar melhor, em mais uma tentativa. A Presidenta, aliás, está preocupada com isso. Ela falou do tema da tributação, de uma reforma tributária que faz muita falta.

Acho que eu já comentei o tema que o Deputado Ângelo colocou, sobretudo a questão do empreendedorismo. Mas eu sou bastante otimista porque acho que, se se pegar a nossa economia, nós vamos ter muito desenvolvimento nessa área.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Obrigado.

Dr. Carlos Eduardo, para suas considerações...

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Perdão. Se for possível, Dr. Carlos Eduardo, em questão de 30 segundos, 1 minutinho, no máximo, eu gostaria de fazer alguma referência sobre a fala do Dr. Júlio e até de várias falas aqui que iniciaram pela educação.

É verdade, nós temos uma dívida social muito grande com o País, principalmente na educação, e temos valores médios na educação que, diria assim, são atrativos, já significam uma perspectiva boa de futuro. Mas nós falamos em valores médios, e um cidadão de 1,70 m, 1,80 m pode se afogar em um rio cuja altura média seja de metro e meio. Portanto, nós temos diferenças regionais que são extremamente significativas.

Um estudo agora recente de uma organização não governamental que trata das questões da educação □ eu não lembro o nome, acho que é Todos Pela Educação ou alguma coisa desse tipo □ demonstra claramente que, quando o cidadão termina o 2º grau, só conhece 30%, aproximadamente, do conteúdo que deveria saber em Português, em Matemática, que é extremamente importante para o desenvolvimento tecnológico em um país que quer pensar em desenvolvimento de novas tecnologias. Então, o cidadão só conhece 11% daquilo que deveria conhecer, aí incluídas, Dr. Júlio, as escolas privadas; porque, se incluíssemos só as públicas, todos nós sabemos, esses índices cairiam mais ainda.

Então, eu fico pensando, quando se fala do Fundo Social, que esses recursos do petróleo virão na medida em que nós formos explorando a camada de pré-sal, formos formando um fundo para depois disso. Estima-se que, para a camada de pré-sal, nós estamos falando em 2015, 2020, para aí talvez iniciar o processo de exploração. Aí nós vamos começar a fazer um fundo em que vamos depositar para depois usar os resultados desse fundo para pagar essa dívida social.

Ora, gente, eu acho que, na lógica do efeito de excesso de dólares, nós fazemos a discussão da doença mecânica, a dança da "laranja mecânica", nome daquela fantástica seleção holandesa de futebol □, a doença holandesa, que é a do excesso de dólares. E a Noruega fez bem. Hoje a Noruega tem em torno de 400 bilhões de dólares e consegue até 4% de rendimento ao ano.



São 16 bilhões! Nós resolvemos o problema do País, em educação, com 16 bilhões por ano. Mas só quando nós tivermos 400 bilhões?! Não, aí nós não resolvemos. Nós temos questões que são imediatas, Dr. Júlio. Desculpe-me discordar do senhor com relação a esse tema, mas esses recursos do pré-sal deveriam ser aplicados já nesta geração. Esta geração tem pressa. Porque, se nós aplicarmos nesta geração, consequentemente, teremos gerações melhores no futuro.

Posicionei-me dessa forma aqui nesta Casa com relação ao Fundo Social. Infelizmente, fui voto vencido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu queria aproveitar a oportunidade e passar a Coordenação da Mesa ao colega Deputado Alfredo Kaefer, tendo em vista que eu tenho outro debate na Comissão de Minas e Energia e preciso fazer uma manifestação lá.

Por favor, Deputado. (*Pausa.*)

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Deputado Alfredo Kaefer, por gentileza, para as suas ponderações também. O senhor já havia se inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Kaefer) - Quero saudar todos os participantes e cumprimentar todas as Comissões envolvidas, que estão fazendo este debate tão importante.

Lamento a pouca presença de Parlamentares, mas temos que admitir que, uma quarta-feira de manhã, de fato, é dia extremamente complicado. Eu mesmo fugi lá da Comissão de Finanças; há uma pauta extensa.

Quero aqui fazer as minhas considerações na condição de Deputado representante eleito pelo setor produtivo. Sou do Estado do Paraná e também atuo na forma empresarial no ramo do agronegócio. Eu estou no segundo mandato. Então, desde 2007, nós temos tido embates grandes aqui, principalmente com o Governo, sobre temas que afetam e atingem a indústria, a competitividade e todo esse tema que nos envolve.

Considero que temos três pontos importantes no aspecto macroeconômico que poderiam abreviar sistematicamente, melhorar a nossa condição de competitividade. Não há competitividade, melhoria de desempenho que resista às condições que temos tido na nossa economia nos últimos anos.

Vamos considerar o exemplo do câmbio. Não há nada que resista a uma competição internacional com um câmbio em que chegamos a ter taxas de 1,50 e até 3 — se não me engano, foi a menor taxa que tivemos em determinado momento. Podem melhorar a produtividade, a inovação tecnológica, podem fazer o que quiser, não há quem resista a taxas de câmbios como as que tivemos no Brasil nos últimos anos.

Reagiu o câmbio, o.k., mas ainda estamos longe da necessidade e com o impacto negativo de que isso venha agora muito repentinamente. Não há organização que consiga adaptar-se a mudanças importantes nesse contexto.



São três coisas. Falamos do câmbio. Quem é o culpado dessa situação? É a estrutura de governo, porque ofertamos taxas de juros extremamente atrativas ao mercado que fizeram com que tivéssemos ingressos de divisas temporárias, mas que inflaram a entrada de dólares. Temos uma reserva cambial expressiva, mas, na verdade, ela não é originária como nos países sólidos. China e alguns outros emergentes conseguiram criar uma estrutura de reserva com superávit cambial em função da exportação. A nossa reserva foi produzida. Houve uma contrapartida de emissão de títulos públicos para fazer frente à entrada de dólares e criar essa reserva. Então, este é um ponto: a situação de câmbio que tem de ser administrada.

Nós cobramos isto, na Comissão de Finanças, na de Desenvolvimento Econômico, em todas as áreas envolvidas, por diversas vezes, do então Presidente Meirelles: o câmbio é flutuante, mas outros países que também tiveram e têm o dólar flutuante conseguiram administrar condições tais em que não deixaram valorizar tanto a sua moeda. É a administração da taxa de juro, por exemplo, criação de mecanismos compensatórios de mercado externo. Nós sugerimos aqui ao próprio Presidente, várias vezes, que teríamos mecanismos, por exemplo, de estímulo às exportações, com adiantamentos de câmbio que poderiam ser em reais, não precisariam ser em dólar, para deixar de pressionar o câmbio mais o juro. Só que, antes do juro, vem o gasto público corrente, o custeio da máquina do Estado, que tem de ser abreviada. Quer dizer, há um mecanismo complementar a isso tudo.

Segundo ponto: não há competitividade, não há ajuste da indústria nacional que resista a uma carga tributária elevada como a que temos no País, de 35%, 36% sobre o PIB, e some-se a isso um cipoal tributário infernal, com dezenas de impostos, taxas, contribuições.

O terceiro ponto: não conseguimos financiar o nosso desenvolvimento econômico e, especificamente, industrial — é o tema — com as taxas de juros que temos no mercado. Não há como. Enquanto nos Estados Unidos ou na Europa alguém capta um recurso para pagar em 10, 12 anos, com uma taxa de 3% ao ano, a menor taxa aqui, até pouco tempo atrás, uma taxa de BNDES, era de 8% ao ano. Taxas normais de mercado financeiro: todas acima de 1% ao mês.

São estes três pontos, portanto, que temos de atacar frontalmente: câmbio, juros e carga tributária. Só fazendo isso, já estaríamos avançando expressivamente e retomando a participação da indústria nacional, a indústria de transformação, numa proporção muito melhor do PIB, como temos hoje.

É evidente que há situações estruturantes em paralelo a isso que devem ser atacadas, e a principal delas refere-se ao tema educação. Não vamos conseguir avançar, ganhar competitividade, se não fizermos importantes reformas no nosso modelo de ensino e de educação. Não há jeito. Esse é o principal foco que temos de ter.

Política industrial como um todo é uma função de Estado, e o Governo, que está à frente do comando do País, tem de ter essa iniciativa. O BNDES, por exemplo. Lembremo-nos de que já autorizamos, no Congresso, desde que estou aqui, há 5 anos e 5 meses, quantia muito próxima de 200 bilhões de reais. Foram transferidos do Tesouro para o BNDES. Na maioria, transferência efetiva em aporte e não em empréstimo. São transferidos para a economia, e sem uma política especificamente definida.





Vemos operações gigantes para grupos, para setores que poderiam ser muito mais pulverizados, fruto de planejamento. Certamente teriam muito melhor resultado se houvesse algo planejado, e isso quem tem de fazer é o sistema central, é o Executivo.

Então, política industrial de médio e de longo prazo, investimentos maciços no ensino e na educação e os três pontos macroeconômicos que entendo serem essenciais: câmbio, juro e tributação. Se fizermos essa lição de casa, tenho certeza de que avançaremos expressivamente.

Eu ouvi aqui, com muita propriedade, a respeito do sentido e da razão que nos fazem chegar, por imbróglios jurídicos, tributários e burocráticos, ao absurdo de termos mais estímulo para produzir e exportar matéria-prima do que para fazer a transformação dela. Esse é o maior dos absurdos. Deveríamos, sim, ter estímulos, incentivos para gerar mais valor adicionado e emprego. Isso seria extremamente benéfico para o País.

Deixo registrada essa minha contribuição e a minha preocupação. Não temos um foco para resolver essas questões. O Congresso poderia ter esse papel, mas muitas vezes está engessado por interesses do Executivo. Não temos aqui um foco do próprio Executivo nessa linha toda de que falamos. Então, é preocupante. Quem é que vai tomar as rédeas para que haja uma centralização e um foco definido a fim de resolvermos todas essas coisas de que sabemos a causa e de que temos o diagnóstico? Temos até o remédio para indicar, mas não temos quem aplique efetivamente todas as medidas que devem ser implementadas, para que possamos dar uma guinada e, nos próximos 10 anos, estar no topo da economia mundial. Temos mão de obra, temos natureza, temos matéria-prima, temos todas as condições para superar países como a própria China, que, há pouco tempo, em 1989, tinha um PIB menor que o nosso, e hoje nos suplantou. Está tão à frente que dificilmente será alcançada, por causa de alguns fatores como esses que estamos apontando aqui — eles fizeram a lição de casa.

É essa a minha contribuição.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Obrigado, Deputado, pelas observações.

Para encerrar, vou procurar apresentar as ponderações e as observações da plateia. Será algo bastante rápido. São três questionamentos. O primeiro é do Lauri Cerqueira, que dirige a questão a todos os participantes, a qualquer um que se dispuser a respondê-la: "*A decisão sobre a vinculação do recurso dos royalties do petróleo e da mineração à educação e à ciência, tecnologia e inovação é uma questão técnica ou política? Por quê?*" É bastante provocativa, refere-se ao que estaria por trás dessa discussão, na opinião de cada um.

Saulo Marchesini, da empresa Toyota, envia ao Dr. Carlos Eduardo ou a qualquer outro palestrante da Mesa a seguinte pergunta: "*O Governo deve estabelecer setores industriais essenciais que devam ser protegidos, pela sua essencialidade? Quais e por quê?*" Alguns já abordaram a questão da focalização. Talvez a questão-chave aqui seja a proteção, ou seja, em que medida a proteção, no sentido tradicional, se aplica a isso.



José Henrique Barreiros pergunta o seguinte: "*Por que as indústrias nacionais não investem em inovação? O que estaria faltando para a decisão de investir?*"

Alexandre Comin, do MDIC, pede para formular diretamente sua pergunta ao Dr. Júlio. Peço-lhe que seja extremamente breve. Pode levantar-se. Mas seja breve, por causa da hora.

**O SR. ALEXANDRE COMIN** - Fernando, eu preciso sair, será uma pergunta muito pontual. O Julinho até adiantou o tema na sua exposição.

Julinho, hoje o PIB da indústria é menor do que o da crise, talvez 5% ou mais. No entanto, a indústria brasileira criou, pelas minhas contas, mais de 300 mil empregos desde a crise. Gostaria que desse uma palavrinha sobre esse assunto.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Eu vou pedir para que o Dr. Carlos Eduardo comece, porque há umas perguntas que lhe foram direcionadas, e ele não teve oportunidade de responder na primeira vez. Depois, o Dr. Júlio e o Dr. José Henrique.

**O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA** - A primeira questão apresentada aqui pelo Fernando é a da horizontalidade e da verticalidade, no jargão do economês. Acho que o Júlio Gomes já a respondeu em boa parte, mas vou me posicionar.

Eu acho que o Brasil, desde 1980, tem seguidas — pelo menos são assim denominadas — políticas industriais. As da década de 90 até as do ano 2000 foram políticas basicamente horizontais, embora houvesse uma outra política setorializada, dirigida, e não geral. A partir de 2003, houve a PITCE (sempre me engano com o nome), em 2003 e 2004; o PDP, o Programa de Desenvolvimento Produtivo, se não me engano, em 2008; agora, o Plano Brasil Maior abre caminho para a política setorializada.

Sou extremamente a favor. Política industrial já é um tema antigo, que divide até economistas. Sou a favor das políticas dirigidas, de acordo com o setor, de acordo com a conveniência. Quanto a essa linha que agora está sendo tomada pelo Plano Brasil Maior, com os comitês de competitividade, ou algo assim, estudando-se caso a caso, acho que há sim espaço.

Talvez eu frustrar quem fez a pergunta — o Saulo, se não me engano —, mas não vou nomear os setores aqui. Eu acho, contudo, que há os setores de ponta. Foram levantadas também as questões de curto e de longo prazo. Há uma proteção agora, porque há uma ameaça muito grande. Há certos setores que têm de ser protegidos. Isso é uma coisa. Outra coisa é um projeto a longo prazo. Em relação a projeto a longo prazo, por exemplo, há a questão do *software*, da indústria farmacêutica, da indústria de defesa. São setores para os quais o Estado tem mecanismo, por meio do uso do poder de compra, de promover um incentivo direto. Não sei se respondi a pergunta.

Quanto ao que disse o Deputado Jorge Boeira — creio que não está mais aqui —, cabe uma observação. Eu também a achei interessante. Há dois aspectos. Ele ressaltou o aspecto interno da empresa. Esse é um aspecto importantíssimo. Não é muito a minha seara (se bem que, nesse caso, eu já atuei um pouco), mas chamo a atenção para isso e



para a questão mais geral, macroeconômica, a que o Deputado se referiu. Infraestrutura, educação. São coisas que também estão fora dos muros e que condicionam.

Cheguei há um tempo lá. Esse jargão ficou para trás, o dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia e sistemas nacionais de inovação. Houve uma época em que se usava muito o conceito de que a empresa estava situada em um ambiente. O ambiente da cultura da inovação, por exemplo, compõe esse conceito, que foi abandonado, há uns 10 anos, e sobre o qual se fala pouco. Mas é um ambiente que há.

Eu me lembro, Julinho, do Friedrich List, do sistema nacional que havia no século XIX. Há uma coisa dentro da empresa e uma coisa fora da empresa que compõe o cenário nacional, no qual a empresa está alocada. Por exemplo, a estrutura tributária, que foi tratada aqui. Acho que a estrutura tributária — refiro-me a uma pergunta que foi feita aqui pelo Deputado João Maia — vai além. Foram ditas várias coisas aqui. Eu acho que todas elas foram pertinentes.

O Brasil tem um problema de origem. O peso da estrutura da tributação indireta é muito grande em relação à direta. Não sei se uma observação que farei é a única com que vou discordar do Júlio. Talvez vá aqui provocar reações. Recentemente, na Austrália, que é um exportador de produtos primários, principalmente de produtos minerais — por razões familiares, eu estava lá, há 2 anos e meio, quando caiu o Primeiro-Ministro trabalhista, porque ele quis estabelecer uma taxa sobre a receita auferida pelas empresas mineradoras —, o Partido Trabalhista conseguiu se manter. Nas eleições, ganhou. Decidiu com o candidato do Partido Verde. Há 3, 4 meses, implantou-se uma tributação sobre o lucro gerado. Enfim, sobre a exportação de produtos foi estabelecido um imposto.

Eu não acho que essa ideia seja tabu. É um tema polêmico, aqui, mas é minha opinião, não é a do IPEA — pelo amor de Deus!

Eu teria outra questão a mencionar no que diz respeito às observações que fez o Deputado Jorge Boeira, à primeira e à segunda. Do ponto de vista microeconômico, muitas vezes, para a unidade empresarial ou para a empresa industrial interessa comprar fora o equipamento, porque é mais barato, é melhor, o insumo é mais barato, é melhor. Está relacionada também a questão do câmbio, se flutua, mas há algo que extrapola o câmbio. A qualidade de um equipamento, por exemplo. Talvez continue o produto alemão, mesmo com o câmbio desvalorizado, sendo melhor. Mas é uma questão geral da economia.

O exemplo que eu ia citar para o Deputado é o existente hoje com referência aos estaleiros da PETROBRAS. Havia a decisão de comprar navios do exterior, porque era mais rápido. Até há pouco tempo, achava-se que era a melhor decisão. Depois encalhou o navio que a Vale do Rio Doce comprou. O maior graneleiro do mundo encalhou. Mas é mais barato comprar no estaleiro da Coreia do Sul.

Qual é a nossa política interna de incentivos? Devemos dirigir essa demanda do pré-sal para fora ou para a indústria nacional? Esse é um tema que tem de ser muito bem medido, muito bem pesado. Tem de haver um planejamento. É um tema que está posto na mesa. Hoje, a opção é tentar internalizar o máximo possível o efeito multiplicador desses investimentos em torno do pré-sal. É também uma questão que não vou tocar, a dos *royalties*.



O Deputado João Maia tem razão em uma série de coisas, Julinho. Sobre a Lei Kandir já se falou bastante. Quanto à carga tributária, faço esse comentário. A burocracia é realmente um problema. Eu só faria uma observação no que se refere ao empreendedorismo. É uma palavra usada principalmente para empresa privada, em geral para o empreendedor privado; de vez em quando é atribuída também a ONGs. Na máquina do Estado há empreendedores e não empreendedores.

Durante boa parte da minha vida, fui funcionário do Estado, indiretamente, porque se tratava de uma empresa do Estado. Vi lá muito empreendedor que tem um sentido público. Eu acho que são equivalentes. Agora, o Brasil precisa de uma cultura de negócio empreendedora. Não precisa ser igual à dos Estados Unidos, que envolve um pouco de rapinagem, em muitos sentidos.

Eu morei nos Estados Unidos. O futebol americano não é o meu esporte predileto, mas posso dizer, só para lhes dar uma ideia, que descobriram recentemente que um certo time, que foi campeão, pagava aos jogadores toda vez que quebrassem outro. Essa é uma competição predatória, é um espírito muito voraz pela vitória. Passaram-se 10 anos para que se descobrisse esse esquema. Muitos jogadores foram quebrados literalmente — pescoço, coisas graves. Enfim, acho que devemos olhar para vários padrões e fazer a mensuração por eles.

Talvez a última questão provocativa. As questões de política macroeconômica, Deputado, estão conosco há muito tempo. A minha leitura — e aí vai a questão do técnico e do político — é que estamos nela há décadas, com o câmbio valorizado, com os juros altos. Estamos há muito tempo nisso, mas talvez só agora se tenha conseguido força suficiente para atacar esses dois problemas. Pela primeira vez estão sendo atacados mesmo. Isso envolve uma mudança de cultura muito grande. Por exemplo, a caderneta de poupança, o limite baixo. Quem se lembra do terrorismo que fizeram em 2006, um pouco antes da campanha presidencial, diziam que era o Collor outra vez? Agora se pôde atacar esse problema, algo que é fundamental. Não se pode dar sinalização para que todo o mundo seja rentista, que é um pouco a ideia que ficou gravada na cabeça do brasileiro.

Essa questão da vontade técnica e da vontade política, da técnica com as condições políticas é muito ampla. No caso dos *royalties* isso fica expresso. Os trabalhos que li sobre a questão, geralmente vindo de técnicos, buscam uma solução técnica para o problema: centralizar e, com isso, controlar as questões macroeconômicas, controlar o fundo social. Da parte dos Estados, dos Municípios — quem disse que não têm razão? —, há uma demanda por recursos para aplicação de forma mais imediata, mesmo que seja a médio prazo. Também têm razão. O ponto de vista técnico é trazido como elemento de uma discussão que tem uma natureza política intrínseca, principalmente quando se trata das grandes questões nacionais, como a do pré-sal.

Não sei se deixei de responder algum questionamento. Enfim, são essas as questões que eu queria abordar.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Dr. Júlio, o senhor deseja responder a algum questionamento adicional?

**O SR. JÚLIO GOMES DE ALMEIDA** - Muito rapidamente.



O Deputado Alfredo abordou vários temas. Discutimos alguns deles, mas eu gostaria de destacar o tema do financiamento. Eu acho que o Brasil não convive mais com financiamento de longo prazo só com o BNDES. Acho que foram 300 bilhões para o BNDES, e não 200. Isso mostra que o BNDES é muito bom, é maravilhoso, mas precisamos reinventar o nosso financiamento, com bases adequadas.

Definir melhor o tema da política industrial acho que é perfeito. Tenho falado isso. O problema é que as nossas políticas industriais estão sendo continuamente atropeladas. A PDP. Por exemplo, veio logo a crise de 2008 e a atropelou. Agora mesmo o BNDES tem sido chamado para fazer programas, mas também para apagar incêndio e não exatamente para formular sua política industrial. Eu acho que estamos decantando a nossa política industrial para chegar aos objetivos.

Outro comentário bem rápido. A questão do pré-sal é técnica, ou seja, definir educação e inovação. Assim como é uma questão técnica definir que a estratégia será gastar o rendimento do fundo e não o tributo. Esse é o ponto de partida. Trata-se de uma riqueza natural, uma dádiva dos céus — e da PETROBRAS, que teve tecnologia para descobrir essa riqueza. É uma riqueza mineral não reprodutiva. Então, não temos o direito de explorá-la para nós ou para a próxima geração. O Brasil tem o dever — são raros os países que fizeram isso, com exceção da Noruega — de preservar essa riqueza o máximo possível, para perpetuá-la. Como é que se faz isso? Faz-se isso investindo não o rendimento corrente, mas sim o resultado do rendimento.

Ainda que tenhamos pressa em algumas coisas — o Deputado Jorge Boeira falou isto —, temos que medir esse processo, porque é só não gastando o dinheiro corrente, e sim o acumulando, que vamos satisfazer isso e investir o rendimento naquilo que efetivamente perpetua a igualdade de condições que essa riqueza mineral, essa dádiva nos permite. Refiro-me a educação, inovação, programas sociais para erradicar a miséria, programas universais no setor educacional. E eu até incluiria a infraestrutura como sendo um gerador de externalidade de alto alcance para a economia. Isso é indubitável. Enfim, essas posições são técnicas, não são políticas.

**O SR. COORDENADOR** (Fernando Moutinho Bittencourt) - Com a palavra o Dr. José Henrique.

**O SR. JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREIA DIEGUEZ BARREIRO** - Tenho alguns comentários a fazer, de maneira muito rápida.

A respeito dos *royalties*, concordo com o Prof. Júlio. O conhecimento, na verdade, quando se trata de educação, ele fica, perdura na sociedade por muito mais tempo do que simplesmente investimentos imediatos, como infraestrutura, embora investimentos em infraestrutura possam trazer efeitos imediatos para a questão da competitividade. Mas a educação e a tecnologia perduram na sociedade por um longo tempo, embora sejam um processo demorado e tardem os resultados.

Existe a questão técnica, efetivamente. Utilizar os *royalties* do petróleo para a ciência, para a tecnologia e para a educação, especialmente, é fundamental, em minha opinião, embora eu ache que hoje existam outras formas de tratar a questão educacional: melhoria da eficiência do processo de gestão da educação, estímulo ao professor, consideração da escola não como um instrumento de massa, mas como um tipo de nicho onde se incentivam os jovens que têm predisposição à arte, à ciência, tratando-os de maneira distinta, e não os colocando em um bolo comum — todo o



mundo junto no mesmo lugar. Bem, são questões técnicas para educadores, não para mim.

Sobre a definição de política industrial, isso é um paradigma. Na verdade, somos gestores públicos, e o fato é que o dinheiro não dá para todos, então temos que escolher prioridades. Alguns setores, no caso da política industrial, acabam sendo prioridade por várias razões. Uns dizem que é porque empregam mais; outros, porque geram mais renda; outros, porque exportam e garantem competitividade de longo prazo. Ou seja, existe uma série de fatores que influenciam a escolha. Então, a discussão pública é muito importante para que a própria sociedade escolha, afinal, quais são os fatores que realmente serão desenvolvidos. Escolhê-los é uma necessidade, embora não se descartem os outros. Considera-se a prioridade a dar a alguns.

A proteção de mercado foi citada em uma das perguntas, ela é boa e é ruim. Ela tem o lado bom, na medida em que pode, por determinado período de tempo, favorecer o desenvolvimento interno. Isso só acontece se e somente se as empresas que têm essa proteção desenvolverem o conhecimento e o mantiverem no País. Se elas simplesmente agirem por questões temporais, para obter lucros ou margens melhores, vai-se perder o seu sentido. Não se perpetua isso. A competição, pelo menos em teoria, faz com que a inovação cresça, faz com que as novidades apareçam. Quando se fecha o mercado, cerceia-se o acesso da própria população. Falava das "carroças", no caso dos automóveis, no passado. Estávamos sendo cerceados por uma questão de importação de veículos de mais alta gama ou de tecnologias mais avançadas. Cerceava-se a economia local.

Da mesma forma, quando se fecha o mercado, criam-se outros problemas, como, por exemplo, escassez de produtos e elevação eventual da inflação. Existe um equilíbrio homeostático nesse processo todo, é uma equação muito complexa de se gerir. Então, há vantagens e desvantagens. Isso tem que ser feito dosadamente, caso a caso e de acordo com crises ou não crises. Essa é uma questão para o gestor público e pensadores no âmbito do Governo.

Outro ponto diz respeito à inovação. Gosto sempre de destacar que inovação é uma decisão complexa, por sua própria natureza, por conta da incerteza tanto do produto que vai sair quanto da questão de mercado. É uma decisão puramente da empresa, não adianta se querer fazer nada, a decisão é do gestor da empresa ou de um grupo de gestores de alto nível da empresa. Não há como mudarmos isso. O que o Governo faz é tentar estimular por um lado e negociar por outro. Ele tenta de alguma forma incentivar, porque sabe que a receita da inovação traz bons frutos no longo prazo.

A questão da educação é muito premente, em especial o estímulo ao jovem para que ele entenda que a ciência pode ser aplicada. A ciência tem o lado da libertação. A pessoa, uma vez tendo conhecimento de como funciona o mundo, é capaz de transformá-lo. A ciência lhe dá essa possibilidade, claro, nos devidos níveis de profundidade. A ciência avançou muito nos últimos anos, muitíssimo, tanto que mal conseguimos acompanhar o que está acontecendo, de fato, com ela.

É muito difícil, pela nossa própria incapacidade, pela nossa racionalidade limitada — uso agora o economês —, conseguirmos acompanhar esse processo. Mas ele precisa, tem os fundamentos básicos da ciência.



Ouvimos nas escolas que o jovem tem ojeriza a Matemática, detesta Lógica, mal consegue escrever ou falar português corretamente, que é primordial. Só conseguimos nos comunicar bem falando um bom português; se falarmos mal o português, o outro faz a interpretação à sua maneira e gera essa confusão em que vivemos, nesse caos brasileiro, agradável e não agradável ao mesmo tempo.

O jovem deve ser estimulado, seja em que área for. Se for na área da arte, ótimo! Que ele tenha essa aptidão e seja desenvolvida numa escola apropriada, com um professor que vai estar muito mais motivado trabalhando o ensino da arte, porque o aluno tem interesse, e ele vai responder naturalmente. Talvez nem seja tanto o salário. O jovem aluno interessado consegue, de certa forma, motivar o professor. Isso é da natureza do professor. Quem já é professor sabe que, quando os alunos estão interessados, a aula é ótima, e ele fica feliz da vida. Dar aula para alunos desinteressados é a pior coisa que pode acontecer a um professor, independentemente do salário. É claro que o salário é um problema, isso é fato. Deve-se reconhecer o trabalho de um professor e lhe dar as mínimas condições de trabalho, assim como se deve reconhecer o interesse dos jovens. Dentro da matriz complexa da nossa sociedade, há os que gostam de esporte, de arte, há os que gostam de Matemática, de Química, de Biologia. É preciso refletir a respeito desse tema e dar chance aos jovens para que se desenvolvem nessas áreas desde muito cedo.

O repensar da educação está mais do que na hora. No MCTI temos a ideia, por exemplo, de estimular o jovem com feira de ciências, olimpíadas de Matemática, de mostrar aos jovens que a ciência ajuda muito a compreender o que está acontecendo. É muito curioso quando andamos na rua e vemos todo o mundo com telefone celular. O Brasil é o segundo ou o terceiro maior consumidor de celulares, assim como de televisão e de aparelhos eletrônicos de maneira geral. Estamos sempre competindo com os Estados Unidos e a China. Mas e a nossa indústria? O que produzimos aqui? Muito pouco. Nossa indústria com valor agregado na área de TICs é muito baixo.

O mais curioso: as pessoas têm os telefones, mas não estão preocupadas com o que está lá dentro. Como funciona esse sistema? As pessoas não têm a curiosidade nata da ciência. Essa curiosidade aparece desde a juventude. Refiro-me ao porquê das coisas, à essência do porquê, à tentativa de explicar o porquê, à filosofia da ciência, ao princípio da educação. Estimula-se o jovem a sempre questionar porque se obtêm melhores índices de produtividade. Por exemplo, se é um técnico da indústria, ele sempre questiona o seu processo, percebe que tem de melhorar. Se for vendedor, questiona por que Fulano é melhor em vendas do que ele. O porquê e a resposta, essa é a filosofia da ciência. A essência da ciência é questionar o porquê, fazer uma intervenção e avaliar o que aconteceu.

Não temos esse espírito muito arraigado na nossa sociedade. Isso deve começar pela educação. Não é uma educação puramente formal. É uma educação de respeitar o professor, de ouvir, de reconhecer, de respeitar o colega, ouvir as diversas opiniões, construir um processo em conjunto, não individualmente.

Era isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Kaefer) - Todos já fizeram a sua manifestação final. Então, vamos encerrar esta reunião. Antes, porém, convidamos todos



a participar do Painel 4 — *Enfrentando os riscos de desindustrialização: o papel do empresário e do Estado* —, a realizar-se agora à tarde, às 14 horas, no Plenário 1.

Convidamos todos também a participar de um lanche na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Está encerrado este painel.

Tenhamos todos uma boa tarde.





**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CONJUNTA - DESENV. ECON. / FINANÇAS E TRIB. / CIÊNCIA E TECNO. / TRABALHO</b>		
<b>EVENTO: Seminário</b>	<b>Nº: 0700/12</b>	<b>DATA: 23/05/2012</b>
<b>INÍCIO: 14h34min</b>	<b>TÉRMINO: 17h54min</b>	<b>DURAÇÃO: 03h20min</b>
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h20min</b>	<b>PÁGINAS: 64</b>	<b>QUARTOS: 40</b>

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA - Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Livres – ABRACE.**

**CLEMENTE GANZ LÚCIO - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE.**

JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

**FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA - Assessor da Vice-Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.**

**HELOÍSA MENEZES - Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.**

**JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES - Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.**

**SUMÁRIO: Seminário *Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional*, Painel 4: *Enfrentando os Riscos de Desindustrialização: o Papel dos Empresários e do Estado*.**

### OBSERVAÇÕES

**Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.**

**Houve exibição de imagens.**

**Há orador não identificado.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Boa tarde a todos.

Este seminário conjunto com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Finanças e Tributação, do Trabalho, de Administração e Serviço Público tem por objetivo discutir os desafios da indústria brasileira frente à competitividade internacional.

Daremos início neste momento ao Painel 4: *Enfrentando os Riscos de Desindustrialização: o Papel dos Empresários e do Estado.*

Convido para compor Mesa a Sra. Heloísa Menezes, Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Francisco Eduardo Pires de Souza, Assessor da Vice-Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE; o Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres — ABRACE; o Sr. José Fernando Cosentino Tavares, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, mediador deste painel. Obrigado pela presença, Cosentino.

Cada expositor terá o tempo de 20 minutos para suas preleções. Ao término das exposições, será aberto o debate com o público presente.

Solicito aos que desejarem participar dos debates que peçam o formulário de perguntas a um dos nossos assistentes.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa.

**O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA** - Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Deputados presentes nesta Comissão, quero cumprimentar a Casa pela oportunidade de promover este debate.

Nós percebemos, ultimamente, no ambiente político brasileiro, no Governo Federal, ecoando muito no Congresso Nacional, a preocupação com a competitividade da produção nacional.

Estou vindo de outra Mesa, que se encerrou há alguns minutos, na Comissão de Minas e Energia. Foi um debate muito intenso e bastante focado na visão da sociedade e do consumidor. (*Pausa.*)

Quero começar a minha intervenção, lembrando do último relatório Focus do Banco Central, em que a previsão sobre o PIB brasileiro, feita pelo conjunto de analistas ouvidos pelo Banco Central, entre a semana anterior e a passada, caiu de 3,2% para 3,09%.

Isso significa que os nossos analistas econômicos, em uma semana, entenderam que o País perdeu 4,5 bilhões de reais em PIB, em crescimento, algo extremamente



preocupante, e que os governos perderam, conseqüentemente, 1,6 bilhão de reais em arrecadação, que poderia ser utilizada para um conjunto de objetivos de interesse público.

Se pensarmos, então, o que o País perdeu em crescimento de PIB, em relação às previsões feitas há 1 ano e as que estão sendo realizadas e observadas hoje na economia real, a nossa perda de desenvolvimento é muito significativa.

O que há de positivo nesse processo é a existência de uma percepção clara da necessidade de se tomarem medidas para recuperar o desenvolvimento do País.

O novo no debate, isso tem sido crescente, é a percepção da importância da energia para a competitividade da economia nacional. Nós, da ABRACE, conduzimos ciclos de um projeto chamado Projeto Energia Competitiva, e o ciclo do ano passado, suportado por estudos da PSR, da Gas Energy, da Fundação Getúlio Vargas, pôde comparar os efeitos do custo da energia no PIB brasileiro.

Esses estudos podem ser simplificados com uma imagem bastante simples, que diz que a cada real a menos no custo da energia, provoca um efeito de crescimento de 8 reais e 60 centavos no PIB. São 8 reais que se refletem em 3 reais de arrecadação para os governos.

Portanto, a contribuição que trazemos a esta Mesa e a este seminário é chamar a atenção para a questão da energia como instrumento de política de desenvolvimento nacional. O instrumento de promoção do emprego, da arrecadação, do desenvolvimento, da estabilidade fiscal e da arrecadação dos governos não têm efeitos colaterais, como os instrumentos tradicionais que têm sido utilizados, tais como o crédito barato, a redução dos juros ou mesmo a ação no câmbio, por exemplo. A redução do custo da energia se reflete em desenvolvimento, sem efeitos colaterais associados a outras iniciativas.

Hoje, ficou muito patente, na reunião da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que começam a montar os instrumentos para reverter essa verdadeira bomba-relógio que se armou ao longo de 20 anos e que fez da energia elétrica brasileira, talvez, a segunda ou a terceira mais cara do mundo. Certamente a mais cara entre aquele ambiente dos países que competem conosco no cenário global.

Se nos últimos 20 anos nós dobramos o custo da energia para a indústria, agora, no marco presente, começamos a verificar a perspectiva de reversão desse processo.

A grande oportunidade que está colocada na questão das concessões, que deverá ser apresentada ao Congresso nos próximos dias, é isoladamente a maior oportunidade de recuperação das distorções do custo da energia.

As estimativas técnicas que fazemos apontam para a possibilidade de ganhos de até 15% do custo da energia no Brasil, com uso adequado dos recursos das concessões.

Naturalmente, não é um problema simples. O Governo e o Congresso terão de ponderar na discussão das concessões um conjunto de objetivos: o equilíbrio fiscal; a modicidade tarifária; a sustentabilidade dos investimentos no próprio setor de energia. Entendemos que é possível, e o Governo sinaliza claramente nessa direção, com as



concessões, iniciar esse processo de recuperação da competitividade da energia brasileira e reverter um paradoxo que existe no Brasil.

Se hoje, dos países do mundo, somos talvez o que mais energia competitiva oferece à sua sociedade, em função dos nossos recursos naturais, em função do nosso potencial energético, em função dos recursos do pré-sal e do gás associado ao pré-sal, paradoxalmente, na outra ponta, temos uma das energias mais caras do mundo. Sob o ponto de vista do desenvolvimento, Deputado, isso quebra um dos pilares que poderia sustentar o desenvolvimento brasileiro. O Brasil é um país que age ao contrário da maioria dos países que hoje dirigem suas políticas energéticas com uma visão de segurança do abastecimento. E não é segurança no sentido de continuidade, mas no sentido de segurança nacional, de dependência de fornecedores externos de energia, seja a Rússia fornecendo gás para a Europa, seja o mundo árabe fornecendo petróleo para os Estados Unidos, o *drive* que motiva as políticas energéticas da maioria dos países, o *drive* da segurança nacional e o *drive* da sustentabilidade sob o ponto de vista da energia renovável. No Brasil, temos isso como uma premissa básica. Temos energia nacional competitiva barata, não temos problema de segurança do abastecimento e temos um grau de presença da energia renovável que está além do sonho das mais ousadas políticas energéticas de outros países. Portanto, ao olharmos a questão da energia, devemos ter o foco na competitividade. Não precisamos imitar tendências internacionais no campo da energia que possam encarecer mais ainda nossa produção nacional.

Então, temos todas as condições de alavancar um ciclo de desenvolvimento e de aproveitar outra característica própria do Brasil, que é ter suas cadeias produtivas integradas, com o mercado doméstico ajudando a criar a base que permite que as indústrias exportem. E a população está justamente naquela fase de tanto querer o emprego na indústria quanto querer consumir os produtos que a indústria pode oferecer a preços competitivos.

Assim, registro que o instrumento de energia como política de desenvolvimento, mesmo política de desenvolvimento industrial, está cada vez mais percebido pelo Governo. Há um movimento forte no Governo, podemos notar isso conversando com suas mais diversas áreas, e há um movimento no Congresso em favor da energia competitiva. Esse movimento, no campo do Poder Executivo, tem a inspiração nítida da Presidenta Dilma Rousseff, que tem cobrado ações do Governo no sentido de ofertar energia competitiva ao País.

Mas se estamos num momento extremamente promissor de reversão, de perspectivas, de tendências, de correção de distorções — jamais defendemos subsídios à indústria; o que defendemos é a correção de distorções —, ao mesmo tempo, como no final de uma maratona ou de uma corrida de Fórmula 1, estamos correndo o risco do processo de chegada. Se lá atrás tínhamos o risco da incompreensão do mundo político sobre a importância da energia, esse risco foi vencido.

Posso dizer, nesta Mesa, que o Ministério do Desenvolvimento é um grande aliado da indústria na discussão das questões da competitividade. Mas se tínhamos riscos no passado de falta de compreensão do problema de diagnóstico, não temos mais. O diagnóstico existe e é convergente. Agora temos a execução. E na execução, destaca-se a contribuição que trago aos debates deste seminário. A modicidade tarifária é algo a ser perseguido. A modicidade tarifária é um conceito que está presente na legislação do setor elétrico brasileiro e nos contratos de concessão das empresas. Portanto, é algo a ser perseguido. Mas a modicidade tarifária tem nuances. Há um pedaço da modicidade



tarifária, um subconjunto dela, que é a competitividade da energia. É aquela modicidade dirigida à produção nacional, dirigida às cadeias produtivas, é a energia que vai chegar às indústrias do aço, do alumínio, do vidro, do químico, do ferro-ligas, indústrias intensivas em energia, e, a partir daí, irrigar de forma competitiva todas as cadeias produtivas nacionais.

Essa dimensão da modicidade é especial, e temos de estar atentos para que as medidas que se anunciam e que estarão sendo tomadas nos próximos dias não desviem o foco da competitividade da produção nacional. Chamo a atenção dos senhores, por exemplo, para o fato de que o Governo fez um esforço extraordinário para conseguir energia barata nas últimas licitações de hidroelétricas, como Belo Monte e as usinas do Madeira. A Teles Pires saiu a 65 reais o MW/hora, boa parte se deu a partir de financiamento a juros baixos e a partir de uma renúncia fiscal significativa na construção dos empreendimentos. Mas a energia desses projetos foi dirigida para o mercado cativo das distribuidoras, não chegando propriamente às grandes indústrias que consomem energia na rede básica e, muitas vezes, no mercado livre de energia elétrica.

Mais ainda: esses projetos de energia muito barata imputaram novos custos ao sistema, na forma do aumento das perdas elétricas na transmissão da energia elétrica, na forma do aumento dos custos de transmissão e na forma do aumento de encargos voltados a firmar a energia dos empreendimentos de energia barata, que não têm capacidade de produzir ao longo do ano todo. E todos esses custos são também pagos pela indústria que não teve acesso à energia barata. Esse é o exemplo de uma medida efetiva em que se utilizou recurso público de forma considerável, construiu-se a modicidade tarifária na geração daqueles novos empreendimentos, mas não resultou em competitividade para a produção nacional, aquilo de que o País precisa no momento.

Então, o alerta é para este momento em que ações estão sendo realizadas e para o fato de que o País terá de pesar. Claro, há compromissos com a estabilidade fiscal, com o conjunto de funções públicas exercidas com recursos arrecadados no setor de energia e com a sustentabilidade do setor, compromissos que precisam ser pesados para maximizar os resultados para a sociedade. E, se as decisões não forem tomadas de forma adequada, não teremos os resultados que nós e o Governo estamos perseguindo em termos de desenvolvimento.

O debate a esse respeito na Comissão de Minas e Energia foi intenso. E chamo a atenção para a diminuição do ICMS. É claro que a diminuição do ICMS é importante, é claro que o ICMS representa uma parte muito significativa do custo da energia, mas o ICMS é um imposto compensável, quer dizer, as indústrias que pagam ICMS na energia, na maioria dos casos, compensam esse imposto na sua produção. Então, não haverá um ganho direto em competitividade com a questão do ICMS.

Portanto, desviar a discussão do setor elétrico com foco total no ICMS, como pretendem alguns, não traz os melhores resultados para o País. Até porque o setor de energia tem ineficiências e pode entregar resultados para a sociedade. O setor de energia pode reduzir seus custos, e a redução dos custos do setor de energia vai refletir automaticamente na redução do ICMS, porque ele passará a incidir sobre uma base menor.

Então, imagino que, se entrarmos numa discussão difícilíssima com 27 Governadores para deles conseguir o compromisso de reduzir o ICMS do setor de energia elétrica e se obtivermos esse resultado, num segundo momento, quando o setor se tornar mais eficiente, quando reduzirem encargos que são desnecessários, aqueles Governadores



voltarão à Mesa para dizer que foram traídos, que aceitaram reduzir o ICMS e reduzir suas receitas, mas, agora, com esse movimento, essa receita está sendo novamente reduzida, e, por isso, querem retornar o ICMS ao patamar anterior.

Portanto, o setor de energia precisa fazer o seu dever de casa, corrigir distorções, corrigir ineficiências, reduzir os encargos setoriais, com foco naqueles voltados à competitividade da produção industrial. E esses resultados se refletirão em ganhos para todos os consumidores brasileiros, inclusive, os consumidores residenciais.

Assim, numa análise geral do espectro das alternativas, o objetivo que devemos ter como País é o de devolver à energia elétrica o papel que ela tinha há 10 anos. Para tanto, precisaríamos dividir pela metade o custo da energia. E, é claro, Secretária Heloísa, que dividir pela metade o custo de um insumo é um desafio ousado, mas isso não deve nos inibir de enfrentá-lo. E é possível construir uma agenda que nos permita sonhar com esse resultado de 50% de redução.

As concessões nos permitirão baixar 12%; o CCC e o CDE, que são encargos desnecessários, mais 15%; a taxa de fiscalização da ANEEL, cuja metade é contingenciada, mais 0,5%; o fundo de pesquisa e desenvolvimento, que tem 2 bilhões parados nas mãos das distribuidoras e 13 bilhões contingenciados, nos permitirá baixar mais 1% ou 2%; a RGR, que tem 13 bilhões também num fundo gerido pela ELETROBRAS e cuja cobrança não é mais necessária, também nos permitiria baixar mais 2%. Com isso, poderemos construir uma agenda que nos permitirá, a curto e médio prazos, reduzir talvez em 25% ou 30% o custo da energia, e, a partir de mudanças nos mecanismos do setor elétrico e na eficiência do seu mercado, atingiremos os resultados finais que estamos perseguindo.

Mais ainda: para a indústria, se os resultados a curto prazo muitas vezes são uma questão de sobrevivência, os resultados a médio e longo prazos darão o sinal necessário para novos investimentos na expansão do parque industrial, que, no fundo, são aqueles que se reverterão em mais empregos e mais divisas para a economia brasileira.

Portanto, Deputado Márcio Reinaldo, encerro este início da participação dos grandes consumidores de energia elétrica, representados pela ABRACE, também com interesse convergente para o conjunto da indústria nacional e mesmo para o conjunto dos consumidores de energia no Brasil, ressaltando que este é um bom momento. O Congresso e o Governo pautaram a questão. Está na hora de avançarmos para as soluções, muitas das quais já estão sendo desenhadas.

O importante neste momento é que essas soluções sejam pesadas, para que possamos escolher aqueles caminhos que devolverão a competitividade à produção nacional e não desperdiçar uma enorme oportunidade de reconhecer na energia esse instrumento de política de desenvolvimento que o País tem à disposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - A Mesa agradece a V.Sa. a participação. Realmente a ABRACE traz informações muito valiosas e significativas ao debate.



Convido o Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Deputado Sebastião Bala Rocha, para coordenar os trabalhos. Naturalmente, S.Exa. vai passar a palavra ao segundo palestrante. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, eminente Deputado Márcio Reinaldo. Parabéns a V.Exa., mais uma vez, pela iniciativa de nos convocar, a mim, a outros Presidentes de Comissão, a toda a sociedade brasileira e ao meio econômico em geral para este importante seminário!

Agradeço aos convidados, aos expositores e aos demais presentes o comparecimento. Peço desculpas pelo atraso — eu estava em plenário, mas fui muito bem substituído pelo Deputado Márcio Reinaldo.

A Comissão de Trabalho tem grande interesse no tema, em razão do fato de que a estagnação da indústria é a estagnação do emprego, e a desindustrialização resulta na perda de emprego. Por isso, na Comissão de Trabalho, temos procurado tratar esse tema, que é de alta relevância, com muita atenção.

Aproveito para registrar — ou renovar o registro, porque talvez já tenha sido feito — a presença dos Deputados Jorge Boeira, Ronaldo Zulke, Renato Molling, Alfredo Kaefer e Fernando Marroni. Na medida em que mais Deputados forem chegando, farei questão de proceder ao registro.

Dando, portanto, prosseguimento às exposições, convido para usar da palavra o Sr. b. E a participação do DIEESE, com certeza, é muito importante para este seminário.

Obrigado pela presença e boa palestra.

**O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO** - Gostaria de, por intermédio do Deputado Sebastião Rocha, agradecer a todos o convite para participar deste seminário e cumprimentar os membros participantes desta Mesa. É um prazer estar aqui neste debate.

Vou tentar levantar alguns aspectos relacionados à preocupação e à visão do movimento sindical, em especial, das centrais sindicais que o DIEESE, de forma continuada, assessora, acompanha, na medida em que é uma organização do movimento sindical, das centrais sindicais, das entidades sindicais de trabalhadores.

O Deputado Sebastião Bala Rocha, já na sua fala inicial, na verdade, deu o tom do nosso entendimento da questão da desindustrialização. Creio que é importante que façamos este debate, considerando o seu contexto neste momento, para olharmos do ponto de vista prospectivo as oportunidades que temos pela frente.

Vou tentar destacar alguns pontos para fazermos esse olhar prospectivo.

Estamos partindo do pressuposto, Deputado, de que o País criou nos últimos anos, e no contexto da crise internacional, uma situação inédita, inesperada e que não deveríamos perder do ponto de vista de promover transformações estruturais na sociedade e na economia brasileiras.





O contexto da estabilidade econômica, com a retomada da participação do mercado interno na nossa estratégia de desenvolvimento realizada anteriormente à crise internacional nos coloca neste momento numa situação quase que estranha em relação ao conjunto do planeta. Enquanto as economias desenvolvidas se debatem entre a recessão e a possibilidade de resvalar para a recessão, caso dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia, que, hoje, de forma dramática, enfrentam um contexto recessivo, nós temos uma economia capaz de se reunir num seminário como este para discutir a perspectiva de um desenvolvimento industrial.

É evidente que os problemas que temos para tratar não são pequenos, mas estamos numa situação relativamente diferente. Se olhássemos para o País de 20 anos atrás, era para chegarmos neste seminário e dizer que tínhamos milhares e milhares de trabalhadores desempregados na indústria devido a um processo de demissão continuado. Estaríamos discutindo aqui frentes de trabalho, colocação de trabalhador da indústria para abrir valetas, porque era o que poderíamos fazer no nosso contexto histórico passado.

Crises pequenas de países vizinhos já nos colocavam de joelhos, e tínhamos de tomar medidas dramáticas. Nós estamos diante, talvez, da segunda maior crise do planeta do ponto de vista econômico, e estamos de pé. Então, é uma situação que não deveríamos perder do ponto de vista da oportunidade e dos desafios que nós temos.

Devemos olhar 20 anos para a frente e dizer: temos uma janela de oportunidade de 20 anos para fazer mudanças. Se o contexto que foi criado e a situação que foi desenvolvida no País geram oportunidade para um crescimento de longo prazo, deveríamos fazer um esforço — e é um esforço essencialmente político — para a construção de alguns grandes acordos nacionais que abram avenidas para o Estado brasileiro mobilizar a sociedade, em especial os empresários e os trabalhadores, as forças produtivas, para estabelecermos uma estratégia de desenvolvimento industrial. Faz parte da nossa partilha de visão do futuro a perspectiva de que desenvolvimento significa produzir crescimento econômico, e esse crescimento econômico simultaneamente gerar bem-estar social e qualidade de vida, e a dimensão industrial é condição para que nós tenhamos a perspectiva do crescimento e a perspectiva do desenvolvimento.

O Brasil é um país de plataforma industrial robusta e complexa, mas ainda mal distribuída no território. Um dos nossos desafios, então, é melhorar a distribuição territorial, porque queremos que o desenvolvimento atinja o território como um todo. Portanto, seria fundamental que avançássemos para a construção de uma visão de longo prazo sobre estratégia de desenvolvimento neste contexto, considerando a dimensão do desenvolvimento industrial como elemento constituinte e orientador dessa estratégia.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, sabemos que as experiências de desenvolvimento dos países avançados galgaram uma trajetória de desenvolvimento industrial e que, simultaneamente, incorporaram à produção econômica, de forma acelerada e continuada, tecnologia. A tecnologia tem por objetivo o aumento da produtividade e, simultaneamente, causa um impacto perverso de economia de emprego.

Nessa oportunidade de crescimento para a frente, deveríamos ter claramente a perspectiva de olhar essa tendência e começarmos, por exemplo, a sofisticar a nossa capacidade de ler essa dinâmica. Por exemplo, de onde eu venho, o DIEESE, as nossas estatísticas não dão mais conta, no momento, de fazer uma leitura adequada da segmentação do que é indústria, serviço e comércio, e parte do que hoje classificamos



como atividades laborais de serviço são atividades laborais da indústria. A complexidade da relação entre indústria e serviço está muito mais sofisticada do que era no passado, e, provavelmente, para entendermos exatamente o tamanho do que é a nossa indústria, vamos precisar reagregar os nossos dados, porque uma parte do que classificamos hoje como serviços são atividades industriais.

Esse é um fenômeno muito restrito, mas é fundamental entendermos o que estamos falando. Portanto, é muito provável que a perda líquida no que chamamos de emprego na indústria, na verdade, seja um fenômeno estatístico de agregarmos como emprego industrial o do setor de serviços. O setor de serviços prestados à indústria cresceu mais de quatro vezes nos últimos 15 anos; portanto, significou a transferência desse emprego, que antes era classificado como de indústria.

Então, quando entramos nesse debate sobre desindustrialização, olhar para esses números com uma sintonia muito fina é muito importante para entendermos exatamente o que está acontecendo. Não exatamente os números que nós apresentamos relevam o fenômeno, o que está acontecendo, o que não quer dizer que o fenômeno não exista e não seja relevante.

Portanto, ainda temos, acredito, pelos nossos números, pelo que os dados revelam, mais ou menos 17%, 18% do emprego formal na indústria. Se juntássemos a informalidade, seria um pouco menor, mas, se juntarmos os dados relacionados ao setor de serviço, é provável que tenhamos aí uma taxa de ocupação, de participação no emprego na indústria, considerando o serviço, que poderia chegar a 22%, 23% dos ocupados, talvez até um pouco mais, relacionados às atividades industriais diretas.

E, se considerássemos ainda as atividades industriais indiretas, como o setor da construção civil, por exemplo, que tem uma parte colocada para a indústria, quer dizer, se fizéssemos um reagrupamento muito mais fino do ponto de vista do que nós entendemos como indústria, uma indústria no sentido amplo, talvez esse contingente seja até um pouco maior.

Sabemos que é a indústria que orienta, do ponto de vista da estruturação do mercado de trabalho, o que é uma base do ponto de vista salarial e de qualidade no posto de trabalho. Portanto, preservarmos essa tendência é fundamental. E sabemos também que a indústria é uma parte fundamental para nos colocarmos de acordo sobre de que maneira partilharemos os ganhos de produtividade que precisam ser incorporados na produção industrial.

Devemos pensar, por exemplo, nas experiências históricas que temos. E acho que uma das mais interessantes para estudarmos do ponto de vista da história é o acordo japonês do pós-guerra, o grande acordo japonês de partilha de ganhos de produtividade, que orientou toda a política de desenvolvimento industrial no Japão no pós-guerra e transformou aquele país no que ele é hoje do ponto de vista econômico. Ou seja, a sociedade japonesa construiu politicamente uma estratégia de desenvolvimento assentada na produtividade. O eixo é uma partilha entre empresários, empresa, trabalhadores e Governo. Então, essa uma concepção que orienta o investimento. E estamos falando de desenvolvimento industrial, estamos falando essencialmente de produtividade. Precisamos ter claro de que maneira que isso acontece no Brasil.

É importante considerarmos isso, porque estamos tratando de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, temos neste País o Programa Brasil Sem Miséria. Ou seja, estamos aqui falando de uma economia que é a quinta, sexta ou sétima economia do



Planeta — acima de nós há apenas quatro, cinco ou seis países —, mas estamos falando também de um país que tem de erradicar a miséria, um problema que ainda estamos longe de resolver.

É evidente que esse desenvolvimento que procuramos é a condição para que essa situação seja profundamente transformadora. De modo que esse desenvolvimento a longo prazo significa que diremos, daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos, que o Brasil superou a miséria, superou a pobreza, que é um país com base na igualdade, onde as pessoas têm uma ótima educação, um bom sistema de saúde, boas condições de vida, o que cria possibilidade equânime para todos participarem do processo político, econômico e social. Hoje, porém, o Brasil está longe dessa perspectiva. As pessoas têm condições extremamente desiguais de participar desse processo.

Se queremos levar o País a essa perspectiva, é evidente, do ponto de vista dos trabalhadores, a base do desenvolvimento industrial é um elemento estratégico para dar sentido a esse crescimento. E, aí, precisamos transformar isso que fazemos agora. O significado de todas essas medidas que devem ser tomadas a curto prazo precisa estar articulado com o sentido de longo prazo. A soma dessas ações, se desarticuladas de um sentido de longo prazo, talvez não conduza àquilo que queremos.

Então, a construção de um sentido geral, que dê para cada ação dessa a perspectiva da construção de uma estratégia de desenvolvimento, é o que eu chamo de base de um acordo nesta sociedade, na sociedade brasileira, neste contexto e neste momento político, para abrir cada vez mais avenidas para uma atuação do Estado, cujo papel é fundamental. As experiências mostram que o desenvolvimento industrial, em todas as economias desenvolvidas contou com uma atuação vigorosa dos Estados de várias maneiras, seja pela orientação estratégica, seja pelo desenvolvimento de vocações territoriais, seja pela sua distribuição, seja pelo financiamento, seja pelo investimento em tecnologia, desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, seja pelo desenvolvimento da educação.

Na dimensão da produtividade, temos clareza — e talvez isso seja um grande acordo que nós tenhamos aqui partilhado —, em termos de produtividade, de que um dos gargalos dramáticos está associado à qualidade da nossa educação.

As experiências mais recentes, por exemplo, de ampliação de oferta de ensino médio profissionalizante com qualidade — Sistema S, escolas técnicas federais — estão esbarrando num problema dramático: o jovem chega para cursar o nível médio e não está habilitado em Matemática básica e/ou em Português básico, para entrar num curso regular de ensino médio de qualidade.

Bom. Numa sociedade que oferece oportunidade de emprego, como está oferecendo hoje, que tem milhares de jovens querendo participar desse processo, que oferece cursos de qualidade, e o que recepciona são os jovens que não estão preparados, nas habilidades básicas, para cursar um nível médio com qualidade, temos um problema sério para enfrentar. E esse problema não se resolve com medidas de curto prazo. Esse problema se resolve com uma medida continuada, de longo prazo, com muito investimento público. Ou seja, a qualidade do ensino particular privado cresce na medida em que cresce a qualidade do ensino público — é importante que entendamos isso.

As experiências mostram que a qualidade do ensino privado cresce quando temos um ensino público de qualidade. Caso contrário, o ensino privado tende a rebaixar a qualidade média da educação. Não é o ensino público que rebaixa, é o ensino privado



que oferece má qualidade no ensino, principalmente no ensino profissionalizante para o nível universitário.

Temos um problema sério a enfrentar, e, em parte, já o estamos fazendo com uma série de medidas muito interessantes, mas que ainda estão longe de ter a resposta de que precisamos.

Do ponto de vista da oportunidade que esse desenvolvimento gera em relação ao Brasil Sem Miséria, por exemplo, o Governo está indicando como prioridade criar condições para milhões de brasileiros, fazendo com eles possam participar da vida social, político e econômica como brasileiros de fato, mas há um caminho muito longo a ser perseguido.

Tenho participado de debates em que, em geral, o que ouvimos como síntese é que a esses brasileiros miseráveis falta qualificação. Se não enfrentarmos o que estamos querendo dizer, mas não temos coragem de fazê-lo, sobre a qualificação que falta esse trabalhador, não vamos enfrentar o problema. E o problema desse trabalhador não é somente o da qualificação profissional.

O grande problema é que sintetizamos essa avaliação dizendo que a esse trabalhador com a Bolsa Família que procura emprego falta qualificação. E, aí, rapidamente, temos a boa ideia de oferecer cursos de qualificação profissional para esse trabalhador. Só que não dizemos — e que é fundamental para compreendermos a política — é que esse trabalhador não a acessa porque a qualificação que lhe falta é muito maior do que apenas a qualificação profissional. Faltam-lhe dentes, um banho, um banheiro, o hábito de trabalhar, condições de pegar o transporte coletivo, condições para estar todos os dias em um posto de trabalho. Ele cheira mal, ele não usa desodorante. Isso ninguém diz para ele, ninguém diz para a política pública. Ninguém diz que esse sujeito esteve durante centenas de anos excluído estruturalmente dessa sociedade e que promover a sua inserção significa lhe criar condições de sociabilidade na sociedade que o excluiu estruturalmente.

E quando ele se coloca na condição de procurar um emprego, o que lhe dizem é que lhe falta qualificação, mas lhe falta principalmente um conjunto de atributos a que a sociedade o impediu de acessar, que dele foi expropriado. Não dizem que o Estado precisa chegar e dar condições para que ele adquira esses atributos, sem os quais não vamos promover sua inserção econômica.

E isso está acontecendo da construção civil, indústria que está rejeitando esse trabalhador, dizendo que ele não está qualificado. Mas não é só a qualificação profissional do curso que vamos oferecer, porque oferecemos o curso, e ele não aparece, porque sabe que aquele curso não resolverá o seu problema. Estamos falando de 16 milhões de brasileiros.

Portanto, se queremos, com o desenvolvimento industrial, por meio daquilo que vamos oferecer a essa população, incorporar os trabalhadores e os jovens que estão entrando no mercado de trabalho, precisamos enfrentar os problemas que temos na educação, como esse de que falei, ou o de dar aos pobres e miseráveis a condição de se conduzirem a uma nova estratégia de vida e de inserção ocupacional. É um outro brasileiro que precisa ser recuperado do ponto de vista da sociedade. Ele precisa estar disposto a quase ressuscitar na condição de cidadão, e, para isso, o Estado não pode apenas oferecer formação profissional. O Estado tem de chegar como um todo para ele, a exemplo do Estado que queremos que chegue para uma indústria, para uma empresa,



dando suporte para que ela se desenvolva. E esse não é um Estado que faz uma medida aqui e outra lá, mas um Estado que cria um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial.

O companheiro começou a falar da energia, vamos ver que existem várias dimensões, cujo ambiente o Estado cria para que o desenvolvimento aconteça. Pois bem. Este mesmo Estado precisa chegar a tais brasileiros — e é um Estado que talvez não saibamos fazer, porque nunca nos colocamos essa tarefa. E talvez não saibamos o que significa fazer esse percurso.

Então, em síntese o que eu queria trazer é, por um lado, a preocupação de que sim, nós estamos atentos e preocupados com esse fenômeno que ocorre em relação à indústria. Acreditamos que as questões do rentismo, do juro e do câmbio são elementos importantes para darmos perspectiva para o desenvolvimento industrial. Sem dúvida, enfrentarmos essas dimensões é criar um ambiente macroeconômico favorável, mas isso não é suficiente. Ou seja, não podemos esconder, atrás da taxa de câmbio e de juros, o problema que temos para desenvolver a indústria brasileira.

A questão de ciência, tecnologia e inovação é fundamental, assim como ter uma força de trabalho preparada e distribuição territorial. E é preciso também sustentar renda, emprego, mercado de trabalho para termos dinâmica e continuarmos tendo talvez dois terços do nosso dinamismo em termos de crescimento sustentado pelo mercado interno.

Tudo isso é necessário e implica nos termos de acordo sobre algumas grandes estratégias, pois não temos capacidade de enfrentar todos os problemas ao mesmo tempo. Mas temos de fazer escolhas de problemas a serem enfrentados que gerem escalas de outras transformações e que deem, na verdade, aos atores — empregadores, trabalhadores e empresas — perspectivas de combinarem esse desenvolvimento como elemento estratégico para o progresso do Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Dr. Clemente Ganz Lúcio, do DIEESE, que trouxe uma visão muito importante para nós da necessidade de o Brasil consolidar uma estratégia de longo prazo para enfrentar esse tipo de crise, e não apenas com medidas conjunturais, mas mais estruturantes.

Eu até lembro aqui, Dr. Ganz, que o ex-Presidente Lula lançou a Secretaria Especial de Planejamento Estratégico, que tinha à frente Mangabeira Unger. Mas me parece que não existe mais, pois nunca mais ouvi falar dessa Secretaria.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Mas me parece que não tem o mesmo objetivo e finalidade de desenvolver, de fato, um planejamento estratégico para desenvolvimento e crescimento sustentável do País em áreas relevantes e estratégicas.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Gilmar Machado, a quem agradeço o comparecimento.



**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Obrigado. O titular da Secretaria agora é o Ministro Moreira Franco, do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Pois é, mas parece que não tem mais o mesmo papel. Pelo menos não tem mais a mesma mídia. O Mangabeira tinha muita mídia e fazia muitas reuniões e debates.

Se houver algum outro Deputado cuja presença eu não tenha registrado, por gentileza se manifeste.

Neste instante, falará o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, que representa a CNI neste Painel.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES** - Muito boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Sebastião Bala Rocha.

A CNI cumprimenta a Comissão por esta iniciativa. Esse é um tema central para a nossa agenda, em especial pelo foco que os senhores deram a este seminário em que estamos falando de desafios.

Então, não vou voltar ao passado. Vou me concentrar no que são, de fato, os desafios, o que é a nossa agenda e, em especial, o que encontramos no Congresso Nacional na área de projetos convergentes com essa agenda de desenvolvimento industrial.

Eu diria que a questão-chave que temos hoje para a indústria brasileira é a competitividade. Todos os relatórios mundiais mostram o nosso problema de desempenho e a necessidade de mudança estrutural, ou seja, desenvolvermos novos setores dentro da indústria, diversificar criando setores de mais alta produtividade do que temos hoje. Esse, digamos, é o grande desafio.

Se analiso o Brasil da década de 90 para cá, vejo que a atual estrutura industrial brasileira é muito próxima da que havia 20 anos atrás. Mas, quando olho a China, verifico que a mudança no mesmo setor é muito significativa. E nós temos inúmeras oportunidades de transformação da estrutura de produção.

Então, nossa visão para o futuro, se fizermos a coisa certa, parte da percepção de que não vamos, obviamente, recuperar o nível de participação da indústria da década de 70, mas podemos ter mais indústria do que temos hoje. E essa talvez seja a mensagem que eu gostaria de passar para os senhores.

Como elevar a competitividade? Em primeiro lugar, existe toda a agenda de melhoria do ambiente de negócios, uma agenda que os senhores já conhecem. Ela envolve temas da área de relações do trabalho, da área tributária, da área de infraestrutura, problemas de custo de energia. E uma segunda dimensão extraordinariamente importante é o aumento da produtividade.

O Brasil tem crescido de forma muito reduzida sua produtividade, quer a produtividade da indústria, quer a produtividade total de fatores da economia brasileira. E essa é uma preocupação que temos de ter, porque só com produtividade, usando



menos e produzindo mais é que poderemos ampliar, de forma sustentável, o nível de renda da população.

A questão da produtividade envolve várias dimensões, envolve dimensões associadas à empresa, envolve dimensões fora da empresa, depende da relação com os trabalhadores, com o Governo, etc. Há, pelo menos, quatro dimensões que merecem ênfase. Primeiro, a questão da escala. Sem escala apropriada, não somos competitivos. Se eu faço um projeto que não tem escala, ele não tem capacidade de sobrevivência. Da mesma forma, se eu crio um conjunto de políticas que afetam minha escala, eu afeto também a sua capacidade de desempenho no futuro.

A segunda dimensão fundamental é a questão do trabalho. A qualidade do trabalho é fundamental. Não adianta eu colocar uma máquina, se eu não tenho alguém com capacidade de interpretar as instruções daquela máquina, de aprender com o tempo a operar aquela máquina e a melhorar o seu desempenho, etc., algo que o nosso representante do DIEESE mencionou com muita propriedade.

Então, essa dimensão é fundamental. E aqui há um sinal muito forte de que o futuro da indústria brasileira está intimamente associado à educação. Se não formos realmente revolucionários na educação do Brasil e melhorarmos a habilidade da mão de obra — e não é apenas a mão de obra profissional, é a mão de obra que sai do ensino fundamental, do ensino básico e depois vai receber educação profissional. Porque se esse sujeito aqui não vem com a formação em Matemática e em Português adequada, ele não consegue dar o segundo passo. Então, isso aqui é algo importante.

A terceira dimensão da produtividade são os insumos intermediários e serviços. É o custo do financiamento dos insumos intermediários. Quer dizer, se estou aqui produzindo, e o meu insumo intermediário é 30%, 40% superior ao do meu competidor, tenho problema sério de produtividade — e ocorre o mesmo no que se refere a equipamentos, etc.

E, quarta, a eficiência técnica. É preciso ter capacidade de desenvolvimento e habilidade para usar os nossos equipamentos, desenvolvê-lo, inovar, etc.

Então, essa agenda de produtividade é nossa, das empresas, é uma agenda do Governo e é uma agenda dos trabalhadores. Então, eu diria que não existe uma bala de prata. Não teremos aqui uma bala de prata por meio da qual, de uma hora para outra, o nível de produtividade e competitividade da economia brasileira vai aumentar ou vai melhorar. É um trabalho árduo e persistente, em três âmbitos: empresa, trabalhadores e Governo.

E, quando observamos o tema da competitividade, a primeira percepção que temos é a de que ele é muito intensivo em coordenação. Ou seja, não existe um Ministério que também tenha capacidade de ter a bala de prata da competitividade, isso exige um extraordinário trabalho de coordenação da Esplanada dos Ministérios. Ou seja, a nossa mineira Heloísa tem de conversar com o Ministério de Minas e Energia, tem de conversar com o Ministério da Fazenda. Esse é um trabalho árduo. Se os Governos não estão com boa capacidade de coordenação, de organização, esse trabalho, obviamente, é muito mais complexo.

O tema da competitividade, além de depender desse exercício de coordenação, no Brasil, tem algumas características especiais, algumas delas, inclusive, são ativos nossos.



Nós somos uma democracia cuja formulação de política é diferente da de alguns outros integrantes do BRICS. Somos uma federação, ou seja, nada é muito fácil no Brasil, nós temos de negociar com os Estados, com os Municípios, principalmente naqueles temas mais relevantes, e uma característica própria do Brasil é o fato de que internalizamos na nossa Constituição muitas políticas. Algo que em outros países se faz por lei ordinária, por lei comum, ou não está nem na lei ordinária, é um produto de uma livre negociação; no Brasil nós ancoramos — e há razões históricas para isso — na Constituição.

Tudo isso faz com que os processos de reformas no Brasil sejam mais lentos do que a nossa necessidade de competir neste mundo complexo em que vivemos, faz com que as escolhas das reformas no Brasil exijam um capital extraordinário, capital político, para avançarmos todo os problemas que o Brasil tem, e que são conhecidos.

Os senhores, possivelmente, estão cansados de diagnósticos. Mas, para avançar, por exemplo, no tema tributário, eu não tenho dúvida, é necessário um uso de capital político semelhante ao que o Obama empregou nos Estados Unidos no capítulo da saúde, e até com o risco de chegar ao final e não saber se ganhou ou não. É o caso dos Estados Unidos, onde ainda há discussões constitucionais sobre algumas das iniciativas. Isso coloca questões sérias para o Brasil.

Quando olhamos a nossa agenda, em que o foco é competitividade, observamos três áreas importantes. A primeira é a área da remoção dos obstáculos, problemas que conhecemos, como a infraestrutura que não funciona. É só comparar o nosso sistema portuário e a qualidade das nossas estradas. Com exceção de São Paulo, onde o motorista não precisa reclamar, para todos os outros Estados do Brasil esse é um problema.

Temos aqui uma agenda que ainda é meio do século XX. Ou seja, temos problemas ainda do século XX que não resolvemos. E temos outra agenda, que é do século XXI, a do desenvolvimento das novas competências. Ou seja, que indústria queremos? Qual é o perfil da qualidade dos recursos humanos que precisamos construir? É essa agenda, por exemplo, que está mais próxima de algumas iniciativas recentes, inclusive do Governo Federal, como a criação da EMBRAPE, do Programa Ciência sem Fronteiras e — inclusive o SENAI está atuando nisso, com o apoio do BNDES — de institutos de inovação em todo o País. Ou seja, trata-se de desenvolver as novas competências, o que vai nos permitir entrar em novas áreas, em que uma terceira dimensão é oportunidade do desenvolvimento setorial.

E quais são os novos setores em que o Brasil pode ser forte? Existem alguns que são claros, como a área de energia, por exemplo, matriz limpa, segunda geração do etanol, inúmeras possibilidades. Na área de bioeconomia com a biodiversidade que o Brasil tem, podemos ter uma plataforma extraordinária para a biofarma, para a bioquímica, para o bioplástico, etc. E qual o problema? Isso custa caro? Não. O problema é de marco regulatório, é um problema de responsabilidade das instituições brasileiras. Ou seja, a nossa agenda de política industrial tem duas dimensões: a dimensão fiscal, que é a difícil, porque é preciso pegar as janelas de oportunidade, e a dimensão regulatória, que não custa dinheiro, só custa capital político, só custa iniciativas do Legislativo e do Executivo, no sentido de fazer evoluir.

Observando a agenda que temos hoje e os projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional, identificamos três áreas em que estariam as nossas prioridades voltadas para o objetivo de melhorar a competitividade: tributação, infraestrutura e relações do trabalho.





Na área de tributação, nós ainda não terminamos de desonerar plenamente as exportações. O nosso sistema é imperfeito. É tão imperfeito, que no MERCOSUL — Paraguai, Uruguai e Argentina — não existe nenhum sistema tão ruim quanto o nosso nessa área. O nosso sistema de Imposto de Renda é avançado, mas na área do IVA, Imposto sobre Valor Agregado, ele ainda tem muitas imperfeições. A imperfeição mais clara é o fato de que o nosso sistema de apuração aqui é por crédito físico e não pelo crédito financeiro. Ou seja, a Receita lhe diz o que é que entra como insumo na sua produção: esse produto entra, esse produto não entra, o papel higiênico que vai para a produção pode entrar; o que vai para o escritório não entra, e assim por diante.

Isso cria o quê? Além de imperfeições, burocracia. Ou seja, o meu competidor lá fora simplesmente vê o que ele comprou de insumos, o que saiu, faz a diferença e aquilo que ele tem que mandar para a Receita. Aqui não, eu tenho uma lista que me diz o que entra e o que não entra. O que isso cria? Uma indução extraordinária à complexidade, à burocracia, porque aí vai ter que haver um fiscal da Receita Federal examinando se a máquina PDC entra, se o insumo B entra, e assim por diante. Ou seja, aqui é um poço de complexidade. Existem dois países no mundo que têm esse sistema: o Brasil e o Haiti. Acho que é uma área em que não estamos em boa companhia.

O segundo tema na área tributária é completar o ciclo de desoneração de investimentos. Ainda hoje, apesar de alguns avanços marginais que vêm ocorrendo ao longo dos anos, uma empresa que queira fazer uma nova fábrica no Brasil, quando compara com o Chile, com outros países, vai encontrar uma diferença entre 15% e 20%, só por conta dos tributos sobre investimento. É algo que nenhum país usualmente faz, apenas com um nível bastante residual se tributam investimentos, mais por conta das imperfeições do sistema. Mas no Brasil ainda é muito carregado.

Todos esses temas, é bom registrar, estão na agenda do Plano Brasil Maior. A nossa questão é como dar mais velocidade a esses temas. Um terceiro tema na área tributária é o da desoneração da folha de pagamentos, que no Brasil ficou muito pesado.

Um tema importante para a competitividade das pequenas e médias empresas é a agenda de prazo de recolhimento de tributos. O nosso sistema de recolhimento de tributos ainda hoje antecipa, as vendas são feitas de forma dessincronizada do pagamento dos tributos. Isso tem uma origem, que foi o período nosso de superinflação, só que ainda não terminamos o trabalho de reduzir essa assimetria. Isso tem certamente um impacto grande sobre a liquidez das pequenas e médias empresas.

Quanto ao nosso sistema tributário, em que temos a tributação pelo lucro presumido, acho que é o momento de corrigir a tributação pelo lucro presumido e a disciplina da distribuição tributária do ICMS. Parece-me importante que haja regras nessa área. Esse aqui é um sistema perverso, que faz com que secretarias estaduais definam margens de produtos, uma completa subversão de um sistema de funcionamento de uma economia de mercado.

Quanto às áreas de infraestrutura e energia, não vou voltar ao tema, porque eu acho que já foi bem explorado. A modicidade tarifária é a questão crítica. Há uma outra área que é extraordinariamente importante para o Brasil, principalmente pelo efeito que pode ter sobre a indústria: o gás natural. O Brasil tem descobertas novas de gás natural, do *shale gas* aqui no Brasil. O gás natural está gerando uma revolução nos Estados Unidos. O preço lá era de 4 dólares, já caiu para 2,5 dólares; aqui é de 16. O preço do Brasil é meio parecido com o da Europa e o do Oriente Médio, mas nós temos condição de reduzi-lo de forma expressiva.



A recuperação da indústria americana que está ocorrendo neste momento para muitos se credita à dramática redução do custo de energia nos Estados Unidos. Então essa é uma agenda importante, primeiro, para as próprias indústrias, que podem se beneficiar de aumentar a sua competitividade com a queda do preço do gás natural, e, mais importante também, para o desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira.

O tema relacionado à área de portos merece uma visão importante do Congresso Nacional. É momento de avançarmos em concessões privadas nessa área. Existe espaço, existem extraordinárias experiências no Brasil e no mundo que mostram que esse sistema funciona de forma mais adequada.

Por último, há também um projeto no Congresso Nacional, que é o projeto de agências reguladoras, que eu acho importante para dar mais segurança jurídica à relação de investidores que estão fazendo investimentos há 30, 40 anos e que precisam de um mínimo de segurança sobre as regras do jogo.

Na área de relações do trabalho, a mensagem que eu coloco aqui e que julgo importante é uma visão sobre a simplificação de processos, mais desburocratização, um papel mais relevante da negociação.

Nós temos aqui ainda uma agenda que precisa de adaptação, principalmente por conta das novas formas de trabalho existentes hoje na economia, trabalho a distância e tantos outros. Acabamos de ver a aberração do ponto eletrônico, que eu acho que é uma burocracia, tanto para os trabalhadores, quanto para as empresas.

Com isso, Deputado Bala Rocha, eu concluo a minha apresentação, elogiando essa iniciativa, mostrando que o Brasil pode, sim, ter uma indústria maior e melhor. Nós não vamos repetir os anos 70, mas nós temos oportunidades importantes.

Não por acaso, hoje, na CNI, no horário do almoço, a General Electric estava lançando um seminário sobre inovação, mostrando o seu novo centro de P&D no Brasil. Existe hoje um conjunto extraordinário de empresas se instalando no Brasil, criando centros de P&D. Então, eu acho que nós teremos um futuro brilhante, caso nós façamos o nosso dever de casa. E eu diria que o futuro da indústria brasileira depende muito mais do que nós fizermos aqui dentro do que daquilo que estiver ocorrendo lá fora.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Dr. José Augusto Coelho, que representa em nosso painel a CNI.

Quero destacar alguns pontos da fala do Dr. José Augusto. Um deles é a questão dos requisitos que são fundamentais: a produção em escala, a qualidade do trabalho e, sobretudo, a educação — isso já mencionado também pelos outros palestrantes —, e a pauta prioritária nas áreas de tributação, infraestrutura e relações de trabalho. Então, de fato, houve uma contribuição muito importante para o nosso debate.

Na sequência, convido para usar da palavra o Sr. Francisco Eduardo Pires de Souza, representante do BNDES.



**O SR. FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA** - Boa tarde a todos, Deputado Sebastião Bala Rocha, demais Deputados aqui presentes, senhoras e senhores. Eu quero aqui me juntar aos colegas de Mesa, que já se congratularam com a Câmara e com esta Comissão por esta iniciativa.

Eu acho muito importante estarmos discutindo essa questão aqui. Acho que aqui todos nós sabemos que tomar consciência de um problema e fazer um diagnóstico claro desse problema é o primeiro e decisivo passo para resolvê-lo. Eu nem vou comentar números sobre o processo de desindustrialização brasileira. Eu acho que isso já foi tocado em mesas anteriores. Acho que há aqui um consenso de que esse processo vem ocorrendo nos últimos anos. Agora, não só a sociedade brasileira está tomando consciência desse problema, como o Governo brasileiro também já começou a tomar várias iniciativas, de maneira que eu acho que, embora ainda estejamos nesse processo, nós já começamos a virar o jogo.

Então eu queria discutir primeiramente as razões dessa desindustrialização. Eu acho que precisamos ter um diagnóstico claro para fazer também as nossas proposições sobre o que fazer, sobretudo para fazer isso que o Clemente Lúcio aqui mencionou, termos uma estratégia de longo prazo que dê um sentido de longo prazo para as ações de curto prazo que estejamos tomando. Para traçar essa estratégia de longo prazo, é fundamental termos clareza, chegarmos a um acordo sobre qual é a natureza do problema e como devemos enfrentá-lo.

Eu destacaria aqui como principais causas desse processo de desindustrialização, em primeiro lugar — não vou dizer grandes novidades, mas tentar explorar um pouquinho essas questões —, a emergência chinesa como potencial industrial produzindo a custos baixos, seja por alta produtividade, seja por eficiência, seja por câmbio depreciado, seja por escalas elevadas de produção que consiga adotar, seja por baixo custo de mão de obra, mas produzindo a custos muito baixos e penetrando tanto em mercados — tirando o mercado brasileiro — de economias vizinhas, onde estamos perdendo muito mercado para a China; na América Latina, nos nossos vizinhos, e dentro do nosso próprio mercado.

Mas não é só a China. Em segundo lugar, existe uma série de outros países asiáticos que produzem com custos de mão de obra extremamente baixos, muito mais baixos do que a China, porque lá os salários vêm se elevando bastante recentemente, competindo de forma arrasadora naqueles setores em que o custo da mão de obra ainda é, digamos assim, um fator decisivo em termos de competitividade. Na verdade, nesses casos, setores, ou às vezes só subsetores, ramos da indústria já não dão mais para competir, e a própria China já tem a estratégia — eu acho que o Zé Augusto mencionou isso — de tanto no plano quinquenal anterior quanto no plano quinquenal atual fazer um *upgrade*, passar para setores cuja competição seja mais baseada na tecnologia do que no custo baixo da mão de obra.

Eu acho que o mesmo não se aplica ao caso do Brasil. Não temos a menor condição de competir em custo de mão de obra com países como Vietnã, Camboja, Sri Lanka, Paquistão, Índia, etc. Quer dizer, seria uma estratégia perdedora querer jogar recursos enormes para tentar competir nesse setor, salvar esses setores.

A China, como referi aqui antes, vem fazendo isso. Eu queria até relatar um fato interessante que eu pude observar, porque visitei a China em 2008/2009, exatamente no auge da crise internacional. Eles já tinham a estratégia de fazer essa evolução em direção a setores tecnologicamente mais avançados, só que isso era uma coisa muito



presente, quer dizer, ao conversar com um pesquisador de instituto de pesquisa ou com um membro do Governo, ou do setor privado, percebíamos que todos eles tinham muito clara a estratégia, quais eram os setores, etc. Então, a estratégia mais uma vez.

Agora, quando veio a crise, o que essa estratégia significou? Que esses setores novos vão absorvendo a mão de obra e o capital que estão saindo dos setores que não podem mais competir. Quando veio a crise, o que aconteceu? Na crise, não há essa absorção pelos novos setores porque a economia anda mais devagar. Então você dá uma parada, revê as políticas, protege um pouco aqueles setores que estão desempregando muito etc. Mas isso é algo temporário. Passada a crise, você tem de novo aquele norte, aquela estratégia, e volta a atuar naquela direção.

Eu acho que isso é uma estratégia inteligente. É mais ou menos isso que nós devemos fazer também, uma vez que temos que escolher qual é o caminho que nós vamos adotar, em que setores nós vamos apostar, até porque, como disse o José Augusto — e eu concordo inteiramente —, nós não vamos voltar à indústria dos anos 70, 80, mas queremos mais indústrias. E onde? Então, ter claro esse mapa do futuro é fundamental para nós.

Um terceiro fator — além da competição da China e dos outros asiáticos — responsável pelo processo de desindustrialização foi o aumento forte dos custos brasileiros. O Paulo, da ABRACE, referiu-se aqui aos custos de energia, muito importantes. Nós temos vários outros custos que aumentaram muito. Em particular, eu queria citar aqui um dado sobre o que chamamos de custo unitário do trabalho, quer dizer, quanto custa para se produzir uma unidade do produto no Brasil em termos de trabalho — em dólar, evidentemente, porque é uma moeda para fazer uma comparação internacional com os competidores.

Esse custo depende basicamente de 3 fatores. O primeiro é o salário em reais. Quanto maior o salário, maior o custo. Esse componente está crescendo, mas é bem-vindo que ele cresça. Em última instância, é o que nós desejamos no nosso processo de desenvolvimento.

O segundo fator é a apreciação da nossa moeda. Toda vez que sobe o real em relação ao dólar ou que o preço do dólar cai, aumenta o custo do trabalho brasileiro em dólar.

E o último fator é a produtividade do trabalho. Aumentando a produtividade do trabalho, cai esse custo. Então, esses 3 fatores influenciam esse custo.

Eu vou me reportar aqui a um dado que compara a situação atual com a de metade da década passada, entre 2003 e 2005, na média. Para os Estados Unidos, hoje esse custo do trabalho é mais baixo do que a média da década passada. Ele caiu um pouco mais de 10%. Na Alemanha, subiu 20%. Na Europa em geral, entre 20% e 30%. Na Coreia, subiu 1%. No Brasil, esse mesmo custo subiu 127%, mais do que dobrou. Isso dá uma dimensão de como nós perdemos competitividade, seja em relação a países asiáticos, seja em relação a países europeus e aos Estados Unidos.

Quero aqui me referir a 2 fatores. O câmbio é responsável por um aumento de 45% no custo do trabalho, em dólar, nesse período. A apreciação do real em relação ao dólar promoveu uma alta de 45%. Então é um fator decisivo, é um fator importante.



A produtividade, como disse o José Augusto, cresceu muito pouco. Então ela não compensou os outros fatores. A produtividade na indústria brasileira, nesse mesmo período, de meados da década passada para agora, subiu apenas 2,3% ao ano, um ritmo muito baixo. Mais recentemente, o desempenho foi pior ainda.

Então é fundamental, para que nós possamos pensar numa reversão desse processo, que nós possamos reduzir esse custo, não só o custo do trabalho, como também o custo do capital. Mas o custo do capital não vinha crescendo. O custo do trabalho é que cresceu muito nesse período, medido em dólar.

E o que fazer em relação a isso? Os principais fatores para aumentar a competitividade, reduzindo esses custos do trabalho, em dólar, seriam — vou citar 4: primeiramente, o aumento de investimentos em infraestrutura, que melhora a qualidade e reduz os custos da infraestrutura, e, com isso, eleva a produtividade sistêmica do País; o segundo fator é o investimento em máquinas e equipamentos que embutem novas tecnologias; o terceiro fator é o investimento em capital humano, de que falaram bastante o Clemente, o Lúcio e o José Augusto; e o quarto fator é a redução do custo do capital, a redução de juros.

Esse aumento da competitividade baseado no aumento da produtividade é, digamos assim, o que pode a médio e longo prazo resolver o problema brasileiro, reindustrializar o País, é a forma de restaurar nossa competitividade. Agora, como bem disse o José Augusto, isso é um processo árduo e que leva algum tempo. Enquanto isso, vamos ter que adotar outros mecanismos, por exemplo, o mecanismo do crédito que temos utilizado, que o Governo vem utilizando — o BNDES em particular tem sido um instrumento importante nessa direção —, e o câmbio. Acho que o Banco Central vem fazendo também um trabalho nessa direção.

Em relação àqueles fatores que mencionei, eu queria destacar o seguinte: o BNDES tem uma atuação particular em relação aos investimentos em infraestrutura, investimentos em máquinas e equipamentos e na redução do custo do capital, através da redução dos juros. Ele tem atuado recentemente e pode atuar em quatro frentes: primeiro, reduzindo a taxa de juros, de forma que as empresas brasileiras possam operar com juros competitivos, com juros internacionais; em segundo lugar, aumentando os prazos, oferecendo prazos mais longos para as empresas brasileiras, compatíveis também com os competidores internacionais; em terceiro lugar, fomentando o mercado de capitais, fazendo um trabalho conjunto com o mercado de capitais, para que se possa ter também fundos de longo prazo privados para o financiamento de longo prazo do investimento. E deve fazer tudo isso de acordo com determinadas prioridades, ou seja, não é possível pensarmos que se vai financiar tudo.

A esse propósito, queria citar, por exemplo, no âmbito de um dos programas mais bem-sucedidos do BNDES, que é o Programa de Sustentação do Investimento, que oferece empréstimos a juros fixos e baixos para aquisição de bens de capital, existe toda uma escala de taxas de juros. Nas medidas adotadas em abril, que agora acabam de ser revistas para baixo, no caso da taxa de juros, por exemplo, capital inovador, 4%; para inovação tecnológica, 4%. Então são juros na verdade negativos para esse tipo de investimento, que é um investimento mais arriscado, juros negativos em termos reais. E para as demais linhas também juros positivos, mas bem baixos em termos reais, e fixos, de forma a estimular o investimento.

Ainda no que se refere a capital humano, foi mencionado aqui o programa do BNDES e SENAI, e eu queria acrescentar também que o BNDES e o SENAI estão



trabalhando juntos, em grupo de trabalho conjunto, que está trabalhando em cenários de longo prazo, para tentar mapear os setores onde o País deve colocar suas fichas e crescer no futuro, já que o BNDES entra com o financiamento do capital físico, e o SENAI entra com a formação do capital humano. Então a ideia é exatamente promover aquela coordenação de esforços a que acho que o José Augusto fez referência. Não adianta financiar determinados setores e tentar promover determinados setores e, de repente, a formação de mão de obra caminhar em outra direção. Essa ideia de coordenar é fundamental. É algo que estamos começando a fazer agora.

Eu queria voltar a destacar um ponto que não é exatamente a área do BNDES, mas que eu acho que é fundamental para nós. Em curto e médio prazos, para recuperar o nível competitivo, a redução da taxa de juros que está sendo feita e a elevação da taxa de câmbio para um nível mais competitivo são fundamentais. Por quê? Porque a produtividade leva tempo. Enquanto isso, não podemos deixar a indústria ir minguando da forma como está. Temos que dar competitividade a essa indústria. Quanto a isso, a taxa de câmbio tem um papel absolutamente central.

Eu acho que vou parar por aqui, Deputado. Depois podemos voltar a esses temas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Dr. Francisco Eduardo Pires de Souza, que seguiu praticamente a linha dos demais expositores, mas focou especialmente a questão do Custo Brasil, ressaltando a importância de se aumentarem os investimentos em infraestrutura, investimentos em máquinas e equipamentos, capital humano e combate aos juros.

Na sequência, ouviremos a Dra. Heloísa Menezes, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Boa tarde, Deputado Bala Rocha, Deputado Márcio Reinaldo. Em nome dos dois, gostaria de cumprimentar os Presidentes e membros das demais Comissões organizadoras do seminário, parabenizá-los pela iniciativa, e cumprimentar os demais Parlamentares aqui presentes, colegas de Mesa.

Minha apresentação será muito focada na estrutura de governança, resgatando aqui o título do nosso painel, e no papel dos empresários do Estado à luz do Plano Brasil Maior, que é a nossa política industrial em vigor.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Antes de entrar diretamente nesse assunto, eu gostaria de reposicionar um pouco a questão da desindustrialização, resgatando o título do nosso painel. A nossa compreensão é de que há riscos reais, há um modelo de industrialização brasileiro colocando em xeque o tamanho da indústria, a participação relativa da indústria. Mas entendo que os debates de ontem e vários posicionamentos de hoje deixaram claro que, apesar dos riscos e dos vários problemas demonstrados pelas estatísticas recentes e pela tendência, pela evolução, ainda é precipitado afirmar categoricamente que estamos passando por um processo de desindustrialização. A indústria vinha crescendo até a crise. Sua participação na indústria mundial permanece relativamente no mesmo nível. A indústria continua a criar empregos. Mesmo depois da crise, permanecemos com grandes indústrias, grandes conglomerados de capital nacional, com penetração global, inclusive,



e continuamos atraindo investimentos produtivos internacionais. O Brasil é foco de atenção mundial não só para vender produtos fabricados fora do Brasil no nosso mercado, mas também como um País de oportunidades para grandes investimentos. Como o Ministro Pimentel disse ontem na abertura do evento, recebemos, todos os meses, dezenas de investidores estrangeiros interessados em concretizar investimentos no Brasil.

É verdade que o desempenho recente da indústria tem, através de vários indicadores, demonstrado que a indústria deixou de ser o grande motor do desenvolvimento. O Clemente insinuou aqui a necessidade de até revisitarmos as metodologias e as estatísticas, para captar com maior profundidade esse movimento entre serviços e indústria. É realmente uma observação que precisamos fazer com cautela. Então o desenvolvimento tecnológico, principalmente, tem exigido que a economia de serviços, principalmente os serviços especializados, a indústria, avolume-se, ganhe importância na nossa economia. Isso tem que ser considerado.

Também é fator de preocupação o movimento da balança comercial, o grande movimento de importação, para aproveitar o que é um dos fatores mais positivos do posicionamento recente na nossa economia, que é o nosso mercado interno. Portanto, estamos muito atentos e dando respostas a esse risco. Enfim, é uma posição inicial de que a nossa indústria já existente está preservada no seu cerne. Há diferenças setoriais muito profundas na indústria e há, ao mesmo tempo, oportunidades muito concretas para o avanço em indústrias em setores estratégicos e de melhorias em vários setores.

A política industrial Plano Brasil Maior vem dar respostas a esse movimento. E é importante aqui enfatizar que as várias respostas que têm sido dadas pelo Governo, através do Plano Brasil Maior, muitas vezes, por terem visibilidade a partir de medidas que passam pelo Legislativo, ou não, parecem respostas somente emergenciais a essa crise.

É importante dizer — e eu vou mostrar ali a estrutura do Plano Brasil Maior — que não. Algumas respostas, do ponto de vista emergencial, conjuntural, precisam ser dadas muito claramente, para preservar nosso mercado, para preservar nossa indústria. Mas a nossa política industrial não se resume a um conjunto de medidas de caráter conjuntural e emergencial. Ela está estruturada de forma que bases sustentáveis de crescimento possam se dar, com uma visão também de médio e longo prazo. É importante reconhecer e concordar com o José Augusto, quando diz que o grande desafio que se apresenta, diante do Governo e também do setor empresarial e dos trabalhadores, é o ritmo, é a velocidade para que consigamos ter resultados em um prazo o mais curto possível.

Rapidamente, uma contextualização centrando muito o tema principal, relacionado à governança, ao papel do Governo e dos empresários, e também o dos trabalhadores, é a tradição da formulação de políticas do planejamento industrial, que remete aos anos 50. Sempre é ressaltado o papel do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico nos anos 70, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas com um peso tecnocrático muito grande no planejamento, o que passou a mudar nos anos 90 com a criação das câmaras setoriais e, posteriormente, os fóruns de competitividade.

Esses fóruns de competitividade, ou instâncias, mantiveram-se com alterações significativas, que foram incorporadas, foram essência do modelo de governança do Plano Brasil Maior, trazendo a participação e a construção coletiva de soluções para



dentro dos fóruns de competitividade e trazendo também a perspectiva de médio e de longo prazos. Portanto, nosso esforço está sendo levado aos conselhos de competitividade, que se sucederam aos fóruns de competitividade, no sentido de limpar dos conselhos uma agenda curto-prazista, uma agenda emergencial, levando uma visão estratégica para os debates do Conselho de Competitividade numa construção de médio e longo prazos.

Alguns conceitos, desafios da política industrial, sobre os quais estamos dependendo muita atenção. Toda política industrial requer visão estratégica e escolhas. Não se faz política industrial sem escolhas; precisamos ter foco, e esse foco se reflete na necessidade de alocar recursos, que são escassos, recursos tanto da administração envolvida na política industrial, quanto recursos humanos e técnicos e recursos orçamentários e financeiros.

E lidamos com o debate, que até no aniversário dos 60 anos do BNDES, semana passada, foi muito profundo quando organizado o seminário sobre política industrial. Um tema muito relevante levantado foi o *trade-off* que o Governo precisa fazer na destinação de recursos para políticas sociais, políticas econômicas de maneira geral e políticas industriais: que a destinação de recursos seja feita através de instrumentos creditícios, subsídios, financiamentos e tributários para o desenvolvimento industrial. Essa é uma realidade com a qual o Governo lida diariamente e sobre a qual há também um constante e permanente diálogo, necessário entre a política macroeconômica e a política industrial.

Um ponto importante também como desafio da política industrial é uma pergunta que o Ministro Fernando Pimentel tem feito constantemente ao receber cada industrial nas suas audiências. Essa pergunta reflete-se nos conselhos setoriais de competitividade já organizados: qual é o futuro da sua indústria? Qual é o futuro do seu setor? Isso não só faz com que sejamos obrigados a pensar no curto prazo, na sobrevivência, na estratégia de manutenção do tamanho da nossa indústria e da nossa condição atual, mas nos coloca um desafio para olhar para a frente, construir as bases desse futuro e alocar os investimentos necessários para tanto.

Quando perguntamos sobre qual é a indústria do futuro, precisamos saber qual é a plataforma tecnológica que deve ser aplicada a essa indústria do futuro e destinar os recursos necessários a esse desafio tecnológico, por exemplo. Precisamos trabalhar num ambiente regulatório, num ambiente de negócios adequado a essa indústria do futuro. Então, a resposta a essa pergunta é fundamental.

E é apresentado, no dia a dia, aqui também a esta Casa, o desafio de lidar com estratégias de sobrevivência e manutenção da indústria como ela está hoje, frente à necessidade de construir as bases para olhar para a frente. Praticar política industrial nos coloca este desafio permanente: olhar para o hoje, para a manutenção da sobrevivência das indústrias atuais, dos empregos atuais, frente à preparação da indústria do futuro.

A apresentação estará disponível.

Esse quadro Síntese do Plano Brasil Maior apresenta, de uma maneira clara, nas dimensões estruturantes e setoriais do Plano Brasil Maior, sua concepção, e demonstra como o Plano Brasil Maior estruturou os desafios, a indústria brasileira e as oportunidades. Ele organiza o trabalho dos conselhos setoriais de competitividade e das várias coordenações sistêmicas que foram criadas para dar conta de desafios. Ali do lado direito, as coordenações sistêmicas são um conjunto de pessoas, de especialistas, traçando as diretrizes tanto para comércio exterior, quanto as diretrizes para





investimento, inovação, formação e qualificação profissional, produção sustentável etc. São temas horizontais sistêmicos que têm rebatimento em cada um dos setores priorizados e organizados nos conselhos de competitividade.

Esses setores foram organizados de acordo com os principais desafios que enfrentam e as oportunidades que têm pela frente. Por exemplo, há um conjunto de setores cujo principal desafio é de fortalecer as cadeias produtivas, é o preenchimento de elos que se esvaziaram com o rumo, com o enfrentamento da crise internacional e com os caminhos que a nossa industrialização tomou.

Há um outro conjunto de setores que foram organizados de maneira que suas estratégias fossem definidas para dotar esses setores de novas competências tecnológicas, novas competências de negócios. Então é um desafio estrategicamente mais bem apresentado. Há outro conjunto de setores organizados de maneira que seu principal desafio e sua principal estratégia está na diversificação das exportações e na internacionalização, ganho de escala, etc.

A esse conjunto de dimensões que se cruzam somam-se conjuntos enormes de pessoas dedicadas do Governo, do setor empresarial, através das suas associações e, também de empresas, bem como de representantes dos trabalhadores nos Conselhos de Competitividade.

Esse organograma mostra a estrutura de gestão da política industrial, estando no topo como nível de aconselhamento superior o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, tripartite, presidido pela Presidenta da República. Logo abaixo há um Comitê Gestor, formado por Ministros, com a coordenação do Ministro do Desenvolvimento. Essa leitura do que vem de diretriz estratégica do CNDI e do grupo de Ministros é consolidada por um grupo executivo de Secretários Executivos de seis Ministérios, que também tem a responsabilidade de capturar o que vem dos conselhos setoriais, que estão ali à esquerda — são 19 Conselhos de Competitividade instalados —, bem como das Coordenações Sistêmicas, ali à direita.

Então, é uma estrutura de governança que faz uma leitura do que trabalhadores, empresários e especialistas apontam como diretrizes estratégicas e planos de trabalho vindos da base com as diretrizes que vêm dos Ministros e do órgão de aconselhamento superior, que é o CNDI.

O Governo trabalhou no sentido de definir metas claras, realísticas e de monitorá-las.

Não vou esgotar este assunto. É só para demonstrar que aí há todas as metas do Plano Brasil Maior, destacando metas para aumento de investimento, aumento do investimento empresarial em inovação, formação e qualificação profissional. Então, são metas claras, mensuráveis.

Cabe ao Governo, como já destacado aqui e nas Mesas anteriores, assegurar um ambiente regulatório favorável; um ambiente de negócios, o que não passa somente por regulação, também favorável; investimentos pró-competitividade, como aqui foi falado pelo meu colega do BNDES, que logicamente enfatizou os aspectos relacionados a financiamento, mas falou também dos investimentos em capital humano, em infraestrutura, etc.



O Plano Brasil Maior se consolida com a implantação dos 19 Conselhos de Competitividade tripartites, para que seja uma política industrial elaborada em um ambiente democrático, e institui mecanismos de consulta público-privada, organizada a partir de uma leitura ampla da realidade.

Alguns ganhos importantes com relação a experiências anteriores estão baseados no processo de escolha das representações privadas do setor empresarial e dos trabalhadores, com foco na representatividade, ou seja, no peso das associações, mas também na *expertise* das pessoas. Foram pessoas escolhidas pela sua capacidade de liderança, mas também pelo conhecimento do assunto e daquele setor.

Os resultados têm sido fabulosos. A contribuição tanto dos trabalhadores como dos empresários tem sido de uma qualidade que merece ser destacada, com contribuições bastante concretas, objetivas e que contribuíram para que hoje nós já tenhamos, a partir de várias reuniões... Todos os conselhos já foram instalados, as coordenações sistêmicas também já fizeram no mínimo duas reuniões. E todos já entregaram seus diagnósticos.

É importante dizer que o diagnóstico de Governo é muito parecido com o diagnóstico da sociedade civil organizada, o que facilita uma análise ou uma ação de planejamento mais comum.

As agendas estratégicas de todos os conselhos já estão montadas; e os planos de ação, em fase final. Com essas agendas e planos de ação, com uma visão de longo e de médio prazos, as medidas de natureza sistêmica, somadas a algumas já tomadas, voltadas para a desoneração da folha de pagamentos, estímulo à exportação e a investimentos, nós entendemos que temos um caminho trilhado, um caminho convergente, e que precisamos agora dar celeridade e foco a partir de escolhas estratégicas.

Deputado, aqui encerro minha apresentação de maneira geral. A apresentação tem outros elementos e fica com os senhores. Mais uma vez, parabéns pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Dra. Heloísa Menezes, que fez uma exposição também sobre o Brasil Maior e sua importância na revitalização e estruturação da indústria nacional. Mencionou, sobretudo, a questão da balança comercial, moeda e importações como fatores que também trazem problemas para a indústria nacional.

Quero registrar que estive conosco participando do seminário o Deputado Danilo Forte.

Agora, vamos passar à fase de debates. Vou conceder a palavra ao Dr. José Fernando Cosentino Tavares, consultor de orçamento e mediador deste painel, para tecer considerações a respeito das exposições realizadas e fazer os primeiros questionamentos aos palestrantes. Em seguida, logo após a fala do Dr. Cosentino, eu vou conceder a palavra aos Deputados presentes: Jorge Boeira, Ronaldo Zulke, se desejar também usar da palavra, e Márcio Reinaldo, que está inscrito.

Com a palavra o nosso mediador, Dr. José Fernando Cosentino Tavares.



**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Deputado Sebastião, muito obrigado. Agradeço também ao Deputado Márcio Reinaldo, que aparentemente deu uma saída, por ter-me honrado com o convite para mediar esta palestra.

Eu acredito que nós tivemos uma exposição dos diversos ângulos da questão que nos foi colocada aqui, a do enfrentamento da desindustrialização, ouvindo o setor privado e o Governo, cada um desempenhando seu respectivo papel.

Primeiramente, eu gostaria de fazer uma rápida síntese daquilo que foi dito ou pelo menos do que eu entendi daquilo que nos foi exposto.

Em primeiro lugar, a partir do representante da ABRACE...

**(Não identificado)** - Dr. Cosentino, com licença. Tenho a impressão de que seu microfone está desligado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Temos que ver se o microfone está ligado direito. Peço o apoio da assessoria.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Sou eu que estou falando longe dele. Peço desculpas, Deputado.

Na síntese do que me chamou a atenção, em primeiro lugar, está a questão dos custos da energia.

O setor privado entende que a energia deveria ser mais barata no Brasil e que essa é uma das razões pelas quais a indústria brasileira não é competitiva. O representante da ABRACE chegou a citar até a possibilidade de que esse custo poderia chegar a ser diminuído em 50%, na medida em que isso seria um fomento para a competitividade da indústria brasileira. Basicamente, o alto preço da energia conspiraria contra a produtividade e a economicidade da indústria brasileira. E chamou a atenção a alegação de que não bastaria apenas a redução dos tributos; teria que haver realmente investimento na produção a preços mais adequados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Acredito que o senhor precisará falar com o microfone de frente.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Assim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Isso.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Desculpem-me. Estava bom agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Estava, mas se falar de frente fica melhor. Obrigado.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - A posição dos trabalhadores que foi trazida aqui não se preocupa com o fenômeno da desindustrialização. O representante do DIEESE nos chamou atenção para o fato de que eventualmente as



estatísticas brasileiras devessem ser aprimoradas, no sentido de incorporar como emprego gerado pela indústria os empregos que hoje são registrados como sendo do setor de serviços, naquela parte do setor de serviços prestados à indústria.

Eles têm uma proposta — é a visão das centrais sindicais — que consistiria primeiro na inclusão dos miseráveis brasileiros, para que eles pudessem compor a força de trabalho no País e levassem a que o crescimento brasileiro viesse através da dinâmica do mercado interno. Enfim, o consumo brasileiro poderia ser ainda melhorado a partir da inclusão de 16 milhões de indivíduos que hoje estão fora da força de trabalho.

Finalmente, trouxe uma proposta de um pacto capital-trabalho no Brasil que seria efetuado mais ou menos em moldes japoneses, quando o Japão se voltou para a industrialização intensiva.

O problema da educação foi citado nesse contexto. Para que esses 16 milhões de indivíduos possam ingressar no mercado, haveria que se educá-los, prepará-los, dar-lhes aptidão e atitude para ingressarem na força laboral.

Na visão da indústria, não se pretende... A ideia dela não é voltar à participação que o setor tinha nos anos 70, mas sim trabalhar por uma agenda que permita melhorar a produtividade do setor no País. E ressaltou o papel do Governo nisso, o papel de coordenação, de forma a que se consiga vencer uma série de barreiras no Brasil, trazidas pela própria Constituição brasileira e que obrigam a que reformas muito importantes e profundas, que exigem muito capital político, sejam desenvolvidas para que alcancemos os resultados pretendidos.

Os problemas, na visão da indústria, seriam basicamente: a tributação — e foram vários os casos citados aqui de inadequações, digamos assim, da legislação tributária —; a própria questão federativa, a divisão entre as esferas de Governo e todas as dificuldades dos diversos tributos federais, estaduais e municipais; a infraestrutura, que terá de ter as condições bastante melhoradas para que a produtividade seja aumentada; as relações de trabalho, que são difíceis no Brasil; e a questão novamente dos custos, o que o representante da ABRACE já havia levantado.

Na verdade, a questão regulatória também seria muito importante para que se desse segurança jurídica aos empreendimentos e à indústria. São questões que realmente estão incrustadas na Constituição e que, para serem reformadas, exigem um empenho muito grande do Governo e do setor privado.

A CNI, pelo que nos foi dito aqui, também, de certa forma, relativiza a crise. A afirmação feita aqui foi de que o futuro da indústria depende mais do que nós fazemos aqui e menos daquilo que está acontecendo fora do País.

Do ponto de vista do BNDES, existe um grande problema de custos no Brasil. O exemplo citado em particular foi o custo unitário da mão de obra, o custo unitário do trabalho, que mais que dobrou nos anos recentes, enquanto que em países que competem conosco ficaram relativamente estáveis, caíram ou cresceram pouco.

O papel do BNDES foi ressaltado a partir da contribuição que o banco dá para favorecer o custo do capital, em particular via empréstimos a taxas de juros bastante baixas ou mesmo negativas, e da articulação que tem feito com as entidades patronais



para a melhoria do capital humano, mapeando os setores onde se deve investir tanto em capacitação de trabalhadores como no fornecimento de capital a taxas favorecidas.

Finalmente, tivemos aqui a apresentação do Plano Brasil Maior em todos os seus detalhes, revelando, digamos, a precisão e a minúcia com que essas questões estão sendo tratadas no âmbito do Governo, como que respondendo ao desafio do setor privado de que é necessária uma grande coordenação e articulação na Esplanada dos Ministérios, ou seja, todos os agentes de governo devem se voltar em torno dessa agenda da melhoria da competição da indústria brasileira.

Ressalto então alguns pontos me chamaram mais a atenção, bem como algumas reflexões que foram sendo feitas enquanto eu assistia aos debates.

A primeiras delas é a questão fiscal. O crescimento do País — e ele é movido pela indústria — é extremamente importante para o equilíbrio das contas públicas. É verdade que, a cada ponto percentual do PIB que se deixa de crescer, a perda de arrecadação é, realmente, muito grande.

Constata-se que existe também uma impressão geral e uma impressão disseminada entre os participantes aqui, entre todos aqueles que se fizeram representar neste painel, no sentido de que a crise externa é uma situação passageira e não deveria ser um fator determinante da atuação do Brasil no sentido de fortalecer a nossa indústria. Nós teríamos que ver mais adiante da crise, apesar de, evidentemente, termos que, aqui e lá, apagar alguns incêndios para salvar alguns setores que estiverem sendo mais profundamente afetados pela apreciação do real ou pela queda da demanda externa em relação aos produtos brasileiros.

Ficaram dois pontos importantes com os quais, após citá-los, eu encerraria a minha participação, e que estariam na pergunta feita pelo próprio tema deste Painel 4: qual é o papel dos empresários e qual é o papel do Estado dentro desse enfrentamento ao problema por que passa a indústria brasileira?

Fica mais ou menos aparente, a partir do debate que nós tivemos aqui, que a indústria brasileira está procurando promover e levar a cabo uma agenda de demandas que estão devidamente identificadas e já são objeto de vários projetos que estão tramitando aqui no Congresso, enquanto o MDIC tem um plano que é bastante amplo para enfrentar essa situação, que seria, realmente, transitória.

Eu devolvo a palavra ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Dr. José Fernando Cosentino Tavares, Consultor de Orçamento e mediador deste painel, pela primeira participação de V.Sa. nos debates como mediador.

Agora vamos então passar a palavra aos Deputados presentes.

Convido então a usar da palavra o Deputado Jorge Boeira.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.



**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Gostaria de parabenizar todos os palestrantes, que demonstraram profundo conhecimento dos diferentes temas de que cada um trata — energia; indústria; setor financeiro, com o BNDES; a relação dos trabalhadores. Aliás, Dr. Clemente, gostaria de parabenizá-lo de forma especial pela sua falação e pela identificação clara de qual é o cidadão que nós temos que inserir social e economicamente neste País. E ao Dr. José Cosentino parabenizo pela avaliação que fez do painel.

É claro que nenhum de nós, Parlamentares, veio aqui com uma fala preparada. Todas as nossas falas evidentemente vão refletir ou tentar fazer o contraponto com as falas que nós ouvimos aqui. Mas o que se observa de extremamente positivo em todas as falas é a preocupação com a indústria brasileira — e repito as palavras do Dr. José Augusto — daqui para frente, como se nós não tivéssemos passado.

Gostaria de fazer aqui um exercício com os senhores, dentro da conjuntura econômica mundial atual, de uma Europa em crise, de um Estados Unidos que anda de lado, de uma Ásia que tem um contingente de trabalhadores ainda no campo para trazer para a cidade e usar como mão de obra barata na fabricação de produtos de exportação para o mundo e ávida por mercado. E esses produtos deságuam exatamente nos países em desenvolvimento, principalmente o Brasil.

Não quero falar aqui de questões macroeconômicas. Eu não vou falar aqui do dólar, da questão tributária, porque todos nós sabemos. E ninguém veio aqui fazer choro por conta disso, porque todos os países têm impostos, e nós sabemos que os impostos são importantes, porque nós temos um Estado de que temos que dar conta. Talvez, se fôssemos falar de carga tributária, nós teríamos exatamente que trabalhar para acabar com a sonegação fiscal no Brasil, porque aí todos evidentemente pagaríamos menos. Mas não quero entrar nesse discurso.

Só fico aqui imaginando um empresário que tenha uma empresa média no Brasil, uma empresa que fature de 40 milhões de reais a 200 milhões de reais/ano, e que foi pego pela crise mundial e viu que a sua empresa não tinha competitividade, até porque teve dificuldades em determinados momentos para importar equipamentos que garantissem sua modernização.

E nós temos que fazer *mea culpa*, porque a nossa indústria de máquinas e equipamentos, de bens de capital, não é das mais modernas. Os equipamentos que produzimos não têm a melhor qualidade e não garantem os menores custos operacionais. Essa é uma verdade. Nós não temos competitividade, inclusive em bens de capitais, com relação ao resto do mundo.

Mas fico imaginando um empresário neste momento, no meio da fábrica, tendo caído o seu faturamento — nós estamos falando em desindustrialização —, e ele tendo que quitar uma folha de pagamentos da qual o Governo diz que daqui a 3 meses vai reduzir alguns encargos. Mas ele tem que pagá-la agora. Eu fico imaginando na hora em que ele vai pagar a conta da energia — porque ele tem que pagar —, cujo custo vai cair 50%, e ele tem condição de ir ao BNDES para buscar recursos para capital de giro. Talvez esse cidadão precise de 30 milhões de reais para capital de giro. Possivelmente. Um cidadão que tem uma empresa de 40 milhões de reais a 200 milhões de reais de faturamento ao ano vai precisar de 10 milhões de reais a 30 milhões de reais para capital de giro. E não adianta ir a agente financeiro. Vai chegar ao BNDES, e lá vão dizer: "*Nós financiamos investimento; capital de giro, não*". E, se for financiar capital de giro, vai bater na casa de 12% também, porque tem o banco, mais a taxa do banco, mais a taxa



disso, mais a taxa daquilo, e vai para 12%, e não para os 4,5% propalados. O que faz esse cidadão? Como ele vai modernizar a empresa dele? Como é que ele vai suportar toda essa situação momentânea para pensar em daqui a 1, 2, 3 ou 5 anos?

Na lógica do projeto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio... Muito mais na fala do Ministro, que pergunta: "*E a sua empresa? Ela está preparada para o futuro?*" Ela não está preparada para hoje, gente! Como ela vai estar preparada para o futuro? Parece muito mais uma pergunta de consultor do que propriamente de quem tem vivência dentro de empresas e de indústrias.

Eu acho que a nossa preocupação — e esse é um dos papéis do BNDES neste momento — tem que residir exatamente em como podemos fazer para dar apoio e garantias às empresas que temos atualmente, na lógica de pelo menos garantirmos aquilo que temos no mercado interno.

Ninguém vai conseguir exportar neste momento. O mundo não quer comprar. Nós ainda temos a sorte de ter investido muito em tecnologia na agricultura. Aliás, é paradoxal o desenvolvimento tecnológico que alcançamos na agricultura e o da indústria. O que tem salvado o Brasil é a agricultura. Isto é visto a olhos nus: o quanto a agricultura tem sido responsável pelas nossas pautas de exportação! E qual é o problema de produzirmos *commodities*? As lavouras de soja, de feijão não compram tratores? Elas não compram vários outros tipos de equipamentos e não incentivam a indústria? É claro que incentivam! Então, acho que temos de pensar, neste momento, no mercado interno principalmente.

Agora, como fazemos, neste momento, para garantir a sobrevivência das indústrias, das empresas? E nós não estamos falando do pequeno e do microempresário. Estamos falando de várias empresas no Brasil que estão com dificuldade de obter capital de giro, financiamento, empresas que não têm recursos para fazer modernização, com máquinas mais produtivas, com custos operacionais mais baixos, com o processo de robotização. E não é com o objetivo de precarizar mão de obra ou de demitir trabalhadores. Pelo contrário, esse processo tem mostrado muito claramente que, além de contratar e qualificar trabalhadores, que vão ganhar muito mais, são necessários mais trabalhadores, porque todas essas empresas vão fazer mais turnos, exatamente porque têm um capital de ponta, moderno e com qualificação para produzir mais, para trabalhar mais horas, para fabricar mais produtos e reduzir o custo unitário, Dr. Francisco. Essa é a única saída da indústria neste momento. Então temos que pensar no hoje, em como fazer para garantir que essas empresas tenham acesso a recursos financeiros do BNDES e de todas as outras entidades que se envolvam nisso.

Acho superbacana — gostaria de finalizar minha fala —, extremamente importante que nós tenhamos preocupação com o futuro. É importante, sim. Não adianta querermos construir um país com desenvolvimento tecnológico, se não qualificarmos o trabalhador para o mercado de trabalho atual. Agora, num país onde o cidadão termina o ensino médio e conhece só 30% dos conteúdos de Português e 11% dos conteúdos de Matemática, como vamos formar cientistas? Como vamos fazer desenvolvimento tecnológico neste País? E quando falo em 11%, incluo aí as escolas privadas, não só as públicas, não. Possivelmente, se considerarmos só as escolas públicas, esse percentual vai cair muito mais.

Então, eu me associo a tudo aquilo que foi aqui falado, pensado, projetado. Agora, a grande maioria dos empresários está vivendo dificuldades hoje. Se realmente



não assistirmos esses empresários, teremos um processo de desindustrialização. Não adianta isso daqui a 6 meses, 1 ano ou 2 anos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Deputado Jorge Boeira.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a todos os palestrantes que aqui estão por terem aceitado o convite das Comissões que se responsabilizaram por este evento. Aproveito para ressaltar o papel da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na pessoa do Presidente Sebastião Bala Rocha, que nos apresentou uma participação muito ativa, não só pessoal, mas também por meio de sua assessoria.

Este evento se dá em continuidade aos trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional, e a meta é que não venhamos só buscar os diagnósticos, mas que deixemos algumas recomendações objetivas para que o poder público e a sociedade assumam cada um a sua parte.

Aqui vários pontos foram levantados, várias questões. Agora mesmo a imprensa me perguntou: "*E agora o que vocês vão fazer? Vão fazer lei para corrigir isto ou aquilo?*" Talvez seja um caminho. Mas, se não estiver de acordo com o Palácio do Planalto, a Presidente vai vetar. Se ela não gostar, veta mesmo. Então eu acho que temos que fazer um trabalho positivo, pensando para frente.

O Paulo Jerônimo levantou alguns problemas com os quais eu já venho me angustiando há longo tempo. O Cosentino, no Orçamento, deve sentir também bastante isto. Refiro-me aos recursos que ficam contingenciados basicamente para fundos de empreendimentos ou de fins tecnológicos ou para pesquisa e acabam não acontecendo.

Eu me lembro do fundo para pesquisas na área de telecomunicações. Bilhões e bilhões de reais ficaram, durante anos e anos, sem ser aplicados, servindo para formar o superávit primário. No fundo, para quê? Para pagar os bancos, só. Só! O Governo queria estar em paz com os bancos, tanto o de Fernando Henrique como o de Lula ou o de quem fosse — isso já vem de longa data.

Com isso, o poder público vai perdendo a capacidade de arrecadação que tem, cada vez mais forte, e que possibilita a ele fazer com que as coisas cheguem ao lugar certo. Quanto não está faltando de inovação em determinados segmentos, inclusive no setor energético? Quanto não está faltando para resolver o problema, por exemplo, da preparação da mão de obra profissional, no SENAI, no SENAC?

Eu sou de uma região promissora em Minas Gerais, o vetor norte de Belo Horizonte, que cresce e para onde estão direcionadas as principais indústrias que se assentam no Estado. Mas em que nós vamos esbarrar e estamos esbarrando? Na falta de mão de obra adequada e em quantidade.





Recentemente, lá foram instaladas mais de 40 indústrias ligadas ao segmento do cimento, que o próprio BNDES financiou. Está chegando lá a Caterpillar, com produção de locomotivas. A Iveco, uma indústria muito forte, está trazendo todos os seus mais de 50 fornecedores para junto dela. O que vai faltar lá? Vai faltar técnico. Vai faltar o SENAI ter, não uma unidade formadora, mas duas, três, quatro. E assim em cada região que fosse desabrochando nesse processo.

Vejam que a coisa é muito mais complexa. Aí, dizem: "*Mas o ensino fundamental está ruim*". Está. É responsabilidade do Estado e do Município. Agora, os prefeitos dizem: "*Ah, estão empurrando coisas na saúde, na educação, nas creches para os Municípios*". Os Municípios já não aguentam mais. Eles vão recebendo a carga, e o Fundo de Participação dos Municípios, que é a receita fundamental dos Municípios menores, já está estrangulado.

Estão gritando isso não é de hoje. A Marcha dos Prefeitos, recentemente, mostrou isso, com uma grande indignação. É muito problema acumulado.

Eu acho que na área, por exemplo, da indústria, temos muitos esclarecimentos, mas temos muitos desafios pela frente. Um dos palestrantes que esteve aqui, o Savasini, deixou claro: "*No Brasil, todo equipamento, toda máquina que fosse para o setor industrial deveria estar isenta de imposto*". Mais, talvez, do que veículos, que estamos comprando no mercado consumidor, e já não há mais nem lugar para estacionar.

Então, eu acho que, no tocante à formação técnica, é fundamental que o Executivo e o Sistema S estejam acoplados para melhorá-la. De outro lado, eu acho que, com relação ao custo da energia elétrica tão elevado, como tem sido demonstrado, nós temos que caminhar para um procedimento de redução de custo e, aí, ver onde está o gargalo do processo.

Creio que poderemos fazer muito mais, estando atentos naquilo que depender de cada Parlamentar, produzindo projeto específico, seja na área A, seja na área B, seja na área C, para que realmente venhamos a melhorar a legislação específica. Mas sempre com a preocupação de negociar previamente com o Executivo, senão vai ser vetado.

Nós produzimos no ano passado uma LDO que parecia ser a salvação dos grandes clamores do orçamento público brasileiro. E 38 artigos foram vetados. Eu fui o Relator, então estou à vontade para falar. Foram 38 vetos. Depois, o Governo, até por medida provisória, portaria, decreto, recompôs alguma coisa. Mas o próprio Executivo hoje chora muita coisa que foi vetada lá atrás e que seria a solução para determinadas dificuldades existentes.

Também foi mostrado aqui muito claramente o problema do câmbio. Só ele onera em mais de 45% o custo. Mas se formos ver, até ontem ou até poucos dias atrás, o câmbio estava mais ou menos 40% defasado. E se analisarmos os produtos que vêm da China, que já chegam aqui com a moeda desvalorizada em mais de 60%, veremos que nós temos um buraco tremendo de custo.

O que podemos fazer sobre isso? Sobre esse processo da importação chinesa, disse um pessoal de Taiwan, quando visitei o país há uns 6 anos, que fazer parceria com a China seria a derrocada da indústria brasileira. E parece que eles estavam bem conscientes daquilo que estavam propugnando. Realmente, com os produtos chegando aqui, da forma como estão... Este terno comprei há pouco tempo numa loja. Quando vi:



*Made in China*. Eu reclamei, e o vendedor disse: "Não, ele foi cortado aqui no Brasil, mandado para a China, montado lá e voltou". Quer dizer, é uma brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - E ainda sai mais barato do que se fosse fabricado aqui.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Sai mais barato, tanto que tiveram lucro. E talvez esteja sobre essa falsa base produtiva local grande parte da discussão sobre o que é industrial e o que é de serviço.

Nós temos muita coisa realmente que precisa ser feita. "Ah, precisamos proteger a indústria brasileira". Talvez seja o caminho. Eu não vejo muita coisa. Mas acho que temos que ter vontade política e mão de ferro do Executivo para fazer as coisas chegarem aonde devem, senão nós vamos ficar com a indústria toda quebrada em pouco tempo e eventualmente nas mãos desse pessoal — ou da China, ou do Vietnã, ou sei lá de quem.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer. Acho que por aí nós vamos começar a nos conscientizar de todos esses problemas. Acho que as informações trazidas a este seminário foram muito ricas. Eu deixarei uma equipe para montar, devidamente, as recomendações, sugestões, apontamentos, para que de fato deixemos essa página no Congresso Nacional. E ela ficará à disposição tanto de todas as entidades governamentais como também da sociedade brasileira, porque, se amanhã alguém disser que não fizemos nada, pelo menos essa informação, de uma maneira democrática, positiva, estará aí.

Agora, se tivermos capacidade de avançar com um trabalho a quatro mãos com o Executivo, nós poderemos ter deliberações e decisões muito mais positivas para enfrentar o futuro.

No mais, agradeço a todos os senhores e senhoras, porque realmente foi muito bom. Quero ressaltar que só me animei a avançar com este seminário no dia em que tive o sinal verde do Ministro Fernando Pimentel, que realmente nos deu todo o apoio com sua equipe. Nós pudemos nos sentir à vontade para evoluir. Naturalmente, as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Trabalho, de Ciência e Tecnologia e de Finanças e Tributação puderam também contribuir.

A missão nos deu a sensação da responsabilidade, do risco de algo dar errado, mas eu acho que valeu a pena. Precisávamos efetivamente chegar a isso, porque de fato o setor industrial clama por alguma coisa. E a forma que tínhamos de contribuir era essa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Presidente Márcio Reinaldo Moreira. Parece-me que o mecanismo mencionado por V.Exa., o qual, se não me engano, em inglês se chama *outsourcing*, está acontecendo no mundo inteiro. Empresas americanas, europeias e até brasileiras, como no caso, montam fábricas ou fazem parcerias com fábricas chinesas. O produto é fabricado lá e depois vendido aqui. Isso reduz a empregabilidade aqui no Brasil, assim como nos outros países, e a China só faz alimentar sua cadeia produtiva, cujo custo operacional é baixíssimo, em razão dos salários muito baixos. Esse é um dos sérios problemas da tão falada globalização que estamos vivendo.



Devolvo a coordenação dos debates ao mediador — parece-me que ainda existem perguntas da plenária — e informo também que, ao final do painel, serão entregues os certificados aos participantes que aqui estão.

Com a palavra, então, o Dr. Fernando Cosentino.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Muito obrigado.

Nós temos de fato quatro perguntas encaminhadas pelos participantes do debate, sendo a primeira dirigida ao Dr. Paulo Pedrosa, da ABRACE, e vem de Ana Cláudia, que é aluna do UNIEURO. A pergunta é a seguinte: *"Qual é a estratégia que as grandes indústrias usam para a redução de custos com relação à energia elétrica?"*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Perdão, Dr. José Cosentino. É uma pergunta para cada debatedor?

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Deixe-me verificar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Eu gostaria de pedir aos debatedores que, ao responderem às perguntas, já fizessem suas considerações finais.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Estão me sugerindo aqui que eu já faça todas as perguntas de uma só vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - É melhor. Leia as quatro perguntas, e vamos ver quem as irá responder. À medida que as forem respondendo, vão também tecendo as considerações finais.

**O SR. JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES** - Muito bem.

A segunda pergunta, da parte de Ludmila Monteiro, dirigida ao Dr. José Augusto Coelho Fernandes, da CNI, é a seguinte: *"Para sermos competitivos precisamos de qualidade em serviços, profissionalização e preço. Na sua opinião, como conseguir alcançar o mercado internacional, já que temos problemas de qualidade nos serviços brasileiros? Como o senhor vê o avanço da China? Os produtos têm mais qualidade que os nossos?"*

A terceira pergunta vem de Ximenes, do Conselho de Economia do Estado do Pará — CORECON-PA. Ele dirige-se a dois palestrantes: José Augusto Fernandes e Heloísa Menezes. A colocação é a seguinte: *"Se é que entendi, parece-me que as políticas industriais traçadas pelo Governo estão descoladas das necessidades destacadas pelos representantes dos empresários. Gostaria muito de sair daqui sem essa dúvida".*

Finalmente, Isadora Costa, que não identifica o painelista a quem ela gostaria de se dirigir: *"Muito se falou sobre as dificuldades enfrentadas no Brasil, como a educação, altos custos de insumos intermediários, insuficiência tecnológica e altas taxas de juros. Também foi dito que corrigir esses pontos é papel do Estado e um processo estrutural. Quais são as medidas e ações indicadas para os empresários, para que eles consigam manter suas empresas ativas, principalmente dos setores têxtil e calçadista, que sofrem diretamente com importações chinesas, até que essas políticas citadas aqui sejam colocadas em prática?"*



São essas as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - O.k. Eu acho que esta pergunta pode ser respondida também pelo Dr. José Augusto. Depois nós vamos conceder a palavra para as considerações finais ao Dr. Francisco e ao Dr. Clemente, que, se desejarem, também poderão fazer alguma abordagem sobre as perguntas.

Então, vamos começar pelo Dr. Paulo para responder à primeira pergunta. Se os senhores desejarem as perguntas por escrito, nós as temos disponíveis.

Pode iniciar, Dr. Paulo.

**O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA** - Obrigado, Deputado Sebastião Bala Rocha. Eu vou me dirigir a Ana Cláudia, da UNIEURO, mas também ao conjunto dos participantes do painel e aos meus colegas de Mesa.

A energia é recebida de forma diferente por diferentes indústrias. Para algumas, ela chega a representar 70% do custo de produção, como é o caso das indústrias de gases industriais; para outras, 30%, 40%, 20%, 15%. Então, o efeito da energia na competitividade da produção é variado, ou seja, também depende muito do grau de exposição do produto daquela indústria à competição internacional. Quer dizer, para determinados produtos que são *commodities*, que chegam com facilidade ao mercado nacional e competem com a produção nacional, não há o que discutir. A indústria nacional vai ter que se adaptar ao preço que está sendo imposto pelo mercado ou simplesmente parar de produzir, o que já está acontecendo em alguns casos. Em outros casos, aquele preço naturalmente é repassado na cadeia produtiva e afeta profundamente a sociedade.

Por isso, argumentamos que esses encargos que consomem metade do que nós pagamos na conta de energia — impostos, subsídios cruzados, taxas — e incidem majoritariamente nas grandes indústrias de aço, alumínio, vidro, ao longo das cadeias produtivas, eles se somam na chegada ao produto final. Por exemplo, o sonho dos brasileiros, a casa própria ou o carro próprio, é, no fundo, combinação e recombinação de aço, plástico, vidro, borracha, todos eles produtos intensivos no uso da energia. As empresas se defendem disso com os instrumentos que têm: mais eficiência energética, uso de outros energéticos que não a energia elétrica ou o gás, que têm preços proibitivos no Brasil. Isso tem aumentado, por exemplo, o uso da energia de biomassa e mesmo, em algumas indústrias, da lenha.

O Deputado Esperidião Amin, de Santa Catarina, sabe o drama da indústria de cerâmica no Estado, que poderia ter acesso a um gás competitivo e hoje é obrigada, muitas vezes, a tentar sobreviver com base em combustíveis caros, como lenha.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA** - Três vezes. E até nós chegamos a dizer que o gás no Henry Hub, nos Estados Unidos, há 1 mês, era 2,5 dólares, enquanto pagamos 16, 17, 18 dólares aqui no Brasil, com impostos.

Então, as indústrias se defendem com eficiência, buscando alternativas no mercado livre de energia, que precisa ser fortalecido, diversificando a produção. E muitas



vezes simplesmente não se defendem, perdem espaço, investindo no exterior. Muitas das indústrias associadas à ABRACE, não por querer, mas por simples questão de sobrevivência, têm investido no exterior, no México, nos Estados Unidos, deslocando produção e empregos que poderiam estar no Brasil e que se perdem em função do preço alto da energia.

Atendendo ao Deputado Sebastião Bala Rocha, faço também minha consideração final dizendo que a nossa contribuição a este seminário é que energia deve ser percebida, e está sendo cada vez mais, pelo Governo e pelo Congresso como um elemento importante de política pública. As distorções que se acumularam no custo da energia e que dobraram o custo da energia para a indústria nos últimos 10 anos, se forem corrigidas, vão resultar em mais desenvolvimento, mais emprego, mais arrecadação. Esse é um caminho virtuoso. Parece haver consciência no Governo e no Congresso de que medidas têm de ser tomadas. O importante agora é garantir que essas medidas tomadas se reflitam em modicidade, é claro, mas, dentro do grande campo da modicidade, que elas foquem naquelas ações que vão promover competitividade para a indústria e para a produção nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Dr. Paulo, parece-me que a autora da pergunta gostaria de complementar, embora o senhor já tenha feito suas considerações finais.

**A SRA. ANA CLÁUDIA** - Só reiterando minha pergunta: há alguma objetividade de busca de investimento à inovação com relação à redução de custo da energia, adentrando vários segmentos da indústria, que seja gás industrial, alumínio ou vidro?

**O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA** - Para o caso da grande indústria, em que a energia representa 15%, 20%, 30%, isso acontece naturalmente. Acontece por uma questão de sobrevivência. Se nós visitarmos as grandes indústrias, veremos que elas têm dezenas de exemplos de soluções inovadoras utilizadas para reduzir o custo da energia.

Em cada processo produtivo, diversas alternativas vêm sendo testadas, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Não é uma questão puramente de inovação ou desenvolvimento tecnológico. Para muitas delas, é uma questão simplesmente de sobrevivência, e tem acontecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Eu quero registrar a presença aqui de dois Deputados que são de Estados preeminentes nessa área da indústria e que foram Governadores: Esperidião Amin, de Santa Catarina, e Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

Eu vou conceder agora a palavra ao Dr. José Augusto para fazer sua abordagem às perguntas e, ao mesmo tempo, liberá-lo, porque ele tem um compromisso de voo. Então, assim que concluir as respostas, o senhor está liberado do nosso painel. Agradeço desde já a sua participação.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES** - Muito obrigado, Deputado.

Há uma pergunta da Ludmila. Ela indaga se, para sermos competitivos, precisamos de qualidade em serviços e profissionalização em preços.



Eu estou entendendo aqui serviços de fato como serviços. Não há dúvida de que há uma assimetria no grau de competição e abertura entre o setor industrial e o setor de serviços. O setor industrial é um setor de bens comercializáveis. Ou seja, praticamente tudo o que produz aqui eu posso comprar de algum outro lugar do mundo. Na área de serviços, nem sempre isso é verdade. O corte de cabelo que a gente faz, por exemplo, a gente faz aqui. O Deputado Esperidião Amin só o faz em Santa Catarina, porque lá há um sistema especial. (*Risos.*)

Obviamente, a área de serviços é muito mais protegida da concorrência internacional. Não por acaso, se observarmos a inflação dos últimos 12 meses, há uma brutal diferença entre o comportamento dos preços industriais e dos preços de serviços. O preço industrial está domado pela competição doméstica e pela competição externa.

Para o Brasil ser mais competitivo, eu preciso de mais competição no setor serviços. Exemplo: transporte marítimo. Se eu faço um trajeto daqui a Buenos Aires, eu tenho uma série de monopólios, etc., etc., sobre que tipo de navio pode trafegar, e assim por diante. Isso eleva o meu custo industrial.

O meu acesso a determinados serviços internacionais tem uma tributação hoje de quase 43%. Isso afeta, inclusive, as minhas indústrias de maior valor agregado. Possivelmente, para um avião da EMBRAER, 1% é tributo na área de serviços, porque ela tem que depois prestar esse serviço do avião lá fora. Hoje eu perco oportunidade de ter empresas aqui como plataforma de exportação para a América Latina por conta da estrutura tributária do setor serviços. Então, o tema serviços é um tema importante. Se eu observo a competitividade global do Brasil, eu tenho que observar não apenas a indústria, mas os demais setores da economia.

A segunda questão, da Isadora, faz referência às dificuldades enfrentadas pelo Brasil, aos vários obstáculos. Ela focaliza especialmente dois setores que estão sofrendo mais concorrência neste momento, tanto da China, quanto da falta de mercado na Europa e nos Estados Unidos, que são os setores têxtil e calçadista. Aqui eu diria que os desafios para esses dois setores são muito grandes, porque são setores intensivos em trabalho. São setores que, no mundo asiático, têm custos de trabalho que são talvez dez vezes menos do que no Brasil. E não é nosso objetivo ter um salário dez vezes menor.

Então, essa indústria, no médio e longo prazo, obviamente tem que passar por um processo de transformação. Não tem jeito. Ela vai buscar nichos mais localizados, mais *design*. É por aí que ela vai ter que sobreviver. Ela vai ter que, de fato, enfrentar um processo estrutural. Agora, ela precisa de um determinado suporte para essa transição. São empresas dependentes principalmente de capital de giro. Nós mencionamos aqui várias iniciativas voltadas para essa área. São empresas que dependem de processos de modernização muito associados ao equipamento; o equipamento é chave.

Eu diria que são dois setores extremamente importantes, porque estão muito diversificados no País. Esse processo de mudança estrutural, inclusive, já vem ocorrendo há mais de uma década, com a transição de muitas dessas empresas inclusive para o Nordeste do Brasil, em busca de mais competitividade, etc., etc. Então, aqui não há dúvida de que são dois setores importantes, mas que estão enfrentando uma agenda de transformação muito expressiva.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Há uma terceira pergunta, que acredito possa também ser abordada pelo senhor, pela Dra. Heloisa e pelos demais debatedores.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES** - Sim, perfeito. É aquela pergunta sobre se as políticas industriais traçadas pelo Governo estão descoladas das necessidades destacadas pelos representantes empresariais.

Inicialmente, é importante dizer que a agenda que eu mencionei aqui não é necessariamente a agenda global da indústria, mas a agenda que nós percebemos que tem projetos em tramitação no Congresso Nacional. Ou seja, os projetos que nós localizamos em infraestrutura, tributação e relações do trabalho são projetos que já estão aqui. Não estou inventando nada novo. Então, uma agenda de política industrial obviamente é muito mais abrangente do que esses três temas que localizei. Eu diria até que, em outros países que já resolveram isso, você não vai nem chamar isso de política industrial, é política para melhoria do ambiente de negócios.

E vários desses temas estão na agenda do Plano Brasil Maior. Toda a agenda de desoneração de investimentos, de exportação e de desoneração da folha está no Brasil Maior, alguns temas inclusive em medidas provisórias que estão sendo analisadas aqui. Agora, especialmente no tema tributário, nós temos que ser mais ambiciosos e temos que ter uma agenda para terminar, nos próximos 3 anos, com o Sistema Tributário Brasileiro com essas características, resolvendo esses problemas, porque temos sido lentos nesse processo, lentos não apenas nos últimos 2 anos, mas inclusive numa perspectiva de médio e longo prazo, de 15 a 20 anos. Não é possível que terminemos os próximos três anos com essa agenda inconclusa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Dr. José Augusto. Conforme já mencionei, na hora em que V.Sa. precisar cumprir seu compromisso, fique à vontade, está liberado.

Com a palavra a Dra. Heloísa Menezes, para responder a essa mesma pergunta, se as medidas do Governo estão descoladas das necessidades prioritárias do setor industrial. Dra. Heloísa, para suas considerações finais também, por gentileza.

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Deputado Bala Rocha, eu queria pedir licença para também, respondendo a essa pergunta, abordar pontos mencionados pelo Deputado Jorge Boeira que se relacionam à sobrevivência das empresas e ao problema de se produzir *commodities*.

Posso afirmar que não há problema. Aliás, as *commodities* foram responsáveis por gerar uma base importantíssima de sustentação da nossa economia nos últimos anos, com geração de divisas fundamentais para garantir uma estabilidade no País. As *commodities* também incorporam tecnologias fundamentais que perpassam por outros setores.

Não houve tempo aqui para falarmos de medidas que o Governo já adotou, pensando na sobrevivência das empresas. Entro aqui na pergunta sobre sugestões para o setor têxtil e calçadista se manterem vivos, enquanto as medidas de longo prazo não fazem efeito.



O Governo já adotou, desde a implantação do Plano Brasil Maior, um conjunto enorme de medidas de natureza estrutural e conjuntural também que contribuem para esse processo. Eu diria que os setores têxtil e calçadista foram os setores mais beneficiados com essas medidas. Eu destacaria aí a natureza estruturante, sistêmica, a desoneração da folha, a melhoria e a ampliação de crédito, da maneira destacada aqui pelo meu colega do BNDES, de maneira agressiva, com taxas de juros, principalmente do PSI, com ampliação de várias linhas do banco. Esta semana, inclusive, houve alterações mais agressivas também.

O uso do poder de compra do Estado, como indutor do desenvolvimento, está sendo ampliado, com a adoção de margens de preferência, para a cadeia têxtil e de vestuários, para a cadeia de saúde, motoniveladoras, retroescavadeiras, com margem de preferência para a indústria nacional. Isso é fundamental.

Tivemos ainda a resolução do Senado, que abordou de maneira importantíssima a guerra dos portos, medidas na área de formação profissional, como o PRONATEC, as bolsas para estudantes brasileiros no exterior.

De maneira sistêmica e estruturante, também o regime automotivo, que vai vigorar a partir de 2013 e atrela desonerações a contrapartidas de investimento em pesquisa e desenvolvimento, investimento produtivo no Brasil e uma série de outras contrapartidas são medidas fundamentais para ampliar nossa base de produção e assegurar a existência da indústria no Brasil, além de outras medidas de natureza mais conjuntural, como uma postura mais agressiva na defesa comercial.

Nunca se adotaram tantas medidas de defesa comercial no Brasil. Nunca foram aplicadas tantas medidas *antidumping*. Foi adotada salvaguarda, estão em análise várias outras medidas, e o MDIC, junto com a Receita Federal, está sendo muito mais célere nesse processo. E outras medidas de desoneração já foram aplicadas para várias cadeias, com o aumento da base do SIMPLES, etc. Eu diria que há uma base de sustentação muito boa para esses setores ameaçados com relação às importações.

Reiterando as palavras de José Augusto, não vemos a política industrial colocada pelo Governo como deslocada das necessidades das empresas. Muito pelo contrário, ela é fruto de uma leitura da necessidade das empresas e do diálogo do Governo com o setor empresarial e, agora, com a participação dos trabalhadores também nos conselhos e nas coordenações sistêmicas, incorporando a sociedade civil como um todo.

Partimos de um diagnóstico comum. O Ministro Fernando Pimentel costuma dizer que é impressionante como o diagnóstico é extremamente convergente entre as necessidades do setor empresarial e as medidas do Governo.

O caminho está sendo traçado, está sendo perseguido e está sendo afinado cada vez mais nessa composição tripartite. É importante, Deputado Márcio Reinaldo, que as contribuições deste Seminário cheguem ao Ministério do Desenvolvimento, aos Conselhos de Competitividade, à Coordenação do Plano Brasil Maior, o mais rápido possível. Essas sugestões são muito bem-vindas e serão, certamente, incorporadas.

Fica como considerações finais a abertura permanente do diálogo com o Legislativo, através tanto dos Parlamentares, individualmente, como das Frentes Parlamentares e das Comissões. O diálogo está estabelecido e precisa ser aprofundado não só através da compilação dessas sugestões deste Seminário, mas também dos vários





encontros que já estamos realizando no Ministério, aos quais o Ministro Fernando Pimentel tem todo o desejo de dar continuidade.

Parabéns novamente pela iniciativa. Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Dra. Heloísa.

Eu vou passar a palavra para os demais palestrantes e para o nosso mediador fazerem suas considerações finais. Depois vamos ouvir também o Deputado Esperidião Amin, o Deputado Azeredo, se desejarem fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Só quero formular uma questão sobre a Argentina. Há alguma novidade sobre a Argentina? Eu ainda sou Parlamentar no MERCOSUL, e esse negócio está me preocupando muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Os Deputados Fernando Marroni e Alfredo Kaefer também desejam falar?

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Hoje ainda escutei na *Rádio CBN* uma manifestação de um dos nossos negociadores dizendo que ele reconhece que nós estamos vivendo provavelmente o momento mais deteriorado ou o pior momento da relação com a Argentina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Foi o Ivan Ramalho quem falou.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Foi anunciado aqui que já havia uma abertura da exportação de carne suína. E hoje alguém do setor me disse que não ouviu a confirmação oficial.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - É. Eu ouvi também parece que do Ministro. Mas hoje alguém do setor veio até nós e disse: "*Olha, aquilo que foi falado ontem, que era muito bom, não foi confirmado*".

Eu não sei se a Dra. Heloísa tem alguma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Vou aproveitar esta rodada e passar a palavra ao Deputado Fernando Marroni também, que já a está pedindo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - De caráter mais genérico, aqui, a Dra. Heloísa fala, por exemplo, do Programa Brasil Maior.

Nós fizemos algumas experiências. Vou citar um setor, o setor têxtil. "*O problema é mão de obra, que lá é mais barato do que aqui.*" Nós desoneramos a folha. "*O problema é o crédito.*" Teve o crédito. "*O problema é que teve a compra privilegiada.*"



Tudo isso junto resolveu pelo menos esse setor? Esta é uma experiência boa, que pode ser reproduzida para outros, ou, mesmo com tudo isso, nós não conseguimos competitividade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Deputado Alfredo Kaefer, deseja também fazer alguma abordagem?

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Deputado Alfredo, estamos liberando também o Dr. Clemente Ganz Lúcio, do DIEESE, porque também ele tem um voo agora para o Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Eu gostaria de registrar o seguinte: nós entendemos a boa vontade do Governo de desonerar custos do setor produtivo, mas o que me preocupa é um termo que eu chamaria de "dirigismo". Você aponta para um lado, você tenta acudir, mas puxa o cobertor e descobre o outro lado.

Por exemplo, está aqui o Deputado Esperidião Amin, de Santa Catarina, que, junto com o Estado do Paraná, é um grande produtor de proteína animal, numa área que é extremamente benéfica para a economia como um todo, onde você tem pequenos e médios produtores atuando. Nunca, em tempos recentes, nós tivemos uma crise tão grande na área de suínos, e não é diferente na área de avicultura, e isso eu não preciso perguntar para ninguém, porque eu sou produtor de frango há 35 anos.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Mas também o seu choro é um pouco suspeito.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Não, Deputado, não é. Nós estamos há vários anos com "sofridão". Eu acredito até que esteja pior, mas têm sido salvas no País as grandes empresas — e eu tenho sido crítico disso —, numa política industrial desastrosa. Desde que eu estou aqui, desde 2007, nós já demos ao BNDES acho que em torno de 300 bilhões de reais, e muito desses recursos foram dirigidos para grandes empresas. Então elas estão se sustentando através de caixa. Mas as pequenas e médias empresas, muitas delas apelaram para a ARJ.

Deputado Esperidião Amin, o choro é legítimo. Nós estamos há 3 anos, desde 2008, com os preços extremamente defasados, com os custos subindo todo ano. A energia elétrica subiu, a mão de obra, queira ou não, todo ano você tem que repor a inflação, que foi 4,5% ou 5%, mais o ajuste complementar. Os salários têm subido entre 6% e 8% todo ano. Calcule quanto dá isso em 3 anos!

Nós estamos hoje vivendo a seguinte situação: a soja explodiu no mercado internacional. Um quilo de soja está custando um real. O farelo de soja subiu 50% em 90 dias, e o preço da carne caiu. O dólar subiu, e os preços lá fora caíram. Por conta da crise da Europa, os mercados se retraíram. Por exemplo, o setor de proteína não foi contemplado com a desoneração da folha, nem entrou naquele Programa REINTEGRA. Eu acho inclusive que o REINTEGRA hoje já não tem mais razão de ser, a partir do momento em que o dólar, para o setor de exportação, foi a R\$ 2,08.



Então nós teríamos que ter uma política industrial consistente. Seria muito melhor. Por exemplo, hoje nós temos PIS e COFINS, 9,25% somados entre eles. Tudo bem, há base corrente em vários setores, mas a Receita Federal — e eu cobrei isso hoje de manhã na nossa reunião mensal na Comissão de Finança e Tributação —, aos poucos a Receita vem com uma pequena sacanagem de tirar crédito presumido, por exemplo. O setor de proteína, em 2004, quando foi implantada a base corrente do PIS e COFINS... No início da cadeia é preciso ter um crédito presumido, porque você tem que se creditar de alguém. Você, como inicia a cadeia, constrói o crédito presumido. Em relação à proteína, por exemplo, havia um texto que dizia o seguinte: "*Atribui-se crédito presumido de 60% sobre o produto*". Dois anos depois, em 2006, a Receita Federal criou a Instrução Normativa 6.660, em que ela mudou o texto e trocou o termo "produto" por "insumo", e passou de 60% para 35% o crédito presumido. E as empresas creditaram 60% de crédito presumido. Agora, a Receita está mandando estornar. Algumas empresas estão ficando com seu balanço zerado ou negativo.

Outro dia, na MP 552, que nós conseguimos derrubar no Plenário, com um excepcional trabalho liderado pelo Deputado Luis Carlos Heinze, nós conseguimos extinguir todo o texto. Estavam tirando o crédito presumido de toda a cadeia do leite, por exemplo. Então, não é possível! E a arrecadação mostra, mês a mês, recorde sobre recorde. Cada vez que se aumenta a receita do Estado, está-se tirando do setor produtivo.

Então, há que haver uma política industrial para se tirar imposto genérico. Reduzam taxa de PIS e COFINS, reduzam a oneração sobre a folha de pagamento do Brasil inteiro, criem uma política para se ter um câmbio estável. Há 6 meses o dólar estava cotado a R\$ 1,60, hoje está em R\$ 2,08. Quem fez a dissipação de câmbio, por exemplo? O chamado derivativo, por exemplo, que não é um produto especulativo, é uma proteção cambial que as empresas muitas vezes fizeram, achando que o dólar poderia cair mais. Imaginem o pênalti contra as empresas que fizeram uma fixação antecipada, agora, a trolha que estão levando, gente!

O discurso é que estão tomando providências aqui, lá e acolá, mas não é verdade. Não é possível! Vejam as taxas de juros! Nos Estados Unidos, para se fazer um plano de investimento, pega-se dinheiro com 3% de juros ao ano em 12 anos seguidos; aqui, mesmo do BNDES, custa 8%, 9% ao ano. Os juros para desconto de duplicata é de 2,5%, 3% ao mês, uma conta garantida, um capital de giro e com um câmbio instável. Não é possível fazer política industrial, não há competitividade que aguarde com esse Triângulo das Bermudas: câmbio, juros e impostos. Não é possível!

A grande preocupação, Deputado Esperidião, é que não há nada focado. O Executivo dá tiro para lá, para cá, para todos os lados; o Congresso não está concentrado, não está em andamento um processo de reforma tributária, por exemplo, absolutamente nada.

O BNDES recebe agora, vamos liberar mais 10 bilhões. Mas para quem? Para quem o BNDES vai emprestar o dinheiro? Para o JBS ou para não sei quem? Ora, não é possível algo assim!

É preciso, sim, um esforço concentrado do Executivo, do Legislativo e do setor produtivo, porque a coisa está mal. Vários setores estão muito mal na economia. O resultado disso é o nosso PIB, que será inferior aos míseros 2,7% que obtivemos em 2011. Vejam a atitude de desespero do Governo, mantendo o crescimento da economia empurrando o financiamento de automóveis, quando a inadimplência já está altíssima,



para esvaziar os pátios das montadoras! Não, é preciso criar uma política econômica consistente. Vamos financiar máquinas, vamos financiar a infraestrutura do País, o transporte coletivo, esse tipo de coisa.

Então, eu registro aqui a minha frustração, a minha decepção e a minha preocupação, porque não estamos com ação articulada entre Legislativo e Executivo que possa resultar em algo mais positivo. Nós vamos pagar muito caro por isso, com um PIB cada vez mais baixo. Nós tínhamos algo incomparável com outros países, a Europa com um desemprego altíssimo e nós mantendo o emprego. Mas vejam os últimos números. A geração de emprego vem caindo. Daqui a pouco estaremos iguais à Europa. Nós temos que fazer alguma coisa!

As ações são dirigidas, acode aqui, acode lá. Isso é balela, não vai funcionar! Não temos um projeto consistente de política industrial e econômica que vá dar resultado.

Era isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Devolvo a palavra à Dra. Heloísa para fazer suas considerações a respeito das falas dos Deputados.

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Tentarei responder às questões de maneira breve, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Eu subscrevo o que disse o Deputado Kaefer, especialmente por envolver o Estado que ele e eu representamos, sublinhando que se trata de pequenas propriedades que guardam competitividade. Mas o que nos faz perder a competitividade são fatores absolutamente exógenos ao processo de produção. Até a infraestrutura nós conseguimos superar. É como a velha Sadia fazia: inventou uma companhia aérea porque não havia estrada para o transporte. Criaram uma companhia aérea. Até isso nós fizemos. Agora, não dá para ir além desse Triângulo das Bermudas mencionado pelo Deputado. Quis apenas subscrever o que disse S.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Com a palavra a Dra. Heloísa.

**A SRA. HELOÍSA MENEZES** - Em primeiro lugar, vamos falar sobre a liberação da entrada da carne brasileira no mercado argentino. Ontem à noite o governo argentino anunciou que realmente estaria liberando essa entrada. Preferimos e acreditamos que agora seja somente uma questão de aduana e de formalização dos processos e do deslocamento dos produtos para passar a fronteira. Esse é um ponto que esperamos já tenha sido superado. Realmente, há o recrudescimento do problema comercial com a Argentina, motivado por problemas sérios na balança de pagamentos daquele país e pelo aumento do grau de proteção. Mas esse problema está sendo administrado diariamente.

Sobre se as medidas estão sendo suficientes ou não, principalmente focando o setor têxtil e de confecções, entendemos que as medidas já tomadas são suficientes para



um fôlego muito importante para a indústria desse setor, que neste momento são capazes de segurar a realidade da nossa indústria, sim. É claro que é necessária uma agenda estrutural, aplicada inclusive ao setor, focada em inovação, em tecnologia, em produtividade, em *design*. E essa agenda está sendo construída junto com o setor no Conselho de Competitividade.

Sobre a articulação Legislativo/Executivo, é muito bem-vinda a proposta de uma maior participação recíproca nas decisões e nos encaminhamentos. Estamos totalmente abertos para construir as agendas conjuntas. Entendemos que até na estrutura de governança e de gestão do Plano Brasil Maior devemos pensar em criar momentos de maior relacionamento com o Legislativo para discutir o rumo das agendas setoriais e sistêmicas que acabam de ser finalizadas agora na discussão com o setor privado e com os trabalhadores. Então, acho que podemos imaginar algum momento de debate a respeito dessas agendas e das diretrizes já traçadas. É muito bem-vindo. É uma boa medida.

Sobre o setor de proteína animal, já recebemos as demandas por inclusão do setor na medida de desoneração da folha do pagamento do REINTEGRA. Essas solicitações estão sendo analisadas. Há uma diretriz clara do Governo de ampliar a medida de desoneração da folha para outros setores, há uma imensa boa vontade do Governo na análise desses pleitos, e há uma agenda do Conselho de Competitividade de Agronegócios sendo construída em parceria com o setor privado também, para buscar soluções mais concretas para o setor de proteína animal.

Então, estamos abertos a avançar nessa agenda também com a participação do Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - O.k. Dando então prosseguimento, vamos ouvir o Dr. Francisco Eduardo Pires nas suas considerações finais. Se desejar, V.Sa. pode também abordar alguma das questões suscitadas aqui.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA** - Eu gostaria de iniciar, Sr. Presidente, fazendo um comentário sobre o que o Deputado Jorge Boeira, que está ausente neste momento, levantou a respeito do BNDES. Nas suas palavras, o Banco não está oferecendo capital de giro para as empresas.

A esse propósito, eu gostaria de lembrar uma colocação muito importante da Secretária Heloísa, que é a seguinte: os recursos são escassos. Face à escassez de recursos, nós temos que fazer escolhas, e escolhas estratégicas. Isso vale para todo o Governo e vale também para cada um dos seus órgãos, cada uma das suas instituições.

O BNDES é uma instituição especializada no financiamento do investimento. Faz até capital de giro associado a esse investimento. Como o Banco do Brasil e outros bancos fazem capital de giro, o BNDES faz principalmente investimento. Neste momento, aliás, apenas emergencialmente, dada a situação de crise, o BNDES até está fazendo financiamento para capital de giro. Empresas dos setores mais fragilizados, com receita de até 300 milhões de reais, estão tendo acesso a linhas de capital de giro de até 20 milhões por empresa. Essa política está sendo feita em função da situação atual de crise. Mas, a longo prazo, a prioridade do BNDES é o financiamento do investimento.

Eu gostaria também de fazer um comentário sobre o que disse o Deputado Alfredo Kaefer. Acho seus comentários pertinentes em vários sentidos. Essa questão dos juros,



do câmbio, do Triângulo das Bermudas, a que V.Exa. fez referência, é um problema de muito tempo no Brasil. Eu acho que, neste momento atual, é claro que estamos longe do ideal, mas tem havido um avanço bastante razoável nas políticas para tratar tanto dos juros quanto do câmbio. Eu acho importante reconhecer que estamos num território novo, mas que estamos avançando nesses dois campos, tanto no câmbio, quanto nos juros.

No que se refere ao financiamento das pequenas e médias empresas pelo BNDES, o problema é que o BNDES é um banco que não tem agências, não tem uma rede capilar para atendimento. Então, quando o BNDES vai emprestar às empresas menores, normalmente o faz através dos chamados agentes financeiros, que são bancos que recebem repasse do BNDES e emprestam às pequenas e médias empresas. Este é um processo indireto.

Agora, o que se faz, para tentar atingir e ampliar o acesso das pequenas e médias empresas a esses recursos, é criar linhas com condições especiais: com juros mais baratos, com uma série de condições preferenciais. Nesse sentido, tem-se conseguido ampliar um pouco a participação das pequenas e médias empresas, que, há 4 anos, estava em torno de 24% dos desembolsos do BNDES e, em 2011, já atingiu 35% dos desembolsos do banco. Então, houve um avanço. É verdade que as grandes empresas ainda absorvem a maior parte dos recursos, até por essas razões que mencionei, mas estamos avançando nessa direção.

Fazendo minhas considerações finais, gostaria de dizer que no debate brasileiro sobre a questão da desindustrialização observamos, muitas vezes, duas posições polares na imprensa: aqueles que defendem que não existe problema nenhum com a indústria brasileira, não existe nenhum problema de a economia brasileira se especializar inteiramente em *commodities* etc., e uma posição no outro polo no sentido de que nós deveríamos reconstruir uma indústria que produza absolutamente tudo, extremamente diversificada etc.

Acho que nós, nesta Mesa, chegamos mais ou menos a uma posição que não está de um lado, nem de outro. Nós temos de pensar numa indústria brasileira do futuro, que vai ser diferente da indústria dos anos 1970 e 1980, uma indústria que vai ser provavelmente menor, porém mais eficiente do que a do passado. Diversas medidas estão sendo tomadas nesse sentido.

É importante mapearmos exatamente qual será o perfil dessa indústria brasileira no futuro. À medida que formos fazendo isso, estaremos avançando no sentido de realizar políticas que contribuam para esta reindustrialização, mas nesse sentido particular a que me estou referindo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Dr. Francisco Eduardo Pires de Souza, do BNDES.

Vamos encerrar o nosso painel. Acredito que todo o seminário foi muito proveitoso para os Deputados que participaram, assim como para os debatedores e palestrantes e sobretudo para quem pôde comparecer e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.



Antes de encerrar os trabalhos, desejo agradecer ao nosso mediador, Dr. José Cosentino Tavares, da Consultoria da Casa, e a todos os participantes, em especial os palestrantes: Dr. Francisco Eduardo; Dra. Heloísa Menezes; Dr. Paulo Pedrosa, que ainda está aqui; Dr. José Augusto, que aqui esteve; e Dr. Clemente.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes informando aos Srs. Parlamentares que haverá reunião ordinária somente na próxima quarta-feira, às 9 horas, no Plenário nº 5.

Comunico às pessoas que ainda estão no plenário que o Presidente da Comissão, Deputado Márcio Reinaldo, está oferecendo uma recepção na sala da Presidência da Comissão. S.Exa. terá o maior prazer em recebê-los.

Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos. (*Palmas.*)